



INTERVIEWS

LAI

2012

RIO+20

Rio92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?

Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?

¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?

WWF LIVING AMAZON INITIATIVE

FICHA TÉCNICA

Denise Oliveira – Iniciativa Amazônia Viva - WWF
Coordenação | Coordination | Coordinación

Gilberto Costa
Entrevistas e Textos | Interviews and Texts | Entrevistas y Textos

Martin Charles Nicholl e Paulo Kol
Tradução Inglês | English Translation | Traducción al Inglés

Fernando Campos Leza
Tradução Espanhol | Spanish Translation | Traducción al Español

Paulo Kol, Luciano Monteiro, Leonardo Milani
Tradução Português | Portuguese Translation | Traducción al Portugués

Zig Koch
Foto da Capa | Cover Photo | Foto de la Portada

Denise Oliveira
Revisão | Revision | Revisión

Supernova Design
Layout | Layout | Diseño

Gráfica Athalaia
Impressão | Printing | Impresión

Brasília, maio e junho de 2012 | Brasilia, May and June, 2012 | Brasilia, mayo y junio de 2012

NOTA DE RESPONSABILIDADE

Esta publicação traz uma série de entrevistas e artigos sobre os 20 anos que se passaram entre as conferências das Nações Unidas Rio 92 e Rio+20. As opiniões emitidas são de responsabilidade dos entrevistados e autores. É permitida a divulgação desde que citadas as fontes e mantidos o contexto apresentado e o texto na íntegra.

DISCLAIMER

This publication presents a series of interviews and articles on the 20 year interval between the United Nation's Rio 92 and Rio+ 20 Conferences. The opinions expressed are the exclusive responsibility of the interviewees and the authors of the articles. The texts may be reproduced provided they are unabridged, contextualised and the source is cited.

DESCARGO DE RESPONSABILIDAD

Esta publicación ofrece una serie de entrevistas y artículos sobre los veinte años transcurridos entre lasconferencias de las Naciones Unidas Rio-92 y Rio+20. Las opiniones expresadas son las de los autores y entrevistados. Se permite la divulgación, siempre y cuando se citen las fuentes y se mantenga el contexto presentado y el texto completo.

R585r Rio 92, para onde foi? Rio +20, para onde vai? Coordenação: Denise Oliveira. Iniciativa Amazônia Viva - WWF, Brasília, 2012.

208p.;il; color 29,7 cm.

1. Desenvolvimento Sustentável: Amazônia
2. Entrevistas: Meio Ambiente - Conferência
3. Política Internacional
4. Relações Internacionais
5. Rio de Janeiro: Brasil

I. Iniciativa Amazônia Viva - WWF II. Rio+20 III. Título

CDU 338.1:502.3 =20=60

Rio92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?

Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?

¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?

SOBRE A INICIATIVA AMAZÔNIA VIVA

A Iniciativa Amazônia Viva lidera os esforços da Rede WWF para garantir uma Amazônia ecologicamente saudável e que mantenha sua contribuição ambiental e cultural às populações locais, aos países da região e ao mundo, por meio da manutenção dos processos e dos serviços ecológicos, em um sistema que propicie o desenvolvimento econômico inclusivo, com equidade social e responsabilidade global.

ABOUT WWF LIVING AMAZON INITIATIVE

The living Amazon Initiative spearheads WWF Network's efforts to guarantee an ecologically healthy Amazon Biome that maintains its environmental and cultural contribution to local peoples, the countries of the region and the world, by maintaining ecological processes and services within a framework that propitiates inclusive economic development with social equity and global responsibility.

ACERCA DE LA INICIATIVA AMAZONIA VIVA

La Iniciativa Amazonia Viva lidera los esfuerzos de la Red WWF para asegurar una Amazonia ecológicamente sana y que preserve su contribución ambiental y cultural a las poblaciones locales, a los países de la región y a todo el mundo, por medio del mantenimiento de los procesos y servicios ecológicos, en un sistema que propicie el desarrollo económico inclusivo, con equidad social y responsabilidad global.



PORTUGUÊS

08



ENGLISH

74



ESPAÑOL

140

APRESENTAÇÃO | INTRODUCTION | PRESENTACIÓN

YOLANDA KAKABADSE

Presidente Internacional do WWF International President of WWF Presidenta Internacional de WWF

06 · 06 · 06

10 · 76 · 142

LEONARDO BOFF

Teólogo Teologist Teólogo

14 · 80 · 146

PAULO JOBIM

Arquiteto e Compositor Architect and Composer Arquitecto y Compositor

18 · 84 · 150

EDWIN VÁSQUEZ

Coordenador da COICA General Coordinator of COICA Coordinador General de la COICA

20 · 86 · 152

IGNACY SACHS

Economista Economist Economista

22 · 88 · 154

EDUARDO VIOLA

Sociólogo Sociologist Sociólogo

26 · 92 · 158

PAUL POLMAN

Empresário Entrepreneur Empresario

30 · 96 · 162

ODED GRAJEW

Engenheiro Engineer Ingeniero

34 · 100 · 166

JOSÉ GOLDEMBERG

Físico Physicist Físico

38 · 104 · 170

THOMAS LOVEJOY

Ecólogo Ecologist Ecologista

42 · 108 · 174

CARLOS NOBRE

Climatologista Climatologist Climatólogo

44 · 110 · 176

FLÁVIO PERRI

Embaixador Ambassador Embajador

48 · 114 · 180

IZABELLA TEIXEIRA

Bióloga Biologist Bióloga

52 · 118 · 184

TIÃO VIANA

Médico e Político Doctor and Politician Médico y Político

58 · 124 · 190

CLÁUDIO MARETTI

Geógrafo e Geólogo Geographer and Geologist Geógrafo y Geólogo

60 · 126 · 192

ROBERTO TROYA

Advogado Lawyer Abogado

60 · 126 · 192

MARIA WEY DE BRITO

Engenheira Agrônoma Agronomist Ingeniera Agrónoma

60 · 126 · 192

ALEJANDRO GORDILLO

Embaixador Ambassador Embajador

66 · 132 · 198

PAULO SOTERO

Jornalista Journalist Periodista

68 · 134 · 200

APRESENTAÇÃO | INTRODUCTION | PRESENTACIÓN

A Iniciativa Amazônia Viva da Rede WWF apresenta uma série de entrevistas, além de dois artigos, sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 - a Rio 92 ou ECO 92 - e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - a Rio+20 - que exatas duas décadas depois acontece no mesmo Rio de Janeiro (Brasil).

Esta publicação busca trazer a memória de personagens daquele momento histórico, resgatar o legado daquela conferência e ouvir desses especialistas quais as expectativas quanto ao novo encontro. Desse contexto, veio a inspiração para o título *Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?*

A seguir serão apresentados os depoimentos de ambientalistas, empresários, cientistas, economistas, diplomatas, além de jornalista, liderança indígena e teólogo sobre as contribuições que a primeira conferência trouxe nos últimos 20 anos para a preservação ambiental, o desenvolvimento sustentável, o bem-estar da população.

Nosso objetivo foi contribuir para evidenciar propostas e ideias por meio dos depoimentos e lições aprendidas dos entrevistados e dar ênfase para as questões e soluções de futuro para a Amazônia, o Brasil e a América Latina.

É sobre os desdobramentos da Rio 92 que parte a Rio+20; é com os valores forjados entre as duas conferências que podemos projetar as possibilidades e um futuro mais sustentável.

Todos entrevistados, sejam do mercado, do terceiro setor, do campo político, da academia, ou da sociedade civil – no Brasil e em outros países -, tiveram algum envolvimento com a Rio 92, lidam com a pauta do desenvolvimento sustentável no seu cotidiano e se preparam para atuar na Rio+20.

A diversidade de opiniões e de experiências foi o critério para a escolha dos entrevistados e dos autores dos artigos. Sobre eles não pesou qualquer orientação. Logo, os pensamen-

tos expressos e a narração de fatos acontecidos são da livre convicção de cada fonte que gentilmente concedeu entrevista ou se dispôs a escrever texto a respeito.

A eles - Alejandro Gordillo, Carlos Nobre, Eduardo Viola, Edwin Vásquez, Flávio Perri, Ignacy Sachs, Izabella Teixeira, José Goldemberg, Leonardo Boff, Maria Cecília Wey de Brito, Oded Grajew, Paul Polman, Paulo Jobim, Paulo Sotero, Roberto Troya, Thomas Lovejoy, Tião Viana e Yolanda Kakabadse - o nosso caloroso agradecimento pela contribuição e pela oportunidade de compartilhar ideias.

O mosaico dos depoimentos resulta em uma visão crítica quanto ao que o mundo fez nos últimos 20 anos e às perspectivas que a Rio+20 pode gerar. Os pontos de vista bastante agudos não esvaziam a importância da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável; pelo contrário, assinalam a importância do momento histórico. Tão valioso quanto aquele de 1992.

Boa leitura.

WWF Living Amazon Initiative is pleased to present a series of interviews and two articles on the United Nations Conference on Environment and Development – the Rio 92 – or ECO 92 and the United Nations Conference on Sustainable Development – the Rio+20 – taking place exactly twenty years later in the very same city of Rio de Janeiro (Brazil).

The publication presents the memories of that historic moment of personalities that took part in it, examines the legacy it handed down and hears from these experts what they hope and expect will come out of the new conference; hence the inspiration for the publication's title *Rio 92, what did it lead to? Rio+20, what will it lead to?*

What follows are the statements of environmentalists, businessman, scientists, economists, diplomats, a journalist, an indigenous leader and a theologian on the contributions that the first conference made to the environmental conservation, sustainable development and the well being of the population over the last twenty years.

Our aim is to make a contribution by putting forward ideas and proposals in the form of statements and lessons learned by those interviewed and underscore the issues and solutions for the future of the Amazon, Brazil and Latin America.

It is on what resulted from the Rio 92 that the Rio+20 will be building; it is with the values that have been forged in the period from one conference to the other that we will be designing the possibilities for a more sustainable future.

All those interviewed, whether from the market sector, the third sector, the political field, the academic world or from civil society at large, in Brazil or in other countries, were involved in some way with the Rio 92; all of them address sustainable development in their present day lives are preparing to take an active part in the Rio+20.

Diversity of opinions and experience was the criterion used to select the personalities to be interviewed and the authors of the articles. No kind of constraint or guidance was imposed on them. Thus the thoughts expressed and the facts narrated are the untrammeled convictions of each of those who kindly granted an interview or agreed to write a text on the theme.

To them - Alejandro Gordillo, Carlos Nobre, Eduardo Viola, Edwin Vásquez, Flávio Perri, Ignacy Sachs, Izabella Teixeira, José Goldemberg, Leonardo Boff, Maria Cecília Wey de Brito, Oded Grajew, Paul Polman, Paulo Jobim, Paulo Sotero, Roberto Troya, Thomas Lovejoy, Tião Viana and Yolanda Kakabadse – our warmest thanks for their

contributions and for giving us an opportunity to share their ideas.

This mosaic of testimony composes a critical vision of what the world has been doing over the last 20 years and what prospects may be delineated by the Rio+20. The sharply critical points of view in no way detract from the importance of the United Nations Conference on Sustainable Development, quite the contrary, they serve to highlight the importance of this historical moment; no less valuable than the one in 1992

Good reading.

La Iniciativa Amazonia Viva de WWF presenta una serie de entrevistas, además de dos artículos, sobre la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo de 1992 (Rio 92 o ECO-92) y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible (Rio+20), que justo dos décadas se celebra asimismo en Rio de Janeiro (Brasil).

Esta publicación pretende mostrar la mirada sobre aquel histórico momento de algunos personajes destacados, así como rescatar el legado de aquella conferencia y recoger las expectativas de esos especialistas respecto a la próxima reunión. Y a ello se debe el título *¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?*

Hablan aquí ambientalistas, empresarios, científicos, economistas, diplomáticos, además de un periodista, un líder indígena y un teólogo, en especial sobre la contribución de aquella primera conferencia a la preservación del medio ambiente, el desarrollo sostenible y el bienestar de la población en estos veinte años.

Nuestro objetivo ha sido sacar a la luz propuestas e ideas a través de las palabras de los entrevistados y las lecciones que aprendieron, así como poner de relieve los desafíos y solucio-

nes de futuro para la Amazonía, Brasil y América Latina.

Rio+20 parte de las consecuencias de Rio 92, y los valores establecidos entre ambas conferencias nos permitirán proyectar nuevas posibilidades y un futuro más sostenible.

Todos los entrevistados —ya sean del ámbito del mercado, del tercer sector, de la política, la universidad o la sociedad civil, y de Brasil u otros países— tuvieron alguna relación con Rio 92, tratan con la agenda del desarrollo sostenible en su día a día o van a participar en Rio+20.

La diversidad de opiniones y de experiencias ha sido el criterio para seleccionar a los entrevistados y a los autores de los artículos. Se manifestaron libremente, sin recibir ninguna orientación, por lo que los pensamientos expresados y su narración de los hechos reflejan las ideas de cada una de las personas que amablemente nos concedieron una entrevista.

Queremos extender a todos ellos —Alejandro Gordillo, Carlos Nobre, Eduardo Viola, Edwin Vásquez, Flavio Perri, Ignacy Sachs, Izabella Teixeira, José Goldemberg, Leonardo Boff, Maria Cecília Wey de Brito, Oded Grajew, Paul Polman, Paulo Jobim, Paulo Sotero, Roberto Troya, Thomas Lovejoy, Tião Viana y Yolanda Kakabadse— nuestro caluroso agradecimiento por su contribución y por compartir sus ideas.

Esos testimonios diversos conforman una visión crítica sobre lo que ha hecho el mundo en estos veinte años y sobre las perspectivas que puede generar Rio+20. Sus agudos puntos de vista no niegan la importancia de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible; más bien al contrario, destacan su importancia en este momento histórico, igual de trascendente que aquel de 1992.

Buena lectura.



CLÁUDIO
MARETTI

WWFUS

WWF Iniciativa Amazônia Viva
WWF Living Amazon Initiative
WWF Iniciativa Amazonia Viva

SÉRIE RIO 92, PARA ONDE FOI? RIO+20, PARA ONDE VAI?

ENTREVISTAS

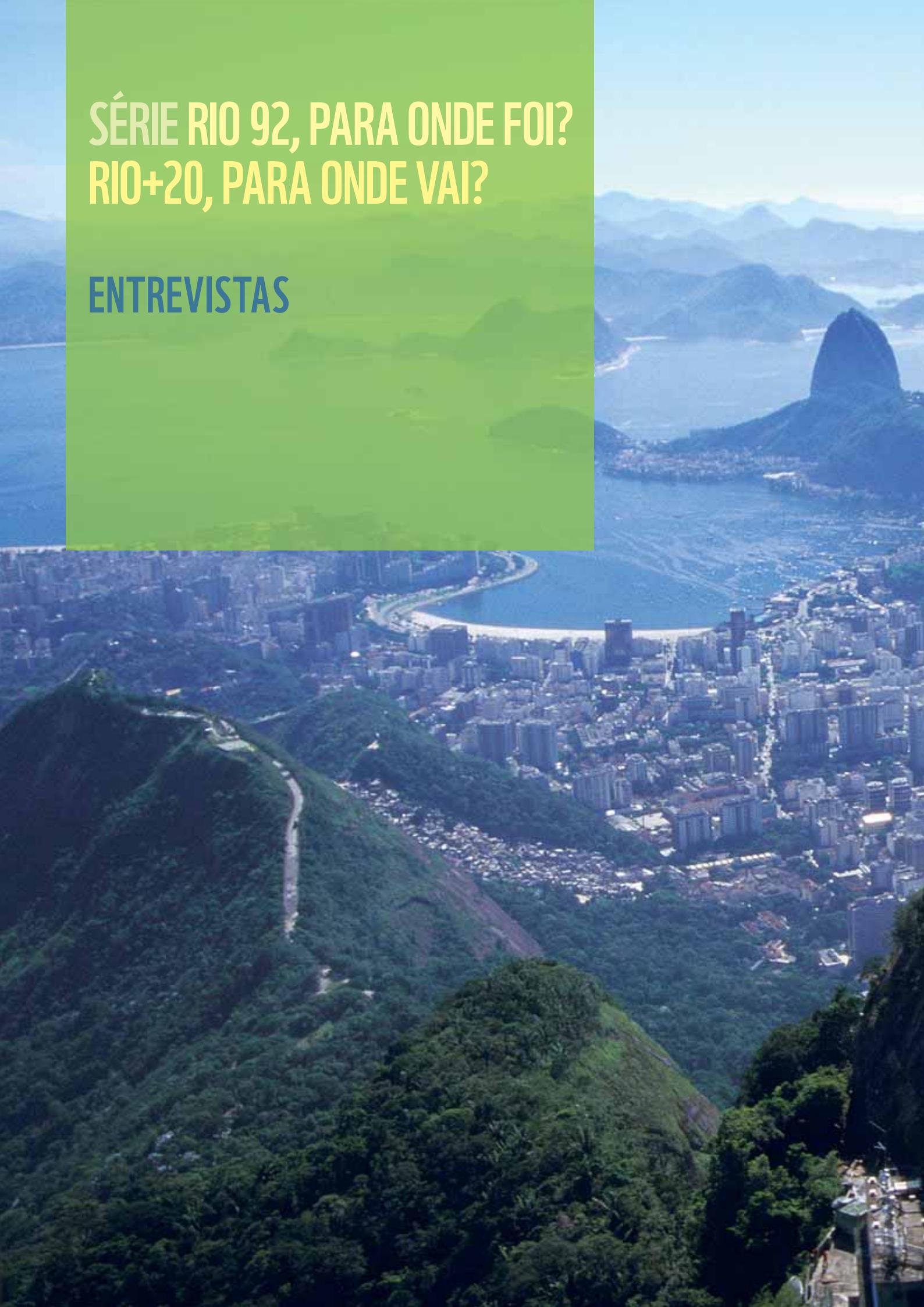




Photo: Zig Koch

Entrevista

Série Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?



YOLANDA KAKABADSE

A Rio 92 representou um marco na participação da sociedade civil no debate das políticas públicas, economia e meio ambiente. Apesar de histórica, aquela conferência poderia ter ido além se as delegações dos países estivessem mais preparadas para o debate e tomada de decisões. Nesse sentido, é possível imaginar que a Rio+20 possa ser ir além e tornar-se tão memorável para o desenvolvimento sustentável.

O raciocínio ponderado, capaz de observar as contradições dos processos de negociação, é da equatoriana Yolanda Kakabadse, presidente internacional do WWF, ex-ministra do Meio Ambiente do Equador

e há mais de 30 anos engajada na busca de soluções para o homem e o meio ambiente. A seguir a entrevista que Kakabadse concedeu por escrito.

O que fazia à época da Rio 92? Recorda-se de algum episódio que marcou aquela conferência? Foi um privilégio ser membro da equipe da Rio 92 porque eu tinha que organizar e acompanhar se tudo estava bem encaminhado em termos da participação da sociedade civil. O secretário da conferência, Maurice Strong, foi muito enfático ao dizer que ele queria assegurar a participação da sociedade civil na conferência, e isso era algo pioneiro, pois não tinha sido o costume nas conferências da Organização das Nações Unidas até então.

A Rio 92 foi a conferência que abriu as portas para a sociedade civil, e quando eu falo sociedade civil, estou falando no sentido mais amplo; tudo o que não fosse governo central. Os parlamentares, por exemplo, por meio da União Interparlamentar, as autoridades locais por meio da sua própria associação, os povos indígenas, os jovens. Diversas organizações de classe como as Câmaras de Comércio e outras agremiações do mundo inteiro desde a Associação de Astronautas até as menores organizações não governamentais do Nepal ou da Bolívia.

Foi um processo fantástico de conseguir o engajamento das pessoas, de apelar para os diversos setores da sociedade para que se interessassem pela agenda da conferência Rio 92. Isso foi da minha responsabilidade, e, como eu disse, me

entusiasmou muito, embora o processo tenha sido muito intenso. Eu aprendi muito, e eu acho que nós, como Secretaria, fizemos muita diferença, até mesmo no sistema da ONU como um todo.

Quais países tiveram participação mais destacada na Rio 92? Como foi a participação dos latino-americanos?

92 foi uma decepção. Muito poucos países da América Latina entenderam plenamente o significado da conferência; muito poucos investiram numa preparação para as negociações ou numa participação forte nas contribuições para a definição da agenda. A Colômbia foi um dos países que trabalhou bem na sua preparação e contribuiu efetivamente para melhorar a linguagem usada nas negociações em si. Mas eu acho que a contribuição da região como um todo foi bastante fraca. Eu acho que nós perdemos o bonde. Agora, em 2012, considero que estamos muito mais preparados, que conseguimos colocar esse debate na esfera dos nossos governos, das nossas próprias sociedades. Existe uma consciência muito maior dos riscos da falta de ação e eu espero que a América Latina seja protagonista-chave neste novo processo de negociações.

Quais os principais legados da conferência Rio 92? Estou convencida de que embora a conferência de Estocolmo em 1972 também tenha falado sobre a inserção do meio ambiente no processo de desenvolvimento, a confe-

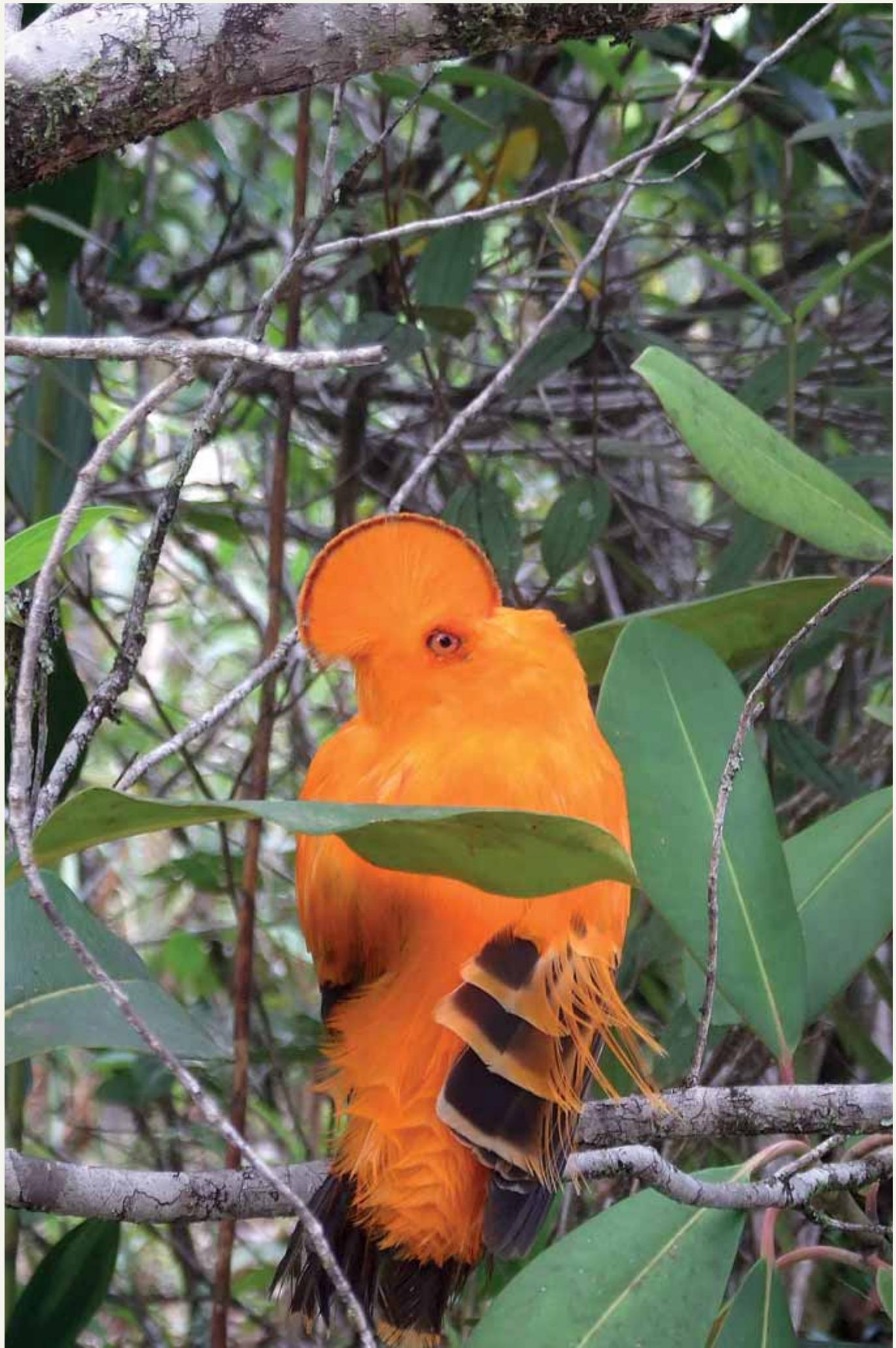
rência de 92, por meio dos documentos que produziu, reforçou a importância de se ir além do modelo habitual de negócios em que todos nós estávamos envolvidos na época. A conferência se apossou de fato do debate político, da necessidade de fazer do meio ambiente o ponto central do desenvolvimento, não meramente com o aperfeiçoamento de algumas áreas na agenda verde, mas trazendo-o para ser parte integral do desenvolvimento, do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento social. Ela abordou a tecnologia, as indústrias, o papel do setor privado, o papel da comunidade acadêmica. Portanto, foi uma mensagem muito forte e acabou gerando compromissos por parte daqueles que queriam tratar o meio ambiente como algo com importância real para o desenvolvimento.

Entre as resoluções, alguma área não avançou? Existem vários níveis de realização, uns mais marcantes que outros. Acredito que entre o que emergiu da Rio 92, um elemento que não foi suficientemente forte foi a ética. A ética e a equidade formam parte de um compromisso social que teremos de assumir se quisermos garantir a sustentabilidade. Não haverá a possibilidade de pensarmos ou atuarmos de forma diferente em termos de alcançar o desenvolvimento sustentável se não enfatizarmos a necessidade de adotar padrões éticos que garantam a justiça social, igualdade entre todas as pessoas em todos os países, independente das suas origens ou em que parte do planeta habitam. Eu acho que isto não foi posto em termos suficientemente fortes e é uma agenda pendente que espero ver abordada na Rio+20.

Qual deveria ser o principal resultado da Rio+20? Um dos desafios para a Rio+20 é a agenda da economia verde. Eu creio que o que nós propusemos na Rio 92, agora, nesta rodada, vem expresso numa linguagem diferente, talvez em termos mais práticos, que permitirão uma compreensão melhor, por parte dos diversos setores, sobre o que nós queremos dizer quando afirmamos que o desenvolvimento

econômico tem implicações muito fortes para nossa maneira de gerenciar os recursos naturais. Não existe a possibilidade de qualquer tipo de desenvolvimento, a não ser que utilizemos os recursos que temos disponíveis hoje sem deixar um déficit, sem tirar mais do que nós temos e mais de que o planeta consegue prover. Portanto, eu considero que a Rio+20 esteja perante o desafio de garantir que nós tenhamos uma compreensão muito clara de que ‘economia verde’ é o uso racional dos recursos naturais, assegurando-se que os benefícios desse uso sejam distribuídos igualitariamente entre os diversos setores da sociedade nos diversos países ou regiões do planeta.

Como setor empresarial e sociedade civil podem contribuir para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável? Os setores privados na sociedade civil são os atores-chave para induzir mudanças por parte de governos. Já fiz parte do governo, e você pode avançar numa dada direção mais ou menos rapidamente somente na medida em que as sociedades se dispõem a avançar. A pressão para mudanças numa política pública geralmente vem da sociedade e, neste caso, os setores privados da sociedade civil têm um potencial enorme para trabalhar junto: na inovação tecnológica, na mudança de padrões de desenvolvimento, na adoção de uma visão de muito mais longo prazo do que costumamos adotar até agora; e na criação de uma consciência pública de tal forma a surtir a pressão que obrigaria os governos a se movimentarem. Mas eu acredito, também, que os governos locais sejam atores-chave, e até mais do que os nacionais, na implementação de programas, na transformação das ideias em realidade. Os governos locais ao redor do mundo já se tornaram parceiros-chave e este triângulo entre governo local, setor privado e grupos da sociedade civil é uma união perfeita para implementar, para mostrar que há uma possibilidade real, que a sustentabilidade não é somente uma parte do discurso, mas parte de um belo e fantástico desafio.



Cock of the Rock / WWF Guiana

Qual o papel das economias emergentes - como os BRICS - no impacto e nas soluções para as questões ambientais? Eu diria que ‘economias emergentes’ é um tópico que nos faz pensar mais sobre suas responsabilidades futuras. Elas têm o tamanho, em termos do tamanho geográfico dos seus países, das suas populações, e têm oportunidades porque o capital natural de todos os BRICS é enorme. Então, estes BRICS, ou sociedades emergentes têm potencial, têm capacidade, e têm a obrigação de responder às discrepâncias e à pobreza que são, frequentemente, o resultado da má administração da economia nacional ou da falta de uma visão de como gerar riqueza. O que me deixa preocupada, às vezes, é que, mesmo sendo países emergentes com tanto potencial, com certa frequência, se comportam da mesma forma de um típico país em desenvolvimento, ou seja, sempre esperando o apoio e a contribuição do Norte para seus próprios programas de desenvolvimento. O que eu quero dizer com isto é que as economias emergentes necessitam, de fato, pegar as rédeas e mostrar aos países desenvolvidos e aos em desenvolvimento que nós podemos fazer muito melhor do que vimos fazendo até agora.

Não acredito que, agora no início do século XXI, possamos dizer que já que os outros destruíram ou poluíram o planeta nas últimas décadas, nós devemos imitá-los ou deixar de implementar rigorosamente nossas próprias políticas de sustentabilidade. Eu não acho que seria justo nem para nossa sociedade nem para o resto do planeta. Informação é o que nos leva a agir mais sabiamente hoje e em direção ao futuro. Portanto, eu espero que nesta conferência as economias emergentes, como também os países em desenvolvimento e todos os outros, adotem uma posição forte e um compromisso que reconheça que não podemos continuar sendo tão fracos em relação às diversas leis que regem o desenvolvimento.

Num enfoque direcionado ao acesso dos cidadãos a comida, água, energia, como governos e sociedade devem olhar para o meio ambiente? Eu creio que o WWF captou bem a essência das prioridades para o planeta de hoje, e

eu me refiro a todas as sociedades em todos os continentes. Alimentos, água e energia são os três elementos que vão determinar o nível de desenvolvimento de todas as sociedades nas décadas vindouras. Eles representam, também, os três elementos de uma agenda e, no momento, se encontram em situação de maior risco devido aos impactos das mudanças climáticas. Alimentos, água e energia constituem o maior problema, particularmente para as comunidades vulneráveis, geralmente os pobres, os idosos e obviamente, as gerações mais jovens. Portanto a escolha desses três tópicos para nosso trabalho e a contribuição do WWF à Rio+20 vai ser impulsora e mobilizadora do debate, das discussões, e como todos nós esperamos, de acordos.

Qual é a solução de futuro para Amazônia, o Brasil e a América Latina?

A Amazônia é, sem dúvida um dos ecossistemas mais importantes, particularmente para a América Latina e a América do Sul, mas, também, para todo o planeta. O equilíbrio que traz em termos de condições climáticas da região e, portanto, para produção de alimentos e a estabilidade de sociedades urbanas e rurais é de suma importância. Tomar decisões que possam garantir a estabilidade da bacia Amazônica é uma responsabilidade não somente para o Brasil, mas para os outros países da região e para o planeta como um todo. E eu confio que o governo atual no Brasil fará o que for preciso para garantir esta estabilidade.

Tem esperanças para nossa vida futura neste planeta? Todos temos, é claro. Isto é lindo demais para simplesmente ser abandonado. Acredito que o fio que une o sentimento de todos nós que compomos o WWF, e de todos os outros grupos ambientalistas e os líderes ao redor do mundo que se preocupam com a saúde do planeta, é o otimismo de poder fazer melhor do que estamos fazendo hoje e que nós, de fato, conseguiremos isso.



**YOLANDA
KAKABADSE**

Entrevista

Série Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?



Alexandre Monteiro

LEONARDO BOFF

A Rio 92 divide a história pessoal de Leonardo Boff, membro da Comissão Central da Carta da Terra, teólogo, filósofo, professor universitário e escritor. Foi durante a conferência que ele decidiu se afastar da Ordem dos Frades Menores (franciscanos), na qual ingressou em 1959 – ainda com 21 anos.

Depois de um debate sobre religião e paz durante o evento há duas décadas no Rio de Janeiro – no qual fez críticas ao judaísmo, ao cristianismo e ao islamismo “por serem beligerantes” –, Boff foi advertido por “um cardeal-espião do Vaticano” que reclamou por ele não estar cumprindo “silêncio obsequioso”,

determinado por Roma. Após censurá-lo por causa da Teologia da Libertação, o Vaticano queria que ele saísse do país e cumprisse “silêncio obsequioso” em convento na Coreia ou nas Filipinas. Boff não aceitou a nova imposição de silêncio e decidiu se afastar da Igreja.

Além desse marco na trajetória pessoal, Leonardo Boff lembra-se do clima da conferência. Segundo ele, havia “uma mística que unia a todos, no amor à Terra, no congraçamento de todos para além das diferenças. Parecia que aí nascia um outro tipo de humanidade eco-amigável”. A imagem difere totalmente das expectativas quanto a Rio+20 e seus preparativos. Em sua opinião, o texto base, por exemplo, “é uma vergonha para a inteligência mundial (...) É um documento comovedor em termos de boa vontade, mas ingênuo quanto à autocritica e na apresentação de mediações para as propostas que faz”, diz com a mesma franqueza que assustou o “cardeal-espião” há 20 anos. A seguir, a entrevista de Leonardo Boff concedida por escrito ao WWF.

O que fazia à época da Rio 92? Recorda-se de algum episódio que marcou a conferência? O evento como tal era expressão de um outro tipo de mente, de visão de mundo e de relação para com a Terra, não tida como armazém de recursos alienáveis, mas como a grande casa comum que cumpre cuidar. Havia uma mística

que unia a todos, no amor à Terra, no congraçamento de todos para além das diferenças. Parecia que aí nascia um outro tipo de humanidade eco-amigável, fraterna e respeitosa das diferenças. Para mim foi marcante porque após um debate sobre religião e paz, fiz pesadas críticas às religiões abraâmicas por serem beligerantes. Um cardeal-espião do Vaticano, o Cardeal Baggio, veio ao meu encontro e me comunicou: “você não aprende nada com o ‘silêncio obsequioso’. Tem que sair não só do Brasil, mas da América Latina. Pode escolher entre Coreia ou Filipinas. Mas tem que sair”. Eu perguntei: “mas naqueles países posso ensinar teologia e continuar a escrever”? Ao que ele respondeu: “deve ficar em silêncio obsequioso, no convento”. Eu retruquei: “na primeira vez, aceitei o silêncio em sinal de humildade; isso era uma virtude. Agora esse silêncio imposto é manifestamente injusto e representa um pecado; isso eu não aceito”. E ele me disse: “tem até amanhã ao meio-dia para decidir”. Eu lhe respondi: “Já decidi. Abandono uma trincheira, mas não a luta. Me autopromoço ao estado de Jesus, que não era sacerdote e muito menos cardeal, pois era leigo da tribo de Davi, da qual nada se diz sobre o sacerdócio”. E, então, tive de sair da Ordem Franciscana e abandonar o ministério sacerdotal. Não é uma bela recordação. O pior foi a falta total de gentileza do cardeal que foi núncio apostólico no Brasil. Ao lhe



● ● Não queremos o fim do mundo. Queremos, sim, o fim deste tipo de mundo que é hostil à vida, à solidariedade, à compaixão e ao amor. ● ●

estender a mão para cumprimentá-lo, ele retirou a mão. Bem, eu me lembrei de São Francisco que cumprimentava a todos e ficou amigo até do feroz lobo. Por que eu, franciscano, deveria ser diferente e não entender a rudeza de um cardeal pequeno de espírito e cheio de espírito de vingança?

Quais países tiveram participação mais destacada na Rio 92? Como foi a participação dos latino-americanos? Não tenho presente os países latino-americanos participantes. Só sei que o grande sujeito novo que emergiu do encontro da Rio 92 foram as mulheres. Elas, na sua tenda Feminina, organizaram bons debates e significativos rituais. A frequência era sempre plena. Fizeram as críticas mais contundentes ao patriarcalismo que se esconde atrás do processo industrialista/consumista e que está na raiz de nossa cultura da dominação.

Quais foram os principais legados da Conferência Rio 92? Os frutos foram parcos senão não teríamos a situação degradada que assistimos atualmente. Mas se escutou o Grito da Terra, alargou-se a consciência de que somos responsáveis pelo nosso futuro comum. Na Rio 92, se consagrou a expressão ambígua “desenvolvimento sustentável”, quer dizer, não podemos continuar com a selvageria do tipo de desenvolvimento dominante que não é desenvolvimento mas crescimento material a qualquer custo. A categoria sustentabilidade ganhou centralidade e nunca mais saiu dos debates. Levantou-se a questão da contribuição diferenciada de todos os países para enfrentar a crise ecológica, o combate à fome e à miséria. Acenou-se pela primeira vez ao fato do aquecimento sensível do planeta, embora ficasse sem qualquer consequência. Para mim a maior limitação de todo o encontro foi a rejeição de uma Carta da Terra. Ela deveria servir de cabide no qual se dependurasse todos os demais projetos. Surgiu algo notável e perene: a Agenda 21. Mas ela ficou dependurada nas nuvens sem uma visão articulada do Planeta Terra, dos ecossistemas in-

terconectados. Foi então que [Mikhail Gorbachev [ex-secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética], o sub-secretário da ONU Maurice Strong e o primeiro ministro da Holanda [Rudd] Ludders suscitaram a ideia de se fazer uma consulta à humanidade e elaborar uma Carta da Terra que viesse a partir de baixo, dos povos, e não das burocracias estatais. Participei deste debate e em meu lugar sugeri que fosse convidado Paulo Freire. Pois em todas estas questões há um problema de pedagogia. E ninguém melhor que Paulo Freire para manejar esta questão. Depois de sua morte entrei eu fortemente, elaborando até um “draft” representando as Américas, que no texto final, foi bastante aproveitado.

Entre as resoluções da Rio 92, alguma área não avançou? Acho que avançou a consciência da responsabilidade, primeiro, social das empresas e, posteriormente, da responsabilidade sócio-ambiental. O ponto mais importante foi a criação de uma consciência ecológica coletiva. O tema deixou de ser dos verdes para ser da sociedade. Mais e mais cresceu e cresce a consciência de que assim como está não podemos continuar. Devemos mudar. Caso contrário vamos ao encontro do pior.

Qual deveria ser o principal resultado da Rio+20? Não espero nada dos chefes de Estado. A maioria não vem. Enviarião ministros sem poder de decisão. Tudo termina no gargalo: quem financiará as medidas eventualmente a serem tomadas? Todos alegam não terem dinheiro, que estão em crise econômico-financeira e que não podem ajudar. Por detrás, está a visão perversa capitalista e neoliberal: o que conta são os mercados, as moedas, o sistema econômico-financeiro e não a vida, a humanidade, o futuro de nossa civilização e a preservação da vitalidade da Terra. E assim, festivamente, vamos ao encontro de um possível e previsível desastre ecológico-social. Mas crescerá, dialeticamente, a consciência da humanidade, representada na Cúpula dos Povos. Eles colocam

as questões verdadeiras na confiança de que “quando uma ideia chega a sua maturidade, ninguém mais pode detê-la e ela se imporá e criará outro curso da história”. Iremos nos salvar e inaugurar uma nova forma de habitar o Planeta, mais respeitoso para com a vida e mais solidário para com todos os seres humanos, especialmente para com aqueles que mais padecem.

Qual sua opinião sobre o texto base da Rio+20? O documento é uma vergonha para a inteligência mundial que depois de tantos anos acumulou pensamento e experiência sobre a crise da Terra. É um documento comovedor em termos de boa vontade, mas ingênuo quanto à autocrítica e na apresentação de mediações para as propostas que faz. Os três temas centrais, a sustentabilidade, a governança global e a economia verde nunca são claramente definidos, dando a impressão de quererem ocupar as mentes pensantes mundiais e os movimentos para não se ocuparem dos verdadeiros problemas que afligem a humanidade: o modo de produção avassalador da natureza, as desigualdades (injustiças sociais) e a urgência de modelos alternativos de consumo face aos limites alcançados da Terra que não consegue repor o que tiramos dela.

Como setor empresarial e sociedade civil podem contribuir para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável? Enquanto não houver um novo paradigma de relacionamento com a natureza e com a Terra e continuarmos com o modo industrialista/consumista/individualista não podemos esperar nada de substancial para aliviar a crise generalizada. As empresas são fundamentais, pois são elas que garantem a infraestrutura material da vida. Mas elas são vítimas do modelo imperante que é de acumulação ilimitada, a preço de devastar a natureza e não perder em nada na concorrência. Esse método é o caminho certo para o desastre. Defendo a ideia de Hegel: “o ser humano aprende da história que não aprende nada da história, mas aprende tudo do sofrimento”.

mento". Penso que quando o sofrimento for coletivo e atingir a pele de todo mundo aí, sim, vamos mudar. Caso contrário, corremos o risco de que a Terra continue, mas sem nós.

Qual a viabilidade da estruturação da chamada "economia verde"?
Uma 'economia azul' seria também importante? A economia verde traz elementos importantes que devemos valorizar, pois, sem sua intenção originária, quer preservar a vitalidade da natureza. No entanto, não questiona o paradigma vigente que supõe a dominação da natureza e a ilimitada acumulação e o consumo sem entraves. Não questiona as desigualdades mundiais, grande parte dos povos vivendo na pobreza. E há o grande risco de que se coloque preço em tudo, até nos *commons*, quer dizer, naqueles bens e serviços que são diretamente ligados à vida como a água, o alimento, as sementes, os solos, o ar, a energia e outro. Ora a vida é sagrada e não pode ser transformada em mercadoria. Se isso ocorrer alcançaremos a culminância do espírito capitalista e também, a partir daí, de sua derrocada. O que é sagrado é inviolável. E uma vez violado ele cria mecanismos de punição e de exclusão, como cosmólogos e biólogos continuamente nos alertam. Não queremos o fim do mundo. Queremos, sim, o fim deste tipo de mundo que é hostil à vida, à solidariedade, à compaixão e ao amor.

Num enfoque direcionado ao acesso dos cidadãos a comida, água, energia, como governos e sociedade devem olhar para o meio ambiente? Qual é a solução de futuro para a Amazônia, o Brasil e a América Latina? Essa pergunta é complexa demais para ser respondida. Penso o seguinte: não devemos esperar muito dos poderes públicos e dos governos, pois são reféns das grandes corporações e do sistema do capital. São obrigados a seguir a sua lógica que é crescer pelo menos um pouco em seu PIB [Produto Interno Bruto] anual. Ora essa lógica não é mais suportável pela Terra cujos limites foram alcançados e já os tocamos.

Eu espero soluções que vêm de baixo, dos indignados e dos desesperados, daqueles que não aceitam o veredito de morte sobre suas vidas e sobre seus ecossistemas, dos movimentos que já elaboraram outra visão da Terra e dos processos de produção do suficiente e do decente para nós humanos e para toda a comunidade de vida. Creio que o projeto do "bem viver" dos andinos guarda a solução daquilo que será obrigatório para toda a humanidade e para a salvaguarda do Planeta. Quer dizer, em tudo buscar o equilíbrio, chegar a uma economia do suficiente e não da acumulação, da comunhão entre todos os seres e com as energias universais também, com as espirituais, e viver em profunda comunhão com a Pacha Mama, a Terra, como o único Lar Comum que temos, e não temos outro para habitar. Ou faremos isso ou decretaremos a extinção lenta de nossa espécie e um agravo profundo à biosfera que continuará, mas sem a nossa espécie que, devido a sua agressividade, criou uma nova era geológica, o antropoceno, quer dizer, o ser humano como o verdadeiro meteoro rasante capaz de se autodestruir e afetará profundamente o planeta vivo, a Terra. Mas, como o espírito está primeiro no universo e depois em nós, quem sabe, em milhões de anos, surgirá um ser complexo capaz de suportar o espírito e inaugurar outro tipo de civilização neste planeta, seguramente melhor e mais benfazejo que o nosso.



**LEONARDO
BOFF**

Entrevista

Série Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?



PAULO JOBIM

Paulo Hermann Jobim, 61 anos, é o filho primogênito de Antonio Carlos de Almeida Brasileiro Jobim, para muitos o maior compositor da história do Brasil, um país reconhecido por sua grande diversidade musical assim como a exuberante natureza.

*Como o pai, Paulo estudou arquitetura e música, e era presença regular nos shows e nos discos de Tom Jobim, de quem era arranjador e parceiro como na canção *Forever Green*, composta especialmente para a Rio 92 e gravada no último disco do “maestro soberano” em 1994 (ano de sua morte), o CD *Antonio Brasileiro*.*

Além do talento para a música, Paulo Jobim herdou do pai o

interesse pelo meio ambiente. Tom Jobim foi a primeira figura pública no Brasil, ainda nos anos 1970 em plena ditadura militar, a falar na destruição da natureza.

Paulo Jobim aprofundou esse interesse e trabalhou em projetos ambientais com a equipe do urbanista Lício Costa, como foi o caso da demarcação da área que veio resultar em unidade de conservação na Chapada dos Guimarães. A seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao WWF.

Como era a parceria entre você e o Tom Jobim em canções de cunho ambientalista? Vocês estavam preparando o último disco do Tom? Rio 92, estávamos começando....O disco [Antônio Brasileiro] só saiu mesmo em 94, mas já estávamos pensando no disco.

*E o Tom estava com a Banda Nova, você tocava nela, e receberam a encomenda daquela música em inglês [*Forever Green*].... Sim. Foi tipo uma encomenda. Não sei bem quem, pediu uma música para a Rio 92. É uma música bem didática, pensando nas crianças, no futuro.*

E tinha que ser em inglês por que era uma conferência internacional? Eu acho que sim, eu acho que era um show com artistas internacionais. A Rio 92 era um evento internacional. Não sei dizer se pediram que a música fosse em inglês, mas acho que naturalmente

nós a fizemos em inglês, que era para alcançar o mundo todo.

Há uma entrevista da década de 1980, com o Roberto Dávila, no DVD Tom Jobim ao vivo em Montreal, quando ele já falava do problema das queimadas. De onde vinha a preocupação do Tom Jobim com a questão ambiental? Eu acho que esse interesse veio da Mata Atlântica, que ele conhecia mais a fundo, e que ele viu ser destruída. Ele conhecia essas matas aqui perto do Rio de Janeiro. Ele viu, desde o interior de São Paulo, onde ia muito, os jequitibás, as matas grandes. Ele conhecia essas matas que foram sendo cortadas sem nenhum cuidado, sem pena. Vão cortando para fazer lenha, para fazer carvão.

Ele foi criado em fazendas, conhecendo a natureza de perto, e vendo que estavam destruindo tudo. Havia uma fúria em queimar, como se isso fosse um grande progresso; queimar toda a floresta para colocar gado; e [progresso] não é isso. Mas continua acontecendo...

O que se chama de progresso aqui, é o sujeito plantando soja para vender para o porco chinês comer. Eles acham que isso é mais importante do que ter as riquezas do Brasil; “vamos vender soja pro porco chinês”. E aí você destrói tudo porque isso está dando lucro naquele momento. Pode ser que em outros momentos não dê lucro nenhum. Enfim, a gente não tem muito respeito pelo Brasil, pela riqueza do

● ● Nós temos uma biodiversidade enorme, agora é, se a gente quer essa biodiversidade ou se a gente vai acabar com ela à toa. ● ●

Brasil. A gente vai destruindo tudo, tudo a troco de nada. Tem uma máquina nova, então corta tudo. Há muito tempo que vem sendo assim.

Essa mentalidade sobre o que seria o progresso é que explica o comportamento de alguns parlamentares contrários a manutenção da mata ciliar e ao pagamento de multa pela destruição conforme vemos nas discussões sobre as alterações no Código Florestal? Isso não é progresso, você desmatar todas as beiras de rios, você cria erosão, um deserto. É algo que meu pai dizia: “é uma coisa sistemática, criação sistemática do deserto”. Você pega o planalto central todo que é irrigado por chuvas que vêm da Amazônia e você vai entrando pela Amazônia e cortando a floresta: está se fazendo um deserto no planalto central. O Cerrado já é seco e vai secar tudo em volta e tirar as águas, as nascentes de tudo? Vai virar o deserto do Saara. E não tem uma desculpa racional para ir cortando. Eles dizem: ah, os pobres agricultores. Não há pobre agricultor nenhum. E o Partido Comunista fica do lado de grandes conglomerados de agricultura porque isso não é agricultura familiar coisa nenhuma.

Nesses 20 anos entre as duas conferências, o Brasil evoluiu em termos de proteção ao meio ambiente ou as pressões aumentaram? Eu acho que hoje a gente tem um discurso geral da sociedade mais preocupada com o

meio ambiente e ao mesmo tempo o Congresso Nacional está querendo destruir um Código Florestal que na década de 1960 já era muito bom e pouco era respeitado. Então, agora, vira farra do boi e não dá para entender isso; leis sérias que agora se joga fora porque comprou um caminhão/trator novo e você quer botar para quebrar. Depois que acaba tudo, fica o deserto, e o caminhão e o trator perdidos no mato, ou no capim porque não tem mais mato.

O Brasil se vangloria de ser uma potência da biodiversidade. Nós nos comportamos como liderança? Temos condições? Nós temos uma biodiversidade enorme, agora é, se a gente quer essa biodiversidade ou se a gente vai acabar com ela à toa. Quando nos dirigimos ao mundo e o mundo olha para o Brasil, diz: ‘Eles têm um tesouro ambiental ali’. Mas agora se a gente não vai cuidar disso seriamente, eles vão parar de ouvir a gente; porque a gente não faz muito por onde respeitar a riqueza que a gente tem.

Tem alguma coisa importante ocorrida durante a Rio 92 que ficou na sua memória? Algo que me impressionou foi uma conversa, um vídeo com vários caciques indígenas importantes; e eles estavam falando coisas que hoje em dia as pessoas estão começando a perceber. Eu acho que deveria haver um encontro das lideranças indígenas, que têm uma outra visão do Brasil que não é essa de sair cortando tudo. Eles

querem a floresta porque eles vivem na floresta e a gente deveria viver das riquezas do Brasil e não, ao contrário, exauri-las até o fim

Letra de Forever Green

de Antonio Carlos Jobim
e Paulo Jobim

Let there be flowers
Let there be spring
We have few hours to save our dream
Let there be light
Let the bird sing
Let the forest be forever green
Little blue planet
In great need of care
Crystal clear streams
Lots of clean air
Let's save the Earth
What a wonderful thing
Let it be forever green [...]

*retirada de http://www2.uol.com.br/tomjobim/ml_forever_green.htm

Entrevista

Série Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?



**EDWIN
VÁSQUEZ**

A Conferência Rio+20 pode ser uma oportunidade histórica para promover a segurança jurídica dos territórios indígenas e favorecer a aplicação de instrumentos que viabilizem o desenvolvimento sustentável. Essas decisões devem contar com a participação dos povos indígenas.

As expectativas são de Edwin Vásquez, líder indígena e coordenador geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), instituição fundada há quase 30 anos e que representa mais de 2,5 milhões de pessoas distribuídas em 10 milhões de quilômetros quadrados da Floresta Amazônica, em 9 países da América

do Sul. A seguir entrevista que concedeu por escrito.

O que fazia à época da Rio 92? Recorda-se de algum episódio que marcou aquela conferência? Eu estava na COICA, com o presidente da organização naquela época, Evaristo Nunkuag, que no espaço oficial participou da Cúpula da Terra da Rio 92 e foi muito ativo na apresentação das propostas com relação à Agenda 21 e aos princípios sobre florestas. Na área não oficial, a participação foi espaço indígena mundial denominado Karioca.

Quais os principais legados da conferência Rio 92? O principal legado foi o de marcar uma nova tendência de um modelo de desenvolvimento sustentável que respeite a natureza, ainda que tenha ocorrido apenas na teoria.

O modelo de desenvolvimento sustentável ainda não foi aplicado à realidade. Até agora, predominaram os interesses extrativistas e a aprovação dos recursos naturais de todo tipo. No caso dos povos indígenas, seus direitos territoriais são ignorados, e não há sequer o direito a uma consulta prévia.

Entre as resoluções daquela conferência, alguma área não avançou? Não foram registrados avanços na redução de emissões de gases de efeito estufa produzidos pelas grandes indústrias dos países desenvolvidos, nem no controle do desflorestamento. Também não

foi possível controlar a pirataria sobre os recursos da biodiversidade.

Qual deveria ser o principal resultado da Rio+20? No caso dos povos indígenas, são esperadas decisões contundentes, com vistas a garantir a segurança jurídica dos territórios indígenas e dar uma maior firmeza à aplicação dos elementos do desenvolvimento sustentável, em vez da tendência da economia verde.

Espera-se também que se consolide o direito à plena e efetiva participação dos povos indígenas, e que estes participem das decisões que lhes envolvam direta ou indiretamente.

Qual sua opinião sobre o texto base da Rio+20? Em tese, uma política global que prime pelo respeito ao meio ambiente e à natureza, e pela soberania dos países sobre os recursos naturais de origem.

Como setor empresarial e sociedade civil podem contribuir para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável? Criando políticas e marcos regulatórios que sejam resultado de consenso e que, ao serem aplicados, tenham a participação dos atores envolvidos, entre os quais os povos indígenas.

Qual a viabilidade da estruturação da chamada “economia verde”? Uma ‘economia azul’ seria também importante? Uma economia verde só será possível se forem garantidos também



● ● A solução de futuro deve contemplar políticas que primem por uma plena e efetiva participação dos povos indígenas nas decisões políticas e normativas e em sua implantação. ● ●

os direitos das pessoas e se esses direitos não se antepuserem ao interesse de extração dos recursos naturais. O chamado “bem viver”, por exemplo, implica o respeito aos direitos da natureza e das pessoas. Os recursos financeiros gerados devem, sobretudo, ser direcionados a políticas sociais em educação, saúde, habitação, acesso à água e alimentação. O respeito pela conservação de florestas tropicais e seu

uso sustentável também deve ser uma prioridade para o Estado.

Num enfoque direcionado ao acesso dos cidadãos a comida, água, energia, como governos e sociedade devem olhar para o meio ambiente? Qual é a solução de futuro para a Amazônia, o Brasil e a América Latina? A solução de futuro deve contemplar políticas que primem por uma plena e efeti-

va participação dos povos indígenas nas decisões políticas e normativas e em sua implantação. É fundamental adotar princípios do direito à natureza e respeitar as florestas como ecossistemas de mitigação das mudanças climáticas de contribuição holística e não apenas pela importância do armazenamento de carbono.

Entrevista

Série Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?



Agência UEL

IGNACY SACHS

O economista polonês, naturalizado francês, Ignacy Sachs (85 anos) é uma das principais referências para se pensar o desenvolvimento sustentável. Desde os anos 1980, Sachs discute as possibilidades de um novo paradigma de desenvolvimento, baseado na convergência entre economia e ecologia, considerando a atuação do homem desde o início da revolução industrial.

Ignacy Sachs morou no Brasil entre as décadas de 1940 e 1950, onde iniciou sua formação acadêmica, e fez seu doutorado na Índia. Além disso, trabalhou na Polônia socialista e lecionou na França onde criou o Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo.

A formação cosmopolita é um dos conselhos de Sachs aos mais jovens. “Faz muitos anos que eu vivo desse capital”, disse ao término da entrevista para o WWF. Sachs recomenda especialmente que o Brasil envie e receba estudantes a outros países que tenham problemas semelhantes na questão ambiental. Para ele, o confronto das experiências poderá proporcionar “um fantástico avanço para encontrar soluções concretas aos problemas dos diferentes países do bloco dos países emergentes”. A seguir os principais pontos da entrevista concedida.

O que fazia à época da Rio 92? Recorda-se de algum episódio que marcou a conferência? Eu participei de vários eventos paralelos da Rio 92. Se me recordo, ocorreu um seminário muito interessante em Curitiba; e fizemos também uma viagem à Amazônia com seminário em Manaus. Eu participei de várias atividades ligadas à conferência, dentro e fora dela. Eu diria que a parte mais viva e mais importante do Rio foi o que estava acontecendo na Praia do Flamengo e em vários lugares da cidade.

Quais países tiveram participação mais destacada na Rio 92? Como foi a participação dos latino-americanos? Não tenho condições para responder por que passaram-se 20 anos e esse não era o foco da nossa análise. O que ocorreu de importante no Rio foi tudo aquilo que ocorreu fora da conferê-

cia oficial. A conferência lá longe, na Gávea, com um cinturão de tanques e uma segurança muito reforçada para não entrar ao lado de dentro. Mas na praia do Flamengo havia uma série de atividades extremamente importantes e diversificadas. Desse ponto de vista, a Rio 92 segue muito bem a tradição iniciada em Estocolmo de 72, de que ao redor de uma conferência oficial das Nações Unidas passa-se uma segunda conferência da sociedade civil organizada. Estou certo de que isso vai acontecer; porém não sei dizer como vai acontecer, que proporção terá e, sobretudo, que diálogos sobre o que acontece na periferia da conferência oficial influenciarão a conferência oficial e quais os desdobramentos ocorrerão depois. Isto é a grande questão, é a nossa capacidade de caminhar para um diálogo político aberto no qual a sociedade civil organizada desempenha um papel relevante.

Quais foram os principais legados da conferência Rio 92? Da conferência Rio 92 surgiu a Agenda 21 que é um documento certamente importante. E surgiu também uma frustração porque a Rio 92 aconteceu na contramão da história; porque estávamos em um momento que se seguiu a implosão da União Soviética e uma enorme ofensiva do neoliberalismo. Por isso, acho que muitas das conclusões da Rio 92 não tiveram o avanço que mereciam por causa de uma constelação de forças políticas desfavoráveis.

Os rumos que o capitalismo tomou no final do século passado fez aumentar a pressão sobre o meio ambiente?

Obviamente se tivéssemos entrado depois da Rio 92 em uma fase de economias planejadas que contemplariam de uma maneira explícita os impactos não só sociais mas também ambientais, estaríamos melhor hoje; mas isso não aconteceu. Nós não saímos da Rio 92 com uma espécie de mega contrato social que necessitamos. Vale a pena lembrar que a Rio+20 vai acontecer em uma data redonda, de aniversário do nascimento de Jean-Jacques Rousseau [1712] e uma data também redonda da publicação do Contrato Social [1762]. Então, o grande problema é se conseguimos fazer da Rio+20 o ponto da entrada assumida em uma nova era geológica: o antropoceno; que na realidade começou com a revolução industrial. Atrás dessa entrada em uma nova era, deveríamos pensar em um mega contrato social no qual os Estados desenvolvimentistas, os trabalhadores e os empresários e a sociedade civil organizada estejam se articulando explicitamente.

Os BRICS podem ser bom jogadores na questão ambiental ou tendem a repetir modelos ultrapassados? Eu acredito menos no BRICS do que nos IBAS (Índia, Brasil, África do Sul), porque tanto a Rússia quanto a China tem visões que não coincidem necessariamente com a visão dos países emergentes do qual o Brasil e a Índia são os dois abre-alas.

Brasil e Índia não seriam grandes “pecadores”? Todos os bípedes que andam por esse planeta são ao mesmo tempo pecadores e sonhadores. Não estou dizendo que só pelo fato de aproximar o Brasil e a Índia como os dois abre-alas do bloco dos emergentes, os dois países vão automaticamente, da noite para o dia, resolver todos os seus problemas internos. Temos que pensar primeiro a economia verde, mas uma economia que não perde dimensões sociais do problema. Temos que pensar a questão de um pacto político ao redor dos objetivos de um desenvolvimen-

to que seja socialmente “includente” e não “inclusivo”. O prêmio Nobel indiano de economia Amartya Sen usa o termo em inglês “inclusioner”. Nós precisamos de uma marca para nossa ação no sentido de construir uma economia includente e, ao mesmo tempo, ambientalmente sustentável. Isto deve estar no centro de um pacto político entre as diferentes forças vivas de cada nação e entre um pacto internacional entre os Estados que abraçam esta filosofia. Portanto, este é o desafio da Rio+20, entrar nesse caminho, reconhecer que estamos na nova era, o antropoceno, que já estamos nela desde a revolução industrial mas tardamos em a reconhecer e definir, a partir disto, estratégias de desenvolvimento nacionais que convirjam com essa preocupação de sustentabilidade ambiental e de avanços sociais.

Para fazer isso, eu acredito que devemos voltar a planejar, ou seja, temos que recolocar na pauta das prioridades a questão de um planejamento, mas um planejamento que seja democrático, que seja com alto grau de planejamento das forças vivas de cada nação na formulação desses planos. Nós precisamos de um planejamento baseado nesse conceito de desenvolvimento socialmente “includente”, ambientalmente sustentável e organizado a partir de um diálogo quadripartite entre o Estado desenvolvimentista, os empresários, os trabalhadores e a sociedade civil organizada. Se dependesse de mim, eu daria aos Estados-membros das Nações Unidas um tempo hábil, uns dois ou três anos, para que coloquem na mesa seus planos de desenvolvimento “includente” sustentável. Ao mesmo tempo, eu redobraria os reforços das Nações Unidas para gerar um verdadeiro e importante fundo de desenvolvimento “includente” sustentável.

Como poderia ser financiado esse fundo? Poderia ser financiado da seguinte maneira: primeiro, voltar a um compromisso, várias vezes enunciado da boca para fora, mas nunca realizado pelos países ricos, acrescentando a

● ● O importante é definir uma estratégia com objetivos concretos, dizendo quem faz o que, mais do que ficar pensando em novas instituições que forçosamente vão se chocar com as instituições existentes e vão dar lugar a um grande desgaste institucional. ● ●

isso uma taxa sobre as especulações financeiras. Poderíamos acrescentar ainda um imposto sobre as emissões de carbono, que teria dupla função de frear as emissões exageradas de carbono que provocam o aquecimento global e gerar um fundo de desenvolvimento. Por último, começariamos a cobrar pedágios sobre áreas e oceanos aos aviões e navios que os atravessam, partindo do princípio de que são patrimônio comum da humanidade. Quem utiliza, paga. Com essas quatro fontes seríamos capazes de criar um grande fundo de desenvolvimento “includente” sustentável administrado pelas Nações Unidas.

Outra ferramenta indispensável são as redes de cooperação científica e técnica que se pautam por uma nova geografia. Não se trata de Norte-Sul, meridianos, mas trata-se de cooperação Sul-Sul, paralelos, para gerar o máximo de cooperação científica e técnica ao redor de biomas semelhantes, compartilhados por países dos diferentes continentes. Assim, ter uma

rede de cooperação sobre a floresta tropical úmida como a floresta Amazônica, mas incluindo a floresta do Congo, as florestas da Indonésia e da Índia, e assim por diante. Formando uma geografia de cooperação científica e técnica por biomas, incluindo nessa visão um tema que é muito importante para vários países que é a interface solo-água; ou seja, ao longo dos litorais dos mares, ao longo dos rios, nos lagos naturais e artificiais, e sempre com uma visão comum do tema, e soluções diferenciadas. Como fazer com que a revolução verde avance do lado do solo e como conjugá-lo com a revolução azul dentro da água, ou seja, sistemas integrados de produção de alimentos e até de energia, nessa interface terra-água?

Qual sua opinião sobre o texto base da Rio+20? Eu não tenho uma posição e não quero me pronunciar sobre isto porque não creio que essa é a tônica da conferência, ou seja, já temos muitas organizações internacionais. Para mim a prioridade é definir uma estra-

tégia e fazer com que as organizações existentes mudem no que for necessário por dentro para trabalharem na direção desejada, fechando umas agências e abrindo outras, em geral, leva a uma grande perda de tempo, energia e dinheiro. Ou seja, temos as comissões regionais, as agências substantivas, vocês acabam de eleger para a FAO [Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação] o José Graziano – digno sucessor da tradição de [médico e geógrafo] Josué de Castro [autor do livro Geografia da Fome, de 1946]; vamos usar as instituições existentes, adaptando-as. O importante é definir uma estratégia com objetivos concretos, dizendo quem faz o que, mais do que ficar pensando em novas instituições que forçosamente vão se chocar com as instituições existentes e vão dar lugar a um grande desgaste institucional.

O que o senhor espera acontecer na Rio+20 em relação à Amazônia e que papéis podem ter os países amazônicos, o Brasil e os demais, nessa conferência? Primeiro, é óbvio que não há uma solução única. Do ponto de vista energético nós temos que trabalhar com três conceitos. Primeiro, sobriedade, ou seja, não gastar energia à toa. Segundo, eficiência; aprender a produzi-la bem. Terceiro, buscar alternativas quanto às fontes de energia; e a minha opinião é de como sair das energias fósseis tanto quanto pelo problema do aquecimento quanto pelo esgotamento das reservas de petróleo que vão nos obrigar a usar, por um certo tempo, o pré-sal (petróleo submarino) etc. Eu não digo para abrir mão disso, mas assinalo que são soluções relativamente limitadas pelo tempo, então temos que dar uma importância grande às energias renováveis. Nas energias renováveis, nós temos a maremotriz (que ainda não sabemos usar bem) e temos exemplos pequenos, como a eólica, que está vindo, mas que por si só não vai resolver o caso. Não podemos abrir mão da bioenergia. Ao considerar a produção de bioenergia vamos considerá-la juntamente a produção de alimentos e ver em

que medida os objetivos do aumento da produção de alimentos podem ser harmonizados com a utilização dos resíduos da produção de alimentos para bioenergia. Enfim, como os dois objetivos devem andar de mãos dadas e pés juntos, a resposta é que não há uma solução única e temos que explorar todos esses problemas.

O senhor espera algum protagonismo dos países amazônicos além do Brasil? Acredito que o Pacto Amazônico veio para ficar e que o Brasil tem um papel extremamente importante pelo tamanho da Amazônia brasileira. Protagonismo na conferência propriamente dita, maior ou menor, eu não tenho elementos para julgar. Eu não abriria mão da ideia de que os países amazônicos têm que trabalhar conjuntamente o tema do melhor aproveitamento de seus enormes recursos naturais renováveis, sem falar do fato de que há na Amazônia reservas minerais enormes e que estão muito longe de terras exploradas que possuem riquezas naturais. A questão é como fazer isso respeitando os objetivos sociais, como fazer isso sem esquecer as populações indígenas que vivem na Amazônia. Nós temos sempre que pensar no tripé de objetivos sócios de prudência ambiental e de viabilidade econômica. A viabilidade se constrói pela ação dos Estados e dos povos, só que ao construir a viabilidade econômica devemos tomar todo cuidado para não fazer ele por um custo social excessivo e também todo o cuidado para não fazer por meio de uma incorporação predatória das riquezas naturais. Se a gente ficar atento a esses três objetivos articulados, eu acredito que vocês aqui, no Brasil e na América Latina, podem ainda não só avançar muito, mas criar modelos que terão um impacto muito positivo sobre o que poderá acontecer no futuro na África e em certos países na Ásia, abrindo sempre os olhos e dando a devida importância à troca permanente das experiências concretas e isso me permite me dar a sugestão de fazer um esforço muito maior para criar um intercâmbio de estudantes.



IGNACY
SACHS

Entrevista

Série Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?



Foto cedida pelo entrevistado

EDUARDO VIOLA

O sociólogo argentino, naturalizado brasileiro, Eduardo Jose Viola, professor de Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB), não guarda grandes expectativas quanto à realização da Rio+20. A nova conferência será diferente da que aconteceu há 20 anos. Naquela época, os países estavam dispostos a debater novos temas globais. Agora não. O problema é que o avanço poderia questionar o interesse econômico prevalecente, o uso de matrizes energéticas insustentáveis e ameaçar o modelo de negócio existente com um novo paradigma. Isso explica o baixo interesse político de muitos chefes de Estado pela Rio+20.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista que o acadêmico concedeu ao WWF.

O que fazia à época da Rio 92? Recorda-se de algum episódio que marcou a conferência? Eu era professor titular de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina. participei e organizei eventos acadêmicos paralelos à conferência Rio 92. Além disso, tinha contato com ONGs e dialogava com elas sobre questões da conferência.

Os interesses daquela época eram os mesmos que vemos hoje? Não. O interesse era muito superior. Era um momento muito diferente do sistema internacional. Aquela era a primeira grande conferência pós Guerra Fria para debater os novos temas globais da humanidade, que anuncia uma capacidade de cooperação muito mais alta no sistema internacional do que havia acontecido anteriormente por causa do bloqueio da Guerra Fria. Nesse sentido, foi uma conferência que despertava um interesse altíssimo. Em 1992, houve a emergência do problema ambiental global no sistema internacional com força, embora ainda tivesse um status secundário. Hoje, o problema climático - não todos os problemas ambientais - tende a entrar no sistema internacional, mas há um impasse muito profundo para avançar. Sendo assim, a conjuntura é muito diferente. É incomparável.

Quais países tiveram participação mais destacada na Rio 92? Como foi a participação dos latino-americanos? A participação é sempre mais importante dos países que são mais centrais em sistemas internacionais. Naquela conferência se destacou a atuação de alguns países europeus, como Alemanha, França, Reino Unido, Suécia e Holanda, por exemplo. Sempre é importante destacar a participação dos Estados Unidos e do Japão. Da América Latina, eu apenas colocaria em um plano junto com o Brasil, a Costa Rica. O Brasil se destacou e muito mais por ser o país sede e por ter tido um presidente, [Fernando] Collor, que havia provocado uma ruptura com a política ambiental conservadora dos presidentes anteriores ao nomear como ministro de Meio Ambiente [ainda com status de secretário da Presidência da República naquela época], José Lutzenberger que era considerado pelos governos anteriores como radical e extremista. Podemos dizer que a Colômbia, sendo um país muito rico em biodiversidade, também teve nessa área específica uma atuação mais relevante.

Quais foram os principais legados da Rio 92? O legado é ter colocado os problemas ambientais como um ponto muito importante na agenda internacional. A maioria dos países do mundo até essa época não tinham o menor interesse e preocupação com os problemas ambientais. A partir

daí, os problemas ambientais globais passaram a fazer parte do cotidiano da agenda internacional, mesmo que não no centro da agenda.

A frustração tem a ver com a distância entre o que foi definido na Rio 92 e a implementação posterior. Os problemas ambientais globais se agravaram extraordinariamente nesses 20 anos. E o avanço da humanidade para lidar com esses problemas tem sido mínimos, ou seja, os problemas são muito mais graves. A emissão de gases de efeito estufa cresceu em média 3% ao ano nesses 20 anos. O que a conferência Rio 92 prometia era todo um processo de redução de emissões dos países desenvolvidos e de redução da curva de emissão dos países em desenvolvimento. Nada disto aconteceu, salvo algumas exceções.

No caso da biodiversidade, a destruição continuou na mesma proporção. O que houve foi um aumento de áreas protegidas, genericamente, ou seja, só no papel, com alguma implementação. O grande planeta da biodiversidade continua sendo destruído na mesma porcentagem que há 20 anos. A diferença é que hoje temos ilhas e arquipélagos protegidos muito mais extensos do que tínhamos antes.

Qual a dificuldade? Por que não se consegue avançar? Não há uma causa; são múltiplas causas. O primeiro ponto fundamental é a cultura contemporânea, o sistema de valores contemporâneos que guia a sociedade e seus governantes. Há um consumismo exacerbado. O sistema de valores que orienta a humanidade é hipermaterialista e hiperconsumista.

Outro problema pouco mencionado, mas é de extrema gravidade, é o contínuo aumento da população da terra, mesmo que isso seja hoje muito heterogêneo, mas a terra já estava superpovoada em 1992 e está muito mais hoje. São fatores que vão definir o nível de possibilidade de proteção ambiental, o nível de consumo, o nível de destrutividade das pessoas e a capacidade da inteligência tecnológica disponível. Quanto mais pessoas, mais consumo com tecnologia atrasada,

mais destruímos o planeta. A questão da superpopulação é uma questão muito importante e isso não se fala nas Nações Unidas, por quê? Porque as Nações Unidas são uma estrutura politicamente correta onde só se fala do que todos concordam em falar; e sobre o resto não se fala.

Há algo muito importante para destacar: temos hoje o sistema capitalista como ele é, ou seja, está baseado no lucro de curto prazo. Todo incentivo do sistema é para não fazer reformas que apontem para a sustentabilidade de longo prazo. Isso não quer dizer que não exista uma minoria significativa e em crescimento de empresas que tentam ser sustentáveis no longo prazo, mas as regras do jogo do sistema são contrárias a isso porque o que legitima os diretores das grandes corporações é que deem lucro para os acionistas, e a curto prazo.

Por último, o modelo energético, sem dúvida. A humanidade criou esse gigantesco capital fixo baseado em carvão e petróleo. O problema maior é o carvão, e isso é importante, pois o consumo está crescendo muito mais rápido que o petróleo, além dele causar um efeito estufa quase que duas vezes mais potente que o petróleo.

No Brasil, a produção de commodities agrícolas tem pressionado a destruição do meio ambiente. Há possibilidade de o País aumentar a produção de alimentos sem impactar mais o meio ambiente? O governo brasileiro, seu núcleo, e o agronegócio estão muito pouco interessados ou têm pouca consciência da gravidade do problema. O que interessa é o curto prazo, o ciclo do negócio, o ciclo político, reeleger-se depois. Quanto a aumentar a produção de alimentos no Brasil sem destruir o meio ambiente, temos experiências de aumento de produtividade em várias áreas do agronegócio, mas podemos aumentar muito mais a produtividade. Além disso, a regulação pode ser estreita o suficiente para que a expansão da produção de alimentos ocorra basicamente em áreas já degradadas, sem necessidade de avançar com desmatamento ou converter áreas. A produção

de alimentos no Brasil é uma questão de aumentar a produtividade, eficiência e Estado de Direito, cumprir lei que seja rigorosa.

Qual sua opinião sobre o texto base da Rio+20? O texto base é um desastre. O estado atual do sistema internacional não favorece avanço de alguma significação na Rio+20, retoricamente pode ter várias declarações, mas basicamente não há avanço. O problema fundamental do mundo não está na Rio+20. Está na mudança climática que o governo brasileiro fez um esforço, totalmente errado, para que fique em lugar secundário na agenda da conferência Rio+20. Diluiu o problema do clima, quando ele deveria ser central e enfatizou a questão social da inclusão não considerando uma ótica sociopolítica - que seria a correta - e que tem a ver com a governabilidade nos três níveis: governabilidade global, nacional e subnacional. Nesse sentido, o documento é muito fraco, não dá para esperar avanços.

A posição mais avançada que existe até agora na Rio+20, mas que não vai triunfar em absoluto, é a posição da União Europeia, de criar uma organização mundial para o meio ambiente. Na verdade, teria que ser algo muito mais profundo do que isso, mas isso ninguém coloca; seria uma estrutura já de governança global, assim por dizer, que limitaria muito mais a soberania nacional. Uma espécie de estrutura de governança que seja uma organização mundial de governabilidade e que subordine as estruturas existentes como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, a Organização Mundial da Saúde. A posição mais progressista e mais consciente é a posição da União Europeia, apoiada por muitos países africanos, mas que o Brasil se opõe porque a posição brasileira continua tendo o fantasma, a paranoia do protecionismo, ou seja, essa organização proposta pode ser perigosa para o Brasil e os países emergentes porque pode estimular o protecionismo. Isso não tem a menor consistência.

Essa organização poderia cuidar do mercado de carbono? Poderia, mas não é só isso, são muitas outras coisas. Qual o principal problema hoje, um problema decisivo da governabilidade ambiental? É a fragmentação do sistema. Você tem centenárias convenções e muitas delas são fundamentais e outras são secundárias, que pouco falam entre si. O PNUMA [Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente] é uma organização muito fraca, embora cumpra uma função relevante no plano científico. Então uma organização ambiental mundial com um poder equivalente ao da Organização Mundial do Comércio é fundamental para a humanidade. Mas esta é a proposta da Europa, mas o Brasil tem se oposto a isso porque é prisioneiro da aliança com os BRICS. O país poderia ter uma posição muito mais progressista em correspondência com o que o governo sempre fala que o Brasil é uma potência ambiental, mas quando chega a hora das definições, onde está a potência ambiental?

O mesmo aconteceu com a nova política industrial. Apesar de ter uma lei de mudanças climáticas, a nova política de produção industrial automobilística, por exemplo, só promove produção de carro no país e não dá a menor importância à eficiência energética, a criação de um carro que seja de etanol puro. Quando vem uma política industrial é quase a mesma de 20 anos atrás.

Qual o papel das economias emergentes, como os BRICS, no impacto e nas soluções para as questões ambientais? Eu diria que os BRICS são apenas um bloco retórico por que o interesse em todos os planos são diferentes. Vamos entrar mais especificamente no que seria a transição para uma economia sustentável de baixo carbono e os problemas ambientais ligados a Rio+20. A Rússia é um país que tem sua economia baseada na exportação de combustíveis fósseis, petróleo e gás natural. É uma economia muito ineficiente, altamente intensiva em carbono e com uma baixa preocupação ambiental. Então,

a Rússia é um ator muito negativo no sistema internacional. A Índia é outro ator muito negativo, um ator esquizofrênico. A Índia sempre disse que o problema tem que ser resolvido pelos outros que o criaram, pois ela não se compromete com meta de nenhum tipo. Então a posição indiana é muito negativa hoje e eles são os que mais vão sofrer e de fato já estão sofrendo.

Os outros atores, China, Brasil e África do Sul, são ambivalentes. A China até quatro anos atrás era uma economia de alta intensidade de carbono, de alta irresponsabilidade na governabilidade global, mas tem mudado, gradualmente. Aonde a mudança fundamental se deu mais foi no interno da política energética porque a China está promovendo muito o desenvolvimento de novas energias renováveis, particularmente a energia eólica, solar fotovoltaica e energia nuclear de terceira geração. Então, tudo isso vai permitir a China diminuir a curva de crescimento de emissão. Ela está criando um novo capital de baixo carbono, mas, ao mesmo tempo que esse é o lado bom, qual é o lado ruim? É que ela quer continuar maximizando a dinâmica do velho capital, altamente intensivo em carbono, continua sendo um grande exportador de manufaturas altamente intensivas em carbono. Essa é mais ou menos a ambivalência da China. Um outro fator, típico de regime não democrático, é que a China se nega a tratar do que envolva o sistema internacional de verificação.

Depois nós temos o Brasil que o ponto chave foi a extraordinária redução do desmatamento a partir de 2005. Digamos que isso permitiu ao Brasil reduzir emissões e mesmo que ainda tenhamos um desmatamento de 6 mil km², o que é vergonhoso, foi um avanço extraordinário em relação à média da primeira metade da década passada que era de 22 mil km² de desmatamento na Amazônia por ano. Então o Brasil teve um avanço importante nessa área que permitiu inclusive uma lei de mudança climática muito avançada ao fim de 2009. Eu diria que a lei brasileira de mudança climática é mais avançada que a sociedade brasileira.

Foi produto de uma janela de oportunidade. O problema da lei é que ela não está sendo implementada. Quando vemos coisas decisivas, como a nova política industrial, vamos em direção oposta à lei de mudança climática. O Brasil é um exemplo de avanço na área de emissões por mudança do uso da terra (desmatamento), mas na área da indústria, o Brasil está estagnado, e na área de energia, o país pode começar a retroceder se der uma importância excessiva aos investimentos na indústria do petróleo.

Até 2008, a África do Sul era o país mais avançado, que mais propunha avanços no sistema de governo ambiental global. A China e o Brasil estão avançando agora e já podemos dizer que os mesmos já passaram a África do Sul. Outro ponto é que a China e o Brasil são muito mais importantes que a África do Sul.

Qual a viabilidade da estruturação da chamada “economia verde”? Uma ‘economia azul’ seria também importante? Eu diria que o que está mais definido neste momento no mundo é a ideia de economia de baixo carbono. Eu acho que esse é um conceito já mais consagrado no sistema científico e no próprio sistema político internacional. A ideia de economia verde, que surge agora, é uma ideia que pode ser muito importante na medida que avance no refinamento no conceito de economia de baixo carbono porque este conceito tem limitação porque está excessivamente concentrado apenas no ciclo do carbono e não nos outros ciclos, como por exemplo o ciclo do fósforo e o da biodiversidade. Nesse sentido, a economia verde poderia ser um avanço maior, mas poderia também ser um modo de diluir, como acabou ocorrendo com a ideia de desenvolvimento sustentável em que todo mundo é a favor porque não significa quase nada. Baixo carbono tem significado porque se mede. Eu seria favorável ao conceito de economia verde, inclusive também a ideia de economia azul, desde que signifiquem um refinamento, sofisticação, maior precisão do conceito de economia de baixo carbono.

O setor empresarial e sociedade civil podem efetivamente contribuir para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável? Em termos gerais, há um setor de empresas brasileiras, várias delas importantes, interessado na Rio+20 e que o Brasil avance na transição da economia de baixo carbono, de sustentabilidade consistente, isso é real. Eu diria que a maioria das empresas brasileiras não estão interessadas ou não tem foco nisso. As empresas interessadas são aquelas que já incorporaram a questão e que estão fazendo mudanças ou já mudaram parte de sua estrutura de produção, logística de fornecedores, em favor de um processo produtivo de baixo carbono ou que tem diretoria visionária ou que são filiais de algumas multinacionais que tem políticas avançadas.

Na sociedade civil, os ambientalistas com certeza estão mais interessados. Aliás, mas muitos ingenuamente porque veem o mundo através do seu umbigo, ou seja, não tem capacidade analítica de compreender a complexidade do sistema internacional, da dinâmica de capacidade e de poderes no sistema internacional. Há organizações, como o WWF, que tem uma visão realista do mundo, digamos que quer transformar o mundo em uma visão realista e não extremista ou radical. Em geral, a média das ONGs ambientalistas é ingênuas. E aqui temos outro ponto. Há uma parte das ONGs que tem uma visão muito radical, que é negativa, uma visão anticapitalista. Essa alternativa não existe.

O dilema da humanidade é continuar com o capitalismo atual e insustentável - que cada vez mais vai por um caminho de provocar muita destruição -, ou reformar o capitalismo na direção do que se chama de capitalismo natural, um capitalismo que redefine a regra do sistema em função de incentivos de lucros em longo prazo e de equilíbrio entre o interesse particular da empresa e o interesse universal da humanidade.

Em termos gerais, eu diria que um problema fundamental na educação, na sociedade brasileira e na mídia é o seguinte: as pessoas fazem discurs-

sos de oportunidade, os diretores de organizações e empresas. Existem poucas pessoas que façam análise profunda e científica da conjuntura e da realidade para ver o que é e o que não é possível para, a partir daí, atribuir responsabilidades. É nesse sentido que estamos sendo inundados com informações de baixa qualidade no Brasil e no Mundo.

Num enfoque direcionado ao acesso dos cidadãos a comida, água, energia, como governos e sociedade devem olhar para o meio ambiente? Qual é a solução de futuro para a Amazônia, o Brasil e a América Latina? A questão de tomarem a Amazônia é um velho discurso obsoleto, usado em geral oportunisticamente por diversos setores. Quem toma a Amazônia é o ilícito transnacional, o crime organizado internacional. O que está destruindo a Amazônia é o não cumprimento da lei. Não há a menor chance de nenhuma potência querer tomar a Amazônia e tudo isso são paranoias típicas de uma mentalidade de segurança nacional totalmente obsoleta. O papel do Exército tem sido fundamental no avanço do Estado de Direito na Amazônia, que fazem pelotões de fronteira, que se transformam numa presença do Estado e diminuem o avanço do crime transnacional.

A governabilidade do Brasil sobre a Amazônia avançou nos últimos anos. Na sociedade brasileira a ideia de que a Amazônia vai ser invadida tem cada vez que menos importância precisamente porque há consciência da possibilidade do Brasil de controlar aumentou; porém ainda é preciso aumentar muito mais. O Brasil deveria alocar mais recursos para a Amazônia, recursos para as Forças Armadas, Polícia Federal, Ibama, Justiça Federal, ou seja, o Estado Federal deveria ser uma espécie de grande apoiador e promotor do Estado de Direito da Amazônia. O que precisamos é de um grande avanço de estado de direito, ou seja, que se cumpra a lei.



**EDUARDO
VIOLA**

Entrevista

Série Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?



Foto cedida pelo entrevistado

PAUL POLMAN

A Rio+20 deve avançar na definição de objetivos de sustentabilidade, associando o enfrentamento da pobreza e a preservação ambiental. Apesar de tamanho propósito, o texto base preparado para a conferência parece aquém e “é um problema para os países membros das Nações Unidas”. Desde a Rio 92, percebe-se alguma frustração quanto ao progresso de temas sensíveis como mudanças climáticas, níveis de nitrogênio e biodiversidade.

Essas avaliações não são de nenhum ativista ambiental, mas de um CEO a frente de uma das principais companhias globais do planeta: Paul Polman, diretor executivo da Unilever.

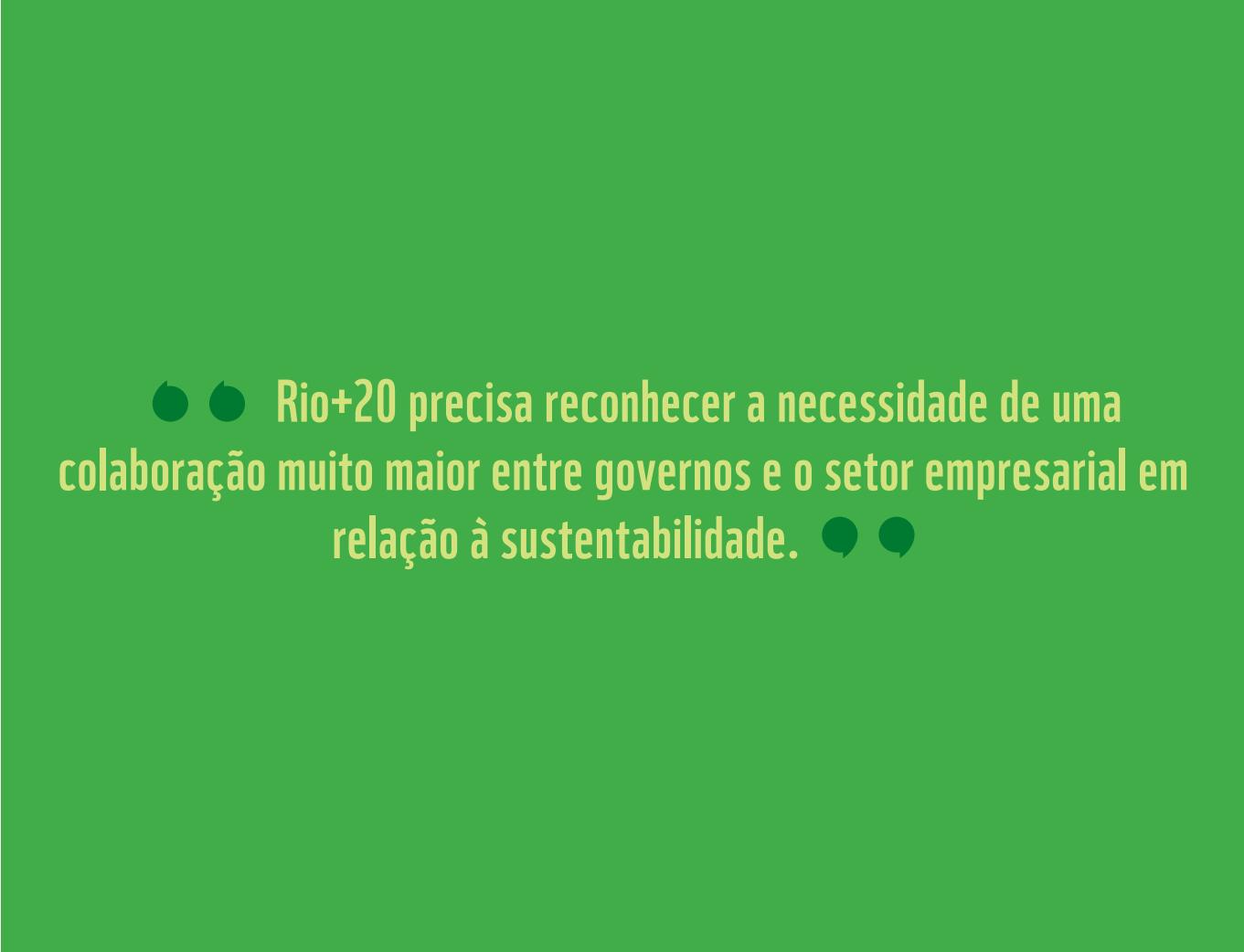
A companhia, que é líder na venda de alguns alimentos, produtos de higiene e de limpeza, tende a se beneficiar do esperado crescimento do consumo nos países emergentes, notadamente os BRICS. Apesar da boa expectativa de mercado, Polman espera que não se repita entre esses os padrões de consumo da Europa e América do Norte, pois se isso acontecer “simplesmente ficaremos sem recursos”, alerta. A seguir, a entrevista concedida por Polman ao WWF.

O que fazia à época da Rio 92? Recorda-se de algum episódio que marcou a conferência? Em 1992, estava morando na Espanha e já estava muito ciente dos problemas com recursos, como água, e das restrições crescentes sobre crescimento econômico e social. A principal realização da Rio 92 foi converter a sustentabilidade de uma questão periférica em uma que não podia mais ser ignorada no debate sobre crescimento econômico e prosperidade. Talvez a maior conquista tenha sido a adoção da Agenda 21 que reconheceu a importância de encontrar o equilíbrio correto e a interconexão entre as agendas ambiental, social e econômica. Tão importante quanto foi o reconhecimento da importância do setor privado e da necessidade de parcerias.

Quais países tiveram participação mais destacada na Rio 92? Como foi a participação dos latino-americanos? Os países da América Latina, incluindo o anfitrião, o Brasil, têm um histórico

importante na promoção das agendas antipobreza e de sustentabilidade. Essa questão é tão relevante para Rio+20 quanto foi para a Rio 92. Atualmente, países como Colômbia, Peru e Guatemala tomaram a dianteira na promoção de crescimento sustentável e na inclusão da ideia de Objetivos de Crescimento Sustentável na agenda da Rio+20.

Quais foram os principais legados da Conferência Rio 92? O legado da Rio 92 continua vivo hoje. O plano de ação Agenda 21 sobre desenvolvimento sustentável acordado em 1992 ajudou a levar à formulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio dez anos mais tarde. A última cúpula do Rio também ajudou a criar a UNFCCC (negociações globais sobre o clima), bem como o World Business Council for Sustainable Development, uma entidade que estimula crescimento mais sustentável no setor privado. Agora, vinte anos mais tarde, governos, sociedade civil e grupos ambientais olham cada vez mais para o setor de negócios para que crie crescimento sustentável. Essa situação é muito diferente da de 1992, quando o setor empresarial não era visto como uma peça central na busca soluções de sustentabilidade, como é o caso hoje. Vinte anos atrás, as empresas ainda não tinham entendido a importância fundamental de sustentabilidade para o crescimento dos negócios. Na Rio+20, o setor empresarial não só poderá mostrar a jornada que empreendeu, como também poderá assumir uma posição de liderança em áreas chave para o futuro.



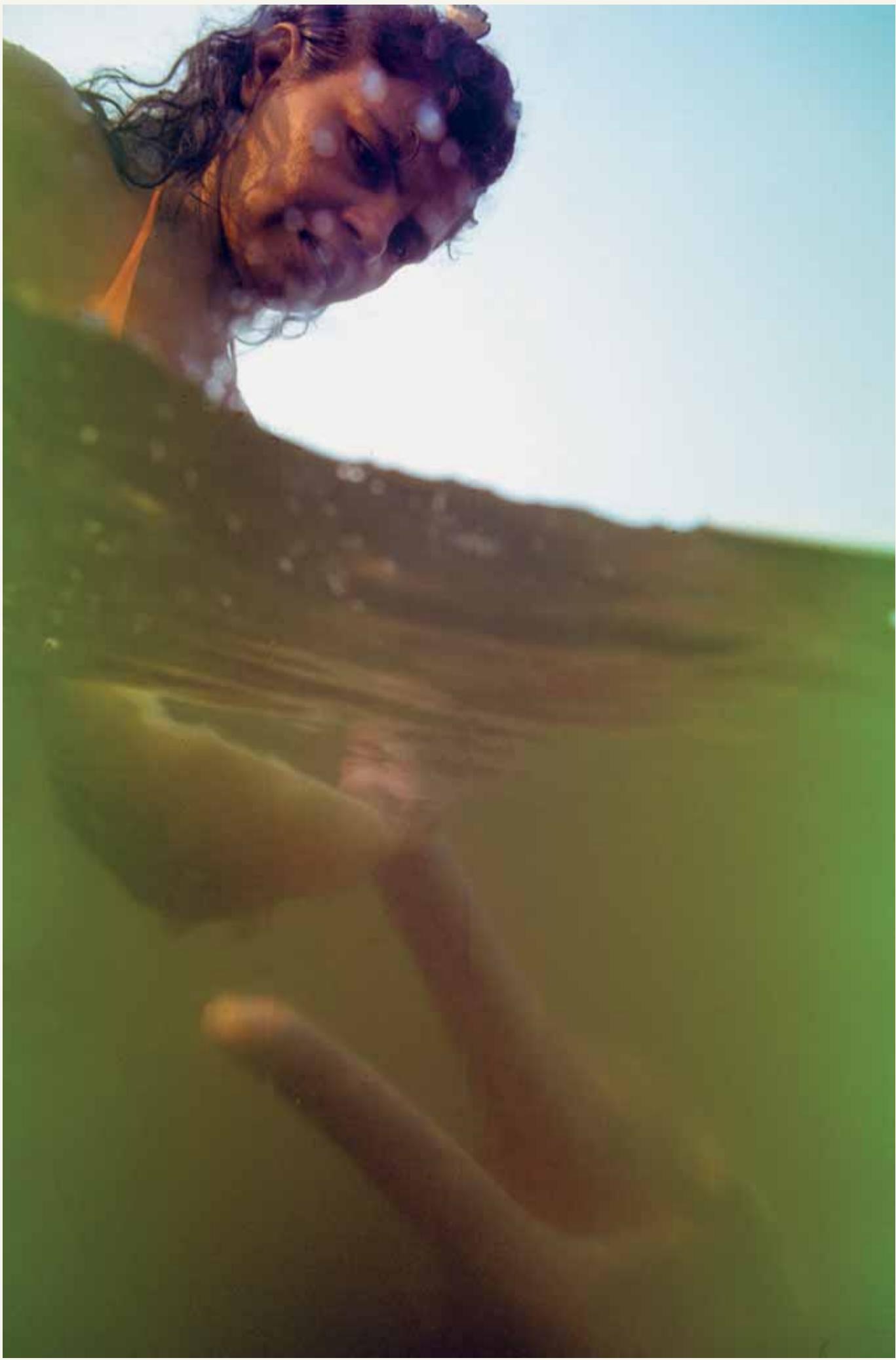
● ● Rio+20 precisa reconhecer a necessidade de uma colaboração muito maior entre governos e o setor empresarial em relação à sustentabilidade. ● ●

Entre as resoluções da Rio 92, alguma área não avançou? O desafio com todos os processos globais é manter o ímpeto. Enquanto muitos gostariam que tivéssemos tido mais ações durante os últimos vinte anos em termos de desenvolvimento sustentável, é importante focarmos nos progressos que tivemos, e como poderemos avançar a partir desses. No entanto, a impaciência é justificada em algumas áreas, em particular mudanças climáticas, níveis de nitrogênio e biodiversidade.

Qual deveria ser o principal resultado da Rio+20? Acredito que Rio+20 oferece duas grandes oportunidades. Primeiro, devemos iniciar um processo para definir objetivos de sustentabilidade para o período de 2015 a 2030. Esses funcionariam como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a diferença é que se aplicariam a todos os países e abrangeriam tanto as questões de pobreza como as ambientais. Segundo, e de extrema importância, as

empresas têm que ser incluídas nessa agenda. Rio+20 precisa reconhecer a necessidade de uma colaboração muito maior entre governos e o setor empresarial em relação à sustentabilidade. E um número maior de empresas precisa se engajar mais em prol do crescimento sustentável. É importante para o setor empresarial que os governos promovam as recompensas e os incentivos certos nas políticas públicas para que as empresas sigam esse caminho.

Qual sua opinião sobre o texto base da Rio+20? O texto é um problema para estados membros da ONU, mas eu estimularia os governos a se comprometerem com propostas mais detalhadas que suportem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assim como as exigências das empresas de políticas públicas que estimulem ainda mais o desenvolvimento sustentável. Estamos no ponto onde ações específicas falarão mais alto que as palavras. Acho que o setor empresarial está preparado para isso.



Como setor empresarial e sociedade civil podem contribuir para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável? Grupos da sociedade civil e as empresas têm muito a ganhar trabalhando juntos. Vimos isso na Unilever. Por exemplo, trabalhamos com parceiros como o Unicef para ensinar a crianças de idade escolar os benefícios de se lavar as mãos com sabonete - que ajuda a prevenir diarreia e doenças respiratórias. A Unilever também trabalha com a Rainforest Alliance para garantir que nosso chá e nosso cacau venham de fontes sustentáveis. Ao reconhecer o papel crucial uns dos outros na sociedade e na proteção do meio ambiente, temos muito a ganhar muito com a colaboração. Simplesmente não conseguiremos fazer tudo sozinhos.

Qual é o papel das economias emergentes como os BRICS nos impactos sobre o meio ambiente e nas soluções de questões ambientais? Mais de 50% dos negócios da Unilever estão nos mercados emergentes e em desenvolvimento, e essa proporção deverá atingir 70% até o ano de 2020. É esse crescimento que destaca a importância de se mudar para um novo modelo sustentável de negócios. Já estamos consumindo os recursos da Terra mais rapidamente que a natureza consegue os repor, e se as classes médias das economias emergentes começarem a replicar os padrões de consumo da Europa e América do Norte, simplesmente ficaremos sem recursos. Os BRICS e o setor empresarial são atores vitais no desenvolvimento das políticas públicas e das ações empresariais necessárias para endereçar as questões de eficiência hídrica e energética, resíduos, reciclagem e fontes sustentáveis.

Qual a viabilidade da estruturação da chamada “economia verde”? Uma ‘economia azul’ seria também importante? Os conceitos de economia verde e azul são maneiras úteis de começarmos a pensar sobre como reconhecemos que a escassez de recursos é um problema hoje em

dia e como se tornará cada vez mais crítico para o crescimento econômico no futuro. É perfeitamente possível alcançar um crescimento sustentável e equitativo. A experiência da própria Unilever mostra que conseguimos fazer nosso negócio crescer enquanto reduzimos nossa pegada ambiental e garantimos o uso de matérias sustentáveis. Os elementos necessários são uma mudança de atitude e um novo modelo de negócios.

Num enfoque direcionado ao acesso dos cidadãos a comida, água, energia, como governos e sociedade devem olhar para o meio ambiente? Qual é a solução de futuro para a Amazônia, o Brasil e a América Latina? Uma ideia que a Rio+20 deverá estimular é o desenvolvimento de uma série de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Quando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio expirarem em 2015, precisaremos manter o foco do mundo na pobreza e na fome e, ao mesmo tempo, garantir a colaboração global para lidar com questões ambientais críticas como desmatamento, mudança climática, escassez de água e produção e consumo sustentáveis.

Para superar esses desafios é crucial manter o setor privado envolvido no debate. Na Unilever, crescimento sustentável é a parte central de nosso plano de negócios. No entanto, não podemos atuar sozinhos, em isolamento. Rio+20 oferece uma oportunidade para os governos e as empresas trabalharem juntos no desenho de um plano para um futuro sustentável. Mais empresas deverão aceitar o papel de contribuir para a criação de uma economia mais sustentável e equitativa, mas os governos também deverão viabilizar isso através da promulgação das políticas corretas, para facilitar a atuação das empresas. Também é uma questão de assumir responsabilidade pessoal. Nossa trabalho pioneiro na presidência da força tarefa B20 Foodsecurity é um exemplo disso. Nós todos temos responsabilidade e temos papéis claros na garantia da realização dos objetivos originais da Rio 92. Um futuro melhor para todos.



**PAUL
POLMAN**

Entrevista

Série Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?



Rosewelt Pinheiro/ABr

**ODED
GRAJEW**

O período que separa a Rio 92 e a Rio+20 viu surgir a cultura de responsabilidade social empresarial, que abriga iniciativas das companhias privadas que possam reverter em favor dos empregados e da comunidade, em torno de valores e causas como a sustentabilidade das atividades produtivas e a preservação do meio ambiente.

No Brasil, um dos personagens centrais para o desenvolvimento do conceito foi o engenheiro elétrico Oded Grajew, que iniciou sua vida empresarial nos anos 1970 inovando com uma fábrica pioneira de brinquedos e de jogos inteligentes para crianças e adultos. Na década seguinte, de

redemocratização do país, se dedica ao associativismo empresarial e aproxima o mundo corporativo dos movimentos sociais ao fundar e coordenar o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).

Atualmente, entre outras atividades, ele se dedica ao Fórum Social Mundial e ao Conselho Consultivo do Global Compact, programa desenvolvido pelo ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, que procura mobilizar a comunidade empresarial internacional na promoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho e meio ambiente.

Com essa bagagem e militância, Oded Grajew sabe do papel central da classe empresarial em favor da conservação ambiental e espera que a Rio+20 ajude a colocar na agenda brasileira e na agenda internacional “todas as questões que envolvam a sustentabilidade”. A seguir os principais trechos da entrevista que concedeu ao WWF.

O que o senhor fazia à época da Rio 92? Recorda-se de algum episódio que marcou aquela conferência? Naquela época eu estava na fundação Abrinq [Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos], tinha o PNBE [Pensamento Nacional das Bases Empresariais] e não estava envolvido com a Rio 92. São duas coisas que eu me lembro, a primeira é a quando eu era coordenador geral do PNBE, naquela época, e era a única entidade empresarial que estava

envolvida no processo de mobilização pelo *impeachment* do [presidente Fernando] Collor. A questão ambiental que era uma coisa muito nova para o Brasil naquela época, porque todas as discussões brasileiras eram focadas nas questões sociais, na questão da crise econômica e na política.

Passados 20 anos, as empresas inseriram, pelo menos em discurso, uma preocupação com a sustentabilidade. A sustentabilidade se tornou um valor? Virou. Não existia a expressão “responsabilidade social empresarial” e muito menos o conceito e a cultura. O que tinha no máximo era uma cultura de filantropia nas empresas, onde a empresa separava algum recurso e aplicava em projeto social. Hoje essa cultura foi implementada, não há empresário médio ou grande que não tenha discurso sobre a responsabilidade social e também da sustentabilidade, pois as duas andam juntas. Uma empresa socialmente responsável é uma empresa que procura se desenvolver de uma forma sustentável; são sinônimos do mesmo conceito. Agora existem vários graus de envolvimento e de compromisso das empresas: tem aquelas que ficam com discurso, aquelas que com algum projeto mais filantrópico social e tem aquelas que estão na vanguarda, que incorporam a responsabilidade social ou a sustentabilidade em seus instrumentos de gestão; assim, há variação de grau de comprometimento concreto.



● ● Uma empresa socialmente responsável é uma empresa que procura se desenvolver de uma forma sustentável; são sinônimos do mesmo conceito. ● ●

● ● Quando você se propõe a traduzir o discurso em ações concretas, na realidade tem que assumir compromissos com mudanças; estabelecer metas e valores. ● ●

Que expectativas tem em relação a Rio+20? Primeiro, do lado de governos, acordos governamentais, a minha expectativa é muito baixa, porque vários governos importantes, especialmente da Europa e EUA, estão muito mais com a cabeça na crise financeira e na crise econômica e até têm dificuldade em mostrar um compromisso com a sustentabilidade. Segundo alguns países importantes como Alemanha, França, EUA, estarão saindo ou em meio a um processo eleitoral e, assim, os governos têm receio de colocar alguma coisa, uma mudança decisiva no modelo de desenvolvimento. Além disso, todo o processo de acordos é um processo que envolve unanimidade, tem que ter todo mundo de acordo, o que geralmente rebaja para o mínimo de denominador comum. Então, da parte de governos, é uma expectativa muito baixa.

Agora vai ser importante porque vai ajudar a colocar na agenda brasileira e na agenda internacional todas as

questões que envolvam a sustentabilidade. Vai poder avançar no sentido da sociedade toda se debruçar, informar e preocupar-se com essas questões no Brasil e no mundo. Muita cobertura dos meios de comunicação certamente vai ajudar a avançar a agenda no sentido de envolvimento da sociedade civil e das empresas. Então vai poder avançar no sentido da sociedade toda se debruçar, informar e preocupar com essas questões no Brasil e no mundo, tendo muita cobertura dos meios de comunicação que certamente vai ajudar a avançar a agenda no sentido de envolvimento da sociedade civil e das empresas. Também vai ser muito importante na Rio+20 a visibilidade de quem já faz ou quem está na vanguarda, praticando os conceitos mais modernos de sustentabilidade.

Teremos muitos exemplos de empresas engajadas mundo a fora na Rio+20? Sim, vamos ter. Algumas empresas vão utilizar isso como ma-

rketin, e tem pouco para mostrar de conteúdo; outras que tem mais a mostrar, um engajamento mais completo; vai ter de tudo. Isso virou inclusive valor para as empresas, ter valor de marca. As empresas perceberam que isso é importante para suas ações, mostrar o que elas estão fazendo em termo de responsabilidade social, vão procurar mostrar isso para procurar se diferenciar e vai ter muita cobrança. Vários movimentos sociais vão tencionar e pressionar para avançar mais rapidamente, para que governo, sociedade e empresas se engajem mais na sustentabilidade.

Essas experiências empresariais existosas podem ser apontadas como legado da Rio 92? Certamente podem. Vinte anos é muito tempo e bastante coisa aconteceu. Hoje o mundo da comunicação, as informações circulam muito mais rapidamente, a sociedade se informa e conhece muito mais a respeito de tudo, inclusive sobre as empresas. O setor empresarial é um setor muito poderoso na sociedade, um setor de muita visibilidade, muitos recursos financeiros e econômicos, é um setor que tem a mídia na mão, por ser um grande anunciante, um setor que financia campanhas eleitorais e políticos. Então os olhares da sociedade aumentaram muito sobre as empresas e as exigências e expectativas em relação a empresa. Já que o setor tem muito poder e muitos recursos, a sociedade demanda muita responsabilidade e da mesma forma a sociedade se mobiliza em relação as empresas, tanto para pressionar, quanto para rejeitar ou apoiar.

Qual sua opinião sobre o texto base da Rio+20? O que chama a atenção é que existe uma falta de sincronismo com as urgências, de repensar o modelo de desenvolvimento e o real compromisso, a visão dos governos do que tem que ser feito, do que é necessário fazer. É um texto muito pobre em relação a aquilo que se espera que governos façam e sua visão em relação a que é necessário fazer. Não é um texto que fundamentalmente questiona

na o modelo de desenvolvimento que tem levado o mundo ao estado atual. Também faltam no texto reais compromissos com o modelo de desenvolvimento sustentável, de compromissos concretos.

Qual a viabilidade da estruturação da chamada “economia verde”? Quando você se propõe a traduzir o discurso em ações concretas, na realidade tem que assumir compromissos com mudanças; estabelecer metas e valores. Um exemplo de compromisso com a mudança seria, aqui no Brasil, colocarmos em votação no Congresso Nacional a proposta de emenda constituição 52/2011 que estabelece a obrigatoriedade para presidente da República, governadores e prefeitos estabelecerem metas para suas gestões baseados no desenvolvimento sustentável. Conforme a proposta, 90 dias após a posse, eles têm que apresentar metas e números em relação a todas as áreas da gestão pública e a todas as regiões que estão sobre sua governança.



ODED
GRAJEW

Entrevista

Série Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?



Foto cedida pelo entrevistado

JOSÉ GOLDEMBERG

O renomado físico brasileiro José Goldemberg, 84 anos, era o secretário de Meio Ambiente da Presidência da República quando o país sediou a Rio 92. Ele atuou para que a conferência tivesse sucesso e participação efetiva dos países cuja a economia ou a dinâmica populacional tinham (e têm) forte impacto nas condições ambientais de todo o planeta. Rio 92

Em entrevista por escrito, o cientista aponta como grandes legados da Rio 92 a adoção da Agenda 21 e o início das discussões para a elaboração da Convenção do Clima e da Convenção da Biodiversidade, que espera ver ações aprofundadas depois da Rio+20. Apesar da expectativa positiva, Goldemberg é crítico do

texto base da nova conferência: “se limita a reafirmar decisões tomadas pelos países ou pelas Nações Unidas que foram insuficientes para evitar os problemas enfrentados na área ambiental”, assinala.

Além de secretário de Meio Ambiente, ele foi secretário de Ciência e Tecnologia e Ministro da Educação, entre outros cargos públicos que ocupou. Em suas atividades acadêmicas, o cientista dedicou sua carreira a pesquisas sobre física nuclear, energia, planejamento energético e aproveitamento de biomassa. A atuação de José Goldemberg nas diferentes áreas é reconhecida em diversos prêmios, entre eles o Prêmio Planeta Azul - concedido pela Asahi Glass Foundation em 2008. A seguir, a entrevista na íntegra.

O que fazia à época da Rio 92? Recorda-se de algum episódio que marcou a conferência? Era Secretário de Meio Ambiente da Presidência da República que, na prática, era o Ministério do Meio Ambiente com as atribuições que tem agora, acumulando o cargo com o de Secretário de Ciência e Tecnologia. O que mais marcou a Rio 92, do ponto de vista do Brasil, foi o engajamento da Presidência da República nos preparativos para a Conferência. Uma das formas com que isso ocorreu foi a missão da qual me encarregou o Presidente da República de viajar para os Estados Unidos, Índia e China para convencer

os Chefes de Estados da importância da Conferência e da presença deles no Rio, o que de fato ocorreu.

Quais países tiveram participação mais destacada na Rio 92? Como foi a participação dos latino-americanos? Os países que mais participaram dos preparativos da conferência foram os países da União Europeia e Japão. Os Estados Unidos tiveram uma participação importante, mas não muito firme. A participação dos demais países latino-americanos foi pequena.

Quais os principais legados da conferência Rio 92? A adoção das Convenções do Clima, da Biodiversidade e a Agenda 21. As Convenções após ratificadas pelos países signatários se transformaram em leis e estabeleceram obrigações para estes países. No caso da Convenção do Clima, ela foi ratificada rapidamente e entrou em vigor sendo seguida pela Conferência de Kyoto que adotou o Protocolo de Kyoto em 1997 que fixou metas e prazos para a redução das emissões dos principais gases responsáveis pelo aquecimento global. O Protocolo não foi ratificado pelos Estados Unidos, mas ainda assim entrou em vigor em 2005 e foi implementado pelos países da Europa. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo que beneficia os países em desenvolvimento, como o Brasil, também deu bons resultados.

A Convenção da Biodiversidade demorou mais a ser implementada e o primeiro protocolo resultante dele só



foi adotado em 2009. Os Estados Unidos não ratificaram a Convenção.

A Agenda 21, que não é uma convenção com força legal teve, contudo, uma grande influência porque milhares de prefeitos em vários países do mundo a adotaram como guia para o desenvolvimento sustentável na área de saneamento, disposição de resíduos urbanos e melhoria da qualidade do ar.

Entre as resoluções da Rio 92, alguma área não avançou? A Convenção do Clima e o Protocolo de Kyoto enfrentaram muitas dificuldades em sua implementação e em consequência a redução das emissões de gases de efeito estufa não ocorreu como previsto. Elas continuam a aumentar e vão aquecer o planeta até 2050 a um nível tal que resultará em grandes modificações climáticas. Ações mais fortes

são necessárias nesta área, sobretudo porque os países emergentes como a China se tornaram grandes emissores de gases de efeito estufa desde 1992.

A Convenção da Biodiversidade permaneceu como um documento retórico e só após 2009 com a aprovação do Protocolo de Nagoya começou realmente a ser implementada.

Qual deveria ser o principal resultado da Rio+20? O principal resultado da Rio+20 deveria ser o aprofundamento das ações já acordadas nas Convenções do Clima e de Biodiversidade. Estas ações exigiriam mais dos países industrializados, mas deveriam conter também provisões para uma participação efetiva dos países emergentes. (Anexo I da Convenção do Clima) que praticamente foram isentos de obrigações pelo Protocolo de Kyoto o que não

é realista se efetivamente quisermos prevenir/mitigar as mudanças climáticas na medida do possível.

Qual sua opinião sobre o texto base da Rio+20? O texto base da Rio+20 (“draft zero”) é inteiramente insatisfatório para atingir esses objetivos porque de modo geral se limita a reafirmar decisões tomadas anteriormente pelos países ou pelas Nações Unidas que claramente foram insuficientes para evitar os problemas que enfrentamos hoje na área ambiental.

A única ideia nova neste texto base é a de promover ações na direção de uma “economia verde” que o PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - propôs e que se baseia no uso racional dos recursos naturais, redução do uso de combustíveis fósseis e aumento do uso de

● ● Atender necessidades imediatas tem o grave risco de não garantir um desenvolvimento sustentável, isto é, que dure. Por exemplo, cortar a floresta virgem e vender a madeira pode parecer a curto prazo uma boa ideia para garantir comida para a família. Sucedeu que uma vez cortada, a floresta não pode ser cortada de novo e as condições de subsistência desaparecem. ● ●

fontes de energias renováveis. Ainda assim o que consta do “draft zero” são apenas exortações sem metas e calendários para cumpri-los e um roteiro para dividir estas ações entre os países. Isto é o que o Protocolo de Kyoto fez e o exemplo deverá ser seguido. A meu ver a Rio+20 deveria determinar a adoção de protocolos que abrissem caminho para a adoção de uma “economia verde” nos diversos países.

Como setor empresarial e sociedade civil podem contribuir para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável? Uma vez adotadas metas e calendários para uma transição para uma economia verde cada setor empresarial (por exemplo, setor siderúrgico, construção civil, agricultura, etc.) identificaria quais ações a seguir. Por exemplo, o setor siderúrgico decidiria gradualmente abandonar o uso de carvão mineral e passaria a usar carvão vegetal produzido em florestas plantadas sustentáveis.

No caso do setor residencial/comercial a coleta seletiva do lixo e sua utilização para geração de calor e eletricidade é a rota a seguir.

Qual o papel das economias emergentes - como os BRICS – no impacto e nas soluções para as questões ambientais? Muito grande: o produto bruto nacional dos BRICS aumentou de 21 a 31 por cento do produto bruto mundial nos últimos 30 anos.

As emissões de CO₂ (o principal gás causador do efeito estufa) aumentaram de 29 a 35% no mesmo período e acabarão por superar as emissões dos países industrializados nos próximos 20 anos.

Qual a viabilidade da estruturação da chamada “economia verde”? Uma ‘economia azul’ seria também importante? Não há diferença essencial entre “economia verde” de toda a economia e “economia azul”. Esta se concentra mais na conservação da natureza (água, atmosfera e florestas). Uma “economia verde” claramente pressupõe a existência de uma “economia azul”.

Num enfoque direcionado ao acesso dos cidadãos a comida, água, energia, como governos e sociedade devem olhar para o meio ambiente? Qual é a solução de futuro para a Amazônia, o Brasil e a América Latina? O problema que se coloca aqui é o conflito entre as formas de satisfazer as necessidades urgentes e imediatas da população como acesso a água, alimentos e transporte e uma visão a mais longo prazo.

Atender necessidades imediatas tem o grave risco de não garantir um desenvolvimento sustentável, isto é que dure. Por exemplo, cortar a floresta virgem e vender a madeira pode parecer a curto prazo uma boa ideia para garantir comida para a família. Sucede que uma vez cortada a floresta não pode ser cortada de novo e as condições de subsistência desaparecem.

Numa visão a médio e longo prazo o que cabe fazer é preservar a floresta e usar de forma sustentável seus produtos.

O mesmo se pode dizer dos recursos energéticos: por exemplo, se usarmos petróleo (e derivados) de forma irracional as reservas remanescentes não vão durar mais de 30 a 40 anos. O que é preciso fazer é aumentar a eficiência com que o petróleo é usado para prolongar a vida das reservas remanescentes e gradualmente substitui-lo por energias renováveis que não vão se esgotar enquanto o Sol brilhar.

A verdade é que não há uma contradição insanável entre desenvolvimento (entendido como crescimento econômico) e preservação ambiental. Compatibilizá-los é o que se entende por desenvolvimento sustentável.



JOSÉ
GOLDEMBERG

Entrevista

Série Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?



THOMAS LOVEJOY

O ambientalista americano Thomas Lovejoy, professor titular de Ciência e Política Ambiental da Universidade George Mason, e presidente de biodiversidade do Centro Heinz para Ciência, Economia e Meio Ambiente, estuda a Amazônia há mais de 40 anos.

Lovejoy esteve a primeira vez na Amazônia em 1965. A experiência de anos acumulados com o estudo do bioma levou-o a desenvolver ideias como a de permitir que países em desenvolvimento mantenham atividades de conservação em troca da redução de suas dívidas externas.

Ele é entusiasta do sistema de pagamento por serviços ambientais

e mecanismos de compensação de carbono, como as Reduções de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) e mostra preocupação com a destruição dos biomas: o atingimento da marca de um quinto de desmatamento da Amazônia poderá ser irreversível.

No Brasil, Lovejoy faz parte do Conselho Curador da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (Rio de Janeiro), e já foi condecorado com a Ordem do Rio Branco (1988), a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico (1998), e a medalha João Pedro Cardoso, concedida pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em 2011. A seguir a entrevista que concedeu por escrito ao WWF.

O que fazia à época da Rio 92? Recorda-se de algum episódio que marcou a conferência? Eu participei como membro da delegação dos EUA e havia sido integrante do grupo que Tolba¹ convidara a Nairobi para discutir o que uma convenção sobre diversidade biológica deveria tratar, e também fui participante ativo no Fórum. O aspecto negativo que me lembro foi o vazamento do memorando de Bill Reilly, em Washington, que resultou na não-assinatura da Convenção sobre Biodiversidade pelos EUA. Também fiquei impressionado com o empenho do Brasil em fazer

acontecer coisas importantes. A maioria dos países industrializados deu importantes contribuições.

Quais países tiveram participação mais destacada na Rio 92? Como foi a participação dos latino-americanos? Acho que os países mais sofisticados estavam seriamente empenhados em alcançar progressos substanciais nas questões em pauta. E havia um consenso geral sobre quais eram os desafios ambientais.

Quais os principais legados da conferência Rio 92? As duas convenções, a Agenda 21 e Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) foram um legado impressionante. As decepções foram a pequena escala de assistência prestada em comparação aos montantes previstos, e o fracasso geral da UNFCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima) para fazer grandes progressos na redução das emissões de combustíveis fósseis e em relação às REDD e REDD +.

Entre as resoluções da Rio 92, alguma área não avançou? Em termos de mudanças climáticas não houve avanços porque se parou na questão “quem vai primeiro”, quando na verdade não há tempo a perder com frivolidades. Com relação à biodiversidade, fez-se tanto barulho em torno do acesso e partilha de benefícios que o progresso de

¹ Mostafa Kamal Tolba, cientista egípcio que atuou como diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) entre 1975 e 1992 (N.T.).

● ● É bastante viável estruturar uma economia “verde”, mas a transição vai depender de uma grande dose de vontade e apoio político. ● ●

conservação foi colocado em segundo lugar. As crescentes taxas de extinção (vide o Terceiro Panorama Global de Biodiversidade, da ONU) são, em grande parte, consequência de um pontapé inicial lento.

Qual deveria ser o principal resultado da Rio+20? Metas energéticas ambientais, mas exequíveis. Uma forma clara de se abordar a economia verde de forma que as nações possam adotá-la rapidamente. Se não puder haver uma governança global então que haja meios para um mosaico de medidas regionais e nacionais se somarem para permitir progressos significativos. E ainda acrescentaria um reconhecimento generalizado de que o planeta funciona como um sistema biofísico e deve ser administrado como tal.

Qual sua opinião sobre o texto base da Rio+20? As metas globais de energia são bastante louváveis e factíveis. A agenda da economia verde é muito importante. Não está claro o que poderá acontecer em termos de governança global. A questão da biodiversidade está praticamente ausente [das pautas] de uma maneira direta. Em geral, a escala dos passos propostos ainda é insuficiente em relação aos problemas.

Como setor empresarial e sociedade civil podem contribuir para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável? Eu não tenho muito a sugerir especificamente, mas além

daquilo que as empresas podem fazer em termos da sustentabilidade de suas próprias operações, poderiam ainda se envolver em cooperar de forma ativa com a sociedade civil, que é basicamente quem tem o conhecimento relevante.

Qual o papel das economias emergentes - como os BRICS – no impacto e nas soluções para as questões ambientais? Os quatro países BRICS são muito diferentes em termos de trajetórias de desenvolvimento e consequente abordagem da sustentabilidade. O Brasil está em uma posição muito especial em função de sua situação favorável como um todo em relação às energias renováveis, grande gama de biodiversidade, e o excelente estado da arte da ciência brasileira. Espera-se que na Rio+20 o Brasil exercer um papel enérgico e positivo, como fez na Rio 92.

Qual a viabilidade da estruturação da chamada “economia verde”? Uma ‘economia azul’ seria também importante? É bastante viável estruturar uma economia “verde”, mas a transição vai depender de uma grande dose de vontade e apoio político. Suponho que uma economia “azul” refira-se a uma atividade econômica que tenha um efeito positivo sobre a água e a hidrologia. Devemos sempre nos lembrar que a água doce não é apenas um líquido mas também um habitat muito importante para a biodiversidade de água doce.

Num enfoque direcionado ao acesso dos cidadãos a comida, água, energia, como governos e sociedade devem olhar para o meio ambiente? Qual é a solução de futuro para a Amazônia, o Brasil e a América Latina? Boa parte de tudo isso tem a ver com o respeito à natureza, com uma definição de qualidade de vida que seja boa para as pessoas e muito melhor para o ambiente do que é o consumismo desenfreado, cujo melhor exemplo está nos Estados Unidos. Este é um modelo que, enfim, está simplesmente fadado ao fracasso. Também é muito importante administrar o meio ambiente e as atividades humanas como um sistema e por meio de planos integrados. Isso é tão verdadeiro para a Amazônia em geral quanto para as nações individuais. Isso significa reavivar o Tratado de Cooperação Amazônica e adotar abordagens regionais semelhantes. A melhor medida de sucesso será o quanto da biodiversidade do Brasil, da Amazônia e da América do Sul irá sobreviver. A melhor forma de medir o impacto ambiental é, afinal, através da diversidade biológica.

Entrevista

Série Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?



Roosevelt Pinheiro/ABr

CARLOS NOBRE

O pesquisador Carlos Nobre, atual Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), é uma das principais referências internacionais na área de clima. É dele a hipótese, formulada há 20 anos, sobre a “savanização” da Amazônia por causa dos desmatamentos.

Nobre, engenheiro pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e doutor pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), é do quadro do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e foi um dos autores do Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental de

Mudanças Climáticas (IPCC) que, em 2007, foi reconhecido com o Prêmio Nobel da Paz.

A seguir, os principais trechos da entrevista que concedeu por telefone ao WWF, quando fez um balanço das discussões ambientais nas duas últimas décadas, especialmente sobre clima, e falou sobre suas expectativas quanto à Rio+20.

O que fazia à época da Rio 92? Já se preocupava com as questões relacionadas à mudança climática? Eu me preocupava, tanto é que, na época, liderava a parte brasileira de um experimento internacional com a Inglaterra, um experimento para estudar os impactos climáticos das perturbações antropogênicas na Amazônia, um estudo sobre perturbações e variações climáticas, efeitos de desmatamento. Teve uma mostra na Rio 92 e nós expusemos resultados preliminares do experimento que havia começado em 1990 e ainda estava em andamento. Participei de várias atividades lá, algumas na antiga Universidade do Brasil, organizadas pelo professor [Luiz] Pinguelli [Rosa] que fez uma série de debates pré-Rio 92.

A Rio 92 teve importância decisiva nos encaminhamentos a respeito das mudanças climáticas? Obviamente, foi um enorme catalizador. Os resultados mais concretos da Rio 92 foram as convenções internacionais. Ela aprovou quatro convenções, duas avan-

ram muito, principalmente a climática e a de biodiversidade. A Convenção do Combate à Desertificação menos, e a de Águas Internacionais, menos ainda. A Rio 92 foi um grande marco da discussão da convivência entre o desenvolvimento econômico e a preservação da qualidade ambiental do planeta como um todo, sendo um grande marco da conscientização da chamada agenda do desenvolvimento sustentável. Foi simplesmente um grande momento das Nações Unidas e certamente representou um grande avanço pelo simbolismo.

Muito embora o senso comum espere que mudanças climáticas sejam discutidas agora na Rio+20, esse não é o propósito desta conferência.

Não é o propósito primário da nova conferência porque uma vez que a Convenção do Clima surgiu e foi ratificada pela maioria dos países - e teve um filhote muito importante que foi o Protocolo de Kyoto - não se vai retomar o mesmo tema, até porque todos os anos há uma Conferência das Partes dos países signatários da Convenção do Clima. Então, não teria sentido fazer uma outra Cúpula da Terra, semelhante a de 1992. Essa cúpula tem que ser vista com um outro objetivo. Fala-se em desenvolvimento sustentável, um tema muito recorrente naquela época também, quando estávamos a 8 anos da virada do milênio. Falava-se da Agenda 21. Portanto, 20 anos depois, nós temos que retomar o tema do desenvolvimento sustentável. Agora,

não é possível separar totalmente os temas e algumas dimensões como, por exemplo, as mudanças ambientais globais - em que as mudanças climáticas assumem um papel preponderante. Transversalmente a Rio+20 estará tratando desses assuntos de modo mais integrativo e não como se fosse uma negociação de avanços incrementais na temática da convenção climática, em que você tem uma série de ações em andamento, uma série de propostas em negociação. A proposta da Rio+20 é ser muito parecida em sentido simbólico e histórico com a Rio 92. É um grande momento de reflexão sobre os rumos do desenvolvimento do planeta, do desenvolvimento humano, e uma tentativa de convergência para o desenvolvimento sustentável.

Como vai acompanhar a Rio+20, como governo, como acadêmico?

Atualmente, eu trabalho no governo, vou estar na delegação brasileira como governo. Mas é lógico que minha cabeça é de cientista.

Qual seria o grande legado que poderia ficar da Rio+20? Eu acho que assim como em Johannesburgo em 2002 [Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável] foram definidos os grandes objetivos de desenvolvimento social - os Objetivos do Milênio - eu acho que um grande acordo global em relação a objetivos, metas de desenvolvimento sustentável seria muito importante. Isso como um resultado básico. Que se concorde com um número pequeno e finito de objetivos globais e que todos os países ali presentes, assim como concordaram 10 anos atrás em atingir alguns objetivos de desenvolvimento humano social, que concordassem em atingir alguns objetivos em uma escala de tempo razoável de 10 a 20 anos de desenvolvimento sustentável. A diferença de um objetivo econômico de um objetivo meramente social é que você tem que entrelaçar. Não se separa a dimensão ambiental, da social e da econômica. São todos objetivos entrelaçados. O mínimo que eu espero da Rio+20 é que se conclua com objetivos, métri-

cas verificáveis e que todos os países passem a ter programas nacionais de implementação desses objetivos. Isso não é nenhuma decisão de implementação de alguma coisa prática, são só os objetivos. Eles têm que ser amplos, têm que olhar várias dimensões, dar ligação do uso sustentável aos recursos naturais com erradicação de pobreza, com equidade e distribuição da riqueza, junto com a melhoria dos indicadores sociais também.

Existe hoje um debate muito grande sobre se um resultado importante da Rio+20 deveria ser a criação de uma Organização Mundial de Meio Ambiente. A diplomacia brasileira tem ido mais na direção de um Conselho de Desenvolvimento Sustentável na ONU, não uma organização como é a Organização Mundial de Saúde; ou do Trabalho; ou do Comércio. A minha proposta é mais ousada - mas é uma proposta minha, não é algo que tenha tido muita discussão. Eu acho que o PNUMA [Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente] e o PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento] deveriam ser fundidos em um programa só. Isso não está sendo nem discutido, mas eu gostaria que houvesse junção desses dois programas e se tornasse uma organização mundial de desenvolvimento sustentável.

Qual sua opinião sobre o texto base da Rio+20? O rascunho zero é um texto base como uma coleção de posições de quase 200 países. É um trabalho difícil de costurar. É a natureza deste trabalho diplomático de costurar consensos em relação a múltiplas e acima de 100 diferentes propostas. Não é um trabalho simples. É um trabalho de muita habilidade diplomática e de negociação. O rascunho 1, que começa agora a sair, já é um pouco mais conciso, mas é lógico que nós estamos aqui em quase primeiro de maio e o prazo está se extinguindo, mas o rascunho 1 para o texto que vai chegar na Rio+20 tem um enorme trabalho diplomático e eu ainda sou otimista de que o texto vai convergir em direção a alguns grandes consensos, quiçá, um número finito de objetivos de desen-



● ● Um grande acordo global em relação a objetivos, metas de desenvolvimento sustentável seria muito importante. Não se separa a dimensão ambiental, da social e da econômica. São todos objetivos entrelaçados. ● ●

volvimento sustentável e métricas que possam ser implementadas em nível nacional, regional e global nos próximos 10 a 20 anos, e quem sabe uma convergência sobre o mecanismo de governança em nível internacional, um conselho ou um organismo. Esse não é um jogo que termina antes do dia 22 de junho.

Mudou no meio científico o interesse pela questão ambiental? Aumentou muito o interesse da comunidade científica em questões amplas de desenvolvimento sustentável. A comunidade científica não se divide muito. Não há uma comunidade científica da área ambiental e uma da área de desenvolvimento. A comunidade científica está na frente desse debate.

No apoio da comunidade científica às discussões sobre o Código Florestal, você vai ver que não houve uma comunidade científica com viés ambiental ou uma comunidade científica com viés agronômico, econômico, desenvolvimentista. Isso não aconteceu. O que aconteceu foi um enorme apoio da comunidade científica - representada por suas organizações SBPC e Academia Brasileira de Ciências - a um modelo de desenvolvimento sustentável para a agricultura brasileira, com preservação e conservação dos nossos recursos naturais. Essa proposta, essa posição muito forte da comunidade científica brasileira, é uma posição em prol do desenvolvimento sustentável. E desenvolvimento sustentável é, na verdade, a busca do equilíbrio. Desde o início, a comunidade científica adotou o mote do desenvolvimento sustentável como algo que a ciência deveria desenvolver as bases.

Nesses 20 anos que separam a Rio 92 da Rio+20, aumentou a força dos cientistas? É muito maior. Tanto é que tudo que a Convenção do Clima avançou e está propondo é baseado na melhor ciência. Muitas coisas têm avançando em nível, pelo menos, das propostas da Convenção do Clima, da Biodiversidade. Todas as convenções ambientais e de desenvolvimento

sustentável são baseadas na melhor ciência. Muitas vezes essa melhor ciência não é implementada. Às vezes, não é aprovada em nível global, como foi em Copenhague [2009], ou às vezes, mesmo aprovada em nível global, não tem repercussão em nível local como, por exemplo, há o fato de a maioria dos países, incluindo os Estados Unidos, terem aprovado o Protocolo de Kyoto em 1997, mas o Congresso americano nunca o ratificou. Então, quer dizer que mesmo com a política global que vai na direção em que a ciência aponta como política pública necessária, às vezes, um país ou um Congresso de um país, não vai naquela direção.



CARLOS
NOBRE

Entrevista

Série Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?



Lúcia Chayl

FLÁVIO PERRI

O Brasil recebe a Rio+20 com status de “potência da biodiversidade”. Obviamente, essa imagem tem a ver com a riqueza natural distribuída em seis biomas e a exuberância dessas paisagens. Mas além daquilo que o extenso território nacional guarda, o título de “potência” tem relação com a capacidade de preservar os recursos naturais. Esse reconhecimento não é compulsório. Vem sendo construído há décadas, incluindo aí um grande esforço da diplomacia brasileira de, confirmando a soberania, mostrar aos demais países que é uma “potência” porque tem conhecimento sobre a floresta, possui marcos legais abrangentes de proteção e o Estado

e a sociedade atuam em favor do uso sustentável do meio ambiente.

O embaixador Flávio Miragaia Perri, hoje aposentado, foi um dos diplomatas brasileiros que atuou diretamente na engenhosa construção desse status. Para isso, foi fundamental a realização da Rio 92, para a qual o diplomata atuou como secretário-executivo do grupo de trabalho nacional que organizou a conferência.

Além disso, Perri presidiu o Ibama, foi Secretário Nacional do Meio Ambiente (logo após a Rio 92), e trabalhou como secretário de Estado do Meio Ambiente no Rio de Janeiro. Na entrevista a seguir, por escrito, o diplomata detalha como foi a organização daquela conferência e avalia as perspectivas da Rio+20.

O que o senhor fazia à época da Rio 92? Recorda-se de algum episódio especial que marcou aquela conferência? Vivi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992, muito antes de vir a ser designado Secretário Executivo do Grupo de Trabalho Nacional encarregado de organizar a conferência. Nos anos precedentes atuei como Ministro Plenipotenciário [com pleno poder de representação diplomática] junto à Missão do Brasil junto às Nações Unidas e a questão da realização de uma conferência de alto nível estava posta no foro da ONU desde a apresentação do Relatório Brundtland, de 1987. O Brasil encontrava-se sob fogo

cruzado das campanhas internacionais ambientalistas, que focavam a Amazônia e o estado dessa imensa floresta em grande parte sujeita à soberania nacional. A convocação da Rio 92, como posteriormente veio a ser conhecida a histórica reunião que reuniu 107 Chefes de Estado e delegados de todos os países membros das Nações Unidas, marcou-me profundamente, pois que todo o embate nas sessões da Assembleia Geral precedentes à decisão de eleger o Rio de Janeiro como sede envolvia trabalho diplomático ativo da equipe em que eu servia. Era Secretário-Geral das Relações Exteriores o Embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima e Chefe da Missão junto à ONU o Embaixador Paulo Nogueira Batista, dois grandes nomes do Itamaraty que orientavam nossa atuação no caso. A decisão de oferecer o Rio como sede foi um grande momento para o país, no que se tornou o verdadeiro marco para profunda revisão de políticas e de instituições internas para ocupar-se do meio ambiente no país.

Quais países tiveram participação mais destacada na Rio 92? Como foi a participação dos latino-americanos? Não participei da Delegação brasileira como negociador, encontrava-me no aceso das negociações. Entretanto, porque comandei a infraestrutura que deu apoio à Delegação e, nessa posição privilegiada, pude assistir à evolução dos fatos, inserido neles. Sem sombra de dúvida, o Brasil teve atuação desta-

● ● Todos os Estados e todas as pessoas deverão cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza como requisito indispensável ao desenvolvimento sustentável, a fim de reduzir as disparidades nos níveis de vida e responder melhor às necessidades da maioria dos povos do mundo. ● ●

cada e a indicação de alguns nomes de negociadores basta para ilustrar esse pulso: Celso Lafer, Marcos Castríoto de Azambuja, Ronaldo Sardemberg, Bernardo Pericás, Rubens Ricúpero, Luiz Augusto de Araújo Castro, entre tantos outros, foram hábeis e criativos delegados pela parte brasileira, tanto no avanço quanto na defesa de interesses brasileiros. Foram importantes muitos países, difíceis de destacar, mas sem dúvida os nórdicos vieram bem preparados, ainda que com uma preocupação quase acadêmica em suas posições, mas traziam a tradição da Conferência de Estocolmo, de 1972. É evidente que a função coordenadora da OCDE teve relevância especial, mas entre seus membros a delegação norte-americana teve papel importante, até mesmo por suas posições mais conservadoras; os países da Europa Ocidental, entre os quais sobressaía a Alemanha recém-unificada, o Reino Unido e a França. Entre os países latino-americanos é relevante lembrar os países amazônicos

reunidos sob o Tratado de Cooperação Amazônica [Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela], que naquele momento tinham interesses comuns a representar. Costa Rica, Chile, Argentina contavam com quadros negociadores experimentados e diplomacia ativa nas Nações Unidas.

Quais os principais legados da conferência Rio 92? A Declaração do Rio é documento lapidar pela precisão de conceitos. Seus 27 “Princípios” consolidaram o conceito do Desenvolvimento Sustentável. Deles destaco o mais candente dos princípios, pelas dimensões ética e econômica que o envolvem, o “Princípio Cinco” estabelecendo que

“Todos os Estados e todas as pessoas deverão cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza como requisito indispensável ao desenvolvimento sustentável, a fim de reduzir as disparidades nos níveis de vida e responder melhor às necessidades da maioria dos povos do mundo.”

Dele derivam o combate à fome e os esforços de formulação de um “Direito à Alimentação”, estes como evolução jurídico-política significativa, anos depois. O Brasil tem uma história louvável de avanços nesse sentido e tem servido de parâmetro para programas de muitos países em desenvolvimento, especialmente africanos e centro-americanos.

A Convenção sobre Biodiversidade e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática foram passos importantes no caminho da proteção ambiental. O Protocolo de Quioto, como um subproduto da Convenção do Clima, não sofreu evolução satisfatória pela não adesão universal, Estados Unidos à frente da resistência contra o protocolo e ao controle de emissões que nele se previu, compromissos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa, causa antropogênica do aquecimento global. A última conferência das partes não conseguiu definir a continuidade dos compromis-

sos caducos em 2012, mas anteviu uma retomada de negociações, com metas de redução e/ou controle de emissões obrigatórias, em prazo certo.

A Agenda 21 foi o documento mais abrangente produzido na Rio 92, constituindo um programa de ação e um método de trabalho para concretização do ideal do desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 não foi universalmente desenvolvida e aplicada, mas sem dúvida é o repositório mais completo de métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, em contexto de necessária e consciente participação da cidadania.

Sua dimensão econômica e social abrange política internacional e políticas nacionais para aplicação do novo conceito do desenvolvimento sustentável, especialmente nos países em desenvolvimento no que se refere a estratégias de combate à miséria, enquanto envolvendo países desenvolvidos e em desenvolvimento encaminha mudanças nos padrões de produção e consumo. São significativas as sugestões de saúde pública e a qualidade dos assentamentos humanos. Aspecto, a meu ver, de delicada atualidade são os limites do planeta, que sem ser apontado dessa maneira, veem-se tratados, por exemplo, nas inter-relações entre sustentabilidade e dinâmica demográfica.

O equilíbrio de interesses entre o planeta e o desenvolvimento, buscado pelo conceito do desenvolvimento sustentável é tratado na Agenda 21 sob diferentes enfoques: proteção da atmosfera, transição energética, manejo do solo, recursos do mar, gestão dos recursos de água doce, combate ao desmatamento, desertificação, diversidade biológica, o valor da educação, etc.

O documento não ignora, nas ações propostas, a importância dos mecanismos financeiros e a produção e oferta de tecnologias como suportes essenciais à gestão da sustentabilidade; o desenvolvimento da ciência e a educação, a cultura como elementos básicos na construção de uma consciência ambiental. Está nele, sob o enfoque das revisões institucionais internacionais e nacionais necessárias

à consecução de um desenvolvimento sustentável, a problemática da formação de quadros para a gestão eficiente e a questão que hoje trabalhamos sob o título de governabilidade.

Sujeito a críticas por sua baixa operacionalidade, o Conselho de Desenvolvimento Sustentável [CDS] foi um produto sensível da Agenda 21, mas inadequadamente inserido no sistema das Nações Unidas e sem os poderes coordenadores que dele se esperavam.

A mais importante distinção, finalmente, entre 1992 e 2012, é a participação da opinião pública, o engajamento progressivamente mais importante dos cidadãos nesse debate, a consciência da importância do diálogo, onde a internet joga na linha de frente dos meios de comunicação. Em 1992, a despeito da importância da participação de organizações da sociedade civil, em encontro paralelo à reunião intergovernamental, não se podia sentir com precisão a pulsação do interesse do cidadão e da sociedade. Hoje, tudo remete à sociedade civil em plano destacado de importância e consideração. A Conferência Rio+20 realiza-se no Rio, mas envolverá o mundo inteiro, virtual e simultaneamente.

Entre as resoluções daquela conferência, alguma área não avançou?

Não sou pessimista quanto a avanços, mas os entendo necessariamente demorados no plano internacional. Tenho mais dificuldade em entendê-los nos planos nacionais, porque as alavancas de poder encontram-se nas mãos de governos como instrumentos de ação política, econômica, social no seio dos Estados.

O processo político não é, entretanto, linear.

A relação entre Estados segue ritualística de respeito ao princípio da soberania, o que exige tempo. Governos representam a vontade dos cidadãos segundo modelos jurídicos nacionais, consensos democráticos onde se pratique a democracia, identificação de interesses, etc. Têm a faculdade de determinar o quadro jurídico-político interno e podem naturalmente ser mais eficazes.

Quanto à não-realização de muitas das expectativas criadas em 1992, não podemos ignorar os interesses estabelecidos e sua contrariedade a paralisar ações. São fortes as resistências à mudança, tanto no plano nacional quanto no internacional, são inúmeros os desequilíbrios, são arraigadas as convicções ideológicas e diferenças culturais que impedem o entendimento e o avanço.

Há que quebrar a força da inércia e os momentos de crise, como as que testemunhamos atualmente o desenrolar no hemisfério norte, de um lado e de outro do Atlântico, oferecem a oportunidade de mudança. A Conferência Rio+20 é, nesse sentido, propícia à criação.

Qual deveria ser o principal resultado da Rio+20? A consciência da crise planetária do desenvolvimento, no modelo que vimos adotando, é a oportunidade que se oferece com essa grande conferência. Trata-se de ousar na constatação de que é tempo ainda de revisão dos paradigmas econômicos, sociais e políticos que têm orientado a ação humana sobre o planeta, esgotável em seus limites.

Aplico aqui a máxima da urgência de “mudar para conservar” do “Gattopardi” de Lampedusa. Há que mudar para tornar sustentáveis tanto a economia quanto o planeta e a humanidade que nele fez casa e seu único ecossistema.

Qual sua opinião sobre o texto base da Rio+20? O texto base não é um documento a que se deva criticar ou condenar. Trata-se apenas de um esboço preparado pelo Secretariado a partir de mais de 600 contribuições de diversas origens. Cabe aos Estados modificá-lo ou até mesmo ignorá-lo.

Como compilação, não alcança o objetivo desejado, que seria sua capacidade de influir, por falta de impacto. Em todo caso posso adiantar a opinião de que lhe falta foco.

Na realidade, repete temas e sugestões já exaustivamente tratados em documentos mais antigos e de melhor qualidade. O que não creio é que ne-

cessitemos de um texto que mimetize outros textos para apresentar-se em duas centenas de páginas, sem foco.

Para esse conjunto de reivindicações por setores, que é como eu defini o texto base, não seria necessário um novo documento, mas bastaria reforçar o valor da exaustivamente estudada e bem formulada Agenda 21, que aborda todos os temas, trata de todos os setores, sugere métodos de trabalho, aponta linhas de ação e já existe!

Por outro lado, a Declaração do Rio, a Declaração do Milênio e seus oito pontos centrais, valores e princípios, estão exaustivamente afirmados, mas nem sempre nem por todos aplicados.

A Conferência Rio+20 deve ser visionária. É a ocasião para reformular nossa visão de mundo e de futuro. Está nas mãos da liderança mundial que se faça representar no Rio em junho próximo, atuar como Estadistas e apontar os equívocos e erros dos modelos atualmente adotados de organização econômica, de ordem e prioridades sociais, de cuidados com os bens da natureza, por definição, finitos.

É a hora de reconhecer os limites do planeta e a necessidade de pronta intervenção para mudar os rumos da civilização.

Visionária na atitude, capaz de montar o cenário do futuro, caberia atuar com desprendimento diante dos modos impróprios e injustos de organização da riqueza no mundo atual. Sua ambição deveria passar pela mudança necessária de paradigmas, envolvendo os modos de apropriação e transformação dos bens da natureza, para garantir a sobrevivência estável do planeta no tempo e a dignidade da vida humana.

A Conferência pode e deve assumir a urgência da mudança e definir-lhe a rota, oferecer o caminho das pedras, para que a humanidade inteira, em todas as suas expressões e estamentos, assuma seu dever para com sua sobrevivência.

É proibido desgastar o conceito de sustentabilidade. Com ele, pela primeira vez, acrescentamos valor ao entendimento do que seja desenvolvimento.

Qual a viabilidade da estruturação da chamada “economia verde”? Uma ‘economia azul’ seria também importante? Não parece oportuna a introdução de uma frase feita na evolução do conceito do desenvolvimento sustentável. O que não é bem definido pode dar consequência a equívocos, discriminações e restrições. “Economia Verde” não é uma categoria econômica conhecida nem entendo como possa ser enunciada como item de uma agenda ambiciosa para a Rio+20 sem perturbar a progressiva e mais eficiente aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável. No que se pode entender da frase feita, a “economia verde” nunca seria um modelo de aplicação automática nem uniforme para todos os países. São distintas as características de sociedades e instituições em cada país, às quais caberia considerar suas metas e métodos de trabalho no seu processo de desenvolvimento sustentável. Se devêssemos inserir a frase feita como elemento desse conceito, suponho talvez admissível que essa denominação possa significar algumas metas a constituir parte do caminho. Não tratarrei de cores, mas do conjunto delas que nos ilumine a sobrevivência.

Como setor empresarial e sociedade civil podem efetivamente se engajar e contribuir para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável?

Não tenho a receita pronta sobre os modos de engajamento de cada setor da sociedade para a consecução do desenvolvimento sustentável, mas estou seguro em dizer que o engajamento de todos será essencial para o sucesso de nossa empreitada planetária. Tampouco evito afirmar que, a continuar no passo e no modelo que até hoje adotamos, soçobraremos. O planeta não sustentará a humanidade que o desafie na teimosa obra de depredação que vimos praticando. Mudança, coragem para mudar, novas rotas.



**FLÁVIO
PERRI**

Entrevista

Série Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?



José Cruz /ABr

IZABELLA TEIXEIRA

A bióloga Izabella Teixeira é ministra do Meio Ambiente há dois anos, cargo que ocupa depois de suceder Carlos Minc de quem foi secretária-executiva desde 2008.

Funcionária de carreira do Ibama e com doutorado Planejamento Ambiental, Izabella Teixeira junto com os diplomatas brasileiros atuará como uma das anfitriãs da Rio+20.

Entre outras expectativas, ela deseja que a conferência da ONU construa Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, “um conjunto de metas a serem alcançadas de maneira universal por todos os países, respeitando seus níveis de desenvolvimento e características sociais”, em torno de

temas fundamentais neste século 21: energia, recursos hídricos, segurança alimentar, produção e consumo. A seguir, a entrevista encaminhada por escrito.

O que a senhora fazia à época da Rio 92? Recorda-se de algum episódio que marcou a conferência? Minha atuação tem sido como servidora pública, sou do Ibama, com várias passagens pela administração pública, na área de meio ambiente, tanto no Rio como em Brasília, onde agora sou Ministra. Na Rio 92 fomos todos mobilizados, pois antes que o tema do desenvolvimento sustentável ganhasse a adesão que hoje observamos em todos os setores, quem se interessava pela problemática ambiental eram essencialmente os ambientalistas e os técnicos que atuavam na área, além de acadêmicos. Além dos documentos inspiradores que estavam em pauta, tínhamos uma liderança carismática, empolgada do então secretário geral da Conferência, Maurice Strong. O que mais me surpreendeu na época, foi a manifestação do então chamado Fórum Global Paralelo, das ONGs, no Aterro do Flamengo. O Brasil nunca tinha visto aquilo. Eram todas aquelas tribos, da sociedade civil planetária que mostravam sua cara na primeira conferência global de meio ambiente. Fiquei muito impressionada com a forma como essa sociedade se organizou, participou e influenciou o processo, mudando para sempre o formato das conferências da ONU que passaram, a partir dali a envolver os chamados *major groups*,

segmentos relevantes a serem envolvidos nas discussões e pactuações. Foi ali que o movimento de defesa da Mata Atlântica ganhou importância nacional e também teve o Planeta Fêmea - que foi o espaço para a discussão de gênero durante a Rio 92. Apesar da diversidade de ideias, de propostas, de iniciativas, toda a movimentação da sociedade civil era focada e orientada a objetivos, crenças e esperanças comuns. Foi um momento de otimismo que marcou a atuação dos ambientalistas para sempre. Fez história.

Quais países tiveram participação mais destacada na Rio 92? Como foi a participação dos países latino-americanos? Os resultados da Rio 92 foram construídos a partir de esforços conjuntos dos países participantes. Historicamente, ela foi a conferência das Nações Unidas com maior participação de chefes de estado – entre as realizadas fora da sede da ONU em Nova Iorque. Esse fato reflete a importância global dada pelos países aos debates que estavam sendo feitos. Por isso, torna-se difícil destacar alguns países em particular, era um momento de maturidade global em torno dos objetivos que vieram a ser alcançados na Cúpula. Mas ainda havia pitadas de sentimentos tipo “Norte e Sul” e os países latino-americanos, por exemplo, fizeram um documento chamado “Nossa própria agenda”, para marcar a resistência dos países desenvolvidos que, naquele momento, não queriam



● ● Na Rio+20 a bola está com a economia, a economia da inclusão com proteção ao meio ambiente. ● ●

● ● Esperamos conseguir obter consensos para trilhar caminhos que respondam aos desafios que estão colocados para todos nós, sem exceção, pois a humanidade é uma só e os impasses estão postos em horizonte demasiado curto e não podemos ignorá-los. ● ●

discutir pobreza, mas somente florestas. Gostaria de ressaltar que a atuação do Brasil, naquela oportunidade, foi muito além da de mero anfitrião, tendo seu papel sido particularmente importante na construção de consensos e de mediação dos conflitos para os resultados alcançados. É importante destacar também que a configuração geopolítica hoje é completamente diferente. Além do fenômeno da globalização ter se aprofundado, nações emergentes como o Brasil, na época eram nações em desenvolvimento e vários países não possuíam ministérios de meio ambiente ou instâncias similares. Em relação a Estocolmo 72, a Rio 92 consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável, e além de envolver a sociedade civil mobilizou o empresariado, trazendo a discussão econômica que não era central nos debates daquela década.

Quais os principais legados da conferência Rio 92? A Rio 92 nos deixou uma riqueza de legados não só no âmbito de suas deliberações quanto do seu processo de construção. Três dos mais importantes marcos inter-

nacionais sobre desenvolvimento sustentável e meio ambiente foram estabelecidos nessa conferência: a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

Além dessas Convenções, a Agenda 21 e a Declaração do Rio, também adotadas na Rio 92, foram essenciais para a consolidação do conceito de “desenvolvimento sustentável” e são até hoje referências para as principais negociações internacionais. Esse foi o início de uma nova era da ordem multilateral para o desenvolvimento sustentável. No que tange aos processos, a Rio 92 mostrou um grande entendimento internacional em torno da importância do sistema multilateral das Nações Unidas como mecanismo para a solução dos grandes problemas globais, importância que hoje, 20 anos depois, parece ter-se arrefecido. Além disso, a Rio 92 abriu espaços para uma nova forma de trabalhar temas internacionais a partir de um diálogo mais intenso com atores não governamentais. O engajamento da sociedade

civil nos debates se intensificou, desde então se tornando crescente vetor de influência nas esferas de decisão.

Entre as resoluções daquela conferência, alguma área não avançou? Este é justamente o momento em que estão sendo feitas as avaliações dos pontos nos quais avançamos, onde não houve avanços e as razões disso. É inegável que o grande compromisso político alcançado com os resultados da Rio 92 não se traduziu em vontade política para a sua implementação e a ideia de desenvolvimento sustentável consiste, ainda, em um conceito que enfrenta graves barreiras na sua implementação. Esse também é um dos objetivos da Rio+20, entender os entraves para a implementação do que foi deliberado e traçar caminhos para realizar as mudanças necessárias para um desenvolvimento sustentável que respeite o meio ambiente, permita a inclusão social e o crescimento econômico. Em cada conferência dessa, digamos “família” de conferências que podem ser reputadas como de meio ambiente e desenvolvimento, obtivemos um ganho. Em 1972 ganhamos institucionalização e capacidade dos estados em regular; em 1992, ganhamos

um conceito desafiador, a mobilização da sociedade civil e assistimos a globalização do movimento ambientalista. Por exemplo, nem o Greenpeace, nem o WWF tinham escritório no Brasil, isso ocorre depois da Rio 92. Na Rio+20 a bola está com a economia, a economia da inclusão com proteção ao meio ambiente.

Qual deveria ser o principal resultado da Rio+20? Espero que a Rio+20 constitua um importante processo para a renovação do compromisso internacional com o desenvolvimento sustentável, mas espero também que a Conferência não constitua, apenas, a reafirmação dos princípios e resultados da Rio 92. Espero decisões concretas que sinalizem o fortalecimento do sistema multilateral e impulso para a adoção de modelos de desenvolvimento sustentável nas próximas décadas. Acredito, em particular, na construção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, um conjunto de metas a serem alcançadas de maneira universal por todos os países, respeitando seus níveis de desenvolvimento e características sociais, econômicas e ambientais, em torno de temas que refletem questões essenciais dos desafios do desenvolvimento sustentável, como energia, recursos hídricos, segurança alimentar, produção e consumo, entre outros. Outra expectativa é conseguirmos definir uma instância de governança no âmbito das Nações Unidas que ofereça coordenação e coerência às diversas ações e iniciativas em torno do desenvolvimento sustentável, por meio de um Conselho ou Fórum das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável. Além disso, é importante que a Rio+20 tome decisão para o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a fim de que esse Programa tenha autonomia e estrutura política e financeira para fazer frente aos grandes desafios mundiais na área ambiental.

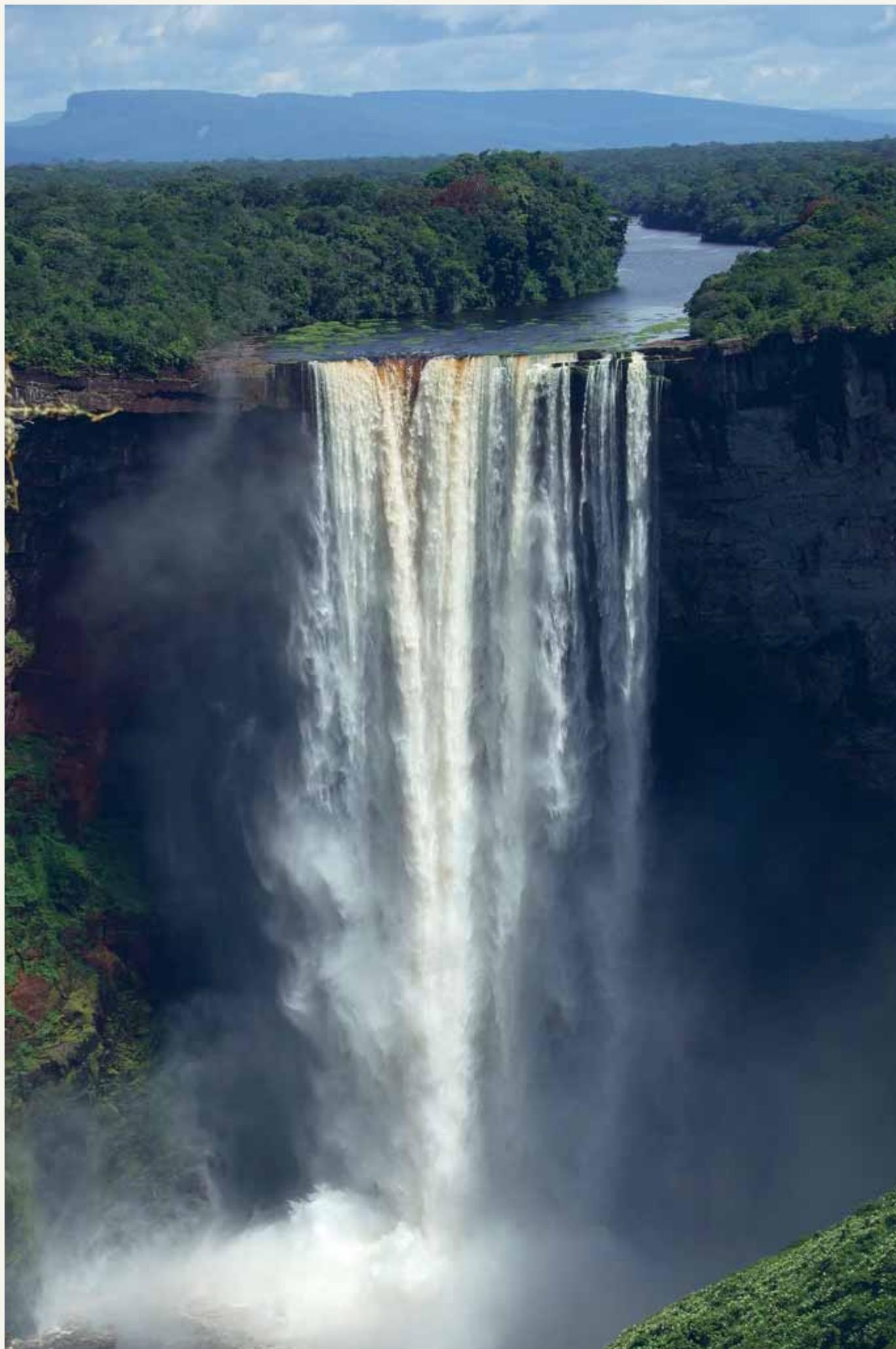
Qual sua opinião sobre o texto base da Rio+20? O texto que se encontra hoje em discussão constitui reflexo dos interesses, necessidades, prioridades e vontades de quase 200 países. Não é por outra razão que ele tem sido

acusado de falta de foco e de ambição. Contudo, há importantes elementos de consenso que devem ser explorados e essa é a fase final do processo, quando deveremos focar mais no que nos une do que naquilo que nos divide. Se antes verificava-se a resistência de alguns países a sequer discutir alguns dos principais temas na agenda de negociação, hoje todos os países buscam aprofundar consensos em torno das questões-chaves da Conferência. Chama atenção o fortalecimento dos debates e proposta em torno da economia verde, dos objetivos do desenvolvimento sustentável e de mudanças concretas nas estruturas das Nações Unidas para que tenham coerência com o desenvolvimento sustentável. Os países têm expectativas nesses três aspectos porque eles sinalizam um entendimento internacional em torno do que queremos para o planeta como resposta aos grandes desafios globais.

Como setor empresarial e sociedade civil podem contribuir para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável? Uma expressiva modificação dos últimos vinte anos é a forma como a sociedade civil, incluído aí o setor empresarial, passou a influenciar a forma como se move o planeta. É inegável, hoje, o papel da sociedade civil e do setor empresarial na construção de um novo modelo de desenvolvimento com inclusão social e crescimento econômico, com utilização sustentável e conservação de recursos naturais. Debates como o de mudanças nos padrões de produção e consumo passam exatamente pela revisão de modelos de negócios e suas relações com os ecossistemas e os direitos humanos. As empresas têm ainda o diferencial de sua experiência em dar respostas inovadoras e imediatas às mudanças de mercado, esse aprendizado é fundamental para o momento atual. A sociedade civil por meio de suas organizações e movimentos sociais tem avançado nos debates sobre os três eixos do desenvolvimento sustentável, constituindo um acúmulo que governos, presos a lógicas imediatas de resultados políticos e de princípios de soberania, nem

sempre conseguem alcançar. Toda essa bagagem é muito importante para influenciar a forma como os países se posicionam nos processos intergovernamentais os quais, infelizmente, ainda não contemplam de maneira adequada o papel dos atores não governamentais. Esse é, inclusive, um objetivo que temos para a Rio+20, a sinalização de meios e formas mais adequadas de participação da sociedade civil na tomada de decisões dos processos multilaterais. Por outro lado, as mudanças que queremos só serão possíveis se forem realizadas também no campo das decisões individuais, por isso é importante também um grande processo de conscientização em torno de uma cidadania planetária. Outro ponto que eu destacaria é a necessidade de conversarmos com a sociedade de massas. Temos algum know-how para falarmos com a sociedade civil organizada, mas quase nada temos de acúmulo no convencimento dos consumidores, por exemplo, de que escolhas mais críticas são necessárias para conservarmos nossos recursos naturais que são, em última instância, condição basilar de podermos desenvolver e crescer nos próximos anos. Falta um movimento de massas em prol da sustentabilidade. Este é um desafio que destaco.

Qual o papel das economias emergentes - como os BRICS - no impacto e nas soluções para as questões ambientais? As economias emergentes surgem em um cenário geopolítico e ambiental muito diferente daquele no qual as atuais grandes potências se fortaleceram. Os caminhos utilizados naquela época não levaram em consideração as consequências das práticas adotadas para o desenvolvimento e seus impactos ambientais e sociais. Hoje não é mais possível pensar em um crescimento econômico sem combate à pobreza e conservação ambiental. O Brasil foi um dos países que nos últimos anos mostrou como é possível fazer isso. Somos hoje a sexta economia mundial ao mesmo tempo em que avançamos no combate à pobreza e na redução de emissão de gases responsáveis pelo aquecimento global além de criar muito mais áreas



de preservação do que nos anos anteriores. Os BRICS têm esse desafio, de mostrar como é possível avançar mantendo esse equilíbrio e possuem ainda o papel chave de promover o fortalecimento do multilateralismo para promoção do desenvolvimento sustentável em todo o mundo. Outra questão importante é a importância econômica, de financiar um novo desenvolvimento. Está sendo discutido hoje, pelos bancos de desenvolvimento na China, na Rússia e no Brasil, o nosso BNDES, como constituir fundos e fluxos financeiros que possam fortalecer uma cooperação Sul-Sul.

Qual a viabilidade da estruturação da chamada “economia verde”? Uma “economia azul” seria também importante?

A expressão “economia verde” tem sido um conceito disputado por forças políticas diversas e a “cor”, francamente, não é o que importa. Você mesmo usou economia azul e imagino que é para falar dos oceanos, da água potável, então na verdade a economia sustentável precisa de um caleidoscópio. Mas acho que o “verde” que foi adicionado é para enfatizar a importância do pilar ambiental, é para que certos modelos de crescimento não sofram a tentação de produzir uma alta performance social com baixa performance ambiental. Acho que não devemos perder tanto tempo com os conceitos, mas ir avançando para uma agenda pragmática. A forma como o Brasil vê a economia verde é a de um modelo econômico que seja inclusivo, com vigoroso crescimento econômico que promova inclusão social num cenário de baixa emissão de carbono e de conservação dos recursos naturais. Dessa maneira, inclui, naturalmente, a questão de águas e oceanos embutida na ideia de “economia azul”. A economia verde é uma ideia que precisa de instrumentos, de políticas robustas de desoneração de certas cadeias produtivas e de retiro de incentivos de outras, por exemplo. No Brasil nós acabamos de editar uma política revolucionária em seus métodos e objetivos, que é a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ela pressupõe a criação de uma economia vigorosa e necessária da reciclagem, do reaproveitamento de materiais

antes descartados. A agenda está aí, e isto é também economia verde. No geral, sabemos que uma economia verde deve ser menos intensiva em carbono e na utilização de matérias primas escassas, raras ou não renováveis, mas a discussão dessa ideia deve estar atrelada ao respeito às características e necessidade de cada país, de forma que as nações construam seus modelos de economia verde de acordo com seus interesses nacionais, sem receitas ou modelos únicos. Nesse mesmo sentido, outro meio de fazer essa análise é a revisão das métricas de progresso, para que existam indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), que incluam também aspectos relacionados à inclusão social e à conservação ambiental.

Num enfoque direcionado ao acesso dos cidadãos a comida, água, energia, como governos e sociedade devem olhar para o meio ambiente? Qual é a solução de futuro para Amazônia, o Brasil e a América Latina? A questão de “acesso” constitui um dos grandes desafios para o desenvolvimento sustentável. A produção de alimentos, o uso de recursos hídricos e a geração de energia são grandes causadores de impactos ambientais, e possibilitar que a população humana de todo o planeta tenha acesso à comida, à água e à energia é um dos grandes desafios atuais. Acredito firmemente na conciliação desses objetivos, mas precisamos de vontade política para isso e o Brasil pretende, nesse aspecto, ser protagonista de um modelo de desenvolvimento que promova crescimento econômico aliado à inclusão social e à conservação ambiental. O futuro das nossas florestas e dos nossos povos; da Amazônia, da América Latina e de todo o planeta é o foco da Rio+20. O Brasil é um player nada desprezível neste jogo de xadrez. Esperamos conseguir obter consensos para trilhar caminhos que respondam aos desafios que estão coloados para todos nós, sem exceção, pois a humanidade é uma só e os impasses estão postos em horizonte demasiado curto e não podemos ignorá-los.



**IZABELLA
TEIXEIRA**

Entrevista

Série Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?



Elza Fróiza /ABr

TIÃO VIANA

Sebastião Afonso Viana Macedo Neves, mais conhecido como Tião Viana, nasceu em Rio Branco (Acre). Estudou medicina e doenças tropicais e infecciosas, mas foi na vida política que se projetou nacionalmente. Em 1998 foi eleito senador da República pelo Acre. Reeleito em 2006, acumulou uma experiência de 12 anos no Legislativo Federal. Já em 2010, elegeu-se governador pelo mesmo estado, que possui território com 88% de cobertura florestal e cujos limites são formados por fronteiras internacionais com os países amazônicos Peru e Bolívia e por divisas estaduais com Amazonas e Rondônia. À frente

do Executivo estadual, Tião Viana vem implementando uma política consistente de valorização da floresta e da consolidação de práticas ambientais sustentáveis. A seguir a entrevista que Tião Viana concedeu por escrito ao WWF.

O que fazia à época da Rio92? Recorda-se de algum episódio que marcou a conferência? Estava iniciando minha vida profissional no Acre, o qual era o centro geopolítico de toda a agenda socioambiental brasileira, em função da resistência dos povos da floresta ao modelo de desenvolvimento vigente à época. Em 92 fazia mais de três anos do assassinato de Chico Mendes: o Acre perdera o seu herói; o mundo, uma liderança consciente do seu papel na fundação por uma nova civilização baseada na igualdade social, na proteção do meio ambiente, na conservação da floresta e na sustentabilidade do desenvolvimento em favor das gerações vindouras. Nossa geração era portadora desse sonho, em luta intensa contra a política tradicional da pecuarização extensiva e predatória da Amazônia. Perseguíamos novos paradigmas, o desenvolvimento sustentável, alinhados aos “Povos da Floresta”.

Quais os principais legados da conferência Rio92? Uma nova forma de pensar o Desenvolvimento, a sustentabilidade, respeito ao uso dos recursos naturais, novas responsabilidades para as instituições. Mobilidade das Academias e Organizações Não-Go-

vernamentais. A preparação de novos passos dos países, o olhar para Kyoto. Novas responsabilidades para os países desenvolvidos.

Entre as resoluções daquela conferência, alguma área não avançou? A participação empresarial tem sido, de modo geral, aquém da enorme oportunidade de exemplo e envolvimento com a sociedade. Por outro, as agendas governamentais foram, até agora, submissas aos fatores econômicos e empresariais, quando não indiferentes às intempéries climáticas ou convenientes com a precária qualidade de vida das populações. A substituição da matriz energética dos hidrocarbonetos por alternativas mais limpas tem sido, invariavelmente, tímida e/ou secundária. Programas educacionais podiam ter sido mais ousados e determinantes.

Qual deveria ser o principal resultado da Rio+20? A ocorrência da Rio+20, concorrendo com a crise europeia e dos mercados, tende a pressionar negativamente os avanços. Portanto, uma agenda intensa das ONGs, pacto de meios de comunicação, debates transparentes e plenos na agenda educacional, ajustes nos marcos legais, a exemplo do que o governo da Presidente Dilma e setores do Congresso fizeram no Código Florestal, um novo pacto de respeito às políticas públicas para a Amazônia e as comunidades que ali vivem. Uma política de desenvolvimento regional para considerar

● ● Há uma necessidade urgente de conhecer mais para usar melhor.
Valorizar esta imensa riqueza que nós temos para que se combata definitivamente a pobreza persistente, em função da má distribuição de renda e ausência de estratégias nacionais definidas de forma participativa. ● ●

a realidade específica da Amazônia como unidade do planejamento do desenvolvimento sustentável e a criação do Conselho de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia, compreendendo-a, assim, como Floresta Habitada, Produtiva e Conservada.

Qual sua opinião sobre o texto base da Rio+20? A declaração mostra a necessidade da renovação dos compromissos políticos e enfatiza que os esforços para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio serão ampliados, com a definição da data de 2015, para que sejam atingidos de maneira ampla. Este é um desafio fantástico que impacta diretamente na melhoria de qualidade de vidas das populações mais pobres do planeta. Além disso, o tema Economia Verde mostra que é possível ter desenvolvimento responsável associado à erradicação da pobreza e ao compromisso com a segurança alimentar, gestão de água, acesso a serviços energéticos, estruturação de cidades sustentáveis. Eu creio que esta é uma utopia possível e justa.

Como setor empresarial e sociedade civil podem contribuir para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável? Experiências éticas, de bons resultados, envolvendo setores públicos e privados, pactos pela sustentabilidade, intensas e repetidas agendas com grande participação popular e democrática, repetidos fóruns, convenções, congressos,

etc. Instituições privadas precisam ter agenda própria com resultados pactuados com o setor público.

Qual o papel das economias emergentes – como os BRICS – no impacto e nas soluções para as questões ambientais? As oportunidades e experiências comunitárias a favor de economia verde, certamente precisam ser incentivadas e apoiadas pelos Estados Nacionais. Seus Ministérios estão como que indiferentes às regiões vulneráveis, como a Amazônia e distintos biomas e ecossistemas. A matriz econômica e a energética dos BRICS são conservadoras, sem agenda de transformação de curto prazo substantivas.

Qual a viabilidade da estruturação da chamada “economia verde”? Uma ‘economia azul’ seria também importante? Na verdade estamos falando de um velho conceito transformado num novo paradigma, uma vez que economia verde pode ser traduzida em cuidar, cuidar bem. Cuidar bem do planeta Terra, com participação de todos. Assim, é inadiável o reconhecimento das ações sustentáveis em prática pelos governos nacionais e subnacionais, a valorização dos serviços ambientais globais prestados por biomas e populações e que de fato tenhamos oportunidades de investimentos e de crédito para quem cuida bem. Desta forma, agenda verde tem que integrar todos os biomas e ecossistemas, sendo desta forma, muito mais que verde, uma vez que incluirá as águas, a biodiversidade,

as populações tradicionais, as cidades, enfim o planeta.

Qual é a solução de futuro para a Amazônia, o Brasil e a América Latina? Há uma necessidade urgente de conhecer mais para usar melhor. Valorizar esta imensa riqueza que nós temos para que se combata definitivamente a pobreza persistente, em função da má distribuição de renda e ausência de estratégias nacionais definidas de forma participativa. A consideração com as áreas preservadas e mais sensíveis às avarias ambientais, rever padrões decisórios de financiamento público, melhor decisão de prioridade, de controle e transparência, democracia na elaboração de planos e mais rigor no acompanhamento de metas, prazos e resultados. Exemplo: a Amazônia recebe, em regra, pacotes decisórios, autoritários, dissociados das boas práticas locais; a China distancia-se de valores éticos, ambientais e democráticos quando busca matéria-prima na África ou quando pactua com mercados.

Entrevista

Série Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?

WWF-US



WWF / Denise Oliveira

**CLÁUDIO
MARETTI**

A fim de debater os desdobramentos da Rio 92 e conhecer as expectativas sobre a Rio+20 de três formuladores e executores das estratégias do WWF na América Latina, apresentamos aqui uma “mesa redonda virtual” com Cláudio Maretti, geógrafo e geólogo, líder da Iniciativa Amazônia Viva; Roberto Troya, advogado e negociador internacional, vice presidente e diretor regional para a América Latina e o Caribe; e Maria Cecília Wey de Brito, engenheira agrônoma e secretária-geral do WWF Brasil.



**ROBERTO
TROYA**

Aos três foi submetido o mesmo roteiro de perguntas a respeito das duas conferências. Apesar das diferentes experiências e responsabilidades, as avaliações, quando não coincidentes, são complementares e formam um quadro abrangente das duas últimas décadas e o meio ambiente.

Nesse período, Maretti, Troya e Wey de Brito tiveram papel importante dentro do WWF e fizeram da busca de alternativas para a preservação ambiental causa para suas trajetórias pessoais e profissionais. A seguir, apresentamos em conjunto as principais ideias dos três sobre Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?

Foto cedida pela entrevistada



**MARIA CECÍLIA
WEY DE BRITO**

O que faziam à época da Rio 92?
Cláudio Maretti – Eu participava de uma cooperação com a Guiné-Bissau que envolvia a União Internacional pela Conservação da Natureza, com financiamento europeu, sobretudo suíço, e colaboração técnica brasileira e latino-americana. As discussões para a preparação da Rio 92 e os resultados de sua realização inspiraram nossa atuação internacional.

Roberto Troya – Eu participei de todo o processo da Rio 92, desde as reuniões de preparação até a própria reunião em si. Talvez o aspecto mais marcante daquela reunião para mim tenha sido a importância e a participação da

● ● É a natureza que pode garantir sustentabilidade e equidade na oferta e acesso das populações a comida, água e energia – ou seja, as bases dos interesses de um desenvolvimento que seja verdadeiramente sustentável. ● ●

Cláudio Maretti

sociedade civil, tanto nas PREP-COMs quanto no Rio. A atual presidente internacional da WWF, Yolanda Kakabde, juntamente com a equipe liderada pelo canadense Maurice Strong, possibilitou que representantes de ONGs, grupos indígenas e de camponeses, participantes do movimento sindical e outros atores tivessem um espaço tanto na reunião oficial de ministros e presidentes no Riocentro, quanto no Parque do Flamengo, onde ocorreu uma verdadeira festa pela conservação e pelo desenvolvimento sustentável.

Maria Cecília Wey de Brito – Eu assessorava o então deputado federal Fabio Feldmann, que teve uma participação muito ativa e decisiva para a construção da agenda da Conferência e das Convenções apresentadas, bem como da Agenda 21 e Carta da Terra. Meu envolvimento era com o tema da biodiversidade, apoiando-o nos eventos paralelos ocorridos durante a Rio 92.

Como foi a participação dos países latino-americanos?

Maretti – O impacto da Rio 92 foi fortíssimo no Brasil, mas também em toda a América Latina e no mundo. Eu morava na Guiné-Bissau e senti os efeitos na África, na Europa e na América Latina. Quando voltei ao Brasil percebi que houve grande avanço nas políticas, na institucionalização e no envolvimento da sociedade nas questões ambientais e do desenvolvimento sustentável. São consequências dessa evolução, por exemplo, a atenção

significativa da política brasileira sobre a Amazônia, que resultou num impressionante crescimento da área protegida e redução significativa do desmatamento após meados da década de 1990. Infelizmente, em lugar de assumir a liderança mundial de um novo modelo de desenvolvimento sustentável na virada dos anos 2000 para os anos 2010, o Brasil se entusiasmou com as possibilidades de crescimento econômico e decidiu dar toda a atenção a essa frente, associada a relativa distribuição de renda, esquecendo que isso pode representar um falso desenvolvimento e que, certamente, o não cuidado com a natureza (os ecossistemas, com seus produtos e serviços, o “capital natural”), representará custos para a sociedade brasileira que serão pagos hoje e amanhã.

Troya – A América Latina teve uma participação destacada em todos os âmbitos, desde o papel desempenhado pelo Brasil como anfitrião da maior reunião de presidentes já realizada em todo o mundo até a época, até seu papel na condução de diversos aspectos da agenda. Lembro-me de participações muito destacadas, como a da Colômbia, com uma equipe multidisciplinar liderada pelo Dr. Enrique Peñalosa. Equipes como a do México, com intervenções magistrais como a do então secretário de Desenvolvimento Social, Luis Donaldo Colosio. Também me lembro do memorável discurso do então presidente do México, Carlos Salinas de Gortari, que, em nome do

Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe, dirigiu-se à conferência e deixou clara a posição muito favorável da região em torno da Agenda 21 e de seu plano programático.

Quais os principais legados da conferência Rio 92?

Maretti – Na Rio 92 pela primeira vez o mundo se reuniu, discutiu e decidiu caminhar para o desenvolvimento sustentável, representado pelas maiores autoridades governamentais possível. A Agenda 21 esteve entre os instrumentos que, na Rio 92 e logo após, mais estimularam as esperanças, pois tinha o enfoque holístico; foi usada pela sociedade civil e por alguns governos para promover a tomada de consciência dos resultados da Rio 92 e sua aplicação em diferentes níveis, áreas, regiões. Duas outras decisões geram alguns resultados e discussões até hoje: as convenções sobre a Diversidade Biológica e sobre Mudanças Climáticas.

Troya – Acho que a Conferência do Rio deixou vários legados, e talvez os mais palpáveis sejam os que têm a ver com os instrumentos aprovados, os quais, sendo juridicamente vinculantes para os países, tornaram-se muito mais do que discursos. As convenções de Biodiversidade, Mudança do Clima e Princípios sobre Florestas, a Declaração do Rio, a Agenda 21, o relatório Nossa Futura Comum do qual se encarregou a primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, o Cuidar da Terra, entre outros, são produtos tangíveis e

● ● Vejo que existe uma vontade maior das empresas no que tange a definir sua responsabilidade social e ambiental como uma parte integrante do próprio negócio. ● ●

Roberto Troya

reais que foram resultados da Cúpula. Muitos acordos, apesar de importantes, não foram sólidos. Por exemplo, a aplicação de 0,7% do produto interno bruto dos países em recursos novos é um dos que foram insuficientes. Embora seja digno de nota que a Convenção da Biodiversidade foi ratificada em tempo quase recorde, países como os Estados Unidos e seu Congresso não ratificaram a Convenção porque sofreram um forte lobby de atores privados cujos interesses seriam afetados.

Wey de Brito – O que mais chamou a atenção foram os quatro documentos decorrentes da Rio 92 (CDB, Clima, Agenda 21 e Carta da Terra). O que mudou depois da Rio 92 foi a expectativa de se poder levar adiante temas prementes que ultrapassavam limites de países, de uma forma negociada.

Entre as resoluções alguma área não avançou?

Maretti – Após um início motivador, sobretudo na América Latina, a

Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) passou a ser muito criticada. A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas teve início lento, recebeu mais apoio na Europa e nos países desenvolvidos e depois do Protocolo de Quioto não conseguiu mais decisões concretas e aplicáveis. Talvez a ausência mais importante no pós Rio 92 seja a mudança concreta da economia. Está claro que os agentes do setor privado devem também se engajar mais fortemente para promover a mudança necessária. E a sociedade deve cobrar por isso.

Troya – Há avanços importantes, mas claríssimos retrocessos, especialmente nas discussões sobre clima. Certamente a que traz mais dúvidas quanto à aplicação imediata é a da Mudança do Clima. Os fracassos nas negociações revelam que os países privilegiaram manter os equilíbrios políticos e geopolíticos em relação a um verdadeiro plano mundial para reduzir as emissões e fazer uma adaptação aos

efeitos atuais e potenciais da mudança do clima.

Wey de Brito – Vale mencionar as dificuldades da Convenção de Clima em relação ao Protocolo de Kioto, assim como as dificuldades para que o REDD entrasse na agenda dos países como um meio a mais para a mitigação dos gases de efeito estufa. Também é importante lembrar que o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo tornou-se tão burocrático que pouco resultado trouxe até aqui.

Qual deveria ser o principal resultado da Rio+20?

Maretti – Deveríamos conseguir que os diversos segmentos da sociedade (atores sociais) assumissem compromissos próprios, particularmente os agentes econômicos e o setor privado. Para permitir que a sociedade acompanhe o cumprimento dos compromissos, governamentais, do setor privado e outros, o estabelecimento de metas claras e ambiciosas só pode ser

benéfico – esse é o caso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, propostos pela Colômbia e Guatemala e progressivamente apoiados por todo o mundo.

Troya – Creio que uma ratificação dos princípios de Desenvolvimento Sustentável expressos na Rio 92 mediante um debate renovado e ativo sobre a economia verde pode ser um resultado importante e esperado. Uma análise muito cuidadosa da vigência dos instrumentos jurídicos em torno do desenvolvimento sustentável, tanto nacional como internacionalmente, deve fazer parte das discussões e relatórios que os governos precisam realizar sobre estes 20 anos. Por outro lado, temos de pensar em um modo de fortalecer os processos de integração entre biodiversidade e mudança climática em vez de tratá-los como temas simplesmente diferentes.

Wey de Brito – O resultado deveria ser a construção de metas (quantificáveis, mensuráveis e reportáveis) para mudanças de processos, e de compromissos financeiros para que isso de fato ocorra. A percepção da urgência dos temas relacionados aos três pilares da sustentabilidade parece que não bateu na porta dos tomadores de decisão, bem como dos vários segmentos representados nestes eventos. Quem precisa de proteção é o ser humano. A Terra vai ficar aí, não haverá espaço para o lucro, se não houver mais sociedade... Mas, com esse pensamento de crescimento via consumo, com apoio no sistema financeiro vai ser difícil mudar.

Qual sua opinião sobre o texto base da Rio+20?

Maretti – Os principais temas estão ali representados – como produção sustentável de alimentos, gestão sustentável das águas e produção de energia sustentável, governança marinha e uso sustentável e conservação das florestas, custos reais nas cadeias e setores econômicos, considerando o que hoje são deixados como externalidades e eliminando os subsídios daninhos à natureza e sociedade, etc. Mas não há ainda formulação ambiciosa o suficiente. Há, entretanto, ausências

importantes, destacando-se o papel do sistema financeiro como um dos motores mais importantes da economia atual, e que deveria ser cobrado em suas funções sociais e ambientais e qualidade sustentável.

Troya – Chama a atenção o fato de uma linha de base não ter sido usada como ponto de partida: o que propôs a comunidade internacional na Rio 92, o que foi cumprido, o que não foi etc. Parece-me que, sem esta análise básica, é muito difícil sentir que existe um alicerce firme para apresentar as propostas necessárias a fim de enfrentar o futuro sem correr o risco de fazer as mesmas declarações e obter os mesmos compromissos e orientações que talvez já tenham sido alcançados ou obtidos 20 anos atrás.

Como setor empresarial e sociedade civil podem contribuir para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável?

Maretti – Diz-se que o melhor caminho para as mudanças é o voto e a escolha do consumidor. Mesmo concordando com isso, não se pode admitir que os setores e lideranças governamentais e empresariais se escondam atrás dessa explicação para adiar as ações necessárias. É fundamental que essas lideranças sejam parte do movimento que leva às mudanças em direção à sustentabilidade. As empresas não podem se concentrar apenas em controlar suas próprias atividades, mas precisam se assegurar toda a cadeia econômica dos produtos com os quais se envolvem. Tais compromissos das empresas devem ser claros, registrados e permitir acompanhamento pela sociedade. Cabe à sociedade cobrar o cumprimento dos compromissos acordados com governos e empresas.

Troya – É muito claro que o setor empresarial está bem mais comprometido que há 20 anos. Vejo que existe uma vontade maior das empresas no que tange a definir sua responsabilidade social e ambiental como uma parte integrante do próprio negócio. Mas ainda há muito a ser feito. As forças do mercado sobre as economias de alguns países seguem incentivando práticas

que põem o planeta em risco. O papel do setor empresarial e privado, mesmo que venha crescendo, poderia ser um dos objetivos concretos para integrá-lo como um dos atores mais importantes para a mudança.

Wey de Brito – Primeiro se informando e não ficando a mercê do que outros dizem. Segundo, votando com responsabilidade e não se deixando levar por brincadeiras irresponsáveis como voto em candidatos “rebeldes”, “fora da curva”, “jocosos” etc. Terceiro, adotar ações de cidadania *latu sensu* no cotidiano. Desde respeitar os pedestres e ciclistas, por exemplo, até não pagar caixinha para o processo andar mais rápido. É claro que a melhor eficiência do seu negócio em termos do uso dos recursos naturais, a transparência, a preocupação com suas cadeias de valor, são de grande valia e cada vez mais parte do *default* dos negócios.

Qual o papel das economias emergentes para as questões ambientais?

Maretti – Infelizmente os países emergentes muitas vezes buscam entrar “no final da fila” dos modelos de desenvolvimento que já estão em cheque. Alguns países emergentes, como China, embora continuem com discursos e ações ambíguas ou contraditórias, têm aumentado significativamente os cuidados para redução dos impactos ambientais ou produção mais sustentável. Até por interesses comerciais, a China tem sido dos países que tem mais investido em tecnologia e produção de painéis para energia solar e em restauração florestal. Isso não lhe retira a enorme responsabilidade de impactos ambientais e sociais de suas compras e atividades – igualando-a ou superando a países de maior pegada ecológica no mundo. Mas isso lhe acrescenta alguns pontos no sentido da sustentabilidade, novamente, mesmo orientando isso por meio de interesses comerciais, econômicos. Infelizmente o Brasil, que tinha tudo para ser o campeão do modelo econômico do século XXI continua buscando soluções pelo modelo econômico dos séculos XIX ou XVIII, por meio da disputa das

● ● Há total viabilidade, desde que se mudem alguns valores da sociedade, o que é obviamente demandador de tempo. No caso do Brasil, exige forte investimento em educação. ● ●

Maria Cecília Wey de Brito

terras, da propriedade sem responsabilidade social, desperdício de recursos naturais, degradação da natureza etc.

Troya – As economias emergentes desempenham um papel fundamental no contexto global do desenvolvimento sustentável, pois têm condições de demonstrar como suas políticas econômicas, sociais e ambientais guardam um equilíbrio entre si. Esses países são também potências políticas e geram lideranças regionais, como é o caso do Brasil na região da Amazônia. As repercussões regionais da política brasileira em temas de investimento em infraestrutura, energia e produção de alimentos, entre outros, estão tendo efeito direto sobre as economias dos países amazônicos vizinhos. É assim que o Peru, com a questão das usinas hidrelétricas, e a Bolívia, com o caso da produção de gás e infraestrutura com capital brasileiro, estão sendo objeto de processos que têm maior incidência sobre a biodiversidade amazônica e sobre a vida dos povos mais diretamente afetados. Não é segredo que a questão da segurança alimentar, se relacionada à questão do acesso às fontes de água com qualidade e quantidade, é a grande propulsora do debate sobre um modelo para desenvolvimento. Aparentemente, agora o modelo se concentra em exportar mais, o mais cedo possível, utilizando-se os “direitos econômicos” do povo como o grande escudo.

Wey de Brito – O papel é mudar a forma de fazer as coisas. E mostrar que se

aprende com os erros do passado, seu ou dos outros.

Qual a viabilidade da estruturação da chamada “economia verde”? Uma ‘economia azul’ seria também importante?

Maretti – Há várias formas de se compreender a chamada economia verde. Certamente inclui-se nela a importância da maior eficiência no uso dos recursos naturais e a redução do conteúdo de carbono. Mas ela deve ir muito além de soluções tecnológicas ou de uma discussão de alternativas energéticas. O fundamental é considerar a integração das forças econômicas no caminho do desenvolvimento sustentável. Não se trata de criar uma economia que seja só relacionada com as florestas, pois é fundamental seu vínculo – respeito, utilização sustentável, conservação – com os ecossistemas em geral, inclusive florestas, savanas e campos naturais, rios, lagos e mares. Uma economia azul tem o mesmo sentido de uma economia verde, ou seja, considerar melhor os ecossistemas, apenas chamando atenção corretamente para que os mares e as águas não sejam esquecidos.

Troya – A proposta da economia verde parte de uma premissa fundamental, que é buscar colocar seus princípios em prática. O esforço de encontrar propostas viáveis e claras que permitam desenvolver as políticas necessárias sob qualquer regime político ou ideológico

é uma das contribuições importantes da chamada economia verde, já que a mesma cabe tanto em regimes políticos que favorecem o mercado quanto naqueles em que há um controle estatal mais forte. O que é absolutamente certo é que a realidade prevista no Rio há 20 anos já está em vigor, e muitos dos problemas então previstos já são uma realidade. No âmbito dos três eixos de desenvolvimento sustentável, a avaliação é de que houve importantes avanços em termos sociais e ambientais, mas o lado econômico ainda não foi suficientemente equilibrado – ou seja, não atuou como um terceiro eixo.

Wey de Brito – Há total viabilidade, desde que se mudem alguns valores da sociedade, o que é obviamente demandador de tempo. No caso do Brasil, exige forte investimento em educação.

Qual é a solução de futuro para a Amazônia, o Brasil e a América Latina?

Maretti – A América Latina é a região do mundo de maior biodiversidade e volume de água, além de riqueza de recursos naturais. E a Amazônia é em grande parte responsável por isso. A Amazônia é um patrimônio brasileiro, sul-americano e mundial, que deve ser gerida em benefício das comunidades locais, da população dos países amazônicos e com responsabilidade de sua importância global. A América Latina é uma região com importante história, diversidade social e riqueza cultural. Infelizmente esta também é uma das regiões

de maior desigualdade social. Não é possível o desenvolvimento sustentável sem equidade social. É a natureza que pode garantir sustentabilidade e equidade na oferta e acesso das populações a comida, água e energia – ou seja, as bases dos interesses de um desenvolvimento que seja verdadeiramente sustentável. Temos que caminhar para garantir a sustentabilidade na produção e oferta de alimentos, de forma que não prejudiquemos nem suas possibilidades de produção futura, nem os serviços que interessam a outras necessidades da sociedade, como a gestão sustentável das águas – ou seja, a produção de alimentos não pode mais ser baseada no desmatamento e outras degradações. Da mesma forma, não cabe mais a obrigação da maximização da produção hidroelétrica em detrimento de outros usos e benefícios das bacias hidrográficas. Além disso, é fundamental avançar no entendimento da gestão integrada responsável de recursos naturais, bacias hidrográficas e ecossistemas compartilhados por mais de um país. É importante reconhecer que o mal uso das terras, florestas ou rios, na parte montante das bacias hidrográficas,

prejudica (por exemplo, com enchentes, escassez, baixa qualidade da água etc.) quem está situado abaixo. Mas, pela complexidade climática, já se entende que o desmatamento da parte oriental da Amazônia pode prejudicar a umidade da sua parte ocidental.

Troya – Se, de acordo com o Relatório Planeta Vivo da WWF, já estamos consumindo um planeta e meio, se a população mundial já encosta nos 7 bilhões de habitantes, se os estragos da mudança do clima já são sentidos em todo o mundo, afetando fontes de água e a produção de alimentos, e se as emissões de carbono se mantêm e aumentam a níveis irreversíveis, então já estamos falando de questões de segurança planetária: segurança referente ao acesso a água doce em quantidade e qualidade, ao acesso a alimentos para uma vida digna, ao acesso e disponibilidade de fontes suficientes de energia limpa. Os três temas atuam como um grande guarda-chuva, já que dentro ou em volta deles existem e giram outros tantos, e certamente simbolizam aspectos fundamentais para sustentar a vida no planeta.

Wey de Brito – O problema da alimentação é menos a quantidade e mais a

qualidade e distribuição. O país precisa olhar mais para o passo seguinte das ações que toma. A solução de futuro para a Amazônia é o desenho de um plano de Estado. Importa que as soluções para os problemas em curso não sejam pensadas com um foco de curto prazo. É possível investir para desenvolver mercados diferenciados, ciência para novos produtos e para o conhecimento de potencialidades e funcionamento da região do ponto de vista ambiental e social. É possível desenvolver a cidadania por vários mecanismos, mas principalmente pela melhoria de serviços do Poder Público e sua universalização na região. Essas atividades poderiam ser financiadas como contrapartida de investimentos a serem feitos na região, inclusive e preferencialmente pelos que se beneficiarão deles diretamente, por exemplo, os exportadores de commodities, na Amazônia e no Cerrado, por exemplo. No caso do Brasil e América Latina, parece que mais rápido que nunca será necessário um investimento sistemático e maior em ampliar a agenda de exportações para uma que aumente a participação de produtos com maior valor agregado.



**CLÁUDIO
MARETTI**



**ROBERTO
TROYA**



**MARIA CECÍLIA
WEY DE BRITO**

Artigo

Série Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?

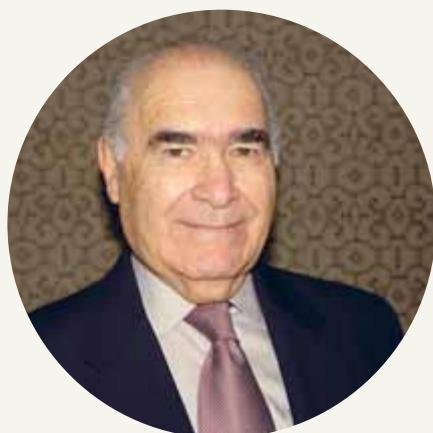


Foto cedida pelo entrevistado

**ALEJANDRO
GORDILLO**

Se for mantida a tendência atual de desmatamento e incêndios florestais, acréscido dos efeitos das mudanças climáticas; a Amazônia terá cerca de um terço a menos de vegetação até 2030. Continuado esse quadro por mais 50 anos, o maior bioma do planeta chegará a 2080 com menos de 10% da floresta original.

As projeções são da terceira edição da Perspectiva Mundial sobre Diversidade Biológica e são lembradas pelo secretário-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o embaixador peruano Alejandro Gordillo.

Gordillo e seus interlocutores nos oito países que compõem o bioma Amazônia

(Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela, Suriname), além do território ultramarino da Guiana Francesa, esperam que a Rio+20 considere os elementos sociais na discussão ambiental e que os padrões de produção e de consumo nas maiores economias mundiais converjam para patamares mais sustentáveis. A seguir, artigo escrito pelo embaixador para o WWF.

A Amazônia possui a maior floresta tropical úmida, que representa 6% da superfície terrestre e ocupa 40% do território da América Latina e do Caribe, com um tamanho que se situa entre 5,1 e 8,1 milhões de quilômetros quadrados. Seus rios transportam cerca de 20% da água doce do planeta até os oceanos. A bacia possui 25 mil quilômetros de rios navegáveis.

O rio Amazonas possui 6,9 mil quilômetros de extensão e conta mais de mil afluentes, vertendo cerca de 220 mil metros cúbicos de água por segundo.

Foram identificadas cerca de 20 mil espécies de plantas na Bacia, entre as quais dois mil foram classificadas em função de sua utilidade alimentar, medicinal e outros.

Quarenta povos indígenas e tribais vivem na Amazônia e falam 86 línguas e 650 dialetos. Os habitantes da Bacia atingem a cifra de 38,7 milhões de habitantes, representando 11% da população dos oito países amazônicos.

Persistindo a tendência atual de desmatamento, incêndios florestais e mudança climática, apenas 30% da floresta primária subsistirá em 2030, reduzindo-se para menos de 10% até 2080. Teme-se uma diminuição na quantidade de espécies, nos estoques de carbono, além de significativa redução das chuvas. (Terceira edição da Perspectiva Mundial sobre a Diversidade Biológica)

Cientes da importância da Amazônia, os oito países amazônicos decidiram unir seus esforços para, mediante ativo processo de cooperação, buscar o desenvolvimento integral de seus respectivos territórios amazônicos e sua incorporação às respectivas economias nacionais, buscando o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Por este motivo, celebraram juntos, em 1978, o Tratado de Cooperação Amazônica, que já tem 32 anos de existência.

Posteriormente, em 1998, buscando aperfeiçoar e fortalecer institucionalmente o processo de cooperação, estes países decidiram criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), criando uma Secretaria Permanente sediada em Brasília. A Secretaria Permanente foi implantada no ano de 2002.

Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica

Os Presidentes dos Países membros da OTCA se reuniram em Manaus, Brasil, e publicaram uma Declaração sobre a Organização, na qual expres-

saram sua decisão de “dar à OTCA um papel renovado e moderno, como foro de cooperação, intercâmbio, conhecimento e projeção conjunta (...). Da mesma forma, encarregaram os Chanceleres de prepararem uma Agenda Estratégica da OTCA, para a qual foram indicadas algumas orientações. A Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA) foi aprovada na X Reunião de Ministros de Relações Exteriores, em Lima, em novembro de 2010, coincidindo com a data de comemoração do trigésimo aniversário da entrada em vigor do Tratado de Cooperação Amazônica.

Em Lima, os Chanceleres aprovaram uma série de resoluções, ligadas ao funcionamento da OTCA, que se referem à regulamentação de seus órgãos (Reunião de Ministros de Relações Exteriores, Conselho de Cooperação Amazônica-CCA, Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica-CCOOR e Secretaria Permanente), às fontes de financiamento e às relações com a cooperação internacional. Estes sancionaram também a Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA), que representa um roteiro da organização.

A AECA integra uma “Visão da Região Amazônica” e, no caso da OTCA, estabelece uma “Visão do futuro”, encarregando a Organização de uma “Missão” e fixando alguns “Objetivos estratégicos”. Esta agenda tem por base dois “eixos de abordagem transversal”: a conservação e uso sustentável dos recursos naturais renováveis e o desenvolvimento sustentável.

Ela contém ações de curto, médio e longo prazo sobre os temas definidos no TCA: conservação e uso sustentável dos recursos naturais renováveis; assuntos indígenas; gestão do conhecimento e intercâmbio de informações; gestão regional da saúde; infraestrutura e transporte; e turismo. Foram somados três novos temas emergentes: mudança climática, desenvolvimento regional e energia.

A aplicação da Agenda teve início no dia 1º de janeiro de 2011; ao longo deste ano, foi possível comprovar o interesse dos Países membros da OTCA de participar deste processo.

Estes estiveram representados nas reuniões técnicas pelas autoridades encarregadas do assunto tratado e em 80% dos casos, a presença foi completa. Nas poucas oportunidades em que o coronão chegou a ser completo, apenas um país esteve ausente.

Por outro lado, embora a regulamentação determine que os Chanceleres devem se reunir a cada dois anos, em novembro de 2011, um ano após o encontro de Lima, foi celebrada sua XI Reunião em Manaus, onde foi aprovado o “Compromisso de Manaus” e foi decidida a realização de um novo encontro em novembro de 2012, no Equador. Este documento contém acordos importantes, tratando da implementação de um “Observatório Amazônico”, a criação de uma Universidade Regional Amazônica, a abordagem de assuntos de inclusão social, a luta contra a pobreza, a erradicação da pobreza e o desenvolvimento social na Amazônia, entre outros temas importantes.

O Conselho de Cooperação Amazônica (CCA) realizou duas reuniões, precedidas pela reunião de Pontos Focais, além das reuniões do Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica (CCOOR), conforme periodicidade definida na regulamentação.

A OTCA e a Rio+20

Considerando a importante bagagem que a OTCA, organização cujo contexto geográfico é importante para diversos aspectos da temática da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, tem para exibir, os Chanceleres da Organização aprovaram, na reunião de Manaus, uma Declaração sobre este encontro. Convém ressaltar que o TCA é um instrumento internacional praticamente precursor do desenvolvimento sustentável; que a OTCA é uma organização de cooperação eminentemente horizontal e sul-sul, cuja Agenda Estratégica foi aprovada unanimemente pelos Países membros e contém uma “Visão sobre a Região Amazônica”, compartilhada por estes Estados.

Por sua vez, os Ministros de Meio Ambiente dos Países membros da OTCA publicaram, em sua Segunda

Reunião, celebrada em Lima no final de março de 2012, a “Declaração de Lima”, que vem se somar à “Declaração” dos Chanceleres sobre a Rio+20.

Outrossim, a OTCA estará presente na Rio+20, por meio da organização de um “evento paralelo” e a apresentação de um estande.

Brasília, 18 de abril de 2012.

Artigo

Série Rio 92, para onde foi? Rio+20, para onde vai?



**PAULO
SOTERO**

O jornalista Paulo Sotero Marques, ex-correspondente internacional e atual diretor do Brazil Institute do Woodrow Wilson International Center for Scholars, em Washington (EUA), escreve abaixo um relato sobre o que foi a Conferência Rio 92 (que cobriu para o jornal O Estado de S. Paulo); e analisa as perspectivas da Rio+20.

O texto registra o contexto político interno no Brasil (meses antes do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello), os bastidores do poder nos Estados Unidos que levaram Washington a não ratificar as decisões daquela conferência e, em depoimento inédito, faz justiça a Warren Lindner, coordenador do

Fórum Global que em paralelo à conferência oficial congregava as ONGs no aterro do Flamengo.

Mais do que um depoimento de memória de um jornalista com mais de 40 anos de experiência, o texto a seguir assinala as mudanças nos últimos 20 anos da visão sobre o meio ambiente, reflete as alterações na relação entre governo e o terceiro setor, bem como examina as perspectivas da conferência que ocorre em 2012.

Esses eram os objetivos de um roteiro de perguntas que o WWF encaminhou inicialmente para Paulo Sotero que preferiu dar suas respostas no texto a seguir reproduzido, a pedido, na íntegra.

Em junho de 1992, eu era o correspondente de O Estado de S.Paulo em Washington. Fui chamado ao Rio de Janeiro, juntamente com outros correspondentes e colaboradores do jornal no exterior, para ajudar na cobertura da Conferência, para a qual o jornal dedicaria um caderno especial publicado diariamente na semana do evento.

Para o Brasil, o significado político de hospedar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ia muito além dos temas da agenda. O país vivia o sétimo ano da restauração da democracia e tinha no poder o primeiro presidente eleito pelo voto do povo em

quase trinta anos. A conferência era o maior evento internacional realizado até então no Brasil. O país, historicamente insular, abria-se para o mundo para hospedar e, quem sabe, liderar um debate global sobre um tema sobre o qual mantivera-se até ali na defensiva, sob a acusação de estar destruindo a Amazônia e o que restava de seus povos indígenas. As organizações não-governamentais, especialmente aquelas voltadas para as questões ambientais, enfrentavam fortes resistências nos meios oficiais e, em especial, no Itamaraty, onde eram vistas como instrumentos de interesses estrangeiros. Mesmo assim, começavam a ganhar espaço.

Jovem e impetuoso, o então presidente Fernando Collor de Mello chegara ao Planalto prometendo caçar “marajás” e combater a corrupção, uma prática que fora rapidamente democratizada pela classe política após o fim de 21 anos de ditadura. Prometera, também, por fim à inflação, praga antiga associada à corrupção que os tecnocratas do regime militar haviam convertido, via déficits crescentes e indexação monetária, num esquema garantido pelo Estado para enriquecer a elite em detrimento da nação.

No dia 3 de junho, quando Fernando Collor de Mello inaugurou a Rio 92, era evidente que ele havia descumprido ambas as promessas, perdera sua base de sustentação no Congresso e estava desacreditado. A inflação volta com força e o jovem líder tornara-se o

Foto cedida pelo entrevistado

personagem central do maior escândalo de corrupção da história do Brasil.

Semanas antes do início da Rio 92, um irmão do presidente, Pedro Collor, dera uma explosiva entrevista à revista Veja para denunciar o esquema de tráfico de influência e malversação de recursos públicos comandado pelo empresário Paulo Cesar Faria, sócio dos negócios da família Collor na área de comunicação em Maceió, ex- chefe da campanha presidencial de Fernando Collor e uma das mais influentes figuras da República. O ambiente de iminente catástrofe política criado pela entrevista reduziu o espaço para o governo e o país beneficiarem-se plenamente da iniciativa de hospedar a Rio 92, a despeito do empenho do então ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, da Justiça, Célio Borja, e da Economia, Marcílio Marques Moreira, que a partir daí constituiriam uma espécie de comissão informal de salvação nacional dentro do governo que perdia viabilidade.

O ambiente de suspeição criado pelo escândalo Collor contribuiu, na Rio 92, para um dos mais lamentáveis episódios de mau jornalismo que presenciei nos meus 38 anos no ofício. Dias depois do início da conferência, William Waack e eu fomos chamados a uma reunião pelo coordenador da equipe. Um dos colaboradores do jornal havia obtido uma informação estarrecedora. Seria a manchete do Estado no dia seguinte e faria estremecer a Conferência. A notícia era que o advogado americano Warren Lindner, coordenador do Fórum Global, que congregava as ONGs no aterro do Flamengo, havia desaparecido com US\$ 2 milhões destinados ao custeio da conferência paralela das organizações cívicas, universidades e militantes em geral.

Inadimplente, o Fórum Global, cuja realização consolidava a presença das organizações da sociedade civil nos debates dos grandes temas globais, ameaçava transformar-se em fiasco. William e eu pedimos detalhes sobre a reportagem. Mesmo sem ter acesso ao texto, logo constatamos que a gravíssima acusação não era sustentada por nenhuma declaração on the record ou em documentos e que o autor do

suposto furo de reportagem não tinha ouvido Lindner, como mandam o bom senso e o mais elementar manual de jornalismo. Diante de nossa objeção à publicação da matéria, fomos informados que a Polícia Federal tinha um dossiê sobre o assunto. Pedimos para ver o dossiê e fomos informados que este só estaria disponível no dia seguinte. Waack e eu ponderamos então que deveríamos esperar até o dia seguinte, examinar o dossiê, ouvir Lindner e, aí sim, publicar a matéria, caso ela ainda se sustentasse. Fomos informados, então, que a decisão estava tomada pela direção da redação e que a sensacional reportagem seria publicada no dia seguinte. O argumento em favor da publicação era que a fonte, embora oculta, era oficial. Novamente, Waack e eu insistimos que, se a fonte da informação era funcionário do governo do presidente Collor, que o próprio irmão acusara de crime de corrupção, tratava-se de uma razão a mais para não publicar a matéria e redobrar a apuração dos fatos. Perdemos a batalha. Foi-nos dito que, apesar dos problemas que havíamos apontado na matéria, o jornal corria um risco ainda maior de a informação vazá-la para um de seus concorrentes e o jornal ser fuzilado, caso adiássemos sua publicação por 24 horas.

No dia seguinte, sábado, 6 de junho, o Estado publicou na capa do caderno especial, com chamada na primeira página, uma suposta reportagem sob o título: "Dossiê da PF acusa Lindner de uso irregular de dinheiro". Waack e eu perguntamos pelo dossiê da Polícia Federal tão logo chegamos ao Riocentro. Fomos informados, como temíamos, que a entrega do dossiê iria atrasar. Rodrigo Mesquita, acionista do jornal, ambientalista de carteirinha e fundador da ONG SOS Mata Atlântica, que participaria do Fórum Global liderado por Lindner, amanheceu no Rio. Estava perplexo com a matéria. Obviamente, Lindner e o presidente da Rio 92, o empresário e filantropo canadense Maurice Strong, desmentiram a informação caluniosa. O jornal não tinha nenhuma informação para sustentar a notícia e deixara-se usar por um



jornalista inescrupuloso. Waack e eu fomos novamente chamados a opinar. Queriam saber o que o jornal deveria fazer. Dissemos que, tendo atropelado deliberadamente o código de ética do jornal e do jornalismo, para não falar no mais elementar senso comum, deveríamos publicar no dia seguinte uma manchete desmentindo a manchete do dia anterior, ou, no mínimo, um texto reconhecendo o erro e pedindo desculpas aos acusados e aos leitores.

Infelizmente, isso não foi feito. No dia 9 de junho, o Estado publicou notícia segundo a qual o diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, indagado pelo então ministro da Justiça, Célio Borja, negara ter um dossiê sobre Lindner ou ter conduzido qualquer investigação sobre as finanças do Fórum Global. Dois dias depois, o Jornal do Brasil, numa edição em inglês que publicou durante a conferência, esclareceu a história. Numa entrevista coletiva, Lindner, Strong, o cientista Albert Sabin e o prefeito do Rio, Marcelo Alencar, anunciaram o pagamento da

dívida de US\$ 2 milhões que o Fórum Global havia acumulado na fase dos preparativos. O jornal informou que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento havia contribuído US\$ 500 mil. Os governos da Alemanha, Áustria e Canadá haviam entrado com US\$ 400 mil. O Banco Real fizera um aporte de US\$ 750 mil que, somado ao dinheiro doado pelas ONGs, inteiraram o montante do débito.

“É uma acusação estúpida”, afirmou Maurice Strong, diante de uma plateia de centenas de repórteres do mundo inteiro – parte do contingente de 2 mil jornalistas que cobriram a Rio 92. “Alguém queria jogar uma nuvem negra sobre o Fórum Global. Foi de dar nojo. O Fórum Global é a alma da Rio 92.”

Não tenho dúvida de que Strong estava correto em sua avaliação sobre a motivação dos que plantaram a notícia falsa. O autor da repugnante reportagem era um agregado político de José Sarney, o ex-presidente e hoje senador. Havia, na delegação oficial brasileira à Rio 92, diplomatas

seniores que haviam prosperado na carreira durante os governos militares e a administração Sarney. Eram todos adversários declarados das ONGs – as mesmas que, anos depois, políticos inescrupulosos de vários partidos adotariam como instrumentos de desvio de dinheiro público para uso pessoal, financiamento de campanhas ou pagamento de dívidas políticas.

Em 1994, destacado para cobrir a Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, tentei registrar no jornal os bastidores do lamentável e perfeitamente evitável episódio de dois anos antes. Nomeado ministro das Relações Externas pelo Presidente Itamar Franco, que sucedeu Collor, o senador Fernando Henrique Cardoso havia iniciado a abertura do Itamaraty para a sociedade civil. As ONGs, antes vistas com horror por nossos diplomatas, passaram a integrar as delegações oficiais do país às conferências globais que a ONU realizou sobre vários temas, a partir da Rio 92. As delegações brasileiras

melhoraram em qualidade e representatividade. Agora elas expressavam não apenas a perspectiva do Estado, mas da nação, que começava então a construir, a duras penas, a bem sucedida experiência de democracia com estabilidade econômica e progresso social do mundo em desenvolvimento que é hoje, a despeito do muito que ainda resta por fazer.

Inspirado pela presença da professora Elza Berquó e da militante feminista Jacqueline Pitanguy na delegação oficial brasileira, escrevi um artigo intitulado “Cai a barreira entre o Itamaraty e as ONGs”. No meio do texto, relatei o triste episódio da acusação falsa contra Lindner ocorrido na Rio 92, para ilustrar o quanto mudara em dois anos a visão oficial do governo sobre o papel das ONGs. A direção da redação da época julgou, contudo, que era melhor não remoer o passado.

Warren Lindner, que era portador do vírus HIV/Aids, morreu no ano 2000. Juntamente com alguns membros da equipe de editorialistas do Estado, sou talvez o único ex-repórter que continua associado ao jornal, de que me afastei oficialmente em setembro de 2006, mas para o qual faço contribuições eventuais de análises e artigos de opinião. O convite da WWF para relembrar a Rio 92 dá-me a oportunidade de relembrar essa história, que faço com conhecimento da direção do Estado.

O clima de crise que se instalou no País no momento em que começava a Rio 92 limitou a ação do governo na conferência. Lembro-me da conversa que eu e meu colega William Waack, à época correspondente do Estado em Berlin, tivemos com o embaixador Rubens Ricupero, nos primeiros dias da conferência, num dos saguões do Riocentro. Ricupero, que conduzia as negociações do Tratado da Amazônia nos anos 70 e seria mais tarde embaixador em Washington, ministro do Meio Ambiente e da Fazenda e diretor geral da UNCTAD, presidia a discussão mais importante da Conferência, a da Comissão Financeira da Conferência, na qual se discutiria o percentual do PIB que os países ricos, puxados pelos nórdicos e pela Holanda, se

comprometeriam a destinar às nações pobres, a título de “assistência oficial ao desenvolvimento”.

“Diplomacia tem muito de teatro”, observou Ricupero em nossa conversa. “Como negociador do país-anfitrião, você precisa às vezes se recostar no cenário sem o risco de que ele venha abaixo, e isso eu não posso fazer”, desabafou o diplomata, referindo-se ao escândalo que rondava o governo e ameaçava a estabilidade da República. O cenário criado pelo escândalo Collor estava, de fato, por desabar. Em setembro, o presidente da República seria destituído do poder por ato do Congresso, que desconheceu seu pedido de renúncia e suspendeu seus direitos políticos por oito anos.

Se o clima político em que se realizou a Conferência era carregado, tampouco era convidativo o ambiente da Cidade Maravilhosa. Para garantir a segurança dos milhares de visitantes estrangeiros, o governo federal havia ordenado uma nada discreta ocupação militar de pontos-chave da cidade – para satisfação, diga-se, de uma parcela importante de seus residentes, cansados da violência que então se alastrava.

Uma cena que ficou na memória foi a do tanque que o exército posicionou atrás do hotel Sheraton em São Conrado, no ponto em que a Rocinha chega ao asfalto da avenida Niemeyer, com seu enorme canhão voltado para a favela. Ao chegar ao Riocentro, comentei com o embaixador Bernardo Pericás, líder da comissão sobre florestas, do constrangimento que sentira diante da visão do tanque do exército que tinha o povo como alvo num Rio de Janeiro cheio de visitantes do mundo inteiro que por ali passavam todos os dias, a caminho do Riocentro. “O comandante poderia, ao menos, voltar o canhão para o mar”, sugeriu. “O problema é que, se ele fizer isso, o pessoal desce o morro e toma o tanque”, respondeu o embaixador, em tom sarcástico.

Por constrangimento bem maior passou William K. Reilly, um respeitado ambientalista a quem o então presidente George H.W. Bush confiara o comando da Agência de Proteção Ambiental dos EUA. Chefe da delega-

ção dos EUA à Rio 92, Reilly negociou nos primeiros dias da conferência um texto que, julgava ele, permitiria a seu país aderir à Convenção sobre Biodiversidade Biológica, o mais importante resultado produzido pela Conferência. As grandes empresas americanas e seus aliados conservadores do Partido Republicano eram contrários à Convenção e vinham fazendo lobby para impedir a adesão americana. Não lhes faltavam aliados na administração Bush. Um deles era o então vice-presidente Dan Quayle. Dias depois de a Conferência iniciar seus trabalhos no Rio, a linguagem do texto da Convenção sobre Biodiversidade que Reilly negociara a duras penas foi vazada à imprensa em Washington e gerou a reação esperada entre os conservadores no Congresso, no executivo e nos lobbies do mundo corporativo. Em discurso em Washington, Quayle puxou o tapete de Reilly e criticou publicamente a posição da delegação dos Estados Unidos à Conferência. Parlamentares da oposição democrata que integravam a delegação oficial dos EUA à Conferência, entre eles Al Gore, do Tennessee, Tim Wirth, do Colorado, e John Kerry, de Massachusetts, tentaram ajudar Reilly e o principal negociador da delegação americana, Michael K. Young, a administrar o fiasco. Mas o mal estava feito. De volta a Washington, Reilly enviou uma mensagem aos funcionários da EPA dizendo que havia sido alvo de um ato de “sabotagem” política. “Para mim, pessoalmente, foi como um salto de bungee. Você mergulha com sua perna presa numa corda ... tipicamente, não ocorre [a quem salta] que alguém poderá cortar a corda.” Mas foi exatamente o que aconteceu. Os EUA assinaram a Convenção em junho de 1993 mas até hoje não a ratificaram. A Convenção tem 193 países membros. Sudão do Sul, Andorra e a Santa Sé são, junto com os EUA, os únicos que continuam fora. Em 1992, as objeções americanas derivavam de preocupações com cláusulas da Convenção sobre transferência de tecnologia para países em desenvolvimento, vistas como ameaça

● ● Se e como o Brasil consolidará a posição de liderança que exerce em vários aspectos da discussão dependerá das políticas que adotarmos nos anos à frente para administrar a formidável riqueza natural e biodiversidade que abrigamos em nosso território. Essas decisões implicam escolhas que exigem conhecimento, competência, dedicação e coragem. ● ●

potencial a direitos de propriedade intelectual de empresas dos EUA. Washington considerou excessivamente vaga a linguagem da Convenção sobre obrigações de prestação de assistência financeira. Nenhum outro país desenvolvido compartilhou ou compartilha essa preocupação. Esforços iniciais do governo de Barack Obama em favor da ratificação não foram adiante e pouco se espera dos Estados Unidos, um país que, embora concentre um número impressionante de universidades e centros de excelência de pesquisa científica, tornou-se a partir de 1992 o centro de resistência à aplicação do conhecimento científico a políticas públicas em questões fundamentais de saúde (células-tronco) e meio ambiente (mudança climática). Por isso, o governo de Washington chega à Rio+20 com pouco espaço e credibilidade e numa posição que inviabiliza o exercício da liderança que deveria ter na Conferência.

Embora acompanhe as discussões sobre as questões ambientais desde 1992 e tenha organizado várias conferências no Wilson Center sobre diferentes aspectos do debate, com foco nas questões de políticas públicas revelantes para o Brasil e as relações do país com os Estados Unidos e a comunidade internacional, não me considero especialista. Por isso, deixo a outros, mais bem apetrechados e mais envolvidos nos debates do que eu, as respostas detalhadas ao questionário.

Limo-me a chamar a atenção para alguns pontos. O primeiro deles é o muito que se caminhou nesses vinte anos no Brasil para a inclusão dos temas da Rio 92 na agenda nacional. Empresas brasileiras de diferentes portes têm hoje departamentos de sustentabilidade. As organizações da sociedade civil voltadas para atividades que incorporam dimensão ambiental multiplicaram-se e especializaram-se. O tema está hoje nos noticiários e nos debates da grande imprensa e faz parte da conversa das pessoas. É evidente também que o país ganhou espaço na discussão dos temas ambientais com impacto global.

Se e como o Brasil consolidará a posição de liderança que exerce em vários aspectos da discussão dependerá das políticas que adotarmos nos anos à frente para administrar a formidável riqueza natural e biodiversidade que abrigamos em nosso território. Essas decisões implicam escolhas que exigem conhecimento, competência, dedicação e coragem. A discussão sobre o Código Florestal é apenas a primeira de vários embates que travaremos sobre o assunto. Anos atrás, Rubens Ricupero escreveu que o Brasil reúne os ativos necessários para emergir como uma potência ambiental num mundo onde as mudanças climáticas, a demanda crescente de alimentos, energia e recursos naturais como água ganham peso nas agendas da economia global e da paz e segu-

rança internacionais. É um chamado à reflexão e à ação. Em democracia, avançamos muito. Em democracia, e só em democracia, podemos avançar muito mais.

Não creio que seja necessário ser especialista para afirmar que a natureza da Rio+20 e conjuntura internacional na qual ela tem lugar recomendam manter as baixas as expectativas em relação ao possível impacto da Rio+20. A Rio 92 foi a culminância de um processo de negociação e produziu resultados, como a histórica Convenção da Diversidade Biológica e a Agenda 21. Seu tema era explicitamente ambiental. A Rio+20 tem um foco mais ambicioso – o Desenvolvimento Sustentado – e marca um início de um processo de negociação. Parece claro que aos olhos do país anfitrião, como de outras grandes nações emergentes que hoje dão dinamismo à economia mundial, a conferência é o momento de lançamento de uma discussão na qual as políticas ambientais subordinam-se às prioridades do crescimento econômico com melhor distribuição social de seus resultados dentro dos países e entre eles.

O desafio é desenvolver uma agenda de desenvolvimento sustentável a nível global que seja substantiva e factível num mundo em que, apesar dos progressos alcançados na conscientização das pessoas sobre os impactos econômico e social da desatenção às questões ambientais, faltam líderes e coragem

política para se chegar a acordos básicos de redução das emissões dos gases que causam o aquecimento global.

Não surpreende, assim, a avaliação negativa feita sobre os esforços feitos por Brasília para produzir tal agenda. Se existia espaço para a definição de uma pauta inovadora para a Rio+20, parece claro que o governo brasileiro não o encontrou. O mundo, por sua vez, não está para ousadias.

Paralisados por uma polarizante crise política doméstica, os Estados Unidos, como disse, andam hoje para trás no debate dos temas ambientais. O candidato republicano às eleições presidenciais de novembro deste ano, Mitt Romney, que como governador de Massachusetts teve posições contemporâneas do mundo sobre mudanças climáticas, renegou o que disse no passado e abraçou a bandeira da ignorância ativa que permeia a discussão nos EUA sobre o tema global mais importante que a humanidade já enfrentou. A preocupação de não dar munição aos republicanos durante a campanha presidencial deste ano deve manter o Presidente Barack Obama longe do Rio e inapetente em matéria de política ambiental. A crise econômica na Europa, por sua vez, reduziu o apetite também no Velho Mundo por planos ousados. Os europeus, que incorporaram mais rapidamente do que outros povos as práticas de sustentabilidade ao seu cotidiano desde a Rio 92, também dão sinais de andar para trás. O justificado temor da energia nuclear, reavivado pela catástrofe de Fukushima, levou a Alemanha a banir gradualmente o uso dessa fonte de energia, o que elevará inevitavelmente as emissões de carbono na maior economia europeia. A China ascendente e já campeã mundial das emissões de carbono descobriu, por sua vez, na produção e comercialização de equipamentos e processos para a economia verde uma forma de atacar a poluição em casa e ganhar dinheiro no exterior. Isso e a moderação do crescimento chinês nos próximos anos talvez representem uma das poucas boas notícias disponíveis às vésperas da Rio+20.

Há, por fim, que comentar o efeito que a perda de vitalidade do debate am-

biental na Europa e nos Estados Unidos produz na ação das ONGs europeias e americanas. Essenciais para dar vitalidade às grandes conferências temáticas da ONU, as ONGs também chegam à Rio+20 de farol baixo. Impedidas pela realidade política em que operam de avançar suas agendas em casa, elas correm o risco crescente de parecerem mais do que nunca empenhadas em obter em outras latitudes os sucessos que não conseguem em casa. Isso, combinado com a má reputação que as ONGs em geral adquiriram recentemente no país anfitrião, em consequência de seu uso indevido como veículo de corrupção por partidos supostamente "progressistas", introduz um considerável desafio de credibilidade. A isso somam-se os indícios de insucessos recentes. O ardor missionário com que várias ONGs abraçaram o movimento contrário à construção das usinas hidrelétricas nos rios Madeira e Xingu revelou-se até agora infrutífero, a não ser como veículo de campanhas de levantamento de fundos.

Como afirmei em evento de que participei no ano passado no WWF em Washington, a exibição nos Estados Unidos e em outros países de imagens de famílias indígenas afetadas por esses grandes projetos energéticos pode ser benéfico para a consciência dos dirigentes e militantes das ONGs, na medida em que alimentam o sentimento de que defendem uma boa causa. Essa estratégia tem tido, contudo, impacto limitado na sociedade brasileira. A nova classe média está interessada em qualidade de vida e confortos que dependem de maior crescimento econômico e crescente produção de energia. Conciliar a demanda de maior qualidade de vida e um crescimento econômico sustentável ancorado no uso racional dos recursos naturais e em processos inovadores de produção e distribuição de bens tangíveis e intangíveis é o desafio do século 21 que pode começar a ser mapeado na Rio+20.



**PAULO
SOTERO**

SERIES “RIO 92 WHAT DID IT LEAD TO? RIO+20 WHAT WILL IT LEAD TO?”

INTERVIEWS





photo: Zig Koch

Interview

Series “Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?”



YOLANDA KAKABADSE

In terms of civil society participation in the debates on public policy, the economy and the environment, Rio 92 was a landmark event. However historic it was, however, the conference could have gone further if the country delegations had been better prepared to take part in the debates and the decision making. In that respect one could expect the Rio+20 to manage go beyond the Rio 92 and become equally memorable in the realm of sustainable development.

That thoughtful kind of analysis, capable of detecting the contradictions in the negotiation processes is typical of Ecuadorian Yolanda Kakabadse, International President of WWF and former Ecuadorian Minister of the

Environment, who has been engaged in the search for solutions for mankind and the environment for over 30 years. There follows a written interview that Kakabadse kindly granted.

What were you involved with at the time of the Rio 92? Do you recall anything that marked that conference?

Well I think I was the most fortunate member of the team of the Rio 92 conference because I had to organise and see that everything worked in terms of the civil society participation. Maurice Strong, the secretary of the conference made a very strong point that he wanted to have civil society participating in the conference and that was breaking new ground; that had not been the normal thing in previous UN conferences.

The Rio 92 conference was the one that opened the doors to civil society and, when I say civil society I mean it in the broadest of terms, it was everything that was not central government; the parliamentarians for example through the inter-parliamentary union, and the local authorities through their own organisation, the indigenous people, the youth. Different professional organisations such as the chamber of commerce and then groupings from around the world that went from the international association of astronauts to the smallest NGO in Nepal or Bolivia.

So it was a fantastic process of getting people involved, of convening different sectors of society to take an

interest in the topics of the Rio conference. That was my responsibility and, as I say, I think I was the most fortunate one because, even though it was a very intense process, I learned a lot and I think we, as a secretariat, made a difference to the UN system as a whole.

Which countries had the most outstanding participation in the Rio 92? What was the participation of Latin American countries like? 92 was a disappointment, very few countries in LA really understood what the conference in Rio was about, very few of them invested in preparing for the negotiations and having a strong participation in the input of the definition of the agenda; Colombia was one of the countries that did a good job in preparing for it and having an input to improve language in the negotiations themselves. But as a whole I think the contribution of the region was poor, I think we missed the train. Today for 2012, I do think we are much better prepared, I do think we have managed to insert that debate in our governments, in our own societies. There is a much better understanding of the risk of inaction and I do hope that LA will be a key player in this new negotiation process.

What was the main legacy resulting from the Rio 92? I am now convinced that although the 1972 conference in Stockholm also spoke about bringing environment into the development process, the 92 conference, through

the documents it produced, I think strengthened the importance of going beyond the business as usual development pattern that we all were in to. It really grabbed onto the political debate, the need to make environment a central point of development, not just with perfected areas in the green agenda, but bringing it in as part of development, of economic development, of social development; it talked about technology, about industries about the role of the private sector, about the role of academia.

So it was a very strong message and ended in a strong commitment on the part of [countries] to really take their environment into account as something that is substantial to development.

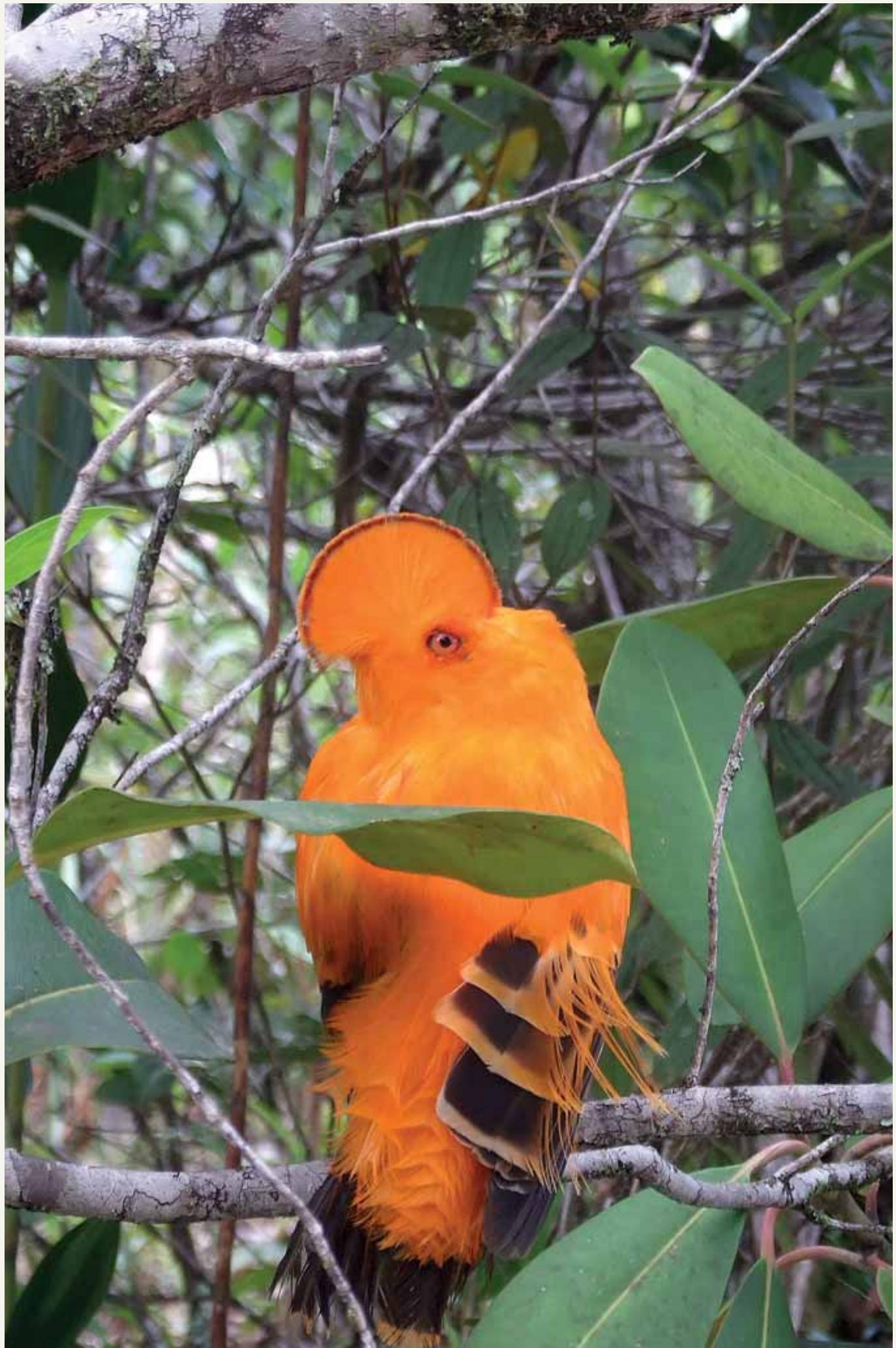
Among the resolutions taken at the Rio 92 conference, has there been any particular area where no progress has been made? I think there are different levels of accomplishments, some stronger than others. I believe that maybe something that was not strong enough coming out of Rio 92 was the element of ethics, ethics and equity is part of a social commitment that has to take place if we want to ensure sustainability. There is no opportunity for thinking or acting differently in terms of achieving sustainable development if we don't emphasize the need to adopt ethical standards that ensure social justice, equity amongst all people in all countries, it doesn't matter where they come from or what part of the planet they are located. I think that was not strong enough and that is an impending agenda that I hope does come into Rio+20.

What should be the main result from this Rio+20 conference? One of the challenges for Rio+20 is the green economy agenda. I believe what we proposed in Rio 92, this time around comes with a different language, maybe with more practical language for different sectors to understand what we mean by confirming that economic development has a very strong implication on the way that we manage natural resources. There is no chance

for any sort of development unless we use the natural resources we have today without leaving a deficit, without using more than what we have and more than what the planet can provide. So I do think that the challenge of Rio+20 is ensuring we have a clear understanding that "green economy" is a rational use of natural resources, ensuring that the benefits of that use are distributed equitably amongst the different sectors of society in different countries or regions on the planet.

How can the corporate sector and civil society contribute towards conservation of the environment and sustainable development? Private sectors in civil society, I believe, are the key actors for changing governments and, having been in government, you can go as hard as the societies are prepared to move forward in any given direction. The pressure for change in public policy normally comes from society and in this case private sectors in civil society have an enormous potential to work together in innovation of technology, in changing the patterns of development, in looking with a much longer vision than we have been doing up to now and creating awareness amongst the general public to really create that pressure that would make governments move. But I also think that local governments are key players more than the national ones in the implementation of programs, in turning ideas into reality. Local governments worldwide have become key partners and I would say it's a perfect marriage in this triangle of local government, private sector and civil society groups to implement, to demonstrate that it is a possibility, that sustainability is not only part of the discourse but it is part of a fantastic and beautiful feasible challenge.

What is the role of the emergent economies like the BRICS in impacts on the environment and in the solutions for environmental issues? The emerging economies, I would say, is one of the topics that make us think more about their future responsibility. They have the size in terms of geographical size in



Cock of the Rock / WWF Guiana

their country, of population size in their own country and opportunities because the natural capital of all the BRICS is enormous. So these BRICS or emerging societies have potential, have capacity and have the obligation to respond to the disparities and poverty that very often are the result of mismanagement of the national economy or lack of vision on how to generate wealth. What worries me sometimes is that being an emerging country with so much potential, quite often some of these countries prefer to behave as a typical developing country, that is, permanently expecting the support and the contribution of the north for their own development programs. What I mean by that is that emerging economies do need to take the reins in their own hands and demonstrate to the developed countries and to the developing countries that we can do much better than what we have been doing up to now.

I don't think that now, at the beginning of the 21st century, we can afford to say that because the others destroyed or polluted the planet in the last decades we should imitate or we should not be strict with our own sustainability policies. I don't think that's fair to our own societies or to the rest of the planet. Information is what leads us to act and to be more sensible for today and for the future, so I do hope that out of this conference emerging economies as well as developing countries and everybody else will take a very strong position and commitment that we can't afford to continue to be weak on the different development laws.

From the point of view of guaranteeing citizens' access to food, water, and energy; how should governments and society at large be addressing the environment? What are the solutions for the future, for the Amazon, for Brazil and for Latin America? WWF I think has captured the essence of the priorities for the planet of today and I mean for every single society on every single continent. Food water and energy are the three elements that will condition the level of development of all societies in the coming decades. Also they are

the three elements of an agenda that are most at risk at this moment because of the impact of climate change, the three of them, food, water and energy are the main threat, especially to the vulnerable communities of the world, which are usually the poor, the elderly and of course the younger generations, so having chosen those three topics for our work and contribution to Rio+20 on the part of WWF is going to be a fantastic contribution, driver and mobiliser of debate, discussions and, we all hope, agreements.

The Amazon is definitely one of the most important ecosystems for LA, for South America in particular but also for the whole planet. The balance that it brings in terms of weather conditions for the region and therefore for production of food, and the stability of the urban and rural societies in the region is of the upmost importance. Making decisions that ensure the stability of the Amazon basin is a responsibility, not only for Brazil but for the region and the planet. And I do trust that the present government in Brazil will do whatever is needed to ensure that stability. We are at the moment involved in a debate about the new forest law in Brazil that keeps several of us anxious about the struggle; immediate gains, the business as usual pattern of development versus a more visionary policy that will ensure that we all gain in the medium and the long term. Let us hope that the president of Brazil has the wisdom to move in a direction that will ensure the health of that ecosystem as well as the health of the Brazilian population and reduce any negative impact on and from that ecosystem around the world.

Are you hopeful for the future of our life this planet? Of course I think we all are, this is too beautiful to give it up. I believe that the string that runs through the blood of all of us who make WWF and all the environmental groups and the leaders around the world who are concerned about the health of the planet is the optimism that we can do better than what we are doing today and that we will achieve that.



**YOLANDA
KAKABADSE**

Interview

Series “Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?”

Alexandre Monteiro



LEONARDO BOFF

The Earth Summit (Rio 92) is a milestone in the personal life story of Leonardo Boff, who serves on the Earth Charter Commission, is a theologian, philosopher, lecturer and writer. It was during that conference that he decided to withdraw from the Order of Friars Minor (Franciscans), which he had joined in 1959 - at the early age of 21.

After a debate on religion and peace in the Rio Conference two decades ago - during which he was critical of Judaism, Christianity and Islam "for being belligerent" - Boff was reproached by a Vatican spy-cardinal for not observing the "obsequious silence" to which he had been

sentenced by Rome. After censuring Boff for the Liberation Theology, the Vatican required him to leave the country to serve his sentence in a convent in South Korea or the Philippines. Boff declined the new imposition of silence and decided to leave the Church instead.

In addition to this milestone in his personal life, Leonardo Boff recalls the atmosphere of the conference. He said there was "a mystique that bonded everyone in love for the earth, in a general fellowship beyond differences. It seemed that another kind of eco-friendly humanity was born there." This image is entirely different from his expectations for the Rio+20 and its preparations. In his opinion, the draft text, for example, "is an insult to the world's intelligence (...) It is a moving document in terms of goodwill, but naive about the criticism and mediation that it proposes," he says with the same frankness that startled the "spy-cardinal" 20 years ago. Below is the written interview that Leonardo Boff gave to the WWF.

What were you involved with at the time of the Earth Summit? Do you recall anything special that marked that conference? The event as such was the expression of another mindset, another world view and relationship with the Earth, which was not regarded as a warehouse of tangible resources, but as the great common home that requires care. There was

a mystique that bonded everyone in love for the earth, in a general fellowship beyond differences. It seemed that another kind of humanity was born there, one that was eco-friendly, fraternal and respectful of differences. For me it was remarkable because after a debate on religion and peace which I took part in I criticized the Abrahamic religions quite harshly for being belligerent. Cardinal Baggio, a spy-cardinal from the Vatican, came up to me and said, you haven't learned anything from your "obsequious silence." "You must leave not only Brazil but Latin America. You can choose between Korea and the Philippines. But you have to leave." I said, "but in those countries can I teach theology and continue writing?" To which he replied, "you will be in obsequious silence in a convent." I said, "the first time I accepted the silence as a sign of humbleness; it was virtuous. Now this imposed silence is clearly unfair and amounts to a sin; I cannot accept it." And he said, "make up your mind tomorrow noon." I replied: "My mind is set. I will abandon one trench, but not the fight. I will promote myself to the condition of Jesus, who was not a priest, much less a cardinal, but a lay person from the tribe of David, of which nothing is said regarding priesthood." And so I had to leave the Franciscan order and leave the priestly ministry. It is not a nice memory. Worst of all was the total lack of courtesy on the part



● ● We do not want the end of the world. We want instead the end to this type of world that is hostile to life, to solidarity, to compassion and to love. ● ●

of the cardinal, who was the Apostolic Nuncio in Brazil. When I reached my hand out to greet him, he withdrew his. Well, I thought of St. Francis, who greeted everyone and even made friends with the ferocious wolf. Why should I, a Franciscan, be different and not understand the rudeness of a small-minded, vengeful cardinal?

What countries participated more prominently in the Earth Summit?
What was the participation of Latin American countries like? I don't recall which were the Latin American countries that took part. All I know is that the great novel subject that emerged from the meeting was the women. In their Women's Tent they held great debates and meaningful rituals. They always had a full house. They made the sharpest criticism to the patriarchy that hides behind the industrial / consumerist process and that is the root of our culture of domination.

What have been the main legacies of the Earth Summit? The fruits yielded have been scarce, otherwise we wouldn't have the degraded situation we see today. But we heard the cry of the earth, the awareness that we are responsible for our common future has spread. The Earth Summit consecrated the ambiguous term "sustainable development." I mean, the savagery of this dominant type of development cannot go on because it is not development but material growth at any cost. The category 'sustainability' has become central and has no longer been left out of debates. It raised the issue of differentiated contributions from all countries to tackle the ecological crisis, the fight against hunger and extreme poverty. For the first time there was a reference to the fact that the planet is warming considerably, though that fell on deaf ears. In my view, the biggest shortcoming of the whole meeting was the rejection of an Earth Charter. It would have served as an umbrella under which all the other projects would develop. Something remarkable and enduring came out of it: Agenda 21. But it was left hanging

in the clouds without a coordinated vision of Planet Earth, of interconnected ecosystems. It was then that [Mikhail] Gorbachev [the former secretary general of the Central Committee of the Communist Party of the Soviet Union], UN Under-Secretary Maurice Strong and the Prime Minister of the Netherlands, [Rudd] Ludders, raised the idea of consulting humanity to draft an Earth Charter that would come from the bottom, from the peoples, not from state bureaucracies. I was invited to this debate and in my place I suggested that Paulo Freire be invited. Because in all these issues there is a problem of pedagogy. And nobody better than Paulo Freire to handle this issue. After his death I delved into it by drawing up draft proposals to represent the Americas, which were substantially taken on board in the final text.

Among the resolutions from that conference, in which area were there no advancements? I think there is an increased awareness regarding responsibility, first in terms of corporate social responsibility and, later, of social and environmental responsibility. The most important point was the creation of a collective environmental awareness. This concern is no longer the preserve of the greens and has become one of society. There was and is a growing awareness that we cannot go on this way. We must change. Otherwise we are heading for the worst.

What should be the main outcome of Rio+20? I expect nothing from the heads of state. Most will not attend. They'll send ministers without decision-making power. Everything bottlenecks into the question: who will fund any measures that will be taken? All claim they do not have money, that they are in an economic and financial crisis and cannot help. Behind it all is the perverse capitalist and neoliberal perspective: what counts are the markets, the currencies, the economic-financial system and not life, humanity, the future of our civilization and the preservation of the vitality of the earth. And so, festively, we hurtle

towards a possible and predictable social-ecological disaster. But the awareness of humanity, represented in the Peoples' Summit, will grow dialectically. It will bring forth the real issues in confidence that "no one can stop an idea whose time has come and it will prevail to create another course for history." We will save ourselves and usher in a new way of inhabiting the planet, which is more respectful of life and has greater solidarity with all human beings, especially those who suffer most.

What is your opinion on the draft text for Rio+20? The document is an insult to the world's intelligence, which has amassed reflections and experience on the crisis of the Earth all these years. It is a moving document in terms of goodwill, but naive about the criticism and mediation that it proposes. The three central themes -- sustainability, global governance and the green economy -- are never clearly defined, giving the impression that it really wants to distract thinking minds and global movements from not poring over the real problems that afflict humanity: the nature-depleting means of production, the inequalities (social injustice) and the urgent need for alternative models of consumption in view of the limits of the Earth, which can no longer replenish what we take from it.

How can the business sector and civil society contribute to environmental conservation and sustainable development? Until a new paradigm in our relationship with nature and the Earth is put in place and we continue with our industrial/consumerist/individualistic approach we cannot expect anything substantial to ease the global crisis. Companies are fundamental, as they provide the material infrastructure of human life. But they are victims of the prevailing model, which is one of unlimited accumulation at the cost of devastating nature and not losing out against the competition. This approach is the surest path to disaster. I stand behind Hegel's idea that, "we learn from history that we do not learn from

history, but learn everything from suffering." I think that when the suffering is collective and affects everyone directly, then we will change. Otherwise, we run risk that the Earth will go on, but without us.

What is the feasibility of structuring the so-called "green economy"? Would a 'blue economy' also be important?

The green economy brings important elements that we should value, because in its original intention it wants to preserve the vitality of nature. However, it does not question the prevailing paradigm, which implies the domination of nature, unlimited accumulation and consumption without hindrance. It does not question the global inequalities, the fact that most people are living in poverty. And there is a great risk that a price tag will be put on everything, even on the commons, that is, those goods and services that are directly related to life such as water, food, seeds, soil, air, energy and so forth. Now, life is sacred and cannot be commodified. If this happens, we'll have reached the height of the capitalist spirit and, thereafter, will see its downfall. What is sacred is inviolable. And once violated it creates mechanisms of punishment and exclusion, as cosmologists and biologists keep warning us. We do not want the end of the world. We want instead the end to this type of world that is hostile to life, to solidarity, to compassion and to love.

In an approach centered on citizens' access to food, water and energy, how should governments and society regard the environment? What is the solution for the future of the Amazon, Brazil and Latin America? This question is too complex to be answered. This is what I think: we should not expect much from the public authorities and governments, as they are hostages to big corporations and the capitalist system. They are obliged to follow their logic, which is to have at least some GDP growth each year. But this logic can no longer be supported by the Earth, whose limits have been reached and can now be felt. I hope that solu-

tions will come from the bottom, from the disgruntled and desperate, from those who do not accept the verdict of death on their lives and their ecosystems, from the movements that have developed another view of the Earth and production processes that are sufficient and decent for us humans and the entire community of life. I think the Proyecto Buen Vivir (Good Life Project) in Andean communities holds the solution to what will be mandatory for all mankind and to safeguard the Planet. That is to say, always strive for balance, pursue an economy of sufficiency and not of accumulation, of communion among all beings and also with the universal energies, the spiritual ones, and live in profound communion with the Pacha Mama, the Earth, the only Common Home we have, and we have no other to dwell in. We either do that or we will decree the slow extinction of our species and a great damage to the biosphere, which will continue to exist, but without our species which, due to its aggressiveness, created a new geological era, the Anthropocene, that is to say humans are the true sweeping meteor capable of self-destruction with a profound effect on the living planet, the Earth. But as the spirit exists first in the universe and then in us, perhaps in millions of years there will appear a complex being capable of harboring the spirit and ushering in another type of civilization on this planet, certainly better and more wholesome than ours.



**LEONARDO
BOFF**

Interview

Series “Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?”



PAULO JOBIM

61 year-old Paulo Hermanny Jobim, is the eldest son of Antonio Carlos de Almeida Brasileiro Jobim, whom many believe to have been the greatest composer Brazil ever had, even for a country with a musical diversity just as exuberant as its natural heritage.

Like his father, Paulo studied architecture and music and he was regular partner in Tom Jobim's shows and CDs for which he did many of the arrangements. The song 'Forever Green' was specially composed for the Rio 92 event and it was recorded for the 'maestro's' last CD in 1994 (the year of his death) with the title 'Antonio Brasileiro'.

In addition to his musical talent, Paulo Jobim inherited his father's

interest in the environment. Tom Jobim was the first public figure in Brazil to speak out about the destruction of Nature as far back as the 1970s, when the military dictatorship was in full swing,

Paulo Jobim has taken an even deeper interest and worked on environmental projects with renowned urban planner Lúcio Costa. One result of such efforts was the demarcation of the area that today constitutes the Chapada dos Guimarães Protected Area. What follows is the result of an interview he gave to WWF.

How was the partnership between you and your father Tom Jobim in songs with an environmental slant. You actually composed a song for the Rio 92 event. Was that part of the preparation's for Tom's last CD? Rio 92, that's right, the beginning... the CD [Antonio Brasileiro] only actually came out in 94, but at that time we were already thinking about it.

And Tom had the Banda Nova [New Band] which you played in and you were asked to compose the song in English [Forever Green]. Yes. It was a kind of commission. Somebody, I'm not sure who exactly, asked for a song for the Rio 92 event; and in a way, I would say it's very educational song; thinking about the children, in the future.

And did it have to be in English because the conference was international?

I think that's right. I believe there was a show with international performers. Rio 92 was an international event. I'm not sure whether they specifically asked for it to be in English. I think we just naturally opted to do it in English so that it would get across to everyone.

There was an interview back in the 80s, its on the record 'Tom Jobim live in Montreal' and he was already talking about the problems of widespread burning of the vegetation. What gave rise to Tom Jobim's concern for environmental issues? I think his interest stems from the Atlantic Forest which he knew so well and which he saw being destroyed. He knew all the woods and forests around Rio de Janeiro. In the interior of São Paulo too, he saw great Jequitibás, big forests. He knew all those forest areas that were being cut down so carelessly, so heartlessly. They just went on cutting them down for firewood, or to make charcoal.

He was brought up on farms, always with woods and forests nearby, and he could see that they were destroying it all. There seemed to be a mad urge to burn, as if it were some sign of progress. Burning off all the forests to make way for cattle; that's not the way [to progress].

What they call progress round here is when someone plants soybean for Chinese pigs to eat. They think that it is more important than Brazil keeping its [natural] wealth ; "let's sell soya for the Chinese pigs". So then

● ● We have tremendous biodiversity so now the thing is, do we want to keep biodiversity, or do we want to get rid of it from sheer stupidity. ● ●

you destroy everything because that's what's making profits at the time. Maybe at another time it won't bring in any profit at all. So what it means is that we don't have enough respect for Brazil, for Brazil's [natural] wealth. We just go on destroying everything; all in exchange for nothing at all. Is there a new machine out, well then let's cut down everything. That's the way it's been for a long time now.

Would that attitude to progress explain the behaviour of some parliamentarians that are against the preservation of riverside vegetation and against fining people for the destruction they have done, as we have seen in the discussions on the proposed alterations to the Forest Law? That is not progress, you cut down all the vegetation on the banks of the rivers and you create erosion, a desert. That was something my father used to tell me. He said "it is a systematic thing, the systematic creation of a desert". If you take the whole Brazilian central plateau, which is watered by rains that come from the Amazon, and then you start going into the Amazon cutting down the forest; what you are doing is creating a desert in the central plateau. The Cerrado savannahs are already dry and so, are you going to dry off everything around, wipe out the waters, the springs, everything? And there is no excuse for carrying on cutting down. Ah, they say, the poor farmers. There aren't any poor farmers. Now we

have the Communist Party lining up with the huge agricultural conglomerates, because this agriculture is not family-based agriculture at all.

Do you think that in these 20 years separating the two conferences Brazil has evolved in terms of protecting the environment or are the still the same? I think that nowadays there is a general feeling of concern but at the same time we have the National Congress trying to destroy a Forest Law that was already good in the 1960s and was respected. Now though it has become a free-for-all. It is hard to understand; serious legislation is being thrown out just because you have a new tractor or truck and you are anxious to let rip. After it is all over, there is just the desert and the tractor and truck abandoned in the bush, or rather in the grass because there is no more bush.

Brazil prides itself on being a biodiversity magnate but do we actually behave as a leader should? We have tremendous biodiversity so now the thing is, do we want to keep biodiversity, or do we want to get rid of it from sheer stupidity. When you go before the world and the world looks at Brazil, the world says "They have an environmental treasure house there. But if you are not going to take serious care of it then they will stop listening to us because we do very little to show respect for this wealth we have

Do have any special expectations in regard to the Rio+20? I really hope that heads of state will attend and discuss things because nowadays with this crisis in the world people have a tendency to throw up their hands and give up but the evidence of environmental problems is greater and greater; I mean the climate really is changing. And there are a lot of changes in society that will need to be made for us to carry on living in this world, for the world not to become exhausted. We have consumer patterns that require a planet and a half to satisfy them. And the tendency is that everyone will want their own car, to throw paper away, consume a lot of energy, foul the water and live with tap always turned on. Either we are going to have to change for the better or things will change for the worse when the world has no more resources and everyone is hungry.

Did anything happen during the Rio 92 event that has stuck in your memory? One thing that greatly impressed me was a conversation, a video showing several important Amerindian leaders; and they were talking then about things that people are only beginning to realize today. So, in my view, there should be a meeting of Indigenous leaders who have a very different vision of Brazil. Not this one of cutting down everything in sight. They want the forest because they live in the forest and we ought to be able to live off the Brazil's [natural] riches, and not do just the opposite, using them up until there are no more.

Interview

Series “Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?”

107



EDWIN VÁSQUEZ

The Rio+20 Conference may prove to be a historic opportunity to promote the legal security of indigenous lands and foster the application of instruments that make sustainable development feasible. Such decisions must involve the participation of the indigenous peoples.

Those are the expectations of Edwin Vásquez, general coordinator of the Amazon Indigenous Organisations Coordinating Body (COICA), an institution founded almost 30 years ago and representative of 2.5 million people distributed over an area of 10 million square kilometres of Amazon Forest in 9 South American countries. There follows a written interview that he kindly granted.

What were you engaged in at the time of the Rio 92 event? Can you remember any episode of the conference that left its mark? I was in the COICA together with the president of COICA at the time, Evaristo Nunkuag, and in the official part of the conference took part in the Earth Summit Rio 92 and was very active in presenting proposals in regard to the Agenda 21 and the Forest Principles. In the unofficial part participation was in the world indigenous space which was called Karioca.

What was the main legacy resulting from the Rio 92? The main legacy was marking a new tendency towards a sustainable development model that respects nature albeit it has only come about in theory.

The sustainable development model has still not been applied to reality. Up to now only extractive interests and the appropriation of natural resources of every kind have predominated. In the case of Indigenous peoples, their territorial rights are ignored and they are not even allowed the right of prior consultation.

Among the resolutions taken at the Rio 92 conference, has there been any particular area where no progress has been made? There has been no progress registered in reducing the emissions of greenhouse gases produced by the big industries in the developed countries and none in the control of deforestation. Also, it has

not been possible to control the piracy of biodiversity resources.

What should be the main result of the Rio+20? In the case of indigenous peoples, we are expecting forceful decisions, in regard to guaranteeing the legal security of indigenous lands and more vigorous application of the elements of sustainable development rather than a mere tendency towards a green economy.

It is also hoped that the right to full and effective participation of indigenous peoples will be consolidated and that they will participate in all decisions that affect them directly or indirectly.

What is your opinion regarding the basic text for the Rio+20? In theory it is a global policy that fosters respect for nature and the environment and for the sovereignty of countries over original natural resources.

How can the corporate sector and civil society contribute towards conservation of the environment and sustainable development? Creating policies and legal reference frameworks that are the result of consensus and which, when enforced, enjoy the participation of all the actors involved among whom, the indigenous peoples.

What is the feasibility of structuring the so-called ‘green economy’? Wouldn’t a ‘blue economy’ be important as well? A green economy will only be possible if people’s rights are



● ● The solution for the future needs to embrace policies that foster the full and effective participation of the indigenous people in political and regulatory decisions and in their implantation. ● ●

also guaranteed and if those rights are not impeded by those interested in extracting natural resources. The so-called state of well-being for example, implies there must be respect for the rights of nature and of people. The financial resources that are generated need to be directed above all to social policies in education, health, housing, access to water and its sustainable use and nutrition. Respect for the conservation of the tropical forests and their sustainable use must also be a priority for the State.

From the point of view of guaranteeing citizens' access to food, water, and energy; how should governments and society at large be addressing the environment? What are the solutions for the future, for the Amazon, for Brazil and for Latin America? The solution for the future needs to embrace policies that foster the full and effective participation of the indigenous people in political and regulatory decisions and in their implantation. It is of fundamental importance to adopt principles of the right to

nature and respect for the forests in their role as ecosystems that mitigate climate change effects; their holistic contribution, not just considering them for their importance as carbon stocks alone.

Interview

Series “Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?”



Agência UEL

IGNACY SACHS

Polish-born economist Ignacy Sachs (85) of French nationality is a major reference when the subject is sustainable development. Since the 1980s Sachs has been discussing the possibilities of a new development paradigm based on a convergence of economy and ecology, in view of the way mankind has been acting since the beginning of the industrial revolution.

Ignacy Sachs began his academic career in Brazil where he lived during the 1940s and 50s and he went on to take a doctorate in India. He also worked in socialist Poland and taught in France where he created the Centre for Studies on Contemporary Brazil.

Acquiring a cosmopolitan experience is one of the recommendations Sachs makes to young people. “I have lived off that particular capital for many years now” he declared at the end of the interview he granted to WWF. Sachs particularly recommends that Brazil should send students to other countries with similar environmental problems and receive students from those countries in turn. In his view, confronting the different experiences could propitiate “a fantastic advance towards finding concrete solutions to the problems faced by the various countries that make up the bloc of emergent countries”. The highlights of the interview he gave are set out below.

What were you engaged in at the time of the Rio 92 event? Can you remember any episode of the conference that left its mark? At the Rio 92 I took part in various parallel events. As I remember, there was a highly interesting Seminar held in Curitiba and we also took a trip to the Amazon and a seminar held in Manaus. I took part in various activities associated to the Conference, within it and outside of it, but I would say that the most vibrant and most important part of the Rio conference was what was going on at the Flamengo beach and various other places in the city.

Which countries had the most outstanding participation in the Rio 92? What was the participation of Latin American countries like? I cannot really say because 20 years have gone

by and that was not the focus of our analysis. What was most important in Rio was everything that took place outside of the official conference. The conference was there, a long way off in the Gávea surrounded by a ring of tanks and very strict security to make sure that no one could get inside, but at the Flamengo beach there was a series of highly diversified and important activities going on. In that aspect, the Rio 90 followed the tradition begun in Stockholm in 72 when, in the environs of the official United Nations conference, there was another conference of organised civil society taking place. I am quite sure that is going to happen again, but I cannot imagine in what way, how big it will be and even less, to what extent the events taking place on the fringe of it will influence the official conference or what it all will lead to afterwards. That is the great question, and also our ability to head towards an open political dialogue in which organised civil society plays a relevant role.

What was the main legacy resulting from the Rio 92? The Agenda 21 sprang from the Rio 92 conference and it was certainly an important document. But there was also a lot of frustration stemming from the conference because it took place in opposition to the tide of history at the time. We were at a moment that was right after the implosion of the Soviet Union when there was a huge neo-liberal

offensive in course. I think that is why many of the Rio 92's conclusions never prospered in the way they deserved to, because of a whole constellation of unfavourable political forces.

The direction Capitalism took at the end of the last century led an increase in the pressures on the environment?

Obviously, if after the Rio 92 we had entered into a phase of planned economies that explicitly took into account, not only social impacts but environmental ones too, then we would be far better off today; but that is not what happened. We did not come out of the Rio 92 with the kind of mega social contract that we needed. It is worth remembering that the Rio+20 is going to take place on a special date, the anniversary of the birth of Jean-Jacques Rousseau [1712] and it is also a commemorative date for the publication of the social contract [1762]. So the great problem is whether we will manage to make the Rio+20 our consciously assumed entry point into a new geological era: the anthropocene, which actually began with the industrial revolution. Subjacent to this entry into a new era we should be thinking about a mega social contract whereby the developmentist States, workers, businessmen and organised civil society are explicitly articulated with one another.

The BRICS countries could be good players in the field of environmental issues, or do they tend to repeat outdated models? I believe less in the BRICS than in the IBAs (India, Brazil, South Africa) because Russia, just as much as China has a vision that does not necessarily coincide with that of the emergent countries, of which Brazil and India are the two forerunners.

Aren't Brazil and India two of the biggest 'sinners'? All the bipeds that walk on this planet are sinners and dreamers at the same time. I am not saying that just because Brazil and India have drawn together as forerunners of the emerging nations bloc, the two countries will automatically be able to solve

their internal problems overnight. First we need to think in terms of the green economy, but an economy that does not lose track of the problem's social dimension. Second, we need to think about the question of a political pact structured around the objectives of a form of development that is 'including' rather than 'inclusive'. The Indian Nobel prizewinner Amartya Sen used the term in English 'inclusioner'. We need a reference framework for our action towards constructing an including economy which is, at the same time, environmentally sustainable. That needs to be at the heart of a political pact drawn up between the different vibrant forces within each nation and an international pact among the states that embraces that philosophy. So that is the challenge before the Rio+20, how to set off along this pathway, recognise the fact that we are living in a new era, the anthropocene, and that we have been in it ever since the industrial revolution, only we have taken a long time to recognise the fact and based on it, to define national development strategies with that proper concern for the sustainability of the environment and for social progress. To that end, I believe we must go back to planning again. In other words we must place the question of planning high on the list of priorities; but it must be democratic planning, that involves a high degree of planning of the living forces of each nation in the formulation of the plans. We need to undertake planning based on this concept of socially 'including' environmentally sustainable development and organised on the basis of a quadripartite dialogue among the developmentist State, the corporate businessmen, workers and organised civil society. If it were up to me, I would allow the United Nations member nations a reasonable time, say two or three years, in which to bring their 'including', sustainable development plans to the table and at the same time I would redouble efforts and reinforcements in the sphere of the United Nations, to generate a true and important 'including' sustainable development fund.

● ● **What is more important is to define a strategy with concrete objectives, stating who does what, rather than be thinking about new institutions that will necessarily collide with existing institutions and give way to a tremendous institutional attrition.** ● ●

How could that Fund be financed? It could be financed in the following way: first, go back to the commitments, which have repeatedly been mouthed but never seriously put into effect by the rich countries and add to them a tax on financial speculation. We could also add a tax on carbon emissions that would have the double function of checking exaggerated carbon emissions that are provoking global warming and generating a development fund. Lastly, we would have to start charging a toll on ships and aircraft for their use of the space over the oceans that they cross based on the principle that the oceans are a universal human heritage. Whoever uses them needs to pay. With those four sources we would be able to develop a huge including sustainable development fund administered by the United Nations. Another indispensable tool is the networks of scientific and technical cooperation that are being formed on the basis of a new geography; no longer a question of North-South meridian-based cooperation, but rather of South-South parallel-based coopera-

tion, designed to generate a maximum of scientific and technical cooperation around similar biomes shared by countries on different continents. In that way there would be a cooperation network for tropical rainforests like the Amazon but it would include the Congo forests, the forests of Indonesia and India and so on. That means we would be forming a scientific and technical cooperation geography based on biomes and including in that vision, an issue that is of the greatest importance to many countries, which is the soil-water interface, that is to say, along the seashores, along the courses of rivers, in the natural and artificial lakes; and always with a shared view of the issue and differentiated solution. How can we ensure that the green revolution advances on the soil side and conjugate it with the blue revolution on the water side, that is to say, integrated systems to produce, at that land-water interface?

What is your opinion regarding the basic text for the Rio+20? I do not have a position on that and I would

rather not make a statement because I believe that it is the tone that has been set for the conference, in other words, we already have a lot of international organisations. To my mind the priority must be to define a strategy and take the necessary steps to see that the existing organisations change whatever needs to be changed internally for them to be able to work in the desired direction. Closing down agencies or opening others, generally speaking, leads to a great waste of time, effort and money. That is to say, we have the regional agencies, the substantive agencies; you have just elected José Graziano to the FAO (Food and Agriculture Organisation) – a worthy successor (doctor and geographer) in the tradition of Josué de Castro (author of the book ‘The Geography of Hunger’, 1946); let us make use of the existing institutions by adapting them. What is more important is to define a strategy with concrete objectives, stating who does what, rather than be thinking about new institutions that will necessarily

collide with existing institutions and give way to a tremendous institutional attrition.

What do you hope will come out of the Rio+20 in regard to the Amazon and what role could Brazil and the other Amazonian countries perform at this conference? First of all, there is clearly no single solution. From the energy point of view we need to work with three concepts: first, sobriety, that is, not foolishly wasting energy; second, efficiency, learning how to produce it well; and third, looking for alternatives in regard to sources of energy and in my opinion looking for ways to get out of using fossil energy, not only because of global warming but because of the exhaustion of petroleum reserves that is going to drive us to using, at least for some time, the deep pre-salt deposits (submarine petroleum) etc. I am not saying we should abstain from using them but merely that they offer solutions that are relatively limited by their time scale. So we need to attribute the greatest importance to renewable energies. Among the renewable energies we have the sea-driven energy (which we do not yet know how to use properly) and some lesser examples like wind energy, which is coming in now, but which is incapable of solving the situation on its own. We cannot fail to make use of bio-energy. When we think about bio-energy production we should also be thinking about food production and examine to what extent the objective of increasing food production can be harmonised with use of the residues from that same production to produce bio-energy. In short, how can the two objectives manage to keep in step, hand in hand? The answer is that there is no single solution available and we will have to explore all the problems involved.

Apart from Brazil, do you expect any other Amazonian countries to play a protagonist role? I believe that the Amazon Pact is here to stay and that Brazil has an extremely important role given the size of the Brazilian Amazon.

As for protagonist roles at the conference as such, I am not in a position to say. I would not like to abandon the idea that the Amazonian countries should work together on the question of how they could make better use of their enormous renewable natural resources, without forgetting the fact that there are enormous mineral reserves in the Amazon and they are far off from the those exploited lands that have natural assets. The question is how to do all of this without disregarding the social objectives, without forgetting the indigenous populations that live in the Amazon. We need to always think in terms of the trio: social objectives, environmental prudence and economic viability. Viability is constructed by the actions of the State and the peoples, except that in constructing economic viability we must take care to see that the social cost is not excessive and also ensure that it is not done through the predatory incorporation of natural wealth. If we manage to stay aware of those three intertwined objectives, I believe that you, here in Brazil and Latin America will be able, not only to advance considerably but also to create models that will have a highly positive impact on what is going to happen in the future in Africa and certain Asian countries, always keeping your eyes open and placing importance on the permanent exchanging of concrete experiences and that leads me to repeat my suggestion about making a great effort to create a student exchange process.



IGNACY
SACHS

Interview

Series “Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?”



Foto cedida pelo entrevistado

EDUARDO JOSÉ VIOLA

Professor of International Relations at the University of Brasília, sociologist Eduardo Jose Viola, is a naturalised Brazilian of Argentinean birth and declares that he has no great expectations for the upcoming Rio+20. The new conference will be different from the one of twenty years ago. At that time the countries were willing to debate new global issue, today they are not. The problem is that any advances made would call into question the prevailing economic interests like the use of unsustainable energy matrices, and could threaten current ways of doing business by proposing a new paradigm. That would explain the low level of interest in the Rio+20 displayed by many heads of state.

Read the main passages of an interview this important intellectual granted to WWF.

What were you engaged in at the time of the Rio 92? Can you remember any episode of the conference that left its mark? At the time, I was chair professor of Political Sciences and International Relations at the Federal University of Santa Catarina. I took part in and organised academic events parallel to the main Rio 92 conference and I was also in contact with NGOs and kept up a dialogue with them on the issues being discussed by the conference.

Were the interests involved at that time the same as those we are seeing today? No, the interests were far greater. It was an entirely different moment for the international system. That was the first great conference after the end of the Cold War to debate humanity's new global issues and it heralded the advent of a far higher level of cooperation within the international system than had been possible before because of the Cold War blockades. In that sense it was a conference that aroused the greatest possible interest. It was in 1992 that the world's environmental problems first came to the fore, albeit they were attributed a secondary. Nowadays, the climate problem – not all environmental problems – tends to be present in the international system but there is a very rigid deadlock preventing any progress. That be-

ing so, the conditions are very different; there is really no comparison.

Which countries had the most outstanding participation in the Rio 92? What was the participation of Latin American countries like? The participation of the central countries is always more important in international systems. At that conference the outstanding performances were those of some of the European countries like Germany, France, the United Kingdom, Sweden and Holland for example. It is also important to underscore the role of the United States and Japan. Among Latin American countries I would only place Costa Rica on the same level as Brazil. Brazil was noted much more for the fact of hosting the conference and for its president [Fernando] Collor, who had just broken with the conservative environmental policies of previous presidents by appointing Jose Lutzenberger, held by previous governments to be a radical extremist, as his Minister of the Environment [at the time it was a special secretariat attached to the Presidency of the Republic]. We could mention that Colombia in its position as a country with rich biodiversity also played a relevant role in regard to that specific issue.

What was the main legacy resulting from the Rio 92? The Rio 92's legacy was having placed environmental issues on the international agenda and that global environmental problems began to be a normal part of it even though they were

not at its centre, as the most important points to be addressed. At that time, most countries in the world did not have the slightest interest or concern for environmental problems.

Frustration stems from the notable distance between what was defined at the Rio 92 and what was actually implemented afterwards. In the last 20 years, environmental problems have worsened to an extraordinary degree, and humanity's progress in addressing such problems has been minimal; in other words, the problems now are far more serious. Over these 20 years, greenhouse gas emissions have been going up at an average 3% a year. The promise that came out of the Rio 92 was that there would be a whole process of reducing the emissions of developed countries and a reduction in the emissions curves of the developing countries. None of that came about, with a few rare exceptions.

In the case of biodiversity, destruction continues at the same rate. What has happened is that there has been an increase in protected areas, generically, that is to say, on paper at least, with some actual implementation. The great biodiversity planet continues to suffer destruction in the same proportions as were taking place 20 years ago. The only difference is that now we have islands and archipelagos of protected areas that are far more extensive than we had before.

What is the problem? Why can we not move forward? There is no single cause; there are multiple causes. The fundamental factor is contemporary culture, the contemporary value system that guides society and those that govern it. There is exaggerated consumption. The system of values that guides humanity is hyper-materialist and hyper-consuming.

Another problem that was only mentioned at the time but that has now assumed extremely grave proportions is the continual increase in the world population, though today that increase is very heterogeneous; but the world was already overpopulated in 1992 and it is much more so today. Those are factors that will determine the levels of pos-

sibility for environmental protection, consumption levels, and the extent of people's destructiveness, in addition to the factor of the technological intelligence capacity that is available. The more people there are, the more consumption based on backward technology there is, and the more we destroy the planet. The question of over-population is highly important and yet nobody is saying so inside the United Nations. Why is that? Because the United Nations is a structure that is 'politically correct' where they only speak about what everyone agrees should be spoken about, and about the rest, nothing is said.

There is something very important that must be highlighted: nowadays we have the capitalist system the way it has become, that is, entirely based on making short-term profit. All the incentives in the system are directed at not undertaking any reforms that would lead to long-term sustainability. There is no denying that there is a significant and growing minority of companies that are endeavouring to become sustainable over the long term, but the ground rules of the system are against that because the legitimacy of the directors of big corporations is based on their bringing in profits for shareholders, and doing so in the short-term.

Lastly, without a doubt, there is the current energy model. Humanity has created this huge fixed capital based on coal and petroleum. The bigger problem of the two is coal, because its consumption is increasing much faster than that of petroleum, apart from the fact that it is twice as powerful as petroleum in producing greenhouse effects.

In Brazil the pressures of agricultural commodity production have led to environmental destruction. Is there any way Brazil can increase food production without causing more impacts on the environment? The Brazilian government, at heart, and agribusiness both have very little interest or very little awareness of how serious the problem really is. What interests them is the short term, the business cycle, getting re-elected. As for the question of increasing food production in Brazil

without destroying the environment, we have already had experience with increasing productivity in various areas of agribusiness, but we can increase productivity much further. Also, the regulations could be stricter in the sense of ensuring that the expansion of food production takes place in lands that have already been degraded, without there being any need to expand deforestation or land use conversion in new areas. Food production in Brazil is a question of enhancing productivity, efficiency, the prevalence of the state of law, complying with strict legislation.

What is your opinion regarding the basic text for the Rio+20? The base text for the conference is a disaster. The current situation of the international system is in no way favourable to making any significant progress at the Rio+20. In rhetorical terms there may well be various declarations but basically there is no progress. The fundamental problem in the world does not lie in the sphere of the Rio+20. It lies in climate change, which the Brazilian government made a totally misguided effort to have relegated to a secondary status on the Rio+20 conference agenda. It has diluted the question of climate change when it should be the central issue; and it has emphasised instead, social inclusion, disregarding a social-political perspective, which would have been correct, and which has much to do with governability in three spheres: global, national and sub-national. In that sense the document is very weak and we should expect any progress.

The most advanced position there is up until now at the Rio+20, but one that absolutely will not prevail, is that of the European Union: to create a global organisation for the environment. In reality it would have to be something much more profound, but nobody says that out loud; it would be a structure of global governance, so to speak, that would limit national sovereignty much more - a kind of governance structure that would subordinate existing structures like the International Monetary Fund, the World Bank, the World Trade Organisation and the World Health Organisation. The

most progressive and conscious position is the European Union's position supported by some African countries, but Brazil is against it because Brazil is still haunted by the ghost, by this paranoia of protectionism, in other words, the proposed organisation could be dangerous for Brazil and the developing countries insofar as it might stimulate protectionism. That notion does not have the least grain of consistency.

Could such an organisation look after the carbon market? It could, but that would not be all, there are many other things. What is the main problem today, a decisive problem for environmental governability? It is the fragmentation of the system. There are hundreds of conventions and some of them are fundamental, but others are secondary and they hardly articulate with one another at all. The UNEP [United Nations Environment Programme] is a very weak organisation although it does have a relevant function in the scientific sphere. So an organisation with powers equivalent to those of the World Trade Organisation is fundamental for humanity. But that is the European proposal, Brazil has opposed it because it is a prisoner of its alliance with the BRICS. The country could have a far more progressive position to match the constant declarations of the government that Brazil is an environmental power, but when the time comes to really getting down to defining the issues, where is the supposed environmental power then?

The same thing has happened with the new industrial policy. Even though there is already a law on climate change the new policy on vehicle production for example; it merely promotes the production of vehicles in the country without attributing the least importance to energy efficiency or the creation of a car to run on ethanol only. When an industrial policy does finally appear it is exactly the same as it was 20 years ago.

What is the role of the emergent economies like the BRICS in impacts on the environment and in the solutions for environmental issues? I would say that the BRICS are merely a rhetorical bloc be-

cause their interests are different at all levels. Let us consider, more specifically, what the transition to a sustainable low carbon economy would involve for each of them in the light of the problems associated to the Rio+20. Russia is a country whose economy is based on exporting fossil fuels, highly carbon intense, and with very little concern for the environment. So Russia is a very negative actor in the international system. India is another highly negative actor, a schizophrenic actor. India is always saying that the problems must be solved by others, by those that created them, because she herself will not commit to any goal whatsoever. So the Indian stance today, is very negative, and they are the ones that will suffer most and, indeed, they are already suffering.

The other actors, China, Brazil and South Africa, are ambivalent. Up until four years ago China was a high carbon intensity economy and highly irresponsible in terms of global governability; but it has been changing slowly. The locus of that change has been inside its energy policies because China is now pushing new renewable especially wind energy, photovoltaic energy and third generation nuclear energy. So all of that will enable China to start to flatten its emissions growth curve. She is creating a new low carbon capital accumulation and while that is on the good side, what is the bad side? The bad side is that China continues to maximise the dynamics of the old capital, as an exporter of manufactured goods based carbon intensive practices. That is the measure, more or less, of China's ambivalence. Another factor, very typical of the non-democratic regime is that China refuses even to discuss anything that involves international verification schemes.

Then we have Brazil, where the key point is the extraordinary reduction in deforestation achieved from 2005 on. Let us say that fact permits Brazil to reduce its emissions and even though we still have deforestation of 6 thousand km² a year, which is disgraceful, it was still the most extraordinary improvement in comparison with the first half of the last decade when 22 thousand km² a year were being deforested in the Amazon.

So Brazil has made important progress in this area and that made it possible for very advanced legislation on climate change to go through in 2009. I would even say that the Brazilian legislation on climate change is more advanced than Brazilian society itself. It was the result of a window of opportunity. The only problem with the law is that it is not being implemented. When we do see something decisive like the new industrial policy, we go off in the opposite direction to the climate change law. Brazil is an example in the field of emissions stemming from land use conversion (deforestation) but in the field of industry it is entirely stagnated and in the field of energy it may actually be starting to slide backwards if it places excessive importance on investing in the petroleum industry. Up until 2008 South Africa was the most advanced country, the country that most proposed progress in the system of global environmental government. China and Brazil are advancing in that now and we can already state that they have overtaken South Africa. Another point to make is that China and Brazil are far more important than South Africa.

To what extent is it feasible to structure a 'green economy'? Why 'blue economy' is important too? I would say that what has been most clearly defined in the world, in that regard, is the idea of a low-carbon economy. I think that is a concept that is more consecrated in the scientific system and in the international political system itself. The idea that is emerging now of a green economy is one that may become very important as the process of refining the low-carbon economy concept advances because this latter concept has limitations insofar as it is concentrated on carbon alone and disregards other important cycles like the phosphorus cycle and that of biodiversity. In that sense the green economy could represent greater progress, but it could also be a means of diluting, in the same way that the idea of sustainable development did; everyone was immediately in favour of it because it hardly means anything. Low-carbon is meaningful because it can be measured. I would be in favour of the

green economy concept provided that it implied a refinement, a greater sophistication and a more exact definition of the low carbon economy concept.

How can the corporate sector and civil society contribute towards conservation of the environment and sustainable development? In general terms there is a group of Brazilian companies, some of them quite important ones, that is interested in the Rio+20 and in seeing Brazil move ahead towards a low-carbon economy with consistent, that is, real sustainability. I would say that most Brazilian companies, however, are not interested or not focused on it at all. The interested companies are those that have already incorporated the issue and are making or have already made changes to their production structures and supply logistics in favour of more low-carbon production processes or that have visionary boards of directors or that are branches of multinational corporations with advanced policies.

In civil society, the environmentalists are certainly interested, many of them ingenuously, because they tend to see the world from the point of view of their own navels, in other words, they lack the powers of analysis to understand the complexities of the international system; the dynamics of power and capabilities involved in the international system. There are some organisations like WWF that have a realistic vision of the world, let us say, they try to change the world in the framework of a realistic vision that is not extremist or radical. Generally speaking, however, the average environmental NGO is ingenuous. Some of the environmental NGOs have a very radical view, which is negative, an anti-capitalist view. That alternative does not exist.

The dilemma humanity faces is whether to carry on with the current form of capitalism which is unsustainable and which is increasingly tending to produce more and more destruction, or to reform capitalism in the direction of what has been called 'natural capitalism', a capitalism that re-defines the rules of the financial system to turn it towards long-term profits and a state

of equilibrium between the private interests of the company and the universal interests of humanity. Generally speaking, I would say that a fundamental problem that permeates Brazilian education, society and the media is this: peoples discourse is merely opportunistic. There are very few that make profound, scientific analyses of the situation and of reality to descry what is, and what is not possible and on that basis, attribute responsibilities. In that regard, we are being inundated with very low quality information in Brazil and in the world at large.

From the point of view of guaranteeing citizens' access to food, water, and energy; how should governments and society at large be addressing the environment? What are the solutions for the future, for the Amazon, for Brazil and for Latin America? The question of others taking over the Amazon is an old and obsolete argument, usually used opportunistically by various sectors. What is taking over the Amazon is international transgression, international organised crime. What is destroying the Amazon is failure to obey the law. There is no chance whatever of a foreign power wanting to take over the Amazon; all of that is the typical paranoia of a totally obsolete national security mentality. The role of the Army has been fundamental in advancing the state of law in the Amazon; patrolling the frontiers, marking the presence of the State and curbing the spread of trans-national crime.

Brazil's governability over the Amazon region has progressed a lot in the last few years. In Brazilian society at large, the idea that the Amazon might be invaded has lost its impact precisely because there is now awareness of the possibility of Brazil itself exercising control over it; but a lot more needs to be done. Brazil must allocate more funds for the Amazon, for the Armed Forces, Federal Police, Ibama, the Federal Justice system; in other words the Federal State should become a kind of great supporter and promoter of the state of law in the Amazon. What is needed is a great advance in the presence of the state of law, that is, the law needs to be complied with.



**EDUARDO
VIOLA**

Interview

Series “Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?”



Foto cedida pelo entrevistado

PAUL POLMAN

Paul Polman was appointed an Executive Director of Unilever on October 2008 and assumed the role of Chief Executive Officer on January 2009.

Paul serves as President of the Kilimanjaro Blind Trust and Chairman of Perkins International Advisory Board. He is a Vice Chairman of the World Business Council for Sustainable Development, the European Round Table, the International Business Council of the World Economic Forum and the Swiss American Chamber of Commerce. He is on the Board of the Consumer Goods Forum where he co-chairs the Board Strategy and the Sustainability Committees. He is a Trustee of both the Leverhulme

Trust and Asia House, a former board member of Alcon and, since February 2010, a non-executive director of the Dow Chemical Company.

Paul earned a BBA/BA from the University of Groningen, Netherlands, in 1977 and an MA in economics and MBA in finance/international marketing from the University of Cincinnati in 1979.

Paul began his career at Procter & Gamble in 1979 and was group president Europe and officer of the Procter & Gamble Company until 2001.

Prior to joining Unilever, Paul was chief financial officer of Nestlé S.A. from January 2006 as well as executive vice president for the Americas from February 2008.

Recognized by Investor Magazine as chief financial officer of the year 2007, Paul received the Carl Lidner award from the University of Cincinnati in 2006 and was the WSJ/CNBC European Business Leader of the Year 2003.

Married with three children, Paul enjoys reading, marathon running, and mountaineering, but his main passion is for his role in running the Kilimanjaro Blind Trust.

What were you engaged in at the time of the Rio 92? Can you remember any particular episode of the conference that left its mark? In 1992, I was living in Spain and even then was already acutely aware of resource challenges such as water and the increasing constraints being put on economic and social growth.

Rio 92's chief achievement was turning sustainability from a peripheral issue, into one that could no longer be ignored in the debate about future economic growth and prosperity.

Perhaps the key achievement was that we adopted Agenda 21 which recognised the importance of finding the right balance and the interconnection between environmental, social and economic agendas. As importantly, there was a recognition of the importance of the private sector – and of the need for partnerships.

Which countries had the most outstanding participation in the Rio 92? What was the participation of Latin American countries like? Latin American countries, including the host country Brazil, have a proud record in championing the anti-poverty and sustainability agendas. This is as relevant to Rio+20 as it was for Rio 92.

Today, countries like Colombia, Peru and Guatemala have taken the lead in championing sustainable growth and getting the idea of Sustainable Development Goals onto the agenda at Rio+20.

What was the main legacy resulting from the Rio 92? Rio 92's legacy is still alive today. The Agenda 21 action plan on sustainable development agreed in 1992 helped lead to the formulation of the Millennium Development Goals a decade later. The last Rio summit also created the UNFCCC (the global climate negotiations) as well as the World Business Council

● ● Rio+20 must recognise the need for much greater collaboration between governments and business over sustainability. ● ●

for Sustainable Development, a body which encourages more sustainable growth in the private sector.

Now, twenty years on, governments, civil society and environmental groups are increasingly looking to business to promote sustainable growth. This is very different to 1992, where business was not seen as central to the solution to sustainability, as it is today.

Twenty years ago, businesses had yet to grasp the central importance of sustainability to business growth. At Rio+20, business can not only demonstrate the journey it has undertaken but also lead in key areas moving forward. For example, Unilever's Sustainable Living Plan is a pioneering new business model in which we will decouple growth and our environmental impact. We will aim to double the size of our business while halving our environmental footprint and improving the lives of over one billion consumers.

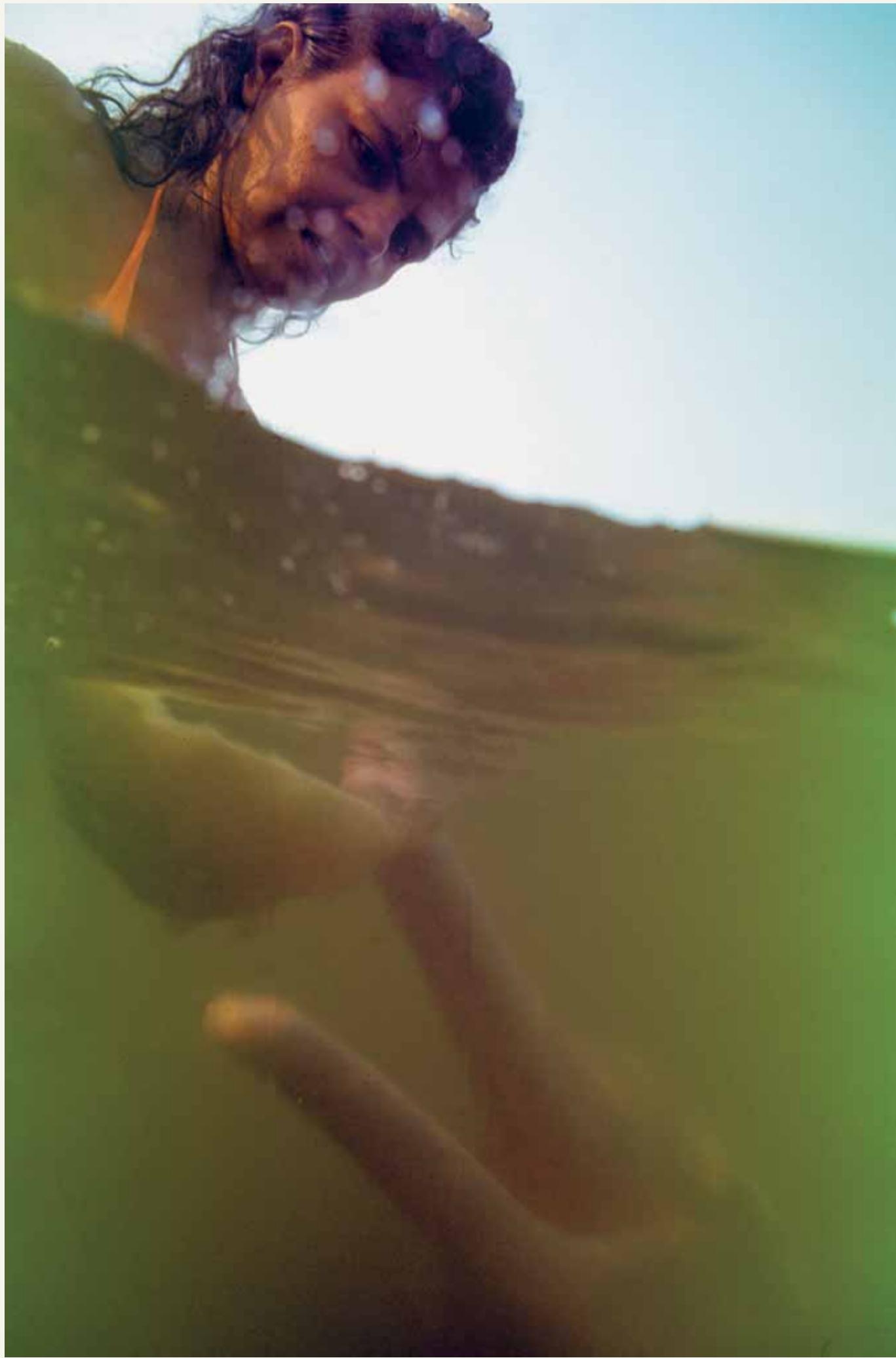
[Among the resolutions taken at the Rio 92 conference, has there been any particular area where no progress has been made?](#) The challenge with all global processes is to maintain

momentum. While many would have preferred even greater action over the last twenty years on sustainable development, it is important to concentrate on what progress has been made, and how to build on that. We should be impatient on some of the areas especially around climate change, nitrogen levels and bio-diversity.

[What should be the main result of the Rio+20 conference?](#) I believe Rio+20 offers two great opportunities.

Firstly, we should begin a process to define Sustainable Development Goals for the 2015-2030 period. These would work like the MDGs, except they would apply to all countries and cover both poverty and environmental issues.

Secondly and crucially, businesses need to be brought into this agenda. Rio+20 must recognise the need for much greater collaboration between governments and business over sustainability. While more businesses need to demonstrate greater action for sustainable growth. Business needs governments to put in place the right public policy incentives and rewards to encourage businesses down this path.



What is your opinion regarding the basic text for the Rio+20? The text is an issue for UN member states, but I would encourage governments to commit to more detailed proposals in support of Sustainable Development Goals, as well as recognising the business demand for public policy to encourage even more sustainable development. We are at the point where specific actions will speak louder than words. Business is ready for this I believe.

How can the corporate sector and civil society engage effectively and contribute towards conservation of the environment and sustainable development? Civil society groups and businesses have a lot to gain from working together. We have seen this at Unilever. For example, we work with partners such as UNICEF to teach schoolchildren the benefits of washing their hands with soap – which helps prevent diarrhoeal and respiratory diseases. Unilever also works with Rainforest Alliance to ensure our tea and cocoa are sourced sustainably. Through recognising each other's crucial role in society and in protecting the environment, we stand to gain a lot through collaboration. We simply can not do it alone.

What is the role of the emergent economies like the BRICS in impacts on the environment and in the solutions for environmental issues? More than half of Unilever's business is in developing and emerging markets, and we expect that to reach 70% by 2020. It is this growth which underlines the importance of switching to a new sustainable model of business. We are already using the Earth's resources faster than nature can replace them, and if the middle classes of emerging economies start consuming in the way Europe and North America has, we will run out of resources. BRICS and business are both vital actors in developing the public policy and business action needed to address water and energy efficiency, waste, recycling and sustainable sourcing of raw materials.

To what extent is it feasible to structure a 'green economy'? Why 'blue economy' is important too? The concepts of green and blue economies are helpful ways to start thinking about how we recognise that resource scarcity is an issue today, and will become an increasingly critical issue to economic growth in future. It is absolutely possible to achieve sustainable and equitable growth. Unilever's own experience has been that we can grow our business when we reduce our environmental footprint and ensure we source our materials sustainably. A different mindset and business model will be needed for this.

From the point of view of guaranteeing citizens' access to food, water, and energy; how should governments and society at large be addressing the environment? What are the solutions for the future, for the Amazon, for Brazil and for Latin America? One idea which Rio+20 should build upon is around developing a series of Sustainable Development Goals. Once the MDGs expire in 2015, we will need to maintain the world's focus on poverty and hunger, while ensuring global collaboration to address critical environmental issues such as deforestation, climate change, water scarcity and sustainable production and consumption.

The crucial way we can meet these challenges is to ensure the private sector's involvement in the debate. At Unilever, sustainable growth is central to our business plan. However we cannot act in isolation. Rio+20 offers the opportunity for governments and business to work together to design a roadmap for a sustainable future. More businesses must accept their role in bringing about a more sustainable and equitable economy, but governments must make this feasible through promoting the right policies, to make businesses act. It also takes personal responsibility. Our pioneering work as Chair of the B20 Foodsecurity task force is an example of this. We all have a clear responsibility and role to play to ensure still the original goals from Rio 92. A better future for all.



**PAUL
POLMAN**

Interview

Series “Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?”

Roosevelt Pinheiro/ABr



ODED GRAJEW

The period between the Earth Summit and the Rio+20 Conference saw the rise of the culture of corporate social responsibility, which comprises corporate initiatives that may benefit employees and the community as they promote values and causes such as the sustainability of productive activities and environmental preservation. In Brazil, one of the central characters in the development of this concept was electrical engineer Oded Grajew, who started his business career in the 1970s with an innovative factory which pioneered intelligent toys and games for children and adults. In the following decade, when Brazil was to

return to democracy, he became active in business associations and brought the corporate world closer to social movements when he founded and coordinated the National Thought of Entrepreneurial Bases (PNBE).

Among other activities, he is currently dedicating to the World Social Forum and serves on the Advisory Board of Global Compact, a program developed by former UN Secretary-General Kofi Annan which seeks to mobilize the international business community in promoting fundamental values in the areas of human rights, labor relations and the environment.

With this background and militancy, Oded Grajew knows the central role of the business class in favor of environmental conservation and hopes the Rio+20 will help put on the Brazilian and international agendas “all issues involving sustainability.” Below are the main excerpts from an interview given to the WWF.

What were you engaged in at the time of the Rio 92 event? Can you remember any episode of the conference that left its mark? At that time I was in the Abriñq [Brazilian Association of Toy Manufacturers] Foundation and the PNBE [National Thought of Entrepreneurial Bases] and was not involved with the Earth Summit. There are two things I remember: the first is that I was PNBE's general coordinator at the time and it was the only business association involved

in the mobilization for the impeachment of [President Fernando] Collor. Environmental issues were a very new thing for Brazil at the time, because all debates in Brazil focused on social issues, or on the economic and political crisis.

Have companies embraced – even if at the discourse level only – a concern with sustainability now, twenty years after? Has sustainability become a value for them? It has. There was no such thing as “corporate social responsibility”, much less the concept and culture attached to it. At best, there was a culture of philanthropy in companies whereby the company set aside a certain amount to invest in a social project. Today this culture is well established, there is no medium-size or large business executive that does not talk about social responsibility and sustainability as these two go hand in hand. A socially responsible company is a company seeking to develop in a sustainable manner; both are synonyms of the same concept. Now, there are varying degrees of involvement and commitment on the part of companies: there are those that only pay lip service to these causes; those with somewhat philanthropic and social projects; and those who are at the forefront, incorporating social responsibility and sustainability in their management tools. So there are varying degrees of actual commitment.



● ● A socially responsible company is a company seeking to develop in a sustainable manner; both are synonyms of the same concept. ● ●

● ● When you set out to translate discourse into concrete actions you actually have to commit to change, to setting goals and values. ● ●

What expectations do you have regarding Rio+20? First, on the side of governments, government agreements, my expectations are very low, because several major governments, especially from Europe and the US, are much more focused on the financial and economic crisis and even struggle to show any commitment to sustainability. Second, some important countries such as Germany, France and the US will be emerging from or in the middle of elections, and so governments are afraid to add anything, make a decisive change to their development models. Also, the whole process of making agreements is one that involves unanimity, everyone must be in agreement, which generally lowers things a to minimum common denominator. So, as far as governments go, the bar is set very low.

Now, the conference will be important to the extent that it will help

put on the Brazilian and international agendas all issues involving sustainability, so there will be advances as society as a whole will be poring over, being informed and worrying about these issues in Brazil and abroad, with a lot of media coverage, which will certainly help further the agenda in terms of civil society and corporate involvement. The Rio+20 will also provide greater visibility to those that are already doing something or are in the forefront, putting in practice the latest concepts in sustainability.

Will there be many examples at the Rio+20 of corporate engagement across the world? Yes, there will. Some companies will use this as a marketing opportunity, but will have little content to show while others will showcase a greater engagement; there will be a little of everything. This has

become an asset for companies, it has brand value. Companies have realized that it is important for their actions to reflect some form of social responsibility. They will try to show this and seek to stand out but they will come under a lot of pressure too. Various social movements will push for faster progress so that governments, society and companies engage more effectively in sustainability.

Can these successful corporate experiences be considered a legacy of the Earth Summit? They certainly can. Twenty years is a long time and a lot of things have happened. In today's communications world, information flows much more quickly, society is informed and knows much more about everything, not least about corporations. The business sector is a very powerful one in society, a high-profile sector, with many financial and economic resources, it is a sector that has the media on the palm of its hand because it is a major advertiser, a sector that provides funding to election campaigns and politicians. So the gaze of society has turned dramatically onto the business world and its demands and expectations have grown. Since this sector has so much power and resources, society demands a lot of responsibility from it and so takes action regarding companies, be it to pressure, to reject or to support.

What is your opinion regarding the basic text for the Rio+20? What is striking is that there is a lack of synchronism with urgent matters, in order to rethink the development model and the real commitment needed, the outlook of governments on what has to be done, what is needed. It is a very poor text compared to what we expect governments to do and the vision they are expected to have about what is needed. This is not a text that fundamentally questions the development model that has brought the world to the current state of affairs. Also missing from the text are actual commitments to the sustainable development model, real commitments.

To what extent is it feasible to structure a 'green economy'? When you set out to translate discourse into concrete actions you actually have to commit to change, to setting goals and values. An example of commitment to change here in Brazil would be to get Congress to vote on constitutional amendment proposal 52/2011 which requires the president, governors and mayors to set sustainable development goals for their administrations. As proposed, 90 days after taking office, they would have to report their figures and targets related to all areas of the public administration and for all regions under their jurisdiction.



ODED
GRAJEW

Interview

Series “Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?”



Foto cedida pelo entrevistado

JOSÉ GOLDEMBERG

Renowned Brazilian physicist José Goldemberg, 84, was Brazil's Secretary for the Environment attached to the Presidency of the Republic when Brazil hosted the Rio 92 conference. He directed all the efforts to ensure the event's success and particularly to ensure the effective participation of countries whose economies and demographic dynamics were having (and still have) a huge impact on environmental conditions throughout the entire planet.

In a written interview, the scientist considers that the great legacy of Rio 92 and its adoption of the Agenda 21 has been the discussions it initiated for the elaboration of the Climate Convention and the Convention on

Biological Diversity, whose actions, he hopes, will become more incisive after the Rio+20 event. In spite of his positive expectations, Goldemberg is critical of the basic document drawn up for the new conference, which, he feels: "limits itself to reaffirming earlier decisions taken by countries or by the United Nations that have proved to be manifestly insufficient to avoid the problems being faced in the environmental area".

In addition to having been Secretary for the Environment he is a former Minister of Education and Secretary for Science and Technology and has also held various other high-ranking posts. In his academic activities, he has dedicated much of his career to research in the fields of nuclear physics, energy, energy planning and innovative biomass utilization. José Goldemberg's outstanding contributions in those various fields have been formally recognised in the form of various awards he has received, among them, the Asahi Glass Foundation's Blue Planet Award in 2008. The text that follows is an unabridged version of the interview.

What were you involved with at the time of the Earth Summit? Do you recall anything that marked that conference?

I was Environment Secretary for the Presidency, so in practice I was doubling as the Minister of the Environment, with her current mandate, and as Secretary of Science and Technology. From Brazil's

standpoint, the most remarkable aspect of the Earth Summit was the engagement of the President's Office in the preparations for the Conference.

An example of this engagement was when the President charged me with the mission to travel to the United States, India and China to convince the Heads of State of the importance of the Conference and of their presence in Rio, which actually happened in the end.

In your opinion, what countries participated more prominently in the Earth Summit? What was the participation of Latin American countries like? The countries that took part in the preparations for the conference were mostly the EU countries and Japan. The United States had an important role, but not a steady one. The participation of other Latin American countries was small.

What have been the main legacies of the Earth Summit? The adoption of the Conventions on Climate and Biodiversity, and Agenda 21. After being ratified by the signatory countries these Conventions became established laws and set obligations for these countries. In the case of the Climate Convention, it was quickly ratified and entered into force, followed shortly by the Kyoto Conference, which adopted the Kyoto Protocol in 1997, setting targets and deadlines for reducing emissions of the main gases responsible for global warming. The Protocol was not rati-



fied by the United States, but even so it entered into force in 2005 and was implemented by European countries. The Clean Development Mechanism, which benefits developing countries like Brazil, also yielded good results.

The Biodiversity Convention [Convention on Biological Diversity] took longer to be implemented and the first resulting protocol was only adopted in 2009. The United States did not ratify this Convention.

Despite not being a legally binding Convention, Agenda 21 was still of great influence because thousands of mayors in many countries adopted it as a guideline for sustainable development in the areas of sanitation, disposal of urban waste and air quality improvement.

Among the resolutions from the Earth Summit, in which area were there no advancements? The Climate Convention and the Kyoto Protocol have faced many

difficulties in their implementation and, consequently, reductions in greenhouse gas emissions have not occurred as anticipated. They continue to rise and will warm the planet by 2050 to a level which will result in substantial climate change. Stronger actions are needed in this area, particularly as emerging countries like China have become major emitters of greenhouse gases since 1992.

The Biodiversity Convention remained a rhetorical document and only after 2009, with the approval of the Nagoya Protocol, did its implementation really take off.

What should be the main outcome of Rio+20? The main result of Rio+20 should be the strengthening of actions already agreed upon in the Conventions on Climate and Biodiversity. These actions would require more of industrialized countries, but should also contain provisions for an effective

participation of developing countries, which were virtually free of obligations under the Kyoto Protocol (Annex I of the Climate Convention), and this is not realistic if we want to effectively prevent / mitigate climate change to the extent possible.

What is your opinion on the draft text for Rio+20? The draft text for Rio+20 ("draft zero") clearly falls short of achieving these goals because it is generally limited to reaffirming earlier decisions by countries or by the United Nations that were clearly insufficient to prevent the environmental challenges we face today.

The only new idea in the draft text is that it promotes actions toward a "green economy", which the UNEP (United Nations Environment Program) proposed and is based on the rational use of natural resources, a reduction in the use of fossil fuels and increased use

● ● Meeting immediate needs poses the serious risk of failing to ensure sustainable development, that is, a lasting one. For example, cutting virgin forests to sell wood may seem a good idea in the short term as a way to ensure food for the family. It so happens that once the forest is cut it cannot be cut again and livelihood conditions disappear. ● ●

of renewable energy sources. Even so, “draft zero” is only made up of appeals with no targets and timeframes to be met nor a roadmap for these actions to be portioned out among countries. That is what the Kyoto Protocol did and set an example to be followed. I think Rio+20 should establish the adoption of protocols to pave the way for the transition to a “green economy” in different countries.

How can the business sector and civil society effectively contribute to environmental conservation and sustainable development? Once goals and timeframes for a transition to a green economy have been adopted, each business sector (for example, the steel and construction industries, agriculture and so on) would identify what actions need to be taken. For example, the steel industry would decide to gradually abandon the use of coal and would use charcoal produced in sustainably grown forests.

In the case of the household and commercial sectors, waste sorting and the use of waste to generate heat and electricity is the way ahead.

What is the role of emerging economies - like the BRICS – in impacting and providing solutions to environmental issues? It’s a major one: the gross national product of the BRICS increased from 21 to 31 percent of global GDP in the last 30 years.

Their emissions of CO₂ (the main greenhouse gas) increased from 29 to 35% over the same period and will eventually exceed the emissions of industrialized countries over the next 20 years.

What is the feasibility of creating the so-called “green economy”? Would a ‘blue economy’ also be important? There is no essential difference between a “green economy” and the economy as whole and a “blue economy”, for that matter. The latter focuses more on the conservation of nature (water, air and forests). A “green economy” is clearly based on the assumption that a “blue economy” is in place.

In an approach centered on citizens' access to food, water and energy, how should governments and society regard the environment? What is the solution for the future of the Amazon, Brazil and Latin America? The problem that arises here is the conflict between how to meet the urgent and immediate needs of the population, such as access to water, food and transportation, and a longer term vision.

Meeting immediate needs poses the serious risk of failing to ensure sustainable development, that is, a lasting one. For example, cutting virgin forests to sell wood may seem a good idea in the short term as a way to ensure food for the family. It so happens that once the forest is cut it cannot be cut again and livelihood conditions disappear.

In a medium and long term perspective, what we need to do is preserve the forest and use its products in a sustainable manner.

The same is true of energy resources: for example, if we use oil (and its by-products) irrationally, the remaining reserves will not last more than 30 to 40 years. What we need here is to increase the efficiency with which oil is used so as to prolong the life of remaining reserves and gradually replace oil with renewable energy that will not run out while we are getting light from the sun.

The truth is that there is an insurmountable contradiction between development (understood as economic growth) and environmental preservation. Making them compatible is what is meant by sustainable development.



JOSÉ
GOLDEMBERG

Interview

Series “Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?”



Foto cedida pelo entrevistado

THOMAS LOVEJOY

American environmentalist Thomas Lovejoy, chair professor of Environmental Science and Policy at the George Mason University and Biodiversity president of the Heinz Center for Science Economics and the Environment has been studying the Amazon for over 40 years.

Lovejoy was in the Amazon for the first time in 1965. His years of experience in studying that biome led him to develop ideas like that of enabling developing countries to sustain conservation activities in exchange for a reduction in their external debts.

He is an enthusiast of the system of payments for environmental services and carbon compensation mechanisms like the Reduction of Emissions from

Deforestation and Degradation (REDD) and also expresses grave concern with the destruction of the biomes: if deforestation attains the level of one fifth of the Amazon, it may be irreversible.

In Brazil, Lovejoy belongs to the Curator Council of the Brazilian Foundation for Sustainable Development (Rio de Janeiro) and has been awarded the Rio Branco Order of Merit (1988), the Grand Cross of the National Order of Scientific Merit and the Joao Pedro Cardoso medal awarded by the São Paulo State government's Environment Department in 2011. There now follows a written interview he granted to WWF.

What were you engaged in at the time of the Rio 92 event? Can you remember any particular episode of the conference that left its mark? I was involved as a member of the U.S. delegation and had been one of the group Tolba had invited to Nairobi to discuss what a biological diversity convention should contain, I was also active in the Forum. The negative I remember was the leaked Bill Reilly memo in Washington that resulted in the CBD not being signed by the US. I was also impressed by the engagement of Brazil in making important things happen. Most industrialized countries made important contributions.

Which countries had the most outstanding participation in the Rio 92?

What was the participation of Latin American countries like? I think most sophisticated countries were seriously engaged in making substantial progress on the issues. And there was general agreement about what the environmental challenges were

What was the main legacy resulting from the Rio 92? The two conventions, Agenda 21 and the Global Environment Facility (GEF) were an impressive legacy. Disappointments are the small scale of assistance provided compared to the amounts envisioned, and the general failure of the UNFCCC to make major progress on reduction of fossil fuel emissions and on REDD and REDD+.

Among the resolutions taken at the Rio 92 conference, has there been any particular area where no progress has been made? On climate change the lack of progress has stalled around the “who goes first” issue when in fact there is no time to fiddle around. On biodiversity there was so much fuss around access and benefit sharing that conservation progress was put in second place. The soaring extinction rates (see the Third Global Biodiversity Outlook) are largely a consequence of the slow start.

What should be the main result of the Rio+20? Ambitious but achievable energy goals. A clear approach on green economics that nations can take

● ● It is quite feasible to structure a “green” economy but the transition will need a great deal of political will and help. ● ●

up rapidly. If not global governance than a way for a mosaic of regional and national measure to add up to significant progress. And I would add a widespread recognition that the planet works as a biophysical system and must be managed as such.

What is your opinion regarding the basic text for the Rio+20? The Global energy targets are quite laudable and doable. The Green economy agenda is quite important. It is not clear what may happen in Global governance. Biodiversity is virtually absent in any direct way. Overall the proposed steps are still insufficient in scale relative to the problems.

How can the corporate sector and civil society contribute towards conservation of the environment and sustainable development? I do not have a lot to suggest specifically, but beyond what the corporations may do in terms of the sustainability of their own operations, they can engage in collaborative work with civil society which basically has the relevant expertise.

What is the role of the emergent economies like the BRICS in impacts on the environment and in the solutions for environmental issues? The four BRIC countries are each quite different in their development trajectories and their consequent approach to sustainability. Brazil is in a quite special position because of its gener-

ally favourable situation on renewable energy, great store of biodiversity, excellent state of Brazilian science. One hopes at Rio+20 that Brazil will take an energetic and positive role as it did at the Earth Summit.

To what extent is it feasible to structure a ‘green economy’? Why ‘blue economy’ is important too? It is quite feasible to structure a “green” economy but the transition will need a great deal of political will and help. Presumably a “blue” economy refers to economic activity having a positive affect on water and hydrology. It must be continually noted that fresh water is not just a liquid it is also very important as habitat for freshwater biodiversity.

From the point of view of guaranteeing citizens’ access to food, water, and energy; how should governments and society at large be addressing the environment? What are the solutions for the future, for the Amazon, for Brazil and for Latin America? Most of this is about having a respect for nature, defining a quality of life that is good for people and much better for the environment than is the heavy consumer approach as exemplified by the United States. The latter is a model that simply will not work in the end. It is also very important to manage the environment and human activity as a system and with integrated plans. That is as true for the Amazon as a whole as it is for individual nations. That

means reviving the treat on Amazon Cooperation and taking similar regional approaches. The best measure of success will be how much of Brazil’s, the Amazon’s and South America’s biodiversity survives. Environmental impact is best measured in the end by Biological diversity.

Interview

Series “Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?”

Roosevelt Pinheiro/ABr



CARLOS NOBRE

Researcher Carlos Nobre, currently head of Research and Development Policies and Programmes at the Ministry of Science, Technology and Innovation is one of the major international references on climate issues. He is the author of the hypothesis formulated 20 years ago regarding the ‘savannization’ of the Amazon as a result of massive deforestation processes.

Nobre, holds a degree in engineering from the Brazilian Air Force’s Institute of Technology and a doctorate from the Massachusetts Institute of Technology. He is a member of the Brazilian National Space Research Institute (Inpe) and

was one of the authors of the Fourth Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, which, in 2007, was awarded the Nobel Peace Prize.

Below are the highlights of an interview that he granted to WWF by telephone in which he made an assessment of the environmental discussions of the last two decades, especially those related to climate, and spoke about his expectations for the upcoming Rio+20.

What were you doing at the time of the Rio 92? Were you already concerned about climate-change related issues?

I was so concerned at the time that I was heading the Brazilian part of an international experiment with England; an experiment designed to study the impacts on climate of anthropogenic disturbances in the Amazon. There was a showcase at the Rio 92 and we exhibited the preliminary results of the experiment that had begun in 1990 and which was still in course. I took part in various activities there, some of them in the former University of Brazil, organised by professor [Luiz] Pinguelli [Rosa] who spoke in a series of debates at the pre-Rio 92.

Was the Rio 92 of decisive importance in moving forward the climate change agenda? Obviously, the Rio 92 was a tremendous catalyst. The most concrete results stemming from the Rio 92 were actually the international conventions, especially the Climate Convention and

the Biological Diversity Convention; the Convention on Desertification was less important and the Convention on International Waters, even less. The Rio 92 conference was a great milestone in the discussion on the congruence of economic development and the preservation of the quality of the planet's environment as a whole, and also a milestone in the process of raising awareness in regard to the so-called sustainable development agenda. It was simply a great moment for the United Nations and certainly represented a great step forward, at least in the symbolism it represented.

Although common sense suggests that climate change will come under discussion now at the Rio+20 Conference, that is not its main purpose.

That is not the primary purpose of the new conference because the Climate Convention took place and was ratified by most countries, and it had a very important offshoot, the Kyoto Protocol, and so that issue is not going to be taken up again, especially considering that every year there is a conference of the signatory parties to the Climate Convention. So, it would not make sense to hold yet another Earth Summit similar to that held in 1992. This summit needs to have a different objective in view. There is a lot of talk about sustainable development; it was a recurrent theme at that time as well, when the turn of the millennium was still eight years away. There was a lot of talk about

the Agenda 21. Nevertheless, 20 years later we still need to take up the issue of sustainable development. It is no longer possible to completely separate certain themes and dimensions such as global environmental changes, in all of which climate change plays a preponderant role. The Rio+20 will be addressing those issues in a more cross-cutting integrative way and not as if it were a mere negotiation of incremental advances on the question of climate change, a set of proposals being negotiated. The Rio+20 proposal is to be very similar in its symbolic and historical aspects to the Rio 92. It is a great moment in which to reflect on the way the planet's development is heading, on human development and an attempt to achieve convergence for sustainable development.

In what role will you be accompanying the Rio+20, as a member of the government or as an academic? Currently I work for the government and I will be in the Brazilian delegation as a member of the government, but my mind works the way a scientist's mind works.

What do you think the great legacy of the Rio+20 might be? I think it will be like the legacy of Johannesburg in 2002 [World Summit on Sustainable Development] where the great social development objectives were defined – the Millennium Goals – I think a great global agreement in regard to the sustainable development goals, would be very important. That would be the basic result. There should be a small, finite number of objectives that all the countries present agree to as they did 10 years ago when they agreed on a set of human and social development goals. They should agree to achieving certain objectives in a reasonable time frame of 10 to twenty years of sustainable development. The difference between an economic objective and one that is only a social one is that the two need to be intertwined. One cannot separate the environmental dimension from the social one or the economic one. They all have intertwined objectives. The very least I expect from the

Rio+20 is that it finalises with measurable, verifiable objectives and that all the countries will then have their own national programmes to implement those objectives. This decision is not a decision on implementation of something practical; it is just a decision on the objectives. They have to be broad, examine various dimensions, establish the link between sustainable use of natural resources and the eradication of poverty, with equality and the distribution of wealth, and the social indicators need to improve as well.

There is a huge debate in course today as to whether one important result for the Rio+20 should be the creation of a World Environment Organisation. Brazilian diplomacy has tended to work more for a Sustainable Development Council within the UN and not an Organisation on the lines of the World Health Organisation, or Labour Organisation or Trade Organisation. My personal proposal is a bit more audacious, but it is my own, it is not something that has been brought up for discussion much. I feel that the UNEP (United Nations Environment Programme) and the UNDP [United Nations Development Programme] should be fused into a single programme. That is not even being discussed, but I would like to see those programmes joined into one and become a world sustainable development organisation.

What is your opinion of the base document for the Rio+20 Conference? The draft zero of the basic conference document is a basic text that represents a collection of the positions of more than 200 countries. It is a very difficult piece of work to put together. That is the nature of the diplomatic work of trying to achieve consensus on multiple proposals, over 100 different proposals. Draft 1, which is now starting to appear, is a little more concise but obviously, here we are, it's almost May the first and time is running out; but the draft 1 version of the text that will arrive at the Rio+20 has a huge amount of diplomatic work in it and I am still optimistic that that



● ● I think a great global agreement in regard to the sustainable development goals, would be very important. One cannot separate the environmental dimension from the social one or the economic one. They all have intertwined objectives. ● ●

the text will converge on some large points of consensus and, hopefully, a finite number of measurable sustainable development goals that can be implemented in the national, regional and global spheres in the course of the next 10 or 20 years and , who knows, there may be convergence on a governance mechanism on the international level, a council or some other body. That is not a game that will be over before June 22.

Has the scientific community's interest in environmental issues undergone any change? The scientific community's interest in the broader issues of sustainable development has increased a lot. The scientific community does not divide itself up so much. There is not one scientific community for the environment area and another for the development area. The scientific community is heading this debate.

You can see from the scientific community's support for the Forest Law discussions that there was not one scientific community with an environmental bias and another pending towards agronomy, economics or development. That simply did not happen. What we saw was the scientific community, represented by its organizations, the Brazilian Society for the Advancement of Science and the Brazilian Academy of Sciences, giving tremendous support for a sustainable development model for Brazilian agriculture with preservation and conservation of our natural resources. That proposal, that very strong stance taken by the Brazilian scientific community, is a stance in favour of sustainable development. And sustainable development actually means a search for equilibrium. The scientific community has adopted the motto of sustainable development right from the inception as something for which science should develop the bases.

Has the force of scientists increased over the twenty-year period separating the Rio 92 and the Rio+20? It is now far greater; so much so that every bit of progress made by the Climate

Change Convention has been based on the best available science. Many things have improved their levels at least in the cases of the Climate Convention and the Biological Diversity Convention. All the environment conventions and sustainable development conventions are based on the very best science. Often the very best science is not implemented; sometimes it is not approved in the global sphere as was the case in Copenhagen [2009] and sometimes it has been approved in the global sphere but failed to have any repercussions at the local level. As an example, almost all countries signed the Kyoto protocol in 1997 but the American Congress has never ratified it. So even if global policy heads in the direction indicated by science as being the necessary public policy, sometimes a country or a country's congress does not go in that direction.



CARLOS
NOBRE

Interview

Series “Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?”



**FLÁVIO
PERRI**

Brazil will be hosting the Rio+20 with the status of a ‘biodiversity power’. Obviously that image is largely based on its immense natural assets (distributed among six distinct biomes) and the exuberance of its natural landscapes. Such recognition, however, has not come about automatically. It has been painstakingly constructed and involved decades of efforts on the part of Brazilian diplomacy to build it, to affirm Brazilian sovereignty, and to show other countries that Brazil is a ‘power’ in this area, above all, because of its considerable accumulation of forest knowledge, its far-reaching legal framework implemented to protect

biodiversity; and because the Brazilian State and society are jointly engaged in actions to ensure the sustainable use of the environment.

Retired Ambassador Flávio Miragaia Perri was one of those Brazilian diplomats that laboured for the ingenious construction of Brazil’s current status. A fundamental step in that process was the Rio 92 conference for which the former ambassador acted as executive-secretary of the national working group responsible for organising the conference. Ambassador Perri was also at one time President of the Brazilian Institute for the Environment – Ibama, Brazilian Secretary of State for the Environment (right after the Rio 92 event) and he served for a period as Head of the Environment Department of the State of Rio de Janeiro. In the following written interview, the former diplomat gives an insight into the organisation of that conference and assesses the prospects for the upcoming Rio+20 event.

What were you involved with at the time of the Earth Summit? Do you recall anything that marked that conference?

I was taking part in the 1992 United Nations Conference on the Environment and Development long before I was actually designated Executive Secretary of the National Working Group charged with organising it. In the preceding years I acted as Plenipotentiary Minister attached to the Brazilian Mission at the United Nations

and the idea of holding such a conference had been circulating in the UN ever since the presentation of the 1987 Brundtland Report. At the time Brazil found itself under heavy crossfire from international environmentalist campaigns directed at the Amazon and the conditions of that immense forest most of which comes under Brazilian sovereignty. The holding of the Rio 92, as that historic meeting later came to be known, and which brought together 107 heads of state and delegates from all United Nations member countries, had a profound effect on me because all the clashes at the General Assembly sessions prior to the decision to select Rio de Janeiro to host it involved the active diplomatic efforts of the team I was attached to. The Secretary General for Foreign Affairs, at the time, was Ambassador Paulo Tarso Flexa de Lima and the Head of the Brazilian mission at the UN was Ambassador Paulo Nogueira Batista, two of Itamaraty’s great names that conducted our performance in that case. The decision to offer Rio as the host city was a great moment for the country insofar as it became the landmark for a profound revision of internal policies and institutions insofar as they began to embrace active concern for the environment.

What countries participated more prominently in the Earth Summit? What was the participation of Latin American countries like? I was not a negotiator in the Brazilian delegation but I did have

● ● All states and all people shall cooperate in the essential task of eradicating poverty as an indispensable requirement for sustainable development, in order to decrease the disparities in standards of living and better meet the needs of the majority of the people of the world. ● ●

access to all the negotiations as I was in charge of the infrastructure that provided support to the Delegation, and, in that privileged position, I was able to appreciate the evolution of the negotiations and everything that took place in them. Without a shadow of doubt, Brazil's performance was outstanding and just mentioning the names of some of the negotiators will be sufficient to illustrate the point: Celso Lafer, Marcos Castrio de Azambuja, Ronaldo Sardemberg, Bernardo Pericás, Rubens Ricúpero, Luiz Augusto de Araújo Castro, among so many others, were all skilful and creative negotiators on Brazil's behalf, not only in obtaining progress but in defending Brazil's interests. Many countries were important and it is hard to single out any one, but the Nordic countries came to the conference were very well-prepared, and although their positions revealed an almost academic concern, they brought with them the tradition of the 1972 Stockholm Conference. Obviously the coordinating role played by the ECDO was of singular importance and, among its member countries, the United States played an important part even if it was because of its more conservative stances; and the western European countries, outstanding among them recently re-unified Germany, the United Kingdom and

France. Among the Latin American countries, the Amazonian countries deserve mention, united, as they were, under the aegis of the Amazon Cooperation Treaty [Bolivia, Brazil, Colombia, Ecuador, Guyana, Peru, Suriname and Venezuela], and who, at that moment, had common interests to represent. Costa Rica, Chile and Argentina were able to count on their own experienced negotiators and their traditions of active diplomacy in the sphere of the United Nations.

[What have been the main legacies of the Earth Summit?](#) The Rio Declaration is masterful document because of the precision of its concepts. Its 27 'principles' actually consolidated the concept of Sustainable Development. Among them I would highlight the most incisive of all because of the ethical and economic dimensions it embraces, namely, Principle Five, which declares that:

"All states and all people shall cooperate in the essential task of eradicating poverty as an indispensable requirement for sustainable development, in order to decrease the disparities in standards of living and better meet the needs of the majority of the people of the world."

From it have stemmed the efforts to combat hunger and to formulate the 'right to nutrition', which, years later, has achieved significant legal-political evolution. Brazil has a praiseworthy history of progress in those directions and has served as a parameter for many developing countries, especially African and Central American countries.

The Convention on Biological Diversity and the United Nations Framework Convention on Climate Change were important steps towards environmental protection. The Kyoto Protocol and its sub-product, the Climate Change Convention, have not evolved satisfactorily because adherence to them has not been universal, with the United States heading the resistance to the protocol and to the control over emissions that the protocol established in the form of commitments to reduce gas emissions that aggravate greenhouse effects which are the anthropogenic cause of global warming. The most recent Conference of the Parties failed to provide continuity for the commitments that expire in 2012, but did foresee a re-opening of negotiations on reduction goals and or emissions control in a defined timeframe.

The Agenda 21 was the most far-reaching document to come out of the Rio 92, constituting an action

programme and a working method to materialize the ideal of sustainable development. The Agenda 21 was not universally developed or universally applied, but there can be no doubt that it is one of the most complete repositories of methods for environmental protection, social justice and economic efficiency in a spirit of much needed and conscious citizenship and participation.

Its economic and social aspects encompass international policy and national policies for the application of the new concepts of sustainable development, especially in developing countries in regard to strategies for combating extreme poverty, while at the same time involving both developed and developing countries in fostering changes in production and consumption patterns. The suggestions made in regard to public health and the quality of human settlements are highly significant. Another aspect I consider to be of delicate actuality concerns the planet's limitations, which albeit they are not singled out exactly in those terms, are nevertheless addressed, as for example in the inter-relations between sustainability and population dynamics.

The Agenda 21 addresses the balance of interests struck between the planet and development embodied in the sustainable development concept from various different angles: protection of the atmosphere, energy transition, soil stewardship, marine resources, freshwater resource management, desertification, biological diversity, the value of education, etc.

In the actions it proposes, the document does not fail to address the importance of financial mechanisms or the production and supply of technology to provide essential support to sustainability management, the development of science and education, and culture, as the basic elements for the construction of environmental awareness. It also contains, when addressing the revisions of national and international institutions needed to achieve sustainable development, the complex problems associated to qualifying administrative personnel for efficient management and other issues we usu-

ally address today under the heading of governability.

Although it was criticised because of its low level of operability, the Sustainable Development Council [CDS] was a sensible product of the Agenda 21, however, it was inadequately accommodated in the United Nations System and lacked the coordinating powers that were expected of it.

Finally, the most important feature of the period from 1992 to 2012 has been the participation of public opinion, the increasingly important engagement of the citizenry in this debate, the generalised awareness of the importance of dialogue in which the Internet is in the front line of the communication media. In 1992, in spite of the important participation of civil society organisations, it was not possible to sound the feelings or feel the pulse of the interest of the citizen or of society at large. Nowadays, everything points to a civil society occupying a position of outstanding importance and consideration. The Rio+20 will take place in Rio but it will simultaneously involve the whole world through the virtual medium.

Among the resolutions from the Rio 92, in which area were there no advancements? I am not pessimistic about progress made; I am aware that it is necessarily slow in the international sphere. In the national spheres, however, I find it a bit harder to understand, because the necessary leverage is in the hands governments and they have instruments for political economic and social action embedded in the hearts of their States.

However, political processes are not linear

Relations among States continue to be ritualistic in their respect for the principle of sovereignty, and that requires time. Governments represent the will of their citizens according to their national legal judicial regimes, democratic consensus wherever democracy is in place, identification of interests, and so on. They have the faculty of being able to determine the internal legal-judicial conditions and so, naturally they can be more efficacious.

As for the failure to materialise many of the expectations created in 1992, we cannot ignore the vested interests that existed and their opposition, which paralysed many actions. Resistance to change is strong not only in the national sphere but in the international sphere too. There are differing levels of development, innumerable unbalances; ideological convictions are deeply rooted and there are cultural differences, all of which are impediments to understanding and progress.

The power of inertia needs to be overcome and moments of crisis like the one we are witnessing at the moment, unfolding on both sides of the North Atlantic, offer an opportunity for change. In that sense, the Rio+20 Conference is highly propitious for creating it.

What should be the main outcome of Rio+20? Full awareness of the planet-wide crisis in development according to the models we have been adopting is something that this great conference will surely provide. What is needed is to be daring enough in asserting that now is the time to revise the paradigms that have been guiding humanity's actions on a planet, whose limits can be exhausted.

Here I would apply Lampedusa's maxim in 'The Leopard' of the urgency of 'changing to preserve'. There needs to be change in order to impart sustainability, not just to the economy, but to the planet and the humanity that it and its unique ecosystem are home to.

What is your opinion on the draft text for Rio+20? The base text is not a document that needs to be criticised or condemned. It is just a draft document drawn up by the Secretariat based on over 600 contributions of varied origins. It is up to the States to modify it or even, if they choose, to ignore it.

Compiled the way it has been, it fails to achieve the desired objective, which would be, to be capable of exerting influence, because it lacks any impact. In any event I will risk an opinion and say that what it lacks is focus. In fact it repeats themes and suggestions that have been exhaustively addressed in earlier documents of a far better quality. I do

not believe that what we need is a text that mimics other texts and is set out in two hundred pages without any focus.

To represent that set of sector based claims and demands, which is how I define the base document, there is no need for a new document; it would be enough just to underscore the worth of the well-formulated and exhaustively studied Agenda 21, which addresses all the themes, considers all the sectors, suggests working methods, indicates lines of action and... already exists!

On the other hand, the Rio Declaration and the Millennium Declaration have both been exhaustively affirmed but not always applied, or not applied by all concerned. The Rio+20 Conference needs to be visionary. It is a moment for us to reformulate our vision of the world and the future. It is within the grasp of the world leadership that will be represented in Rio in June, to act like statesmen and point to the mistakes and gross errors inherent to the currently adopted models of economic order, of social order and priorities and of care for natural assets that are, by definition, finite.

It is time to recognise the planet's limitations and the urgent need for an immediate intervention to change the direction civilization is heading in.

Visionary in its attitude, capable of constructing the scenario of the future, it must act with detachment in facing up to the improper and unfair way in which wealth is been organised in the world of today. Its ambition must include making the necessary changes to the paradigms, including the ways in which natural assets are appropriated and transformed, in order to guarantee the stable survival of the planet over time and the dignity of human life.

The conference can, and must assume the great urgency of change and define the route, show the way to achieve it, so that humanity as a whole, in all its conditions and manifestations can shoulder the burden of ensuring its own survival.

The concept of sustainability must not be dilapidated. With it, for the first time, we have managed to enrich our understanding of what development means.

What is the feasibility of creating the so-called "green economy"? Would a 'blue economy' also be important?

It does not seem to me to be a good moment to introduce a phrase that was coined during the evolution of the sustainable development concept. Something that has not yet been clearly defined could lead to mistaken interpretations, discriminations and restrictions. 'Green Economy' is not a known category in economics and I cannot see how it could be enunciated as an item on an ambitious agenda for the Rio+20 without upsetting the progressive and more efficient application of the 'sustainable development' concept. From what can be understood of the phrase, the 'green economy' would never be a model for automatic implementation nor would it be uniform for all countries. The characteristics of societies and institutions are quite distinct for each country and it would be up to them to determine their goals and methods in their pursuit of sustainable development. If we are to inset the phrase as an element of the larger concept, I imagine it would be acceptable that the denomination should stand for some of the goals that make up part of the path to be followed. I would not mention one colour or another but, rather, all the colours and that they should illuminate our survival.

How can the business sector and civil society contribute to environmental conservation and sustainable development? I do not have any ready-made models for the engagement of each sector of society in the pursuit of sustainable development, but I can safely say that for our planetary venture to achieve success, the engagement of all sectors is absolutely essential. Neither can I refrain from stating that if we carry on at the rate and with the model that we have adopted up until now, we will surely founder. The planet will not sustain a humanity that challenges it with such a wilful project of depredation as we have been practicing

Change, the courage to change, new pathways...



**FLÁVIO
PERRI**

Interview

Series “Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?”



José Cruz /ABr

IZABELLA TEIXEIRA

Biologist Izabella Teixeira has been Brazil's Environment Minister for two years, a public office she has held after succeeding Carlos Minc, of whom she had been executive secretary since 2008.

A career civil servant with IBAMA (the acronym in Portuguese for the Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources, which is the Ministry of the Environment's enforcement agency), she has a PhD in Environmental Planning. Along with Brazilian diplomats Izabella Teixeira will act as the hostess of Rio+20.

Among other expectations, she would like the UN conference to create Sustainable Development Goals, "a set

of targets to be achieved universally by all countries, respecting their levels of development and social characteristics," centered around the key themes of the 21st century: energy, water resources, food security, production and consumption. Below is her interview, submitted to WWF in writing.

What were you involved with at the time of the Earth Summit? Do you recall anything special that marked that conference? I have been acting as a civil servant with IBAMA, with several stints in the public administration, in the environmental field, both in Rio and Brasilia, where I am now a Minister. In Rio 92 we were all mobilized, because before the issue of sustainable development became the focus of interest we see today in all sectors, those concerned with environmental issues were essentially environmentalists and technicians who worked in the field, as well as academics. In addition to the inspiring documents that were on the agenda, we had a charismatic and engaging leadership, the then Secretary General of the Conference, Maurice Strong. What surprised me most at the time were the manifestations from the so-called Parallel Global Forum, the NGOs, set up in Flamengo Park. Brazil had never seen anything like it. There were all those tribes, global civil society showing its face in the first global environmental conference. I was very impressed by how this society was organized, participated in the pro-

cess and influenced outcomes, forever changing the format of UN conferences, which from then on began to involve the so-called "major groups," important segments that need to be involved in discussions and agreements. It was there that the movement to protect the Atlantic forest gained national importance. There was also the Planeta Fêmea (Female Planet), a forum to discuss gender issues during the Earth Summit. Despite the diversity of ideas, proposals and initiatives, all the civil society movements were focused on and oriented towards common goals, beliefs and hopes. It was a moment of optimism that marked the work of environmentalists forever. It was a historic moment.

What countries participated more prominently in the Earth Summit? What was the participation of Latin American countries like? The results of the Earth Summit were constructed from the joint efforts of the participating countries. Historically, it was the UN conference with the greatest participation of heads of state –among those held outside the UN headquarters in New York. This reflects the overall importance given by countries to the debate that was going on. Therefore, it is hard to single out some countries in particular, as it was a moment of global maturity in terms of the objectives which were to be achieved at the Summit. But there were still traces of sentiment such as "North" versus "South" and Latin American



● ● At Rio+20 the economy is in the limelight – the economy of inclusion with environmental protection. ● ●

● ● We hope to build consensus so we can tread paths that will overcome the challenges being posed to us all, without exception, because humanity is one and the deadlocks are upon us on too short a notice and we cannot afford to ignore them. ● ●

countries, for example, produced a document entitled “Our own agenda”, to highlight the resistance of developed countries, which at the time did not want to discuss poverty, only the forests. I would like to emphasize that the role of Brazil at that time went far beyond that of a mere host, having had a particularly important role in building consensus and mediating conflicts so as to arrive at the results achieved. It is also important to note that the geopolitical setup today is completely different. In addition to an enhanced globalization phenomenon, emerging nations like Brazil at the time were starting to develop and several countries did not have environment ministries or similar bodies. When compared to Stockholm ‘72, the Earth Summit ‘92 consecrated the concept of sustainable development, and also involved civil society and mobilized the business community, bringing the economic debate into the equation, which up until then had not been central to debates in that decade.

What have been the main legacies of the Earth Summit? The Earth Summit left us a rich legacy not only in terms

of its deliberations but also in its construction process. Three of the most important international frameworks on sustainable development and environment were established at this conference: the Framework Convention on Climate Change, the Convention on Biological Diversity (CBD) and the UN Convention to Combat Desertification and Mitigate the Effects of Drought.

In addition to these Conventions, Agenda 21 and the Rio Declaration, also adopted at the Earth Summit, were essential for the consolidation of the concept of “sustainable development” and are today the main references for international negotiations. This was the beginning of a new era of the multilateral order for sustainable development. With regard to processes, the Earth Summit displayed broad international understanding on the importance of the multilateral system of the United Nations as a mechanism for solving major global problems, an importance that today, 20 years later, seems to have waned. In addition, Rio 92 paved the way for a new approach to international issues based on a more intense dialogue with non-govern-

mental actors. The engagement of civil society in debates has grown and has since then become increasingly influential in decision-making spheres.

Among the resolutions from that conference, in which area were there no advancements? Right now there is an assessment being made about the points in which we advanced and where no progress was made and the reasons for this. It is undeniable that the great political commitment reached as an outcome of the Earth Summit did not translate into sufficient political will to enable implementation and the idea of sustainable development is also a concept that is facing serious barriers in its implementation. This is also one of the goals of Rio+20: to understand the obstacles to the implementation of what was decided and devise ways to make the changes necessary to a form of sustainable development that respects the environment, enables social inclusion and economic growth. In each such conference, or better put, “family” of conferences reputed to be related to the environment and development,

we have had gains. In 1972 we gained institutionalization and the capacity of states to regulate; in 1992, we gained a challenging concept, the mobilization of civil society and witnessed the globalization of the environmental movement. For example, neither Greenpeace nor the WWF had an office in Brazil, which only happened after the Earth Summit. At Rio+20 the economy is in the limelight -- the economy of inclusion with environmental protection.

What should be the main outcome of Rio+20? I hope that Rio+20 will constitute a major process for the renewal of the international commitment to sustainable development, but I also hope that the Conference will not solely constitute a reaffirmation of the principles and results of the Earth Summit '92. I expect to see concrete decisions that will signal the strengthening of the multilateral system and boost the adoption of sustainable development models in the coming decades. I particularly believe in the construction of Sustainable Development Goals, a set of targets to be achieved universally by all countries, respecting their development and social, economic and environmental levels, and centered around the key themes of the 21st century: energy, water resources, food security, production and consumption, among others. Another expectation is that we will define an instance of governance within the United Nations to provide coordination and coherence to the various sustainable development actions and initiatives, through a Council or the United Nations Forum on Sustainable Development. Moreover, it is important that at Rio+20 decisions be taken to strengthen the United Nations Environment Program (UNEP), so that this program may have the autonomy and political and financial structure to tackle the major global challenges in the environmental area.

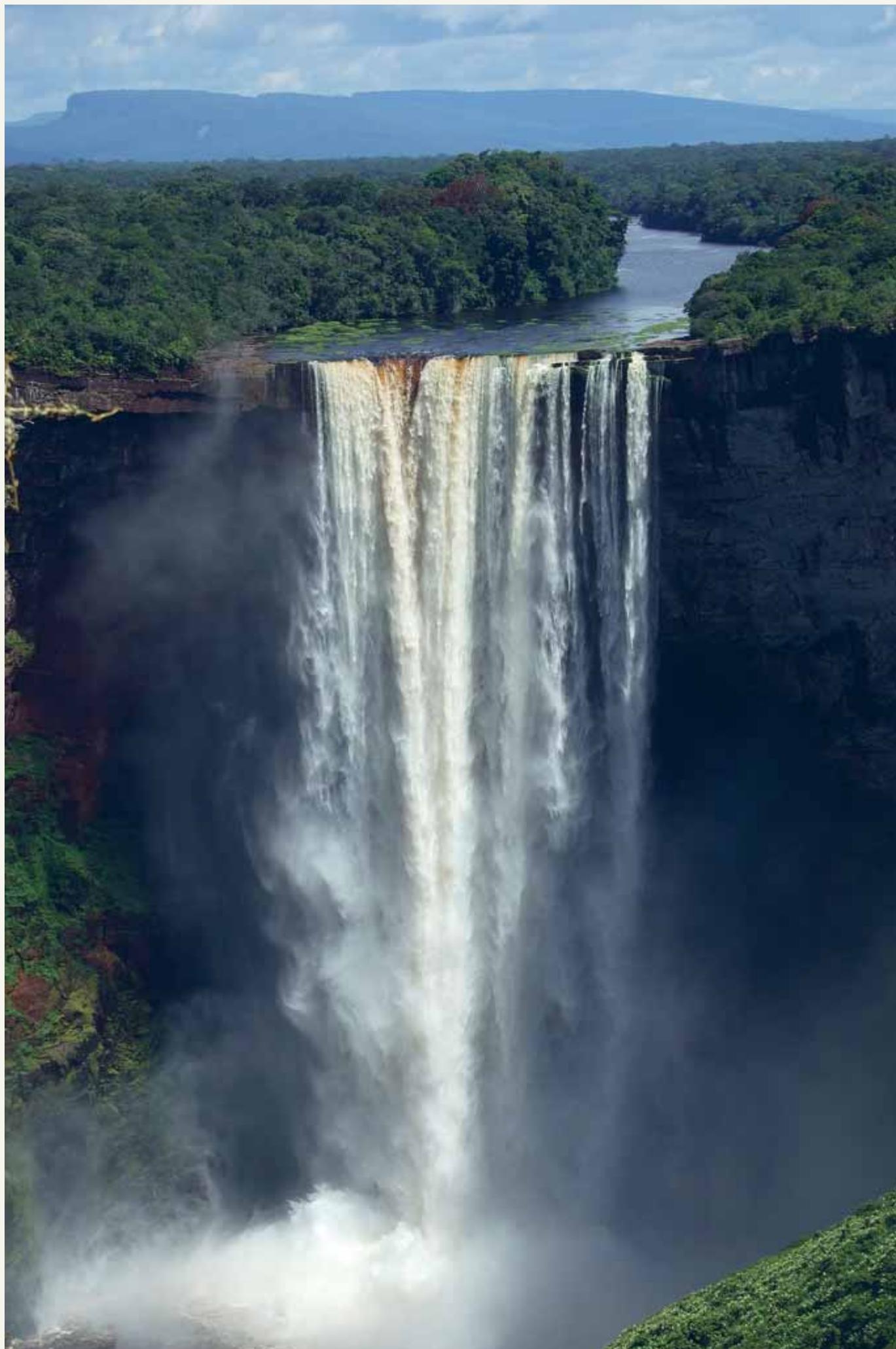
What is your opinion on the draft text for Rio+20? The text that is being discussed today is a reflection of the interests, needs, priorities and desires

of almost 200 countries. For this very reason it has been accused of lacking focus and ambition. However, there are important consensus elements that should be explored and this is the final stage of the process, when we focus more on what unites us rather than what divides us. If previously we witnessed the resistance of some countries to even discuss some of the main topics on the agenda of negotiations, all countries now seek further consensus on the key Conference issues. It is also important to note the greater discussion and proposals regarding the green economy, the goals of sustainable development and concrete changes in the structures of the United Nations for it to become more consistent with sustainable development. Countries have great expectations in these three aspects because they signal an international understanding regarding what we want for the planet as a response to major global challenges.

How can the business sector and civil society contribute to environmental conservation and sustainable development? A significant change in the last twenty years has been the way civil society, including the corporate sector, began to influence how the planet is run. Today no one can deny the role of civil society and the business sector in the construction of a new model of development with social inclusion and economic growth, along with the sustainable use and conservation of natural resources. Debates such as those on changes in the patterns of production and consumption necessarily imply a review of business models and their relationships with ecosystems and human rights. Companies also have their distinct expertise in innovative and immediate responses to market changes, and this learning is critical for the present moment. Through its organizations and social movements civil society has advanced in discussions on the three axes of sustainable development, contributing input that governments, attached as they are to the logic of immediate political results

and principles of sovereignty, cannot always acquire. All this knowledge is very important in influencing how countries stand in intergovernmental processes which, unfortunately, do not adequately envisage the role of non-governmental actors. This is in itself a goal we have for Rio+20, which it to signal the means and most appropriate ways for civil society to have a decisive participation in multilateral processes. On the other hand, the changes we want will only be possible if also carried out at the level of individual decisions, hence the importance of furthering awareness about planetary citizenship. Another point I would emphasize is the need to talk with mass society. We have some know-how on speaking with civil society, but we have learned almost nothing about convincing consumers, for example, that more insightful choices are necessary to conserve our natural resources, which are ultimately the fundamental condition for being able to develop and grow in the coming years. There is no mass movement to advocate for sustainability. This is a challenge that I draw attention to.

What is the role of the emerging economies like the BRICS in impacts on the environment and in the solutions for environmental issues? The emerging economies have arisen in a geopolitical and environmental setting that is very different from that in which the current great powers developed and thrived. The means used at that time did not consider the consequences of the development practices adopted in terms of their environmental and social impacts. Today it is no longer possible to think of economic growth without bearing in mind poverty alleviation and environmental conservation. Brazil is a country that has shown in recent years how this can be achieved. We are today the sixth world economy and at the same time we are furthering our fight against poverty and reducing the greenhouse gas emissions responsible for global warming, while creating more conservation



areas than in previous years. The BRICS have this challenge, to show how to attain progress while keeping that balance and still playing the key role of strengthening multilateralism to promote sustainable development worldwide. Another important issue is the economic importance of funding a new approach to development. What is being discussed today by the development banks in China, Russia and Brazil, is how to set up funds and financial flows that can strengthen South-South cooperation.

How feasible is it to structure the so-called “green economy”? Would a ‘blue economy’ also be important?

The term “green economy” has been a concept disputed by various political forces and the “color”, frankly, is not what matters. You mentioned the blue economy and I imagine it refers to the oceans, to fresh water, so a sustainable economy actually needs to be kaleidoscopic. But I think the word “green” that was tagged to the economy aims to emphasize the importance of the environmental pillar, so that some growth models will not succumb to the temptation of yielding a high social performance but a low environmental one. I think we should not waste so much time over concepts, but move forward toward a pragmatic agenda. The way Brazil sees the green economy is an economic model that is inclusive, with vigorous economic growth that promotes social inclusion in a setting of low carbon emissions and natural resource conservation. Thus, it naturally includes the issue of waters and oceans built into the idea of the “blue economy.” The green economy is an idea that needs tools, robust exemption policies for certain supply chains and the removal of incentives from others, for example. In Brazil we have just launched a revolutionary policy in terms of methods and goals, which is the National Policy on Solid Waste. It presupposes the creation of a vigorous and much-needed recycling industry to reuse materials that were previously discarded. The agenda is out there,

and this is also the green economy. In general, we know that a green economy should be less carbon intensive and low in the use of scarce, rare or non-renewable raw materials, but the discussion of this idea should be tied to compliance with the characteristics and needs of each country, so that nations can build their models of a green economy in accordance with their national interests, without following a single recipe or model. Similarly, another way of doing this is by reviewing progress yardsticks, so as to have indicators such as a Gross Domestic Product (GDP) that also includes aspects related to social inclusion and environmental conservation.

In an approach centered on citizens' access to food, water and energy, how should governments and society regard the environment? What is the solution for the future of the Amazon, Brazil and Latin America? The issue of “access” is one of the major challenges to sustainable development. Food production, the use of water resources and power generation are major causes of environmental impacts, and enabling the human population on the planet to have access to food, water and energy is one of the main challenges of our age. I firmly believe in the reconciliation of these objectives, but we need political will for this to happen and in this respect Brazil wants to be the protagonist of a development model that promotes economic growth coupled with social inclusion and environmental conservation. The future of our forests and our people, the Amazon, Latin America and the planet is the focus of Rio+20. Brazil is by no means a minor player in this chess game. We hope to build consensus so we can tread paths that will overcome the challenges being posed to us all, without exception, because humanity is one and the deadlocks are upon us on too short a notice and we cannot afford to ignore them.



**IZABELLA
TEIXEIRA**

Interview

Series “Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?”



Elza Fiuza /ABr

TIÃO VIANA

Sebastião Afonso Viana Macedo Neves, better known as Tião Viana, was born in Rio Branco (Acre). He studied medicine and tropical and infectious diseases but it was in political life that he became a national figure. In 1998 he was elected Senator of the Republic for the state of Acre. Re-elected in 2006 he has an accumulated experience of 12 years in the Federal Legislative body.

In 2010 he was elected Governor of his home state of Acre, which has a 88% of its territory covered by forest and shares international borders with Peru and Bolivia and state borders with Rondonia and Amazonas. Spearheading the states executive branch Tião Viana

has been implementing a consistent policy of valuing the standing forest and consolidating sustainable environmental practices. There now follows a written interview that Tião Viana granted to WWF.

What were you doing at the time of the Rio 92? I was just beginning my professional life in Acre which at the time was the geo-political centre of the environmental agenda in Brazil because of the resistance movement of the peoples of the forest to the development model that was then being imposed. In 92 only three years had passed since the assassination of Chico Mendes: Acre had lost its hero, the world had lost a leader highly aware of the role he had to play in founding the basis of a new civilization based on social equality, protecting the environment, conservation of the forest and sustainable development, to the benefit of generations yet to come. Our generation was the bearer of that dream in a fierce struggle against the traditional policy of extensive, predatory forms of ranching prevalent in the Amazon region. Our quest was for new paradigms, sustainable development, alongside the “peoples of the forest”.

What were the principle legacies of the Rio 92 Conference? A new way of thinking about development and sustainability, about respect in making use of natural resources; new responsibilities for institutions, mobility of our aca-

demic spheres and non-governmental organizations; preparation of the next steps for the countries and the prospects associated to Kyoto, new responsibilities for the developed countries.

Among the resolutions, has there been any particular area that has failed to make progress? Corporate participation, generally speaking has poor in the light of the enormous opportunities it has had to set an example and involve itself with society. Another aspect is that government agendas too have been submissive to economic and corporate influences, even indifferent to the climatic problems and have been complacent with the precarious living conditions of the population at large. Substituting the energy matrix based on hydrocarbons by cleaner energy alternatives has been on a very timid scale and relegated to a secondary plane. Educational programmes too could have been much more daring and incisive.

What should be the main result of the Rio+20? The fact that the Rio+20 is taking place in the midst of the crisis in Europe and in the markets tends to be a negative pressure against achieving progress. So what is needed is an intense NGO agenda, communication media pacts, full transparent debates in the educational area, adjustments made to the legal frameworks, in the way that President Dilma and the National Congress have made adjust-

● ● The urgent need is to get to know more in order to make better use. Value more this tremendous wealth we have in order to fight a definitive battle against persistent poverty. ● ●

ments to the Forest law, and a new pact of respect for public policies directed at the Amazon and the people who live there. A regional development policy to take the Amazon's specific reality into account, viewing it as a sustainable development planning unit, and the creation of the Amazon Sustainable Development Council embracing the Amazon as an inhabited, productive and well-preserved Forest.

What is your opinion of the base document for the Rio+20? The text underscores the need for renewing political commitments and emphasises that the efforts made to achieve the Millennium Goals will be redoubled with the re-definition of 2015 as the year for their achievement on a broader scale. That is a fantastic challenge that has a direct impact on improving the lives of the planet's poorest populations. Furthermore, the green economy proposal shows that it is possible to have responsible development alongside the eradication of poverty and a commitment to nutritional security, water resource management and structuring sustainable cities. I believe that is a utopia that is actually feasible and fair.

How can the corporate sector and civil society contribute towards environmental conservation and sustainable development? Ethical experiences with good results involving public and private sectors, pro-sustainability pacts, intense and repeated agendas with strong demo-

cratic participation of the people, many forums, conventions, congresses and so on. Private institutions need to have their own agendas but the results need to be agreed to with the public sector.

What is the role of the emerging economies in environmental issues?

Community experiences and opportunities fostering the green economy definitely need to be encouraged and supported by the national states. Their ministries are currently almost indifferent to vulnerable regions like the Amazon and to other distinct biomes and ecosystems. The economic and energy matrices of the BRICS are highly conservative and they have no short term agenda in place foreseeing substantial transformation at all.

How feasible is it to structure the so-called 'green economy'? Wouldn't a 'blue economy' be important too?

Actually what we are talking about is an old concept transformed into a new paradigm because in fact the green economy could be summed as being simply, taking good care, looking after things well. Taking good care of the planet Earth with the participation of all. We can no longer put off having national and sub-national governments recognise and put into practice sustainability actions, valuing the global environmental services provided by biomes and populations and we need to offer opportunities for investment and provision of credit for those that

do, in fact, take good care. In the regard the green agenda needs to integrate all biomes and ecosystems and become much greener insofar as it includes the waters, biodiversity, traditional populations, the cities...in short, the planet.

What are the solutions for the future, for the Amazon, for Brazil and for Latin America? The urgent need is to get to know more in order to make better use. Value more this tremendous wealth we have in order to fight a definitive battle against persistent poverty. Look after the protected areas and areas most sensitive to climate change problems, revise our decision making standards in public financing, better decision-making on priorities, on control and transparency, more democratic elaboration of plans and greater strictness in accompanying goals, results and schedules. As an example: the Amazon region, as a rule receives packages of ready-made political decisions, authoritarian and entirely divorced from good local practices; China moves away from ethical values when it looks for raw material in Africa or works up its market deals.

Interview

Series “Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?”

WWF-US



WWFLAI / Denise Oliveira



Foto cedida pela entrevistada



CLÁUDIO MARETTI

To discuss the outcomes of the Rio 92 conference and find out what expectations three of WWF's Latin American strategy formulators and executors have for the Rio+20 conference, we organised a virtual round table with the collaboration of Cláudio Maretti, geographer and geologist, leader of the Living Amazon Initiative; Roberto Troya, international negotiator and lawyer, vice president and regional director for Latin America and the Caribbean; and Maria Cecília Wey de Brito, agronomist and CEO of WWF Brazil.

The three were submitted to the questions. In spite of their differing experiences and areas of responsibility, their assessments, when not entirely

ROBERTO TROYA

coincident, are entirely complementary and provide an embracing framework in which to view environmental affairs over the last two decades.

Over the period, Maretti, Troya, and Wey de Brito have performed important roles in the sphere of the WWF and have made the quest for environment conservation alternatives the core of their personal and professional trajectories. There follows a presentation of their main ideas regarding what the Rio 92 led to and what the Rio+20 may lead to.

What were you doing at the time of the Rio 92?

Cláudio Maretti – I was taking part in a programme of cooperation with

MARIA CECÍLIA WEY DE BRITO

Guinea Bissau that involved the International Union for the Conservation of Nature, European, especially Swiss financing, and Brazilian and Latin American technical cooperation. The preparatory discussions for the Rio 92 and the results obtained by holding it were an inspiration for our international actions.

Roberto Troya – I took part in all the Rio 92 processes right from early preparatory meetings up to the conference itself. What most left its mark on me in relation to that conference was the importance and participation afforded to civil society, just as much in preparatory ‘Prep-Coms’, as in the main event in Rio. WWF International’s

● ● Nature is capable of guaranteeing sustainability and equality in supply and the access of populations to food, water and energy – that is to say, the three basics for a form of development that will be truly sustainable. ● ●

Cláudio Maretti

current president Yolanda Kakabdse, together with the team headed by Canadian Maurice Strong, facilitated and ensured a space for representatives of NGOs, indigenous groups, peasant associations, trade unionists and the other associations and social actors, both in the official meetings of Ministers and Presidents at the Riocentro and at the Aterro de Flamengo where a real celebration of conservation and sustainable development took place parallel to the main event.

Maria Cecília Wey de Brito – I was adviser to the then Federal Parliamentary Representative Fabio Feldmann, who played a highly active and decisive role in the construction of the Conference agenda and of the Conventions that were presented, including the Agenda 21 document and the Earth Charter. My involvement was centred on the issue of biodiversity, supporting the theme in a series of parallel events that took place during the period of the Rio 92.

What was the participation of the Latin American countries like?

Maretti - The impact of the Rio 92 was very strong in Brazil and in Latin America and in the world at large too. I was living in Guinea Bissau but I felt the effects on Africa, and on Europe and Latin America. When I got back to Brazil I could see that there had been great progress in the policies and respective institutionalisation and also in the involvement of society at large in environmental issues. I noted the significant

attention that Brazilian policies were devoting to the Amazon, which had led to an impressive increase in the areas under some form of protection and significant reduction in deforestation after the mid-1990s. Unfortunately instead of taking on the global leadership of a new model of sustainable development, Brazil became enchanted with the possibilities of economic growth and decided to dedicate all its attention to it, forgetting that it could only lead to a false development and that without a doubt, the failure to take care of nature (the ecosystems with their products and services constitute ‘natural capital’) would constitute costs for Brazilian society that will have to be paid now and in the future

Troya – Latin America had an outstanding participation in all spheres of the conference starting with Brazil’s role in hosting the biggest meeting of heads of state ever recorded up to that time and its further roles in conducting all the multiple facets of the agenda. I can remember other outstanding participations like that of Colombia, which attended with a multi-disciplinary delegation headed by Dr. Enrique Peñaloza. Other delegations stood out, like Mexico’s and the masterly intervention of then state secretary for social development Luis Donaldo Colosio. I also remember the notable speech delivered by then president of Mexico Carlos Salinas de Gortari, who addressed the conference in the name of the Latin American and Caribbean countries and made very

clear the region’s favourable attitude and position in regard to the Agenda 21 and its programmatic plan.

What were the principle legacies of the Rio 92 Conference?

Maretti – At the Rio 92, for the very first time, the world, represented by the highest possible level of government authorities, met debated and decided to take the direction of sustainable development. The Agenda 21 was among the instruments that both at the conference and immediately after it most raised everyone’s hopes, because it used a holistic approach and it was used by civil society and by some governments as a means to make people aware of the Rio 92 results and its applicability to different levels, areas and regions. There were two other decisions that brought in results and led to discussions that are still going on today, namely the Convention on Biological Diversity and the Climate Change Convention.

Troya – I think there were multiple legacies from the Rio Conference; perhaps the most tangible ones are those associated to the legal instruments that were approved because being legally binding on the signatory countries, they actually materialised into something much more than mere discourse. The Climate Change and Biodiversity Conventions, the Forest Principles document, The Declaration of Rio, the Agenda 2, the report on ‘Our Common Future’ delivered by Norwegian prime minister Gro Harlem

● ● I can see that there is a greater willingness on the part of companies to define their social and environmental responsibilities as an integral part of their business processes. ● ●

Roberto Troya

Brundtland, Only One Earth, and others are real tangible products of that Summit. There were many agreements drawn up that, although they were important, were not solid enough. For example, the dedication of 0.7% of the countries GNP's to constitute new financial resources was one that did not last long. Although it must be admitted that the Convention on Biological Diversity was ratified in record time, some countries like the United States and its Congress failed to ratify the convention because it was the target of impressive lobbying done by private entities who felt that their interests would be jeopardised by it.

Wey de Brito – What really stood out were the four main documents stemming from the Rio 92 (the CBD, the Climate Convention, the Agenda 21 and the Earth Charter). What changed after the Rio 92 event was the expectation that, with suitable negotiation, issues that went beyond the borders of individual countries could be moved ahead.

Among the resolutions, has there been any particular area that has failed to make progress?

Maretti - After a stimulating beginning, especially in Latin America, the Convention of Biological Diversity began to be severely criticised. The Framework Convention on Climate Change got off to a slow start, received more support in Europe and the developed countries but after the Kyoto Protocol it failed to aggregate any more concrete or applicable decisions. Perhaps the most notable absence in the post Rio 92 period is that of any concrete change in the economy. It is obvious that the agents in the private sector must become more strongly engaged if we are to promote the necessary changes, and society needs to clamour for that to occur.

Troya – There has been important progress but also some very clear regression, especially in the climate change discussions. It is clear where there is most doubt about the urgency

of applying the resolutions is in regard to Climate Change. The breakdown in the negotiations have made it clear that the countries have opted to maintain their political and geopolitical equilibriums rather than adhere to a truly global emissions-reduction plan or to prepare and adapt in readiness for the current and potential effects stemming from climate change.

Wey de Brito – It is worth mentioning the difficulties of the Climate Change Convention in regard to the Kyoto Protocol as well as getting the REDD mechanism on the countries' agendas as a means of mitigating greenhouse gas effects. It must also be remembered that the Clean Development Mechanism actually became so bureaucratic that it has brought in almost no results to date.

What should be the main result of the Rio+20?

Maretti - We need to ensure that various segments of society (social actors) commit themselves, especially the eco-

nomic agents and the private sector. To make sure that society can accompany the fulfilment of those government, and private sector commitments and those of others; the establishment of clearly stated ambitious goals can only be beneficial – that is the case of the Sustainable Development objectives being proposed by Colombia and Guatemala which are progressively being supported by everyone.

Troya – I believe that if there is a ratification of the Sustainable Development proposals that were made Rio 92 in the light of fresh and active discussions of the Green Economy, then that would be an important result that we could hope for. A very careful analysis of the validity of the legal instruments associated to sustainable development both in the national and international spheres should be part of the discussions and appear in the governments' reports on these last 20 years. On the other hand there is a need to find ways to integrate Biodiversity and Climate Change and not treat them as if they were simply unrelated issues.

Wey de Brito – The result should be a construction of (quantifiable, measurable and reportable) goals for changing processes and there must be financial commitments made that will ensure that they are in fact achieved. The sense of urgency associated to the themes connected with three pillars of sustainability does not seem to have knocked at the decision makers doors or those of the various other segments represented at this event. Who is really in need of protection here is the human being. The Earth will abide, but there will be no room for profits if there is no more society... but with the current line of thought embracing growth through consumption and supported by the financial system, it's going to be hard to change.

What is your opinion of the base document for the Rio+20?

Maretti – The main issues are present in it – like sustainable development, sustainable management of water resources, production of sustainable energy, marine governance and sustain-

able use, conservation of forests, real costs included in the economic chains and sector accounts, considering that currently they are treated as being externalities, and the elimination of subsidies for activities harmful to nature, society, etc. However, the formulation is not sufficiently ambitious, and there are notable omissions like not underscoring the financial system as one of the most important drivers of the present day economy and the fact that as such it should be called on to fulfil its social and environmental functions and review its sustainability quality.

Troya – What struck me is that it does not start off from a base line; what the international community proposed at Rio 92; what has and has not been achieved, etc. It seems to me that without such a base line analysis it will be difficult to establish solid grounds on which to make proposals for addressing the future without running the risk of coming up with the very same declarations, obtaining the same commitments and directives that were achieved and obtained 20 years ago.

How can the corporate sector and civil society contribute towards environmental conservation and sustainable development?

Maretti – They say that the best way is through the vote and consumer choices. Even if we agree with that, we cannot accept that government and corporate sectors and leaderships should hide themselves behind such an explanation in order to put off making the much-needed decisions. It is of fundamental importance that such leaders be part of the movement that will lead to changes and to heading towards sustainability. The companies cannot limit themselves to controlling their own activities alone but need to be sure of the entire economic chain of which they are part. The commitments made by companies must be clearly stated and formally registered so that they can be accompanied by society at large. It is the responsibility of society to demand the fulfilment of those commitments drawn up and agreed to by governments and companies alike.

Troya – The corporate sector is clearly much more committed than it was 20 years ago and I can see that there is a greater willingness on the part of companies to define their social and environmental responsibilities as an integral part of their business processes. However, there is still much to be done. Market forces aligned with the economies of certain countries continue to go ahead with practices that put the planet at risk. The role of the corporate and private sectors, which is admittedly growing, could be one of the concrete objectives; integrating them in the process as being among the most important actors for bringing change about.

Wey de Brito – First of all, by becoming genuinely informed and not being content with hearsay; second by voting with responsibility and not getting carried away with irresponsible fooling like voting in candidates because they are 'rebels', 'funny' etc.; thirdly by adopting behaviour consistent with citizenship, in the broad sense, in daily life and activities. That can range from things like respecting cyclists in traffic to not paying an undercover fee to have processes handled faster. Obviously greater business efficiency in terms of natural resource use, transparency and showing concern with the value chains are all valuable and increasingly becoming part of the default scenario in many companies.

What is the role of the emerging economies in environmental issues?

Maretti – Unfortunately the emerging countries often tend to line up for development models that are already in check. Some countries like China, in spite of the fact that it continues with ambiguous discourse and actions, have, nevertheless, considerably increased the care they take to reduce environmental impacts or make their production more sustainable. Even if it is just from commercial considerations, China has been one of the countries investing most in solar panel technology and production, and in the restoration of forest areas. That in no way removes from them the enormous responsibility for the social and environmental impacts of their purchases and

● ● It is totally feasible, provided society changes some of its values and obviously, that takes time. In the case of Brazil, what is needed is massive investment in education. ● ●

Maria Cecília Wey de Brito

activities – equalling or even surpassing the countries with the biggest ecological footprints in the world, but it does give them some credit points in the aspect of sustainability, even if it is conducted in the light of commercial and economic interests. Unfortunately, Brazil, which was in a position to be the champion of the economic model for the 21st century continues to search for solutions based on economic models typical of the 19th or even 18th century, involving land disputes, ownership with no social responsibility, wasting natural resources, degradation of nature and so on.

Troya – The emerging economies play a fundamental role in the global sustainable development context because they are in a position to show that they manage to strike a balance between their economic policies and their social policies. Those countries are also political powers and generate regional leadership as Brazil does in the region around the Amazon. The regional repercussions of Brazilian policies in areas like infrastructure investments, energy production, food production etc. are having a direct effect on the neighbouring Amazonian countries. That is true for Peru in the case of the hydroelectric dams, and Bolivia in the case of gas production. Infrastructure projects based on Brazilian capital involve processes with the greatest effects on Amazonian biodiversity and on the lives of people in the areas directly affected. There can no longer be any doubt that the great discussions on a model for development are now centred around the questions of nutritional secu-

rity, and access to good quality water in sufficient quantities, and the current model seems to be directed at more at intensifying exploitation and ‘the sooner the better’ but that goes on behind the smokescreen of the supposed battle over the ‘economic rights’ of the people.

Wey de Brito – Their role is to change the way of doing things. It is to show that they have learned from their own past mistakes and from those of others.

[How feasible is it to structure the so-called ‘green economy’? Wouldn’t a ‘blue economy’ be important too?](#)

Maretti – There are several ways of understanding the so-called green economy and all of them definitely include the importance of greater efficiency in making use of natural resources and a reduction in carbon content. However it actually needs to go far beyond mere technological solutions or a discussion on alternative energy sources.

What is fundamentally important is to consider the integration of economic forces and their re-direction towards sustainable development. It is not a question of establishing an economy whose only reference framework is forests, there needs to be a fundamental relationship – of respect, sustainable use, conservation – with ecosystems in general, among which are the forests, savannahs, grasslands, rivers, lakes and seas. A blue economy means the same thing, taking the ecosystems into account more, only it calls more attention, quite rightly, to the seas and waters to ensure they are not neglected.

Troya – The green economy proposal is based on the premise that a way will be sought to put its principles into practice. It is an effort to define clear and feasible proposals that will enable the necessary policies to be unfolded, irrespective of the political or ideological regime in power, because it can be accommodated in market-orientated political regimes or in others where the presence of the state is more preponderant. What is undeniable is that the future reality envisaged twenty years ago by the Rio 92 is now with us and many of the problems foreseen at the time are now a reality. In regard to three main lines of sustainability concern we can say that there has been progress along the social and environmental lines but as for the economic aspect, it has not been adequately equated and, in fact, it has not functioned as a line of sustainability at all.

Wey de Brito – It is totally feasible, provided society changes some of its values and obviously, that takes time. In the case of Brazil, what is needed is massive investment in education.

[What is the solution for the Amazon, Brazil and Latin America’s futures?](#)

Maretti – Latin America is the region of the world with the greatest biodiversity and the greatest volumes of water in addition to other rich natural resources, and the Amazon is largely responsible for that. The Amazon is a Brazilian, Latin American and global heritage that needs to be administered and managed to the benefit of its local

communities and of the populations of the Amazonian countries; and with a sense of responsibility consonant with its global importance. Latin America is a region with an important history, and great social and cultural diversity. Unfortunately it is also a one of the regions with greatest levels of social inequality. There is no chance of achieving sustainable development without social equality. Nature is capable of guaranteeing sustainability and equality in supply and the access of populations to food, water and energy – that is to say, the three basics for a form of development that will be truly sustainable. We have to move forward to ensure the sustainability of food production and supply in such a way that we do not jeopardise future production possibilities or those services that are important to meet society's other needs, as for example ensuring the sustainable management of water resources – in other words, food production cannot be based on deforestation and other forms of degradation. In a similar way it is no longer acceptable that the maximization of hydroelectric energy production should take precedence, to the detriment of other uses and benefits associated to the river basins. Furthermore, it is fundamentally important that we move forward and understand what is involved in the integrated responsible management of natural resources, river basins and

ecosystems that are shared by more than one country. It is important to recognise that misuse of lands, forests or rivers in the upstream regions of a river basin jeopardises (in the form of floods, lack of water, poor quality water, etc.) the lives of those that live downstream. But it is also understood that the complexity of climate change phenomena means that deforestation in the lower, eastern part of the Amazon basin can affect humidity levels in the upper western regions of the basin.

Troya - If it is true, as the WWF's Living Planet Index Report shows, that we are already consuming one and a half planets, and if we remember that the world population is already over the 7 billion mark, and that climate change impacts can already be felt all over the planet affecting water sources and food production; and if carbon emission levels are maintained or increased to irreversible levels, then we are actually already talking about questions of planetary security. Security in regard to access to freshwater in sufficient quantity and of adequate quality, access to sufficient food for a life with dignity, security of access to and availability of adequate supplies of clean energy. Those are three umbrella issues but within them and associated to them, there are many more. They, however, most certainly epitomise the key aspects of sustaining life on the planet.

Wey de Brito – The problem related to food is less one of quantity and more a question of quality and distribution. The country needs to look ahead to the next step after the one it is taking. The solution for the future of the Amazon lies in the designing of State plan. What is important is that whatever solutions are thought up to address current problems should not be focussed on the short term. It is possible to invest in the development of differentiated markets, science for new products, and in acquiring greater knowledge of the region's potential and how it functions in social and environmental terms. There are several mechanisms to foster the development of citizenship, especially improvements in Public Services and their universal provision throughout the region. Such activities could be financed as a counterpart contributions from investments that will be made in the region including and, indeed, preferentially by those that will benefit directly from such investments, like the commodity exporters in the Amazon and the Cerrado savannahs, for example. In the case of Brazil and Latin America, it seems that, more urgently than ever before, there needs to be intense and systematic investment in diversifying the exports portfolio so that products with higher aggregated value have a greater proportional participation in it.



**CLÁUDIO
MARETTI**



**ROBERTO
TROYA**



**MARIA CECÍLIA
WEY DE BRITO**

Article

Series “Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?”

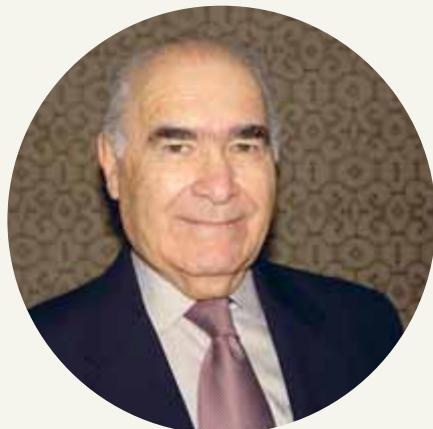


Foto cedida pelo entrevistado

ALEJANDRO GORDILLO

If current tendencies in deforestation and forest fires are maintained, with the aggravation of climate change effects, the Amazon will have one third less of the vegetation it has today by the year 2030. If the process goes on for another 50 years, the planet's greatest biome will be left with less than 10% of the original forest.

Those forecasts appear in the third edition of the Global Biodiversity Outlook and are underscored by Peruvian Ambassador Alejandro Gordillo, secretary general of the Amazon Cooperation Treaty Organisation (ACTO).

Gordillo and his interlocutors from the 8 countries the Amazon biome

extends into (Bolivia, Brazil, Colombia, Ecuador, Guyana, Peru, Venezuela, Suriname) hope that the Rio+20 will take social elements into account in the environmental discussions and that the consumer patterns of the world's largest economies will converge towards more sustainable levels. There follows an article the Ambassador wrote for WWF.

The Amazon contains the largest tropical rainforest in the world, which represents 6% of the Earth's surface and occupies 40% of the territory of Latin America and the Caribbean, with 5.1 - 8.1 million square kilometers. Its rivers are responsible for about 20% of the world's fresh water entering the ocean. The Amazon basin has 25 000 kilometers of navigable rivers.

The Amazon River is 6.9 thousand kilometers long and has over a thousand tributaries; it releases about 220 000 cubic meters of water per second.

About 20 000 plant species have been identified in the Basin, including two thousand species that have been classified according to their use as food, medicine and for other purposes.

The Amazon is home to 40 different indigenous and tribal peoples who speak 86 languages and 650 dialects. There are 38.7 million people living in the basin, which represent 11% of the population of the eight Amazon countries.

If current trends regarding deforestation, forest fires and climate change continue, only 30% of the original forest will remain by 2030, and less than 10% by 2080. There might also be a decline of species, loss of carbon stocks and a significant reduction in rainfall. (Global Biodiversity Outlook 3)

Aware of the importance of the Amazon, the eight Amazon countries decided to join forces to achieve, through an active cooperation process, the integral development of their respective Amazonian territories, and incorporate them into the respective national economies, by maintaining the balance between economic development and environmental preservation. Therefore, in 1978 they signed the Amazon Cooperation Treaty, which has been in force for 32 years.

Later, in 1998, to institutionally improve and strengthen the cooperation process, they decided to create the Amazon Cooperation Treaty Organization (ACTO) and establish a Permanent Secretariat based in Brasilia. The Permanent Secretariat was inaugurated on 2002.

Amazon Cooperation Strategic Agenda

The Presidents of the Member countries of ACTO gathered in Manaus, Brazil, and issued an Act about the Organization which said they had decided to “give ACTO a new and modern role as a forum for cooperation, exchange, knowledge and joint projection....” They

also instructed the Foreign Ministries to prepare a Strategic Agenda of the ACTO, for which they gave some guidance. The Strategic Agenda for Amazon Cooperation (Agenda Estratégica de Cooperación Amazónica – AECA) was approved on the Tenth Meeting of Ministers of Foreign Affairs in Lima in November 2010, coinciding with the celebration of the thirtieth anniversary of the entry into force of the Amazon Cooperation Treaty.

In Lima, the Foreign Ministries adopted a series of resolutions that have to do with the progress of the ACTO, and that are related to regulation of its organs: Meeting of Ministers of Foreign Affairs, Amazon Cooperation Council (CCA), Coordinating Commission of the Amazon Cooperation Council (CCOOR), and Permanent Secretariat; to funding sources; and to relations with international cooperation. In addition, they sanctioned the Strategic Agenda for Amazon Cooperation (AECA), which is a sort of the organization's road map.

The AECA contains a "Vision of the Amazon Region" and, in the case of the ACTO, it establishes a "Vision of the future", entrusts a "Mission", and sets "Strategic objectives". It is built on the basis of two "transversal approach axes": conservation and sustainable use of renewable natural resources, and sustainable development sustainable.

It contains short, medium and long term actions regarding issues set out in the ACT: conservation and sustainable use of renewable natural resources, indigenous issues, knowledge management and information exchange, regional health management, infrastructure and transport, and tourism. Three new emerging issues were added: climate change, regional development, and energy.

The Agenda was implemented on January 1, 2011, and throughout that year the interest of Member countries of ACTO to participate in this process was proved. They were represented at technical meetings by the authorities that are responsible for the subject in question, and in 80% of the cases, there was full attendance. On those few occasions with no full attendance, only one country was missing.

Moreover, although the regulations stipulate that Foreign Ministries meet every two years, in November 2011, a year after the event in Lima, their eleventh Meeting was held in Manaus, where they adopted the "Manaus Commitment" and decided to meet again in November 2012 in Ecuador. This document contains important agreements such as the implementation of an "Amazonian Observatory", the creation of an Amazonian Regional University, involvement in issues of social inclusion, poverty reduction, poverty eradication and social development in the Amazon, among other important issues.

The Amazon Cooperation Council (CCA) held two meetings, preceded by the Focal Points meeting; and the Coordinating Commission of the Amazon Cooperation Council (CCOOR) met with the periodicity established by regulations.

ACTO and Rio+20

Since the ACTO has geographical importance for various aspects of the subject matter of the United Nations Conference on Environment and Development, and an important background to show, the Organization's Foreign Ministries approved a Declaration for this conference, during the Manaus meeting. It should be noted that the ACT is practically an international instrument precursor of sustainable development, and that the ACTO is eminently an organization of horizontal South-South cooperation, which has a Strategic Agenda adopted by all member countries, which includes a "Vision of the Amazon Region" shared by all these countries.

Furthermore, the Ministers of Environment of Member countries of ACTO, during their Second Meeting held in Lima in March 2012, issued a "Declaration of Lima" in which they joined the "Declaration" of the Foreign Ministries for Rio+20.

ACTO will also be present in Rio+20 by organizing a "side event" and displaying a stand.

Brasilia, April 18, 2012.

Article

Series “Rio 92 what did it lead to? Rio+20 what will it lead to?”



**PAULO
SOTERO**

Journalist Paulo Sotero Marques, a former international correspondent and currently director of the Brazil Institute at the Woodrow Wilson International Center for Scholars, in Washington (USA), has written this valuable account of the Rio 92 Conference which he covered as reporter for the Estado de São Paulo newspaper. He also proffers an analysis of the prospects for the upcoming Rio+20.

His text registers Brazil's internal political environment at the time of the first conference (just months before the impeachment of president Fernando Collor de Mello), and the behind the scenes power broking in the United States that led Washington not to ratify

the conference decisions, a position it has kept until today. He also offers unprecedented testimony that does justice to Global Forum coordinator Warren Lindner, responsible for congregating NGOs in a series of activities at the Aterro do Flamengo held parallel to the main conference.

This is much more than the memories of a journalist with more than 40 years of experience, it is a text that portrays the changes that have come about over the last twenty years in the way the environment is envisioned and the great changes that have come about in the relations between government and the third sector as well as making some conjectures on the prospects for the upcoming 2012 conference.

The topics addressed were all the objectives of a framework of interview questions that WWF forwarded to Paulo Sotero who preferred to reply to them in text form and the result is produced here entirely unabridged at his request.

In June 1992 I was the Washington correspondent for the newspaper O Estado de S.Paulo. I was called to Rio de Janeiro together with other correspondents and overseas collaborators of that newspaper to work in the coverage of the Conference to which the paper would be devoting a special insert on each weekday during the event.

The political significance of hosting the United Nations Conference on Environment and Development far transcended the importance of the main issues on the conference agenda. Brazil at the time was living its seventh year of reinstalled democracy and, for the first time in almost thirty years, it had a president elected by the people. The conference was the largest international event that had ever been held in Brazil up until then; the historically insular country was opening itself to the world to host, and perhaps to lead the global debate on a theme in regard to which the country had always been on the defensive, widely accused of destroying the Amazon and what was left of its indigenous peoples. Non governmental organisations, especially those associated to environmental causes, encountered strong resistance in official circles and even more so in the Itamaraty [Diplomacy and Foreign Affairs] where they were seen as mere instruments of foreign interests. Even so, they were beginning to conquer more space.

Young and impetuous, the president at the time, Fernando Collor de Mello, had come to power on the strength of promises to persecute the ‘maharajah’s’ embedded in the higher echelons of power and combat corruption; a practice that had been rapidly democratized by the political class after 21 years of dictatorship. He had also promised to put an end to galloping inflation, a chronic malaise associated to corruption that the technocrats of the military regime had

converted, through the use of burgeoning deficits and monetary indexation, into a scheme backed by the State that enabled the elite to become ever richer, to the detriment of the nation at large

On June 3, the day that Fernando Collor de Mello inaugurated the Rio 92 conference, it was already evident that he had failed to fulfil either of those promises, had lost his political power base in the Congress and was, in fact, widely discredited. Inflation was resurging with renewed force and the young leader had become the central protagonist of the greatest corruption scandal in Brazilian history.

Some weeks before the Rio 92 conference began, one of the president's brothers, Pedro Collor had given an explosive interview to the weekly *Veja* magazine denouncing a scheme of trafficking influence and misappropriation of public monies commanded by the businessman Paulo Cesar Faria, a partner in the Collor family's business in the field of communication in the city of Maceio. He was the former head of Fernando Collor's presidential campaign and one of the most influential figures of the Republic. The climate of imminent catastrophe that the interview installed severely reduced the space available for the government and the nation to fully enjoy the benefits of the initiative of hosting the Rio 92 event in spite of the strenuous efforts of then Minister of Foreign Affairs, Celso Lafe, the Minister of Justice, Célio Borja, and of Finance, Marcílio Marques Moreira, who from that moment on constituted themselves as a kind of informal national salvation committee within the larger sphere of a government that was rapidly becoming unviable.

At the Rio 92, that climate of suspicion created by the Collor scandal contributed to one of the most regrettable incidents of bad journalism that I have ever seen in all the 38 years of my professional work. Some days after the conference began, William Waak and I were called to a meeting with our team coordinator. One of the newspaper's collaborators had obtained some stunning information. It was going to be headlined by the paper on the following day

and would shake the Conference to its core. The news was that the American lawyer Warren Lindner, coordinator of the Global Forum that congregated all the NGOs at the Aterro do Flamengo had made off with US 2 million supposed to be used to fund that parallel conference of civic organisations, universities and militants in general.

With no funding, the Global Forum, which was held to consolidate the presence civil society organisations in the debates on major global issues, was threatened with turning into a fiasco. William and I requested more details about the report. Even without being given access to the text we realised that the highly serious accusation was not backed by any declaration on the record or by documents and that the author of the supposed news scoop had not heard Lindner himself as common sense and the most elementary manual on journalism would surely call for. Faced with our objection to the publishing of such material we were told that the Federal Police had a dossier on the matter. We asked to be shown the dossier but were told that it would only be available on the following day. Waak and I suggested that it would be best to wait until the following day, examine the dossier, hear Lindner's side of it and only then publish the material, if it all proved to be substantiated. We were then informed that a decision had already been made and the sensational report would certainly be published the following day. The argument in favour of publishing was that, although the source remained anonymous, it was a government employee. Once again Waak and I insisted that if the source was an employee in the government of president Collor whose own brother accused him of the crime of corruption, then all the more reason for not publishing the material but rather, investigating the facts more profoundly. We lost the battle. We were told that in spite of the problems we had pointed out, if it delayed publication for another 24 hours, the newspaper would be running the greater risk of seeing the information leaked to its competitors and losing the advantage of a great scoop.

The following day, June 6, on the cover of the special insert edition and a

small text on the front page of the main newspaper to call attention to it, the *Estado* published the supposed report under the headline "Federal Police Dossier accuses Lindner of money misuse".

As soon as we got to the Riocentro, Waak and I asked about the Federal Police dossier, but were informed that, just as we had feared, its delivery would be delayed. Rodrigo Mesquita, one of the newspapers shareholders, a longstanding environmental activist and one of the founders of the NGO SOS Atlantic Forest, who was to take part in the Global Forum that Lindner was heading was already in Rio on that morning. He was completely perplexed by the publication of the material. Obviously Lindner himself and the president of the Rio 92 Conference, philanthropic Canadian businessman Maurice Strong, strongly denied the veracity of the malicious information. The newspaper had no substantiated information to sustain the publication of such a news item and had let itself be led astray by an unscrupulous journalist. Waak and I were called in once more and asked what we thought the paper should do. We said that having quite deliberately trampled its own code of ethics and that of journalism as a whole in the dust, not to mention failing to use the most elementary common sense, on the following day the paper should publish a headline contradicting the one of the day before or, at the very least, publish a text admitting its mistake and apologising to the accused and to its readers.

Unfortunately, that was not done. On June 9, the *Estado* published a news item affirming that the director of the Federal Police, Romeu Tuma, when questioned by the Minister of Justice, Célio Borja, had denied the existence of any such dossier on Lindner or that any investigation had been undertaken into the finances of the Global Forum. Two days later, the *Jornal do Brasil*, in the English language edition it published during the conference, cleared the matter up. During a collective interview given by Lindner, Strong, scientist Albert Sabin and the Mayor of Rio, Marcelo Alencar, it was announced that the Global Forum had paid off the



US\$ 2 million debt it had run up in the preparatory stages leading up to the conference. The newspaper also stated that the United Nations Development Programme had contributed US\$ 500 thousand, the governments of Germany, Austria and Canada had contributed US\$ 400 thousand, the Banco Real bank had passed over US\$ 750 thousand and that those sums together with contributions from NGOs had been sufficient to meet the debt.

"It is a really gross accusation", declared Strong, to an audience of hundreds of reporters from all over the world – part of the contingent of around 2 thousand that covered the Rio 92 conference. "Somebody was trying to cast a dark shadow over the Global Forum. It was disgusting. The Global Forum is the very soul of the Rio 92."

I have no doubts whatever that Strong was completely right in his assessment of what was behind the deliberate planting of that false information. The author of that repulsive report was a political crony of José Sarney, former president and nowadays a Senator. Also, in the

official Brazilian delegation to the Rio 92 conference there were various senior diplomats whose careers had prospered under the military governments and the Sarney administration. All of them were declared adversaries of the NGOs, the same figures that in later years were to be used by unscrupulous politicians of various parties as instruments for siphoning off public funds for personal use or to finance election campaigns or pay off their political debts.

In 1994, when I was sent to cover the United Nations Conference on Population and Development in Cairo, I tried to register in the newspaper what went on in wings of that lamentable and perfectly avoidable episode of two years earlier. By then President Itamar Franco, who succeeded Collor, had appointed senator Fernando Henrique Cardoso as his Minister of Foreign Affairs and in that office Fernando Henrique Cardoso had begun a process of opening the doors of Itamaraty to civil society. The NGOs, once viewed with horror by our diplomats, now began to accompany official delegations to the conferences

on various issue that the United Nations organised in the wake of the Rio 92. The Brazilian delegations improved considerably in the aspects of quality and being more representative. They no longer represented the point of view of the State alone, but rather, the nation, which was then engaged in the difficult task of constructing what has become the successful experience of democracy with economic stability and social progress in the developing world which it is today, in spite of all that still needs to be done.

Inspired by the presence in the Brazilian delegation of professor Elza Berquó and the militant feminist Jacqueline Pintanguy I wrote an article entitled 'Barrier between Itamaraty and NGOs falls'. In the course of that text I narrated the sad episode of the false accusation against Lindner at the Rio 92, just to underscore how much the official government view of the NGOs' role had changed in two short years. The newspaper's directors at the time, however, thought it was better not to stir up the past.

Warren Lindner, who was living with HIV/AIDS, died in the year 2000. With

the exception of a few editorialists, I am probably the only ex-reporter still associated to the newspaper. Although I officially left it in 2006, I still contribute occasional analyses and articles expressing opinions. This invitation proffered by WWF to remember the Rio 92 has given me an opportunity to revive the memory of that episode and I do so here, with the full awareness of the Estado's board.

The atmosphere of crisis that was taking hold of Brazil at the moment the Rio 92 was beginning, curtailed the government's actions at the conference. I remember very well a conversation that I and my colleague William Waack, who at the time was Estado's correspondent in Berlin, had in the early days of the Conference at the Riocentro with ambassador Rubens Ricupero, who headed the negotiations on the Amazon Treaty in the 1970s and who was later to become Brazil's ambassador to Washington, Minister of the Environment and of the Finance and Director General of UNCTAD. At the conference he was chairing its most important discussion, conducted by the Financial Committee in which the object of discussion was the percentage of the GNP that the rich countries, led by the Nordic countries and the Netherlands, were prepared to commit to be destined to the poorest countries under the heading of "official aid for development".

"There are a lot theatrics in diplomacy", Ricupero remarked during our conversation. "Being a negotiator of the host country there are moments when you would love to be able to lean back on the scenery without being afraid that it will all come tumbling down, but that is something I cannot do", the diplomat confided referring to the scandal that was circling the government and threatening the stability of the republic. Indeed at that very time the scenario created by the Collor government was on the point of collapsing. In September the President was to be removed from power by an act of Congress, which refused to recognise his attempt to renounce office and preferred to suspend his political rights for a period of eight years.

If it is true that the political atmo-

sphere in which the Conference was held was highly charged, the atmosphere that prevailed in the 'Wonderful City' of Rio was not very inviting either. To ensure the security of the thousands of foreign visitors, the federal Government had ordered a military occupation of key points in the city that was in no way discreet – much to the satisfaction, it may be said, of a considerable part of its residents, tired of the waves of violence that were sweeping the city.

One memorable scene was of a tank that the army had stationed right behind the Sheraton Hotel in the São Conrado district at the point where the slums of Rocinha lap the edges of the asphalt of the Niemeyer Avenue, and its monstrous cannon was pointed straight at the slum. When I arrived at the Riocentro, I remarked to ambassador Bernardo Pericás, leader of the Committee for Forests, how awkward I had felt on seeing that army tank that was actually targeting the people in a Rio de Janeiro so full of foreign visitors from all over the world that passed by there every day on their way to the Riocentro. "At least the commander could have ordered them to point the cannon out to sea", I suggested "The problem is, that if they do that, the people will rush down from the hillsides and take over the tank", relied the ambassador, sarcastically.

Much more embarrassment than that, however, was reserved for William K. Reilly, a widely respected environmentalist, whom then President George H.W. Bush had entrusted with the command of the United States Environmental Protection Agency. He was head of the US delegation to the Rio 92. In the first days of the conference, Reilly negotiated a text that he believed would make it possible for his country to adhere to the Convention on Biological Diversity which was to be the Conference's most important result. The big American corporations and their allies in the Republican party were against the Convention and were running a lobby to ensure that America would not adhere to it. They had no lack of allies in the Bush administration and one of them was Bush's vice president, Dan Quayle. After the Conference work had been underway

for some days in Rio, the language used in the draft text for the Convention on Biological Diversity that Reilly had negotiated in the most difficult conditions was leaked to the press in Washington and the reaction to it was just what could be expected from the conservatives in the American Congress, in the executive branch and in the corporative lobbies around the world. In a speech delivered in Washington, Quayle pulled the carpet from under Reilly's feet and publicly criticised the stance taken by the United States delegation to the Conference. Parliamentarians belonging to the Democratic opposition who were actually members of the USA's official delegation, among them Al Gore, from Tennessee, Tim Wirth, from Colorado, and John Kerry, for Massachusetts, attempted to help Reilly and the American delegation's top negotiator Michael K. Young to handle the fiasco but the damage had already been done. On his return to Washington, Reilly sent a message to the employees of the Agency declaring that he had been the target of political sabotage. "to me personally, it was like a Bungee Jump . You leap off with your feet tied to a rope... it is hardly usual for somebody to come along and cut the rope". But in fact, that is exactly what happened. The United States did sign the Convention in June of 1993, but up until today they have never ratified it. The Convention has a 193 member countries. The only countries that have not fully adhered to it, alongside the United States are Sudan, Andorra, and the Holy See. Back in 1992 the Americans' objections were mostly associated to the convention's clauses on the transfer of technology to developing countries, which they saw as a potential threat to the intellectual property rights held by American corporations. Furthermore, Washington thought that the language used in the Convention to express the obligations to provide financial assistance were excessively vague. Not one other developed country expressed or shared that attitude. Initial efforts made by the Barack Obama government towards achieving ratification did not get ahead and very little can be expected of the United States, a country that in

● ● Whether and how Brazil consolidates its position of leadership in various aspects of the discussion will depend on the policies that we adopt in the coming years in regard to administering the formidable natural assets and biodiversity that we are home to in the extension of our national territory. Those decisions mean making choices that call for knowledge, competence, dedication and courage. ● ●

spite of having an extremely impressive array of universities and centres of excellence in scientific research, from 1992 on, has become a centre of resistance to the application of scientific knowledge to fundamental issue such as health (trunk cells) and the environment (climate change). Because of that, the Washington government is coming to the Rio+20 Conference with very little credibility or space and with a stance that makes it unfeasible for it to exercise the kind of leadership it should at the Conference

Although the Wilson Center has accompanied environmental discussions ever since 1992 and has organised various conferences on different aspects of the issue, with a special focus on political issues of relevance for Brazil and its relations with the United States and the International Community, I personally do not consider myself to be a specialist. Accordingly, I leave it to others, better equipped than I to provide more detailed answers to the Questionnaire.

I will limit myself to calling attention to just a few points. The first is that in Brasil in the last twenty years much has been done to incorporate the issues of the Rio 92 event to the national agenda. The first of them is that today there are many Brazilian companies of all sizes that have sustainability departments. Civil society organisations with activi-

ties related to environmental issues are multiplying and becoming more specialised. Nowadays the theme is present in the news and discussions transmitted by the national media and is even present in conversations among ordinary people. Also, it is perfectly obvious that Brazil has come to occupy a much greater space in the discussions on environmental issues that have global impacts.

Whether and how Brazil consolidates its position of leadership in various aspects of the discussion will depend on the policies that we adopt in the coming years in regard to administering the formidable natural assets and biodiversity that we are home to in the extension of our national territory. Those decisions mean making choices that call for knowledge, competence, dedication and courage. The discussion circling the Forest Law reform is just the first of many battles that will have to be waged on these issues. Some years ago, Rubens Ricupero wrote that Brazil has the necessary conditions and assets to emerge as an environmental power in a world where climate change, increased demand for food, energy and natural resources like water become increasingly important on the agendas of the global economy and in the spheres of international peace and security. This is a call to reflect. In terms of democracy, we have

come a long way and in democracy and democracy alone we can go on to make much more progress.

I do not think you need to be an expert to say that the nature of the Rio+20 event and the international context and situation that it finds itself in recommend that our expectations should be low in regard to the eventual impacts the event might have. The Rio 92 was the culmination of a negotiation process and it delivered results, like the Convention on Biological Diversity and the Agenda 21 Document. Its Central theme was explicitly, the environment. The Rio+20 however, has a more ambitious scope – Sustainable Development – the framework for the beginning of a negotiation process. It seems fairly clear that in the eyes of the host country, as in the eyes of other important emerging nations that are currently responsible for making the world economy more dynamic, the conference represents a moment to unfold a discussion in which environmental policies must make way for the priorities of economic growth accompanied by a better social distribution of its results within the countries and among them.

The challenge here is to develop a sustainable development agenda in the global sphere and to ensure that it is substantive and feasible in a world where, despite the progress achieved in

raising people's awareness in regard to the social and economic impacts resulting from ignoring environmental issues, there is an outstanding lack of leaders with the political courage to construct basic agreements on the reduction of GHG emissions that cause global warming

The negative evaluations of Brazil's efforts to produce such an agenda are not surprising. If any possibility actually exists for defining an innovative agenda for the Rio+20, obviously the Brazilian government has not found it. In turn, the world itself is not in a daring mood.

Paralysed by their own polarizing domestic crisis, the United States, as I have said, are far behind in the debate on environmental issues. On the eve of the presidential elections, the Republican candidate Mitt Romney, who, when he was governor of Massachusetts aligned himself with modern positions on climate change, has now reneged on his past statements and is flying the flag of active ignorance that permeates the discussion in the USA on the single most important global issue that humanity has ever had to face. Anxiety not to give the Republicans any ammunition to use against him in this year's presidential campaign will probably make President Barack Obama stay away from Rio and leave him with no appetite for environmental questions. Europe's economic crisis, in turn, will reduce the Old World's enthusiasm for any daring plans. The Europeans, who have actually incorporated sustainability practices into their daily lives much faster than any other peoples since the Rio 92 event are also showing signs of backsliding. The justifiable fear of nuclear energy revived by the Fukushima catastrophe has led Germany to gradually ban the use of that source of energy and that fact will inevitably lead to a rise in Carbon emissions on the part of Europe's biggest economy. China, on its way up, and already champion of the world in carbon emissions, has now discovered, however, that producing and trading equipment and processes for a green economy is a good way to address pollution at home and make a lot of money overseas. That fact and the moderation of China's growth over the coming years may be

among the very few pieces of good news circulating on the eve of Rio+20.

Finally, a word on the effects that the loss of vitality so evident in the debate on the environment in Europe and the United States, have on European and American NGOs. Essential, as they are, to vitalise the UN's great thematic conferences, the NGOs are also coming to the Rio+20 with their headlights dimmed. Barred by the political reality they operate in from moving their agendas forward, they run the risk, now more than ever, of appearing to be engaged in obtaining in other latitudes successes they were unable to obtain at home. That, combined with the ill repute that NGOs as a whole have acquired recently in the host country as the result of their being used improperly as a means of operating corruption schemes by supposedly 'progressive' political parties, has introduced a considerable challenge to their credibility. Added to that are recent failures. The missionary zeal with which various NGOs embraced the movement against the construction of the hydroelectric plants on the Madeira and Xingu rivers has shown itself to be entirely unfruitful in every way, except perhaps as a vehicle for fund-raising campaigns.

AS I stated at an event I took part in at the WWF in Washington, displaying images in the United States and other countries of indigenous families affected by those great energy projects may be beneficial for the conscience of NGO militants, insofar as it nurtures the conviction that they are working for a good cause. As a strategy however, it has a very limited impact on Brazilian society. The new Brazilian middle class is interested in the quality of life and comfort that depend on greater economic growth and increasing energy production. Conciliating that demand for better quality of life and a form of economic growth rooted in the rational use of natural resources and innovative processes for the production and distribution of tangible and intangible goods is the great challenge of the 21st century that the Rio+20 could start to delineate.



**PAULO
SOTERO**

SERIE ¿ADÓNDE FUE A PARAR RIO 92? ¿ADÓNDE VA RIO+20?

ENTREVISTAS

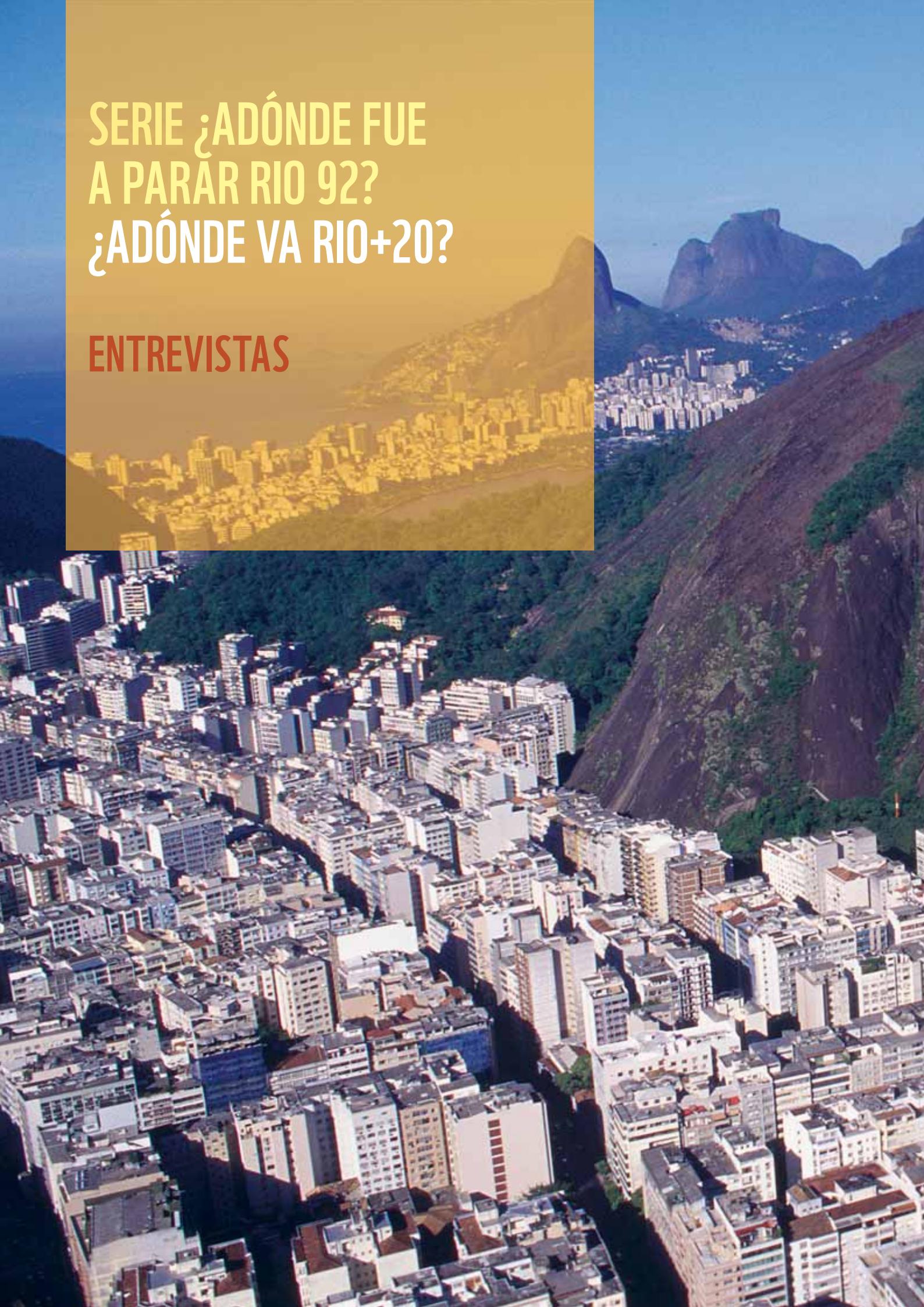




Photo: Zig Koch

Entrevista

Serie ¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?



**YOLANDA
KAKABADSE**

Rio 92 supuso un hito en la participación de la sociedad civil en el debate de las políticas públicas, la economía y el medioambiente. Y aunque fue una conferencia histórica, podría haber tenido mucha más trascendencia si las delegaciones de los países hubieran estado más preparadas para el debate y la toma de decisiones. Por ello, cabe pensar que Rio+20 podrá ir más allá y convertirse asimismo en un hito para el desarrollo sostenible.

Ese razonamiento ponderado, capaz de observar las contradicciones de los procesos de negociación, es de la ecuatoriana Yolanda Kakabadse, presidenta internacional de WWF, exministra de Medio Ambiente de

Ecuador, que lleva más de 30 años dedicada a la búsqueda de soluciones para el hombre y el medioambiente. Vea a continuación la entrevista que Kakabadse nos concedió por escrito.

¿Qué hacía usted cuando se celebró Rio 92? ¿Recuerda algún episodio que marcará aquella conferencia? Fue un privilegio formar parte del equipo de Rio 92, donde me ocupé de organizar y controlar si todo avanzaba bien en lo relativo a la participación de la sociedad civil. El secretario de la conferencia, Maurice Strong, insistió mucho en que quería garantizar la participación de la sociedad civil en la conferencia, y eso era algo pionero, pues no había sido la costumbre en las conferencias de las Naciones Unidas hasta entonces.

Rio 92 es la conferencia que abrió las puertas a la sociedad civil, y al hablar de sociedad civil lo hago en su sentido más amplio, refiriéndome a todo lo que no fueran los gobiernos centrales. Los parlamentarios, por ejemplo, por medio de la Unión Interparlamentaria, las autoridades locales a través de su propia asociación, los pueblos indígenas, los jóvenes... Diversas organizaciones de clase, como las cámaras de comercio y otras agrupaciones de todo el mundo, desde la Asociación de Astronautas hasta las menores organizaciones no gubernamentales de Nepal o de Bolivia.

Fue fantástico el proceso de conseguir la participación de la gente, hacer un llamamiento a los diferentes secto-

res de la sociedad para que se interesaran por el programa de Rio 92. Esa fue mi responsabilidad y, como decía, me entusiasmó mucho, aunque el proceso fuera también muy intenso. Yo aprendí mucho, y creo que todos nosotros, como Secretaría, hicimos una contribución importante, incluso en el sistema de las Naciones Unidas en su conjunto.

¿Qué países tuvieron una participación más destacada en Rio 92? ¿Cómo fue la participación de los países de América Latina? Rio 92 fue una decepción. Muy pocos países de América Latina entendieron plenamente el significado de la conferencia; muy pocos invirtieron en la preparación para las negociaciones o en una fuerte participación en las propuestas para definir el programa. Colombia fue uno de los países que trabajaron bien en su preparación y que contribuyó efectivamente a mejorar el lenguaje usado en las negociaciones en sí. Pero creo que la contribución de la región en su conjunto fue bastante débil. Creo que dejamos pasar aquella oportunidad. Ahora, en 2012, me parece que estamos mucho más preparados, hemos logrado llevar ese debate a la esfera de nuestros gobiernos y de nuestras propias sociedades. Hay una conciencia mucho mayor sobre los riesgos de la inacción y espero que América Latina sea un protagonista clave en este nuevo proceso de negociaciones.

¿Cuál fue el principal legado de Rio 92? Estoy convencida de que, a pesar de que la conferencia de Estocolmo ya

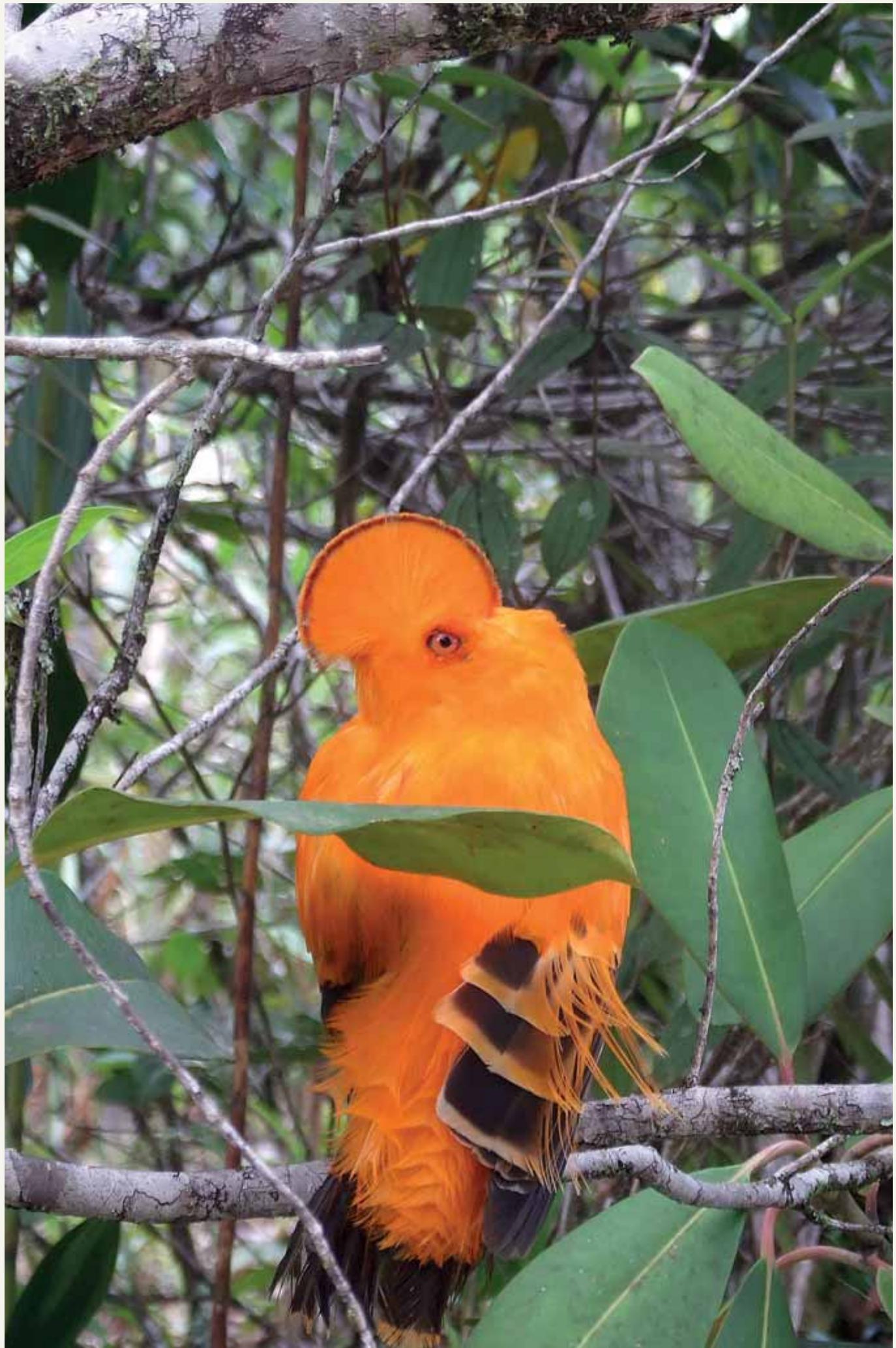
hablara en 1972 sobre la inclusión del medio ambiente en el proceso de desarrollo, la conferencia de 1992, a través de los documentos que produjo, reforzó la importancia de ir más allá del modelo habitual de negocios en que todos estábamos inmersos en aquella época. La conferencia se apoderó realmente del debate político, de la necesidad de hacer del medioambiente el punto central del desarrollo, no simplemente mejorando algunas áreas de la agenda verde, sino situándolo como una parte integral del desarrollo, del desarrollo económico y del desarrollo social. Se trató de la tecnología, de las industrias, del papel del sector privado y del de la comunidad académica. Así que fue un mensaje muy fuerte y acabó dando lugar a compromisos de los que querían tratar el medio ambiente como algo de verdadera importancia para el desarrollo.

Entre las resoluciones de Rio 92, ¿hay algún ámbito en que no se hayan registrado avances? Hay varios niveles de realización, algunos más notables que otros. Creo que, entre lo que surgió de Rio 92, un elemento que no fue lo suficientemente fuerte fue la ética. La ética y la equidad son parte de un compromiso social que debemos asumir si queremos garantizar la sostenibilidad. No tendremos la posibilidad de pensar o actuar de una forma distinta para lograr el desarrollo sostenible si no enfatizamos la necesidad de adoptar patrones éticos que garanticen la justicia social, la igualdad entre todas las personas en todos los países, independientemente de sus orígenes o del lugar del planeta en que vivan. Creo que a esa cuestión no se le concedió la debida importancia y es un elemento pendiente que espero que se trate en Rio+20.

¿Cuál debería ser el principal resultado de Rio+20? Uno de los retos de Rio+20 es el programa de la economía verde. Creo que lo que nos propusimos en Rio 92 se expresa ahora, en esta ronda, en un lenguaje diferente, quizás en términos más prácticos, que harán posible una comprensión mejor por parte de los diversos sectores sobre qué es lo que queremos decir cuando afirmamos que

el desarrollo económico tiene muy fuertes implicaciones para nuestra manera de gestionar los recursos naturales. No existe la posibilidad de desarrollo de ningún tipo a no ser que utilicemos los recursos actualmente disponibles sin dejar un déficit, sin sacar más de lo que tenemos y más de lo que el planeta logra proveer. Por lo tanto, considero que Rio+20 tiene el desafío de garantizar que entendamos claramente que la «economía verde» consiste en el uso racional de los recursos naturales, garantizando que los beneficios de ese uso se distribuyan de forma igualitaria entre los diversos sectores de la sociedad en los diversos países o regiones del planeta.

¿De qué forma pueden el sector empresarial y la sociedad civil contribuir de manera efectiva a la conservación del medio ambiente y al desarrollo sostenible? Los sectores privados en la sociedad civil son actores clave para inducir cambios por parte de los gobiernos. Yo formé parte del gobierno, y sé que solo se puede avanzar en una determinada dirección más o menos rápidamente en la medida en que las sociedades se dispongan a avanzar. La presión para lograr cambios en una política pública suele proceder de la sociedad y, en este caso, los sectores privados de la sociedad civil tienen un potencial enorme para colaborar: en la innovación tecnológica, en el cambio de los patrones de desarrollo, en la adopción de una visión de mucho más largo plazo de la que hemos tenido hasta ahora, y en la creación de una conciencia pública que ejerza una presión que obligue a los gobiernos a moverse. Y también creo que los gobiernos locales son actores clave, incluso más que los gobiernos nacionales, para implementar programas y convertir las ideas en realidad. Los gobiernos locales de todo el mundo se han convertido ya en socios clave y ese triángulo entre gobierno local, sector privado y grupos de la sociedad civil es una unión perfecta para implementar acciones, para mostrar que hay una posibilidad real, que la sostenibilidad no es solo una parte del discurso, sino parte de un hermoso y fantástico desafío.



Cock of the Rock / WWF Guiana

¿Cuál es el papel de las economías emergentes —como los BRICS— en el impacto y las soluciones a los problemas ambientales? Yo diría que al hablar de economías emergentes tendemos a pensar más en sus responsabilidades futuras. Los BRICS destacan por el tamaño geográfico de sus países y por su población, y tienen oportunidades porque todos ellos tienen un capital natural enorme. Por ello, los BRICS, las sociedades emergentes, tienen el potencial, la capacidad y la obligación de responder a las discrepancias y a la pobreza que suelen derivarse de la mala administración de la economía nacional o de la falta de una visión sobre cómo crear riqueza. Lo que en ocasiones me preocupa es que, aunque son países emergentes con tanto potencial, con cierta frecuencia se comportan igual que un típico país en desarrollo, es decir, esperando siempre el apoyo y la contribución del Norte para sus propios programas de desarrollo. Lo que quiero decir con esto es que las economías emergentes tienen que tomar realmente las riendas y mostrar a los países desarrollados y a los países en desarrollo que podemos hacer mucho más de lo que hemos venido haciendo hasta ahora.

No creo que ahora, a comienzos del siglo XXI, podamos decir que ya que los demás han destruido o contaminado el planeta en las últimas décadas, nosotros tenemos que imitarlos o dejar implementar rigurosamente nuestras propias políticas de sostenibilidad. No creo que fuera justo ni para nuestra sociedad ni para el resto del planeta. La información es lo que nos conduce a actuar de manera más sabia hoy y de cara al futuro. Por ello, espero que en esta conferencia las economías emergentes, así como los países en desarrollo y todos los demás, adopten una posición fuerte y un compromiso que reconozca que no podemos seguir siendo tan débiles en relación con las diversas leyes que regulan el desarrollo.

Desde la perspectiva del acceso de los ciudadanos a los alimentos, el agua y la energía, ¿cómo deben ver los gobiernos y la sociedad el medio ambiente? Creo que WWF ha captado bien la esencia de las prioridades

actuales para el planeta, y me refiero a todas las sociedades de todos los continentes. Los alimentos, el agua y la energía son tres elementos que determinarán el nivel de desarrollo de todas las sociedades en las próximas décadas. Y también representan los tres elementos de una agenda que, actualmente, se encuentran en situación de mayor riesgo debido a los impactos del cambio climático. Los alimentos, el agua y la energía constituyen el principal problema, especialmente para las comunidades vulnerables, generalmente los pobres, los ancianos y, obviamente, las generaciones más jóvenes. Por lo tanto, la elección de estos tres temas para nuestro trabajo y la contribución de WWF a Rio+20 impulsarán y movilizarán el debate, las discusiones y —si se cumplen las esperanzas de todos— los acuerdos.

¿Cuál es la solución de futuro para la Amazonía, para Brasil y para América Latina? La Amazonía es, sin duda, uno de los ecosistemas más importantes, en particular para América Latina y América del Sur, pero también para todo el planeta. El equilibrio que aporta en cuanto a las condiciones climáticas de la región y, por lo tanto, a la producción de alimentos y a la estabilidad de las sociedades rurales y urbanas es de suma importancia. Tomar decisiones que permitan garantizar la estabilidad de la cuenca amazónica es responsabilidad no solo de Brasil, sino de todos los países de la región y del planeta en su conjunto. Y confío en que el actual gobierno de Brasil hará lo que sea necesario para garantizar dicha estabilidad.

¿Tiene esperanzas respecto a nuestra vida futura en este planeta? Por supuesto, todos tenemos esperanzas. Esto es demasiado hermoso como para abandonarlo sin más. Creo que lo que une el sentimiento de todos los que formamos parte de WWF y de todos los demás grupos ambientalistas y líderes de todo el mundo que se preocupan por la salud del planeta, es el optimismo de creer que podemos hacer las cosas mejor de lo que lo hemos hecho hasta ahora y, de hecho, lo lograremos.



**YOLANDA
KAKABADSE**

Entrevista

Serie ¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?



Alexandre Monteiro

LEONARDO BOFF

Rio 92 supuso un punto de inflexión en la historia personal de Leonardo Boff, miembro del Consejo Central de la Carta de la Tierra, teólogo, filósofo, conferenciante y escritor, pues fue durante aquella conferencia cuando decidió abandonar la Orden de los Frailes Menores (franciscanos), en la que había ingresado en 1959, con apenas 21 años.

Durante aquel evento, hace dos décadas, en Rio de Janeiro, participó en un debate sobre religión y paz y criticó el judaísmo, el cristianismo y el islamismo «por su beligerancia». Boff fue advertido por un «cardenal espía del Vaticano», que se quejó de que no estaba cumpliendo el «silencio

obsequioso» que determinaba Roma. Tras ser censurado debido a la teología de la liberación, el Vaticano quería que abandonase Brasil y cumpliera «silencio obsequioso» en un convento de Corea o de las Filipinas. Leonardo Boff no aceptó aquella nueva imposición de silencio y decidió alejarse de la Iglesia.

Además de ese hito en su trayectoria personal, Leonardo Boff recuerda la atmósfera de la conferencia. Según él, había «una mística que unía a todos, en el amor a la Tierra, en la reconciliación de todos más allá de sus diferencias. Parecía que allí nacía otro tipo de humanidad respetuosa con la naturaleza». Esa imagen es radicalmente diferente de las expectativas sobre Rio+20 y sus preparativos. En su opinión, el texto de base, por ejemplo, «es una vergüenza para la inteligencia mundial (...). Es un documento conmovedor en cuanto a su buena voluntad, pero ingenuo en lo tocante a la autocritica y a la presentación de las propuestas que hace», dice con la misma franqueza que asustó al «cardenal espía» hace 20 años. Vea a continuación la entrevista que Leonardo Boff le concedió por escrito a WWF.

¿Qué hacía usted cuando se celebró Rio 92? ¿Recuerda algún episodio que marcará aquella conferencia? El evento, como tal, era la expresión de un tipo de pensamiento y una visión del mundo diferentes, y de una relación

con la Tierra que no era considerada un almacén de recursos explotables, sino como la gran casa común que debíamos cuidar. Había una mística que unía a todos, en el amor a la Tierra, en la reconciliación por encima de las diferencias. Parecía que estaban forjando otra humanidad diferente, respetuosa con la naturaleza y con las diferencias y fraterna. Para mí fue un momento inolvidable, porque tras un debate sobre religión y paz en que participé y en que critiqué duramente a las religiones abrahámicas por su beligerancia, un cardenal espía del Vaticano, el cardenal Baggio, me buscó y me dijo: «Usted no aprende nada con el «silencio obsequioso». Tiene que salir, no solo de Brasil, sino de América Latina. Puede elegir entre Corea o Filipinas. Pero tiene que salir». Yo le pregunté: «¿Pero en aquellos países podré enseñar teología y continuar escribiendo?» A lo que me respondió: «Debe permanecer en silencio obsequioso en el convento». Yo le respondí: «La primera vez, acepté el silencio en señal de humildad; eso fue una virtud. Ahora, ese silencio impuesto es manifiestamente injusto y representa un pecado; y eso no lo acepto.» Y replicó: «Tiene hasta mañana a mediodía para tomar una decisión.» Yo le respondí: «Ya he decidido. Abandono una trinchera pero no la lucha. Me autopromuevo al estado de Jesús, que no era sacerdote y mucho menos cardenal, pues era un seglar de la tribu de David, en la que nada se dice sobre el sacerdocio». Y entonces tuve



● ● No queremos el fin del mundo. Lo que queremos es el fin de este tipo de mundo hostil a la vida, a la solidaridad, a la compasión y al amor. ● ●

que abandonar la orden franciscana y dejar el ministerio sacerdotal. No es un recuerdo agradable. Lo peor fue la absoluta falta de cortesía del cardenal, que fue nuncio apostólico en Brasil. Al extender la mano para saludarlo, él retiró la suya. Y recordé a San Francisco, que saludaba todos y se hizo amigo hasta del feroz lobo. ¿Por qué yo, franciscano, debería ser diferente y no entender la rudeza de un cardenal de mente estrecha y lleno de espíritu de venganza?

¿Qué países tuvieron una participación más destacada en Rio 92? ¿Cómo fue la participación de los países de América Latina? No sé qué países latinoamericanos participaron. Lo que sí sé es que el novedoso gran actor que emergió en Rio 92 fueron las mujeres. Ellas, en su pabellón Femenina, que siempre estaba lleno, organizaron excelentes debates y significativos rituales. Dirigieron críticas muy contundentes al patriarcalismo que se esconde detrás del proceso industrialista/consumista y que está en la raíz de nuestra cultura de dominación.

¿Cuál fue el principal legado de la conferencia de Rio 92? Los frutos fueron escasos, pues si no no estaríamos en la delicada situación en que nos encontramos. Pero se escuchó del Grito de la Tierra, se extendió la conciencia de que somos responsables de nuestro futuro común. En Rio 92 se consagró la ambigua expresión desarrollo sostenible, que indica que no podemos seguir con la salvajada del tipo de desarrollo dominante, que no es desarrollo sino crecimiento material a cualquier precio. La categoría de la sostenibilidad ocupó un lugar central y se instaló definitivamente en el debate. Se puso sobre la mesa la cuestión de la distinta contribución de todos los países para enfrentar la crisis ecológica, la lucha contra el hambre y la miseria. Se apuntó por vez primera al considerable calentamiento del planeta, aunque no ello tuviera consecuencia alguna. Para mí, la mayor limitación de toda la conferencia fue el rechazo de una Carta de la Tierra, que tendría

que haber sido el eje en que se basaran todos los demás proyectos. Nació algo notable y perenne: el programa 21. Pero se quedó como en una nebulosa, sin una visión de conjunto del planeta, de los ecosistemas interconectados. En aquel momento, Mijaíl Gorbachov, el ex secretario general del comité central del Partido Comunista de la Unión Soviética, Maurice Strong, subsecretario general de la ONU, y el primer ministro holandés, Rudd Ludders, propusieron la idea de hacer una consulta a la humanidad y elaborar una Carta de la Tierra, que se hiciera de abajo hacia arriba, partiendo de los pueblos y no de las burocracias estatales. Participé en aquel debate y sugerí que se invitara a Paulo Freire, pues en todas esas cuestiones hay un problema de pedagogía, y no había nadie mejor que Paulo Freire para tratar esta cuestión. Tras su muerte, yo entré con fuerza para elaborar un borrador en representación de las Américas, cuya versión final fue bastante aprovechada.

Entre las resoluciones de la conferencia, ¿hay algún ámbito en que no se hayan registrado avances? Creo que se ha avanzado en la conciencia de la responsabilidad, primero sobre la responsabilidad social de las empresas, y luego sobre la responsabilidad socio-ambiental. Lo más importante fue la creación de una conciencia ecológica colectiva, que dejó de ser algo de los verdes y pasó a ser de toda la sociedad. Y creció más y más si sigue aumentando la conciencia de que, tal como están las cosas, no podemos seguir. Debemos cambiar. De lo contrario, vamos al encuentro de lo peor.

¿Cuál debería ser el principal resultado de Rio+20? No espero nada de los jefes de Estado. La mayoría ni asistirán; enviarán a ministros sin poder de decisión. Todo termina en un callejón sin salida: ¿quién financiará las medidas que eventualmente se tomen? Todos alegan que no tienen dinero, que están en una crisis económica y financiera y que no pueden ayudar. Como trasfondo está la perversa visión capitalista neoliberal: lo que cuenta son

los mercados, las monedas, el sistema económico-financiero, y no la vida, la humanidad, el futuro de nuestra civilización y la preservación de la vitalidad de la Tierra. Y así, solemnemente, nos dirigimos hacia un posible y previsible desastre ecológico-social. Pero crecerá, dialógicamente, la conciencia de la humanidad, representada en la Cumbre de los Pueblos. Ellos tratan las verdaderas cuestiones, confiando en que «cuando una idea llega a su madurez, nadie más puede detenerla y se impondrá y creará un nuevo curso para la historia». Nos salvaremos e inaugurarímos una nueva forma de habitar el planeta, más respetuosa hacia la vida y más solidaria para con todos los seres humanos, especialmente con aquellos que sufren.

¿Qué opinión le merece el texto de base de Rio+20? Ese documento es una vergüenza para la inteligencia mundial, después de tantos años ha acumulado pensamiento y experiencias sobre la crisis de la Tierra. Es un documento conmovedor en cuanto a su buena voluntad, pero ingenuo en lo que respecta a la autocrítica y a la presentación de mediaciones para las propuestas que hace. Los tres temas centrales, la sostenibilidad, la gobernanza global y la economía verde, nos definen claramente ningún momento, dando la impresión de que quisieran ocupar las mentes pensantes mundiales y los movimientos para no ocuparse de los verdaderos problemas que afligen a la humanidad: el modo de producción que devastaron naturaleza, las desigualdades (injusticias sociales) y la urgencia de modelos alternativos de consumo de los límites alcanzados en la Tierra, que no consigue reponer lo que sacamos de ella.

¿De qué forma pueden el sector empresarial y la sociedad civil contribuir a la conservación del medio ambiente y al desarrollo sostenible? Mientras no surja un nuevo paradigma de relación con la naturaleza y con la Tierra y sigamos con este modo industrialista/consumista/individualista, no se puede esperar ningún cambio sustancial

para mitigar la crisis generalizada. Las empresas son fundamentales, pues ellas son las que garantizan la infraestructura material de la vida. Pero son víctimas del modelo imperante, que es la acumulación sin límites, al precio de devastar la naturaleza, y no quedarse atrás en la competencia. Ese método es el camino seguro hacia el desastre. Estoy de acuerdo con Hegel cuando dice: «El ser humano aprende de la historia que no aprende nada de la historia, pero aprende todo del sufrimiento.» Pienso que no cambiaremos hasta que el sufrimiento sea colectivo y afecte a todo el mundo. En caso contrario, corremos el riesgo de que la Tierra continúe, pero sin nosotros.

¿En qué medida es viable la estructuración de la llamada «economía verde»? ¿Sería también importante una «economía azul»? La economía verde tiene elementos importantes que tenemos que valorar, pues quiere preservar la vitalidad de la naturaleza. Sin embargo, no pone en cuestión el paradigma vigente que supone la dominación de la naturaleza y la acumulación ilimitada y el consumo a todo trapo. No cuestiona las desigualdades mundiales ni que gran parte de los pueblos vivan en la pobreza. Y hay un alto riesgo de que se ponga precio a todo, hasta a los commons, es decir, a los bienes y servicios directamente vinculados a la vida, como el agua, los alimentos, las semillas, los suelos, el aire, la energía, etc. Pero la vida es sagrada y no puede ser transformada en una mercancía. Si eso sucediera, habríamos alcanzado la cumbre del espíritu capitalista y, a partir de ahí, también su desmoronamiento. Lo que es sagrado es inviolable, y una vez violado crea mecanismos de castigo y exclusión, algo de lo que nos alertan continuamente los cosmólogos y los biólogos. No queremos el fin del mundo. Lo que queremos es el fin de este tipo de mundo hostil a la vida, la solidaridad, la compasión y al amor.

Desde la perspectiva del acceso de los ciudadanos a los alimentos, el agua y la energía, ¿cómo deben ver los gobiernos y la sociedad el medio

ambiente? **¿Cuál es la solución de futuro para la Amazonía, para Brasil y para América Latina?** Esa pregunta es excesivamente compleja para ser respondida. Pero lo que yo creo es que no debemos esperar mucho de los poderes públicos y los gobiernos, pues son rehenes de las grandes corporaciones del sistema del capital. Están obligados a seguir su lógica, que es que crezca su PIB cuando menos un poco todos los años. Ahora bien, la Tierra ya no puede soportar esa lógica, y ha llegado a sus límites, que ya se hacen palpables. Yo espero soluciones que vengan desde abajo, de los indignados y de los desesperados, de los que no aceptan el veredicto de muerte sobre sus vidas y sus ecosistemas, de los movimientos que han creado otra visión de la Tierra y de los procesos de producción de lo suficiente y de lo decente para nosotros, los humanos, y para toda la comunidad de vida. Creo que el proyecto del «buen vivir» de los pueblos andinos atesora la solución de lo que será obligatorio para toda la humanidad y para conservar el planeta. Y eso será buscar el equilibrio en todo, llegar a una economía de lo suficiente y no de la acumulación, de la comunión entre todos los seres y también con las energías universales y espirituales, y vivir en profunda comunión con la Pacha Mama, la Tierra, nuestro único Hogar Común, pues no tenemos otro hogar posible. O haremos eso o enfrentaremos la extinción lenta de nuestra especie y una profunda agresión a la biosfera que continuará, pero sin nuestra especie, la cual, debido a su agresividad, creó una nueva era geológica, el antropoceno, es decir, el ser humano como verdadero meteoro rasante capaz de autodestruirse y dañar profundamente al planeta vivo, a la Tierra. Pero, como el espíritu está primero en el universo y luego en nosotros, quién sabe, tal vez dentro millones de años surja un ser complejo capaz de sopor tar el espíritu e inaugurar otro tipo de civilización, seguramente mejor y más beneficiosa que la nuestra.



LEONARDO
BOFF

Entrevista

Serie ¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?



**PAULO
JOBIM**

Paulo Hermann Jobim tiene 61 años y es el primogénito de Antonio Carlos de Almeida Brasileiro Jobim, el que para muchos fue el mayor compositor brasileño de todos los tiempos, en un país conocido por su gran diversidad musical y por su exuberante naturaleza.

Al igual que su padre, Paulo estudió arquitectura y música, y participaba regularmente en los conciertos y en los álbumes de Tom Jobim, de quien era arreglista y colaborador, como en la canción Forever Green, compuesta especialmente para la conferencia de Rio 92 y grabada en el último disco del «Maestro soberano» en 1994, el año de su muerte, en el disco titulado Antonio Brasileiro.

Además del talento musical, Paulo Jobim heredó de su padre el interés por el medio ambiente. Tom Jobim fue la primera figura pública brasileña que, aún en la década de los setenta, en plena Dictadura militar, habló sobre la destrucción de la naturaleza.

A Paulo Jobim le interesó cada vez más el medio ambiente y trabajó en proyectos ambientales con el equipo del urbanista Lúcio Costa, por ejemplo, en la delimitación de la zona que se convertiría en la unidad de conservación de la Chapada dos Guimarães. Lea a continuación los principales fragmentos de la entrevista que concedió a WWF.

Como era la colaboración entre usted y su padre en canciones de carácter ambientalista. Ustedes llegaron a escribir una canción para Rio 92. ¿Fue durante la preparación del último disco de Tom? Rio 92, sí, estábamos empezando... El disco [Antonio Brasileiro] salió en el 94, pero ya estábamos pensando en ello.

Y Tom tenía su Banda Nova, en la que usted tocaba. Y les pidieron aquella canción en inglés [Forever Green].

Sí. Fue como un pedido. Alguien, no sé exactamente quién, pidió una canción para Rio+92. Es una canción bastante didáctica, pensando en los niños, en el futuro.

¿Y tenía que ser en inglés por ser una conferencia internacional? Creo que sí, creo que era un concierto con

artistas de otros países. Rio 92 era un evento internacional. No sabría decir si pidieron que la canción fuera en inglés, pero la hicimos así espontáneamente, para llegar a todo el mundo.

Hay una entrevista de 1980 en que habló sobre los incendios forestales, realizada por el periodista Roberto Dávila, en el DVD Tom Jobim en directo en Montreal. ¿De dónde venía la preocupación de Tom Jobim por los problemas ambientales? Creo que ese interés vino del Bosque Atlántico, que él conocía más a fondo, y cuya destrucción presenció. Conocía los bosques de por aquí, cerca de Rio de Janeiro. En el interior del estado de São Paulo, donde iba a menudo, vio grandes bosques de los llamados jequitibás. Conocía esos bosques, que fueron siendo talados sin ningún cuidado ni pena. Van talando para hacer leña, para hacer carbón.

Pues del hecho de haberse criado en haciendas, de conocer de cerca esos campos y ver que lo estaban destruyendo todo. No paraban de quemar, como si eso fuera un gran progreso; quemaban los bosques para poner ganado, pero eso no es el progreso.

Aquí se considera progreso plantar soja para venderla para alimentar a cerdos en China. Eso les parece más importante que conservar las riquezas de Brasil: «Vamos a vender soja para los cerdos chinos». Y se pasa a destruir todo porque se generan beneficios en ese momento. Puede ser

● ● Tenemos una biodiversidad enorme, pero está por ver si queremos esa biodiversidad o si vamos a acabar con ella. ● ●

que en otros momentos no produzca ningún beneficio. De todos modos, no respetamos mucho a Brasil, las riquezas de Brasil. Vamos destruyéndolo todo, todo a cambio de nada. Aparece una nueva máquina y queremos aprovecharla para cortar todo. Hace mucho tiempo que las cosas funcionan así.

¿Es esa concepción del progreso lo que explica el comportamiento de algunos diputados, que se han opuesto al mantenimiento de los bosques de ribera y al pago de las multas por la destrucción acumulada, como se ve en las discusiones sobre los cambios en la Ley Forestal? Eso no es progreso, talar todos las riberas de los ríos, crear erosión, desiertos. Como decía mi padre: «Es una creación sistemática de desiertos». Si tomamos, por ejemplo, la meseta central de Brasil, toda la cual es irrigada por lluvias que vienen de la Amazonia, y empezamos a talar la Amazonia, se irá creando un desierto en la meseta central. En el Cerrado, que de por sí ya es seco, ¿van a secar todo y acabar con las aguas, las nacientes y demás? Así se convertirá en el desierto del Sáhara. Y no hay ninguna disculpa racional para ir talando. Ellos dicen: «Ah, los pobres agricultores». No hay ningún agricultor pobre. En este asunto el Partido Comunista se ha puesto del lado de los grandes conglomerados agrícolas, porque no se trata de ninguna manera de pequeños agricultores.

¿Cree usted que Brasil, en estos 20 años, entre las dos conferencias, ha evolucionado en términos de protección del medio ambiente, o perdurarán y hasta aumentarán las presiones en favor de la deforestación? Creo que hoy en día la sociedad está en general más preocupada con el medio ambiente y a la vez el Congreso brasileño está dispuesto a destruir una Ley Forestal que en la década de los sesenta era ya muy buena pero poco respetada. Y así llegamos a este desbarajuste, algo incomprensible; y se desechan leyes serias porque se compró un camión o tractor nuevo y tienes ganas de ponerlo a trabajar a fondo. Cuando se acaba todo, queda el desierto, y el camión y el tractor perdidos en el bosque, o en la pradera, porque ya no queda bosque.

Brasil se jacta de ser una potencia de la biodiversidad, pero, ¿nos comportamos realmente como un líder? ¿Podemos hacerlo? Tenemos una biodiversidad enorme, pero está por ver si queremos esa biodiversidad o si vamos a acabar con ella. Cuando el mundo mira a Brasil, siempre dicen: «Brasil tiene un tesoro ambiental». Pero si no lo cuidamos seriamente, van a dejar de escucharnos, porque no hacemos muchos esfuerzos para respetar nuestras riquezas.

¿Tiene usted alguna expectativa especial respecto a Rio+20? Ojalá que vengan jefes de Estado, que se discutan esos asuntos, porque con la crisis actual en el mundo la tendencia es

que se abandonen esas cosas, pero las evidencias de ese problema ambiental son ya enormes, es decir, el clima está cambiando de verdad. Y vamos a necesitar muchos cambios en la sociedad para poder vivir en este mundo, para que este mundo no se agote. Tenemos un modelo de consumo que dicen que necesitaría de un planeta y medio para satisfacer sus necesidades. Y la tendencia es que todo el mundo quiere un auto, tirar papeles, gastar mucha luz, contaminar el agua y vivir con el grifo abierto. Eso es lo que vemos hoy en día y eso tiene que cambiar. Cambiará por las buenas o por las malas, cuando este mundo ya no tenga más recursos y todos empecemos a pasar hambre.

¿Hay algún suceso importante que recuerde de Rio 92? Algo que me impresionó fue una conversación, un video con varios jefes indios importantes. Dijeron cosas de las que hoy en día la gente está empezando a darse cuenta. Así que creo que debería haber una reunión de los líderes indígenas que tienen una visión diferente de Brasil, que no es la de talar indiscriminadamente. Ellos quieren el bosque porque viven en el bosque y deberíamos vivir de las riquezas de Brasil y no, al contrario, agotarlas hasta el fin.

Entrevista

Serie ¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?



**EDWIN
VÁSQUEZ**

La Conferencia de Rio+20 puede ser una oportunidad histórica para promover la seguridad jurídica de los territorios indígenas y favorecer la aplicación de herramientas que permitan el desarrollo sostenible. Dichas decisiones deben contar con la participación de los pueblos indígenas.

Esas son las expectativas de Edwin Vásquez, líder indígena y coordinador general de la Coordinadora de Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA), una institución fundada hace casi 30 años y que representa a más de 2,5 millones de personas distribuidas en diez millones de kilómetros cuadrados de la selva amazónica, en nueve países

sudamericanos. Vea a continuación la entrevista que nos concedió por escrito.

¿Qué hacía usted cuando se celebró Rio 92? ¿Recuerda algún episodio que marcará aquella conferencia? COICA, con el Presidente de esta organización en ese momento, Evaristo Nunkuag, en el espacio oficial participó de la Cumbre de la Tierra Rio 92 y fue muy activo en la presentación de las propuestas en cuanto a la agenda 21 y en cuanto a los principios sobre los bosques. En el espacio no oficial, participó activamente en el espacio indígena global denominado Karioca.

¿Cuál fue el principal legado de la conferencia de Rio 92? El principal legado ha sido marcar una nueva tendencia de un modelo de desarrollo llamado sostenible que respete a la naturaleza, aunque esto ha sido solo teoría.

El modelo de desarrollo sostenible aplicado a la realidad no se ha dado, han primado más los intereses extractivos y la apropiación de los recursos naturales de todo tipo, y en caso de los pueblos indígenas desconociendo los derechos territoriales y menos aún garantizando el derecho a la consulta previa.

Entre las resoluciones de la conferencia, ¿hay algún ámbito en que no se hayan registrado avances? No se ha registrado avances en términos de reducir las emisiones de gases de efecto invernadero producidos por las grandes industrias de los países desarro-

llados, así como también en controlar la deforestación de los bosques, y el no haber podido controlar la biopiratería sobre los recursos de la biodiversidad.

¿Cuál debería ser el principal resultado de Rio+20? En el caso de los pueblos indígenas se esperan decisiones contundentes en torno a garantizar la seguridad jurídica de los territorios indígenas y dar una mayor fortaleza a la aplicación de los elementos del desarrollo sostenible, en lugar de la nueva tendencia de la economía verde.

Se espera también que se consoliden el derecho a la plena y efectiva participación de los pueblos indígenas, y sean partícipes en las decisiones que les involucren directa o indirectamente.

¿Qué opinión le merece el texto de base de Rio+20? Es una política global que tenga presente el respeto por el medio ambiente y la naturaleza, y la soberanía de los países sobre los recursos naturales de origen.

¿De qué forma pueden el sector empresarial y la sociedad civil contribuir de manera efectiva a la conservación del medio ambiente y al desarrollo sostenible?

Generando políticas y marcos regulatorios que sean el resultado de consensos, y que en su aplicación se cuente con la participación de los actores involucrados, entre ellos, los pueblos indígenas.

¿En qué medida es viable la estructuración de la llamada «economía



● ● La solución de futuro debe contemplar políticas de una plena y efectiva participación de los pueblos indígenas en las decisiones políticas, normativas y en su implementación. ● ●

verde»? Sería también importante una «economía azul»? Una economía verde solo sería posible si se garantizan también los derechos de las personas y no se antepongan el interés extractivo de los recursos naturales. El llamado «buen vivir», por ejemplo, implica el respeto a los derechos de la naturaleza y de las personas. Los recursos de las rentas que generan deben por sobre todo estar dirigidos a la atención de las políticas sociales en educación, salud, vivienda, acceso al agua y alimentación. El respeto

por la conservación en pie los bosques tropicales y su uso sostenible igualmente debe ser una prioridad de Estado.

Desde la perspectiva del acceso de los ciudadanos a los alimentos, el agua y la energía, ¿cómo deben ver los gobiernos y la sociedad el medio ambiente? ¿Cuál es la solución de futuro para la Amazonía, para Brasil y para América Latina? La solución de futuro debe contemplar políticas de una plena y efectiva participación de

los pueblos indígenas en las decisiones políticas, normativas y en su implementación. Es fundamental adoptar principios del derecho a la naturaleza, el respeto por los bosques vistos como ecosistemas de mitigación al cambio climático de contribución holística y no solo por la importancia del almacenamiento de carbono.

Entrevista

Serie ¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?



Agência UEL

IGNACY SACHS

Ignacy Sachs (85 años) es economista y una de las principales referencias para pensar el desarrollo sostenible. Desde la década de los ochenta, Sachs analiza las posibilidades de un nuevo paradigma de desarrollo, basado en la convergencia entre ecología y economía, teniendo en cuenta la acción del hombre desde el comienzo de la revolución industrial.

De origen polaco, nacionalizado francés, Ignacy Sachs vivió en Brasil en las décadas de 1940 y 1950, donde comenzó su formación académica, e hizo su doctorado en la India. Además, trabajó en la Polonia socialista y fue profesor en Francia,

donde creó el Centro Estudios sobre el Brasil Contemporáneo.

Uno de los consejos que Sachs da a los jóvenes es buscar una formación cosmopolita. «Hace muchos años que vivo de ese capital», afirmó al final de la entrevista para WWF. Sachs recomienda especialmente que Brasil envíe y reciba estudiantes a otros países que tengan problemas ambientales semejantes. En su opinión, la confrontación de experiencias podría proporcionar «un fantástico paso adelante para encontrar soluciones concretas a los problemas de los países en desarrollo». Lea a continuación los principales pasajes de esa entrevista.

¿Qué hacía usted cuando se celebró Rio 92? ¿Recuerda algún episodio especial que marcara aquella conferencia? Yo participé en numerosos eventos paralelos de Rio 92. Recuerdo que hubo un seminario muy interesante en Curitiba, e hicimos un viaje a la Amazonia con un congreso en Manaos. Participé en diversas actividades relacionadas con la conferencia, dentro y fuera de ella. Yo diría que la parte más viva y más importante fue todo lo que sucedió en la playa de Flamengo y en otros lugares de la ciudad.

¿Qué países tuvieron una participación más destacada en Rio 92? ¿Cómo fue la participación de los países de América Latina? No sabría decirle, porque han pasado 20 años

y porque ese no era el foco de nuestro análisis. Lo importante de Rio fue todo lo que ocurrió fuera de la conferencia oficial. La conferencia estaba allí, lejos, en el barrio de Gávea, con un anillo de tanques y grandes medidas de seguridad para impedir la entrada. Pero en la playa de Flamengo hubo una serie de actividades muy importantes y diversas. Desde este punto de vista, Rio 92 siguió una tradición que se había iniciado en Estocolmo en 1972: la organización de una segunda conferencia de la sociedad civil alrededor de la conferencia oficial de Naciones Unidas. Estoy seguro de que sucederá eso, aunque no sé de qué manera, con qué proporciones y, sobre todo, cuáles de sus diálogos influirán en la conferencia oficial y qué implicaciones tendrán. Esa es la gran cuestión: nuestra capacidad de ir hacia un diálogo político abierto en el que la sociedad civil organizada desempeñe un papel relevante.

¿Cuál fue el principal legado de la conferencia de Rio 92? La conferencia de Rio 92 dio lugar al Programa 21, que es un documento muy importante. Y surgió también una frustración, porque Rio 92 fue un poco en el sentido opuesto a la historia, tras la implosión de la Unión Soviética, con una enorme ofensiva del neoliberalismo. Así que creo que muchas de las conclusiones de Rio 92 no avanzaron como se merecían debido a una constelación de fuerzas políticas desfavorables.

¿El rumbo que ha tomado el capitalismo desde finales del siglo pasado ha aumentado la presión sobre el medio ambiente? Es evidente que si hubiéramos entrado después de aquella conferencia en una fase de economías planeadas que tuvieran en cuenta de manera explícita los impactos no solo sociales, sino también ambientales, hoy en día estaríamos en una situación mejor. Pero eso no sucedió. No salimos de Rio 92 con una especie de gran contrato social, que era lo que necesitábamos. Hay que recordar que Rio+20 se celebra en una fecha redonda respecto al aniversario del nacimiento de Jean-Jacques Rousseau (1712) y también respecto a la fecha de publicación de El contrato social (1762). Así que el gran problema es si conseguiremos hacer de Rio+20 el punto de inicio de una nueva era geológica: el antropoceno, que en realidad comenzó con la revolución industrial. Tras la entrada en una nueva era, deberíamos pensar en un gran contrato social, en el que los estados desarrollistas, los trabajadores y los empresarios y la sociedad civil organizada se articulen de manera explícita.

Los BRICS pueden ser buenos actores respecto a las cuestiones ambientales o tienden a repetir modelos anticuados? Yo creo menos en los BRICS que en los «IBA» (India, Brasil y Sudáfrica), pues tanto Rusia como China tienen visiones que no coinciden necesariamente con las del grupo de países emergentes de que Brasil e India son abanderados.

¿No serían Brasil y la India grandes «pecadores»? Todos los bípedos que andan por este planeta son a la vez pecadores y soñadores. No digo que solo por el hecho de aproximar a Brasil y a la India como los dos abanderados del bloque de los emergentes estos países vayan a resolver sus problemas internos de la noche a la mañana. Tenemos que pensar, en primer lugar, la economía verde, pero una economía que no pierda las dimensiones sociales del problema. En segundo lugar, tenemos que pensar en un pacto político en torno a los objetivos de un desarrollo que sea

socialmente «incluyente» y no «inclusivo». El premio nobel de economía indio Amartya Sen utiliza el término inglés «inclusioner». Necesitamos una marca para nuestra acción para construir una economía global y, al mismo tiempo, ambientalmente sostenible. Esto debería situarse en el centro de un pacto político entre las diferentes fuerzas vivas de cada nación y de un pacto internacional entre los estados que abracen esa filosofía. Así que ese es el desafío de Rio+20: iniciar esa andadura, reconocer que estamos en la nueva era, el antropoceno, que estamos en ella desde la revolución industrial, pero que hemos tardado en reconocerla y definir, a partir de ello, estrategias de desarrollo nacionales que converjan hacia esa preocupación de sostenibilidad ambiental y de avances sociales. Para ello, creo que deberíamos volver a plantear, es decir, tenemos que poner en lo más alto de las prioridades la cuestión de una planificación, pero una planificación que sea democrática, con un alto grado de participación de las fuerzas vivas de cada nación para formular esos planes. Necesitamos una planificación que se base en el concepto de desarrollo socialmente «incluyente», ambientalmente sostenible y organizado a partir de un diálogo cuatripartito, entre el Estado desarrollista, los empresarios, los trabajadores y la sociedad civil organizada. Si de mí dependiera, le daría a los Estados miembros de las Naciones Unidas un plazo concreto, unos dos o tres años, para que presentaran sus planes de desarrollo «incluyente» sostenible; al mismo tiempo redoblaría los esfuerzos en las Naciones Unidas para crear un verdadero e importante fondo de desarrollo «incluyente» sostenible.

¿Cómo podría financiarse ese fondo? Podría ser financiado de la siguiente manera: en primer lugar, rescatar el compromiso, enunciado muchas veces por los países ricos, pero de cara a la galería, de crear un impuesto sobre la especulación financiera. También podríamos añadir un impuesto sobre las emisiones de carbono, que tendría una doble función de frenar las emisiones exageradas de carbono que causan

● ● Lo importante es definir una estrategia con objetivos concretos, especificando el papel de cada cual, más que pensar en nuevas instituciones que, inevitablemente, chocarían con las existentes y causarían un desgaste institucional considerable. ● ●

el calentamiento global y generar un fondo de desarrollo. Por último, empezaríamos a cobrar peajes sobre zonas aéreas y océanos a los aviones y barcos que los atraviesan, partiendo del principio de que se trata de un patrimonio común de la humanidad. Quien utiliza, paga. Con esas cuatro fuentes seríamos capaces de crear un gran fondo de desarrollo «incluyente» sostenible administrado por Naciones Unidas. Otra herramienta fundamental son las redes de cooperación científica y técnica que se guíen según una nueva geografía. No han de ser norte-sur, orientadas según meridianos, sino de cooperación sur-sur, por paralelos, para generar un máximo de cooperación científica y técnica alrededor de biomas semejantes, compartidos por países de distintos continentes. Así, podríamos tener una red de cooperación sobre el bosque tropical húmedo, como el bosque amazónico, pero que incluyera también el bosque del Congo, las selvas de Indonesia y de la India, y así sucesivamente. Formar una geografía de cooperación científica y técnica

por biomas, incluyendo en esa visión la interfaz suelo-agua, que es muy importante para muchos países. Es decir, a lo largo de las costas marítimas, a lo largo de los ríos, en los lagos naturales y artificiales, y siempre con una visión común sobre el tema y soluciones diferenciadas. ¿Cómo lograr que la revolución verde avance por tierra y a la vez la revolución azul lo haga por el agua, es decir, como sistemas integrados de producción de alimentos y hasta de energía, en esa interfaz tierra-agua?

¿Qué opina sobre el texto de base de Rio+20? No tengo una posición y no quiero pronunciarme al respecto, porque no creo que sea esa la tónica de la conferencia, es decir, ya tenemos muchas organizaciones internacionales. Para mí, la prioridad es definir una estrategia para hacer que las organizaciones existentes cambien en su seno lo que sea necesario para trabajar en la dirección deseada. Cerrar unos organismos para abrir otros conduce, en general, a una gran pérdida de tiempo, energía y dinero. O sea, ya tenemos

las comisiones regionales, los organismos necesarios, y un representante brasileño acaba de ser elegido para dirigir la FAO (Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura), José Graziano, digno sucesor de la tradición del médico y geógrafo Josué de Castro (autor del libro Geografía del hambre, de 1946). Utilicemos las instituciones existentes, adaptándolas. Lo importante es definir una estrategia con objetivos concretos, especificando el papel de cada cual, más que pensar en nuevas instituciones que, inevitablemente, chocarían con las existentes y causarían un desgaste institucional considerable.

¿Qué espera usted que suceda en Rio+20 en relación con la Amazonía y qué papel pueden tener los países amazónicos, Brasil y los demás, en esa conferencia? Primeramente, es obvio que no existe una solución única. Desde el punto de vista energético, tenemos que manejar tres conceptos. En primer lugar, la sobriedad, es decir no gastar energía sin ton ni son. En segundo lugar, la eficiencia, aprender a producirla bien. Y, en tercer lugar, buscar fuentes de energía alternativas. Y yo creo que hay que salir de las energías fósiles tanto por el problema del calentamiento global como por el agotamiento de las reservas de petróleo, y eso nos va a obligar a usar, durante un cierto tiempo, el petróleo submarino, el llamado presal. Yo no digo que no haya que hacerlo, pero resalto que son soluciones relativamente limitadas en el tiempo, así que tenemos que concederles una mayor importancia a las energías renovables. En materia de energías renovables, tenemos la energía mareomotriz, que aún no sabemos usar bien, y otros pequeños exponentes, como la eólica, que está llegando, pero que por sí sola no será la solución para todo. Al pensar en la producción de energía, tenemos que analizarla junto con la producción de alimentos, y ver en qué medida los objetivos del aumento en la producción de alimentos pueden armonizarse con la utilización de los residuos de la producción de alimentos para la bioenergía. Como

esos objetivos deben ir de la mano, la respuesta es que no existe una solución única y que tenemos que explorar todos estos problemas.

¿Espera usted algún papel protagonista de otros países amazónicos además de Brasil? Yo creo que el Pacto Amazónico está aquí para quedarse y que Brasil tiene un papel extremadamente importante por el tamaño de la Amazonía brasileña. No tengo elementos para juzgar si tendrán algún protagonismo, mayor o menor, en la conferencia propiamente dicha. Pero creo que es esencial que los países amazónicos trabajen juntos para lograr un mejor aprovechamiento de sus enormes recursos naturales renovables. Además, en la Amazonía existen enormes reservas minerales, que están muy lejos de las tierras exploradas que poseen riquezas naturales. La cuestión es cómo hacer eso respetando los objetivos sociales, y cómo hacerlo sin olvidar a las poblaciones indígenas que viven en la Amazonía. Nosotros tenemos que pensar siempre en la tríada de objetivos sociales, prudencia ambiental y viabilidad económica. La viabilidad se construye a través de la acción de los Estados y de los pueblos, solo que al construir la viabilidad económica tenemos que extremar las precauciones para no hacerlo con un costo social excesivo ni mediante la depredación de las riquezas naturales. Si nos fijamos en esos tres objetivos unidos, creo que ustedes, aquí, en Brasil y en América Latina, podrán no solo avanzar mucho, sino crear modelos que influirán muy positivamente sobre lo que pueda suceder en el futuro en África y en algunos países de Asia, y concediendo siempre la debida importancia al intercambio permanente de experiencias concretas, y por eso yo sugeriría que se haga un esfuerzo mucho mayor para fomentar los intercambios estudiantiles.



IGNACY
SACHS

Entrevista

Serie ¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?



Foto cedida pelo entrevistado

EDUARDO JOSÉ VIOLA

El sociólogo argentino, naturalizado brasileño, Eduardo José Viola, profesor de Relaciones Internacionales de la Universidad de Brasilia (UnB), no tiene grandes expectativas respecto a Rio+20. Esta nueva conferencia será diferente a la de hace 20 años. En aquel momento, los países estaban dispuestos a discutir nuevos temas globales. Ahora no. El problema es que, si se produjieran avances, un nuevo paradigma podría poner en cuestión el interés económico predominante, el uso de fuentes energéticas insostenibles y el modelo de negocio existente. Eso explica el escaso interés político de muchos jefes de Estado en Rio+20.

Lea a continuación los principales pasajes de la entrevista concedida a WWF.

¿Qué hacía usted cuando se celebró Rio 92? ¿Recuerda algún episodio que marcará aquella conferencia? Yo era profesor titular de Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales en la Universidad Federal de Santa Catarina. Organicé y participé en eventos académicos paralelos a la conferencia de Rio 92. Además, estaba en contacto con ONG y dialogaba con ellas sobre temas de la conferencia.

¿Había en aquella época el mismo interés por el medio ambiente que hoy? No, el interés entonces era muy superior. El sistema internacional estaba en un momento muy diferente. Aquella fue la primera gran conferencia tras la guerra fría para discutir los nuevos problemas globales de la humanidad, que anunciaría una capacidad de cooperación mucho mayor en el sistema internacional de la que había habido anteriormente debido al bloqueo de la guerra fría. Por eso, fue una conferencia que despertó un enorme interés. En 1992, el problema ambiental global emergió con fuerza en el sistema internacional, aunque tuviera aún un estatus secundario. Hoy en día, el problema del clima —no todos los problemas ambientales— tiende a entrar en el sistema internacional, pero hay un gran bloqueo que impide el avance. Por eso, la situación es muy diferente, incomparable.

¿Qué países tuvieron una participación más destacada en Rio 92? ¿Cómo fue la participación de los países de América Latina? Siempre es más importante la participación de los países más centrales en los sistemas internacionales. En aquella conferencia destacó la actuación de algunos países europeos, como Alemania, Francia, Reino Unido, Suecia y Holanda, por ejemplo. Siempre es importante destacar la participación de Estados Unidos y de Japón. De América Latina, yo solo pondría en el mismo plano que a Brasil a Costa Rica. Brasil destacó muy especialmente porque era el país anfitrión y porque su presidente, Fernando Collor de Mello, había causado una ruptura con la política ambiental conservadora de los presidentes anteriores al nombrar como ministro de Medio Ambiente —aunque por aquel entonces tenía aún estatus de secretario de la presidencia de la República— a José Lutzenberger, al que los gobiernos anteriores consideraban radical y extremista. También se puede decir que Colombia, un país con una rica biodiversidad, tuvo en este ámbito específico una actividad más relevante.

¿Cuál fue el principal legado de la conferencia de Rio 92? Su legado consistió en haber introducido los problemas ambientales como un elemento muy importante en la agenda internacional. Hasta aquel entonces, los problemas ambientales no interesaban ni preocupaban lo más mínimo a la mayoría de

los países del mundo. A partir de aquel momento, los problemas ambientales globales entraron a formar parte del cotidiano de la agenda internacional, aunque no se les situara en el centro.

La frustración está relacionada con la distancia entre lo que se definió en Rio 92 y la implementación posterior. Los problemas ambientales globales se han agravado extraordinariamente en estos 20 años. Y el avance de la humanidad para hacer frente a esos problemas ha sido mínimo, con lo que los problemas se han agravado considerablemente. La emisión de gases de efecto invernadero se ha incrementado una media del 3% anual durante esos 20 años. La conferencia de Rio 92 prometió todo un proceso de reducción de las emisiones de los países desarrollados y de reducción de la curva de emisión de los países en desarrollo. No ha ocurrido nada de eso, con contadas excepciones.

En cuanto a la biodiversidad, la destrucción ha seguido al mismo ritmo. Sí que ha habido alguna implementación con el aumento de las áreas protegidas, pero de forma general, solo sobre el papel. El gran planeta de la biodiversidad se sigue destruyendo en la misma proporción que hace 20 años. La diferencia es que hoy tenemos islas y archipiélagos protegidos mucho más amplios que los que teníamos antes.

¿Cuál es la dificultad? ¿Por qué no se logra avanzar? No hay una causa única; hay múltiples razones. El primer punto clave es la cultura contemporánea, el sistema de valores actual que guía a la sociedad y a sus gobernantes. Hay un consumismo exagerado. El sistema de valores que guía a la humanidad es hipermaterialista e hiperconsumista.

Otro problema, poco citado, pero de extrema gravedad, es el continuo aumento de la población de la Tierra, aunque de forma heterogénea; pero la Tierra ya estaba superpoblada en 1992 y lo está mucho más hoy en día. Estos factores determinarán el nivel de la posibilidad de protección ambiental, el nivel de consumo, el nivel de destructividad de las personas y la capacidad de la inteligencia tecnológica disponible. Cuantas más personas hay, más con-

sumo con tecnología atrasada habrá, y más destruiremos el planeta. El problema de la superpoblación es muy importante y hay que preguntarse por qué no se trata en las Naciones Unidas. Y no se trata porque la ONU es una estructura políticamente correcta donde solo se habla de lo que todos aceptan hablar, y de lo demás no se habla.

Hay que destacar algo muy importante: hoy vemos al sistema capitalista tal como es, es decir, basado en los beneficios a corto plazo. Todos los incentivos del sistema apuntan a que no se hagan reformas hacia la sostenibilidad de largo plazo. Esto no quiere decir que no haya una significativa y creciente minoría de empresas que buscan ser sostenibles a largo plazo, pero las reglas del sistema van contra eso, porque lo que legitima a los directivos de las grandes corporaciones es generar beneficios para los accionistas, y a corto plazo.

Por último, el modelo energético, sin duda. La humanidad ha creado ese gigantesco capital fijo basado en el carbón y el petróleo. El mayor problema es el carbón, y eso es importante, porque su consumo está creciendo mucho más rápidamente que el del petróleo, además de que causa casi el doble de efecto invernadero que el petróleo.

En Brasil, la producción de materias primas agrícolas ha acarreado destrucción medioambiental. ¿Puede Brasil aumentar la producción de alimentos sin dañar más al medio ambiente? El gobierno brasileño, su núcleo, y la agroindustria están muy poco interesados o son poco conscientes de la gravedad del problema. Lo que importa es el corto plazo, el ciclo del negocio, el ciclo político, volver a ganar las elecciones. En cuanto a aumentar la producción de alimentos en Brasil sin destruir el medio ambiente, tenemos experiencias de aumento de la productividad en diversos ámbitos de la agroindustria, pero podemos aumentar mucho más la productividad. Por otra parte, la regulación puede ser lo suficientemente estrecha como para que la expansión de la producción de alimentos se produzca principalmente en las zonas ya degradadas, sin necesidad de avanzar en la deforestación o recalificar áreas. La pro-

ducción de alimentos en Brasil necesita aumentar la productividad, la eficiencia y el Estado de derecho, y que se cumplan las leyes de manera rigurosa.

¿Qué opina sobre el texto de base de Rio+20? El texto de base es un desastre. El estado actual del sistema internacional no favorece que se produzcan avances significativos en Rio+20; podrá haber diversas declaraciones de fondo retórico, pero en realidad no habrá avances. El problema fundamental del mundo no está en Rio+20: está en el cambio climático, respecto al cual el Gobierno brasileño se ha esforzado, de forma totalmente equivocada, en ponerlo en un lugar secundario en la agenda de Rio+20. Ha diluido el problema del clima, que tendría que haber sido central, y ha enfatizado la cuestión social y la inclusión, sin una óptica sociopolítica —que sería la correcta— y relacionada con la gobernabilidad en los tres niveles: gobernabilidad mundial, nacional y subnacional. En este sentido, el documento es muy pobre, no hay que esperar avances.

La posición más avanzada que existe hasta ahora en Rio+20, pero que no va a triunfar en absoluto, es la posición de la Unión Europea, que propone crear una organización mundial para el medio ambiente. En realidad, tendría que ser algo mucho más profundo que eso, algo de lo que nadie habla; tendría que ser una estructura de auténtica gobernanza global, que limitaría mucho más la soberanía nacional. Una especie de estructura de gobernanza que sea una organización mundial de gobernabilidad y que subordine las estructuras existentes, como el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial, la Organización Mundial del Comercio o la Organización Mundial de la Salud. La posición más progresista y más consciente es la de Unión Europea, que cuenta con el apoyo de muchos países africanos, pero a la que Brasil se opone porque sigue con el fantasma y la paranoia del proteccionismo, es decir, que piensa que esa organización propuesta podría ser peligrosa para Brasil y los países emergentes porque podría estimular el proteccionismo. Algo que no se sostiene en absoluto.

¿Podría esa organización hacerse cargo del mercado de carbono? Sí, pero no se trataría solo de eso, sino de otras muchas cosas. ¿Cuál es el principal problema hoy en día, un problema decisivo de la gobernabilidad ambiental? Es la fragmentación del sistema. Existen convenciones centenarias, muchas de ellas fundamentales y otras secundarias, que dialogan poco entre sí. El PNUMA (Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente) es una organización muy débil, aunque cumpla una función importante en el ámbito científico. De esta forma, es esencial para la humanidad contar con una organización ambiental mundial con un poder equivalente a la Organización Mundial del Comercio. Y es lo que propone Europa, pero Brasil se ha opuesto a ello porque está prisionero de su alianza con los BRICS. Brasil podría tener una posición mucho más progresista, en consonancia con la afirmación constante del Gobierno de que Brasil es una potencia ambiental. Pero a la hora de tomar esas decisiones, ¿dónde queda la potencia ambiental?

Lo mismo ocurrió con la nueva política industrial. A pesar de tener una ley sobre el cambio climático, la nueva política de producción industrial de automóviles, por ejemplo, se limita a promover la producción de autos y no le otorga ninguna importancia a la eficiencia energética, a la creación de un coche que funcione exclusivamente con etanol. Y así tenemos una política industrial que es casi idéntica a la de hace veinte años.

¿Cuál es el papel de las economías emergentes —como los BRICS— en el impacto y las soluciones a los problemas ambientales? Yo diría que los BRICS son apenas un bloque retórico, porque sus intereses divergen en todos los ámbitos. Vamos a entrar específicamente en lo que sería la transición hacia una economía sostenible de bajo carbono y los problemas ambientales vinculados a Rio+20. La economía de Rusia se basa en la exportación de combustibles fósiles, petróleo y gas natural. Es una economía muy ineficiente, muy intensiva en carbono y con una escasa preocupación ambiental.

Así que Rusia es un actor muy negativo en el sistema internacional. La India es otro actor muy negativo, y un actor esquizofrénico. La India siempre ha dicho que el problema tiene que ser resuelto por otros, los que lo crearon, y que ella no se compromete a lograr ningún tipo de meta. Así que su posición es muy negativa actualmente y son ellos los que más van a sufrir y, de hecho, ya están sufriendo por ello.

Los otros tres actores, China, Brasil y Sudáfrica, son ambivalentes. Hasta hace cuatro años China era una economía de alto nivel de carbono, irresponsable en la gobernabilidad global, pero ha ido cambiando gradualmente. Su cambio fundamental se ha producido en la política energética interna, porque China está promoviendo firmemente el desarrollo de nuevas energías renovables, particularmente la energía eólica, la solar fotovoltaica y la energía nuclear de tercera generación. Así, todo eso permitirá que China reduzca la curva de crecimiento de las emisiones. Está creando un nuevo capital de bajo nivel de carbono, pero, junto a ese lado bueno hay también un lado malo. Y es que quieren continuar maximizando la dinámica del viejo capital, de alto nivel de carbono, y sigue siendo un gran exportador de productos manufacturados muy intensivos en carbono. Esa es más o menos la ambivalencia de China. Otro factor, típico de regímenes no democráticos, es que China se niega a tratar del sistema internacional de verificación.

Luego está Brasil, en donde el punto clave ha sido la extraordinaria reducción de la deforestación a partir de 2005. Eso ha permitido reducir las emisiones brasileñas y, aunque sigue habiendo una deforestación de 6000 km² anuales, lo cual es una vergüenza, esa reducción ha supuesto un avance extraordinario respecto a la primera mitad de la década pasada, en que en la Amazonia se deforestan 22 000 km² anualmente. Así pues, Brasil ha avanzado mucho en ese ámbito, lo cual permitió incluso la aprobación de una ley de cambio climático muy avanzada a finales de 2009. Yo diría que la legislación brasileña sobre el cambio climático

está más avanzada que la sociedad brasileña. Dicha ley fue el resultado de una ventana de oportunidad. El problema es que no se está aplicando. Algunos elementos decisivos, como la nueva política industrial, parecen apuntar en una dirección opuesta a la ley de cambio climático. Brasil es un ejemplo de avance en cuanto a reducción de emisiones por cambio en el uso de la tierra (deforestación), pero en el ámbito industrial está estancado y en el ámbito energético puede empezar a retroceder si otorga una importancia excesiva a la inversión en la industria petrolífera.

Hasta 2008 Sudáfrica era el país más avanzado, que más avances proponía para el sistema de gobierno ambiental mundial. China y Brasil están avanzando ahora y se puede decir que ya han adelantado a Sudáfrica. Y otro elemento importante es que China y Brasil son mucho más importantes que Sudáfrica.

¿En qué medida es viable la estructuración de la llamada «economía verde»? ¿Sería también importante una «economía azul»? Yo diría que la idea de economía de bajo carbono es el concepto que está mejor definido en este momento en el mundo, y es un concepto consagrado en el sistema científico y hasta en el sistema político internacional. La idea de una economía verde, que surge ahora, es una idea que puede ser muy importante para avanzar en la matización del concepto de economía de bajo carbono, porque este concepto tiene la limitación de que se concentra excesivamente en el ciclo del carbono y no en los otros ciclos, como por ejemplo el ciclo del fósforo o el de la biodiversidad. Al respecto, la economía verde podría suponer un avance importante, aunque también podría ser un modo de dilución, como acabó sucediendo con la idea de desarrollo sostenible, de la que todo el mundo está a favor porque no significa casi nada. Un nivel de carbono bajo tiene significado porque se mide. Yo estaría a favor del concepto de economía verde, e incluso también de la idea de economía azul, siempre y cuando signifiquen un refinamiento, una sofisticación y una mayor precisión del concepto de economía de bajo carbono.

¿De qué forma pueden el sector empresarial y la sociedad civil contribuir para la conservación del medio ambiente y al desarrollo sostenible? En general, hay un sector de empresas brasileñas –algunas de ellas importantes– interesadas en Rio+20 y en que Brasil avance en la transición hacia una economía de bajo carbono, de sostenibilidad consistente, es decir, real. Me parece que la mayor parte de las empresas brasileñas no están interesadas o no se centran en ello. Las empresas interesadas son las que ya han incorporado ese tema y que están haciendo cambios o que han cambiado ya una parte de su estructura de producción y su logística de proveedores en favor de un proceso productivo de bajo carbono, o que tienen una dirección visionaria o son filiales de algunas multinacionales con políticas avanzadas.

En la sociedad civil, son sin duda los ambientalistas a los que más les interesa ese tema. En realidad, muchos de ellos tienen un interés ingenuo, porque ven el mundo a través de su ombligo, sin la capacidad analítica para comprender la complejidad del sistema internacional ni la dinámica de capacidad y de poderes en dicho sistema. Hay organizaciones, como WWF, que tienen una visión realista del mundo, que quieren transformar el mundo con una visión realista, no extremista ni radical. Las ONG ambientalistas en general son ingenuas, y ese es otro elemento importante: una parte de las ONG tiene una visión muy radical, que es negativa, una visión anticapitalista. Esa alternativa no existe.

El dilema de la humanidad consiste en elegir entre continuar con el actual capitalismo insostenible –que cada vez más avanza por una senda de gran destrucción– o reformar el capitalismo hacia lo que se denomina «capitalismo natural», un capitalismo que redefina las reglas del sistema teniendo en cuenta los beneficios a largo plazo y el equilibrio entre el interés particular de las empresas y el interés universal de la humanidad.

En general, diría que un problema fundamental en la educación, en la sociedad brasileña y en los medios de comunicación es que los directores

de organizaciones y empresas hacen discursos oportunistas. Existen pocas personas que hagan un análisis profundo y científico de la coyuntura y de la realidad para ver qué es y qué no es posible y a partir de ahí atribuir responsabilidades. Al respecto, nos inunda una cantidad ingente de información de baja calidad en Brasil y en el mundo.

Desde la perspectiva del acceso de los ciudadanos a los alimentos, el agua y la energía, ¿cómo deben ver los gobiernos y la sociedad el medio ambiente? ¿Cuál es la solución de futuro para la Amazonía, para Brasil y para América Latina? La cuestión de la invasión de la Amazonía es un viejo discurso obsoleto, usado en general de manera oportunista por diversos sectores. Quien toma la Amazonía es el crimen organizado internacional. Lo que está destruyendo la Amazonía es el no cumplimiento de la ley. No existe ninguna posibilidad de que potencia alguna quiera hacerse con la Amazonía; todo eso son paranoias típicas de una mentalidad de seguridad nacional totalmente obsoleta. El papel del Ejército ha sido fundamental en el avance del Estado de derecho en la Amazonía mediante los puestos de vigilancia fronterizos, que se convierten en una presencia del Estado y disminuyen el avance del crimen transnacional.

La gobernabilidad de Brasil sobre la Amazonía ha crecido en los últimos años. En la sociedad brasileña tiene cada vez menos difusión la idea de que la Amazonía va a ser invadida, pues se es consciente de que Brasil tiene es cada vez más capaz de controlar, aunque tendría que serlo más aún. Brasil tendría que destinar más recursos para la Amazonía, recursos para las Fuerzas Armadas, la Policía Federal, el IBAMA (Instituto Brasileño de Medio Ambiente y de los Recursos Naturales), la Justicia Federal, es decir, el Estado federal debería ser una especie de gran apoyo y promotor del Estado de derecho en la Amazonía. Lo que necesitamos es que se dé un gran avance en el Estado de derecho, es decir, que se cumpla la ley.



**EDUARDO
VIOLA**

Entrevista

Serie ¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?



Foto cedida pelo entrevistado

PAUL POLMAN

Rio+20 debe avanzar en la definición de objetivos de sostenibilidad, vinculando la lucha contra la pobreza y la preservación del medio ambiente. Pese a ello, el texto de base de la conferencia parece quedarse corto, lo cual supone «un problema para los países miembros de las Naciones Unidas». Desde Rio 92 se percibe una cierta frustración acerca del progreso de algunos temas delicados, como el cambio climático, los niveles de nitrógeno y la biodiversidad.

Esas valoraciones no son de ninguna activista ambiental, sino del presidente de una de las mayores empresas globales del planeta: Paul Polman, director ejecutivo de Unilever.

Dicha empresa, que es líder en la venta de ciertos alimentos, artículos de higiene y de limpieza, tiende a beneficiarse del esperado aumento del consumo de los países emergentes, sobre todo de los BRICS. Pese a esas buenas expectativas de mercado, Polman espera que no se repitan en esos países los modelos de consumo de Europa y Norteamérica, pues de ser así, «simplemente nos quedaremos sin recursos», advierte. Vea a continuación la entrevista concedida por Paul Polman a WWF.

¿Qué hacía usted cuando se celebró Rio 92? ¿Recuerda algún episodio que marcará aquella conferencia? En 1992 vivía en España y ya era muy consciente de los problemas en torno a los recursos, como el agua, y las restricciones cada vez mayores para el crecimiento económico y social. El principal logro de Rio 92 fue hacer que la sostenibilidad dejara de ser algo periférico y se convirtiera en central, un elemento que ya no podía pasarse por alto en el debate en torno al crecimiento económico y a la prosperidad. La mayor conquista tal vez fuera la adopción del Programa 21, que reconoció la importancia de encontrar un equilibrio adecuado y una interconexión entre las agendas ambiental, social y económica. Igualmente importante fue reconocer la importancia del sector privado y la necesidad de establecer alianzas.

¿Qué países tuvieron una participación más destacada en Rio 92? ¿Cómo fue la participación de los países de América Latina? Los países latinoamericanos, entre ellos el anfitrión, Brasil, tienen un destacado historial de fomento de la lucha contra la pobreza y en pos de la sostenibilidad. Esta cuestión es tan importante para Rio+20 como lo fue en Rio 92. En la actualidad, países como Colombia, Perú y Guatemala destacan en la promoción del crecimiento sostenible y en la inclusión de la idea de los objetivos de crecimiento sostenible en la agenda de Rio+20.

¿Cuál fue el principal legado de la conferencia de Rio 92? El legado de Rio 92 sigue vivo actualmente. El Programa 21, el plan de acción sobre desarrollo sostenible acordado en 1992, contribuyó a la formulación de los Objetivos de Desarrollo del Milenio diez años después. La última cumbre de Rio también ayudó a crear la CMNUCC (las negociaciones mundiales sobre el clima) y el Consejo Empresarial Mundial para el Desarrollo Sostenible, una organización que fomenta un crecimiento más sostenible en el sector privado. Ahora, veinte años después, los gobiernos, la sociedad civil y los grupos ambientales miran cada vez más hacia el sector empresarial para que genere un crecimiento sostenible. Esta situación es muy diferente de la de 1992, cuando el sector empresarial no era visto como una pieza central para buscar soluciones de sostenibilidad, a diferencia de lo que sucede hoy en día.

● ● Rio+20 debe reconocer la necesidad de una colaboración mucho mayor entre los gobiernos y el sector empresarial en relación con la sostenibilidad. ● ●

Hace veinte años las empresas no habían entendido aún la importancia crucial de la sostenibilidad para el crecimiento de los negocios. En Rio+20, el sector empresarial no solo podrá mostrar el camino emprendido, sino que también podrá asumir una posición de liderazgo en áreas clave para el futuro.

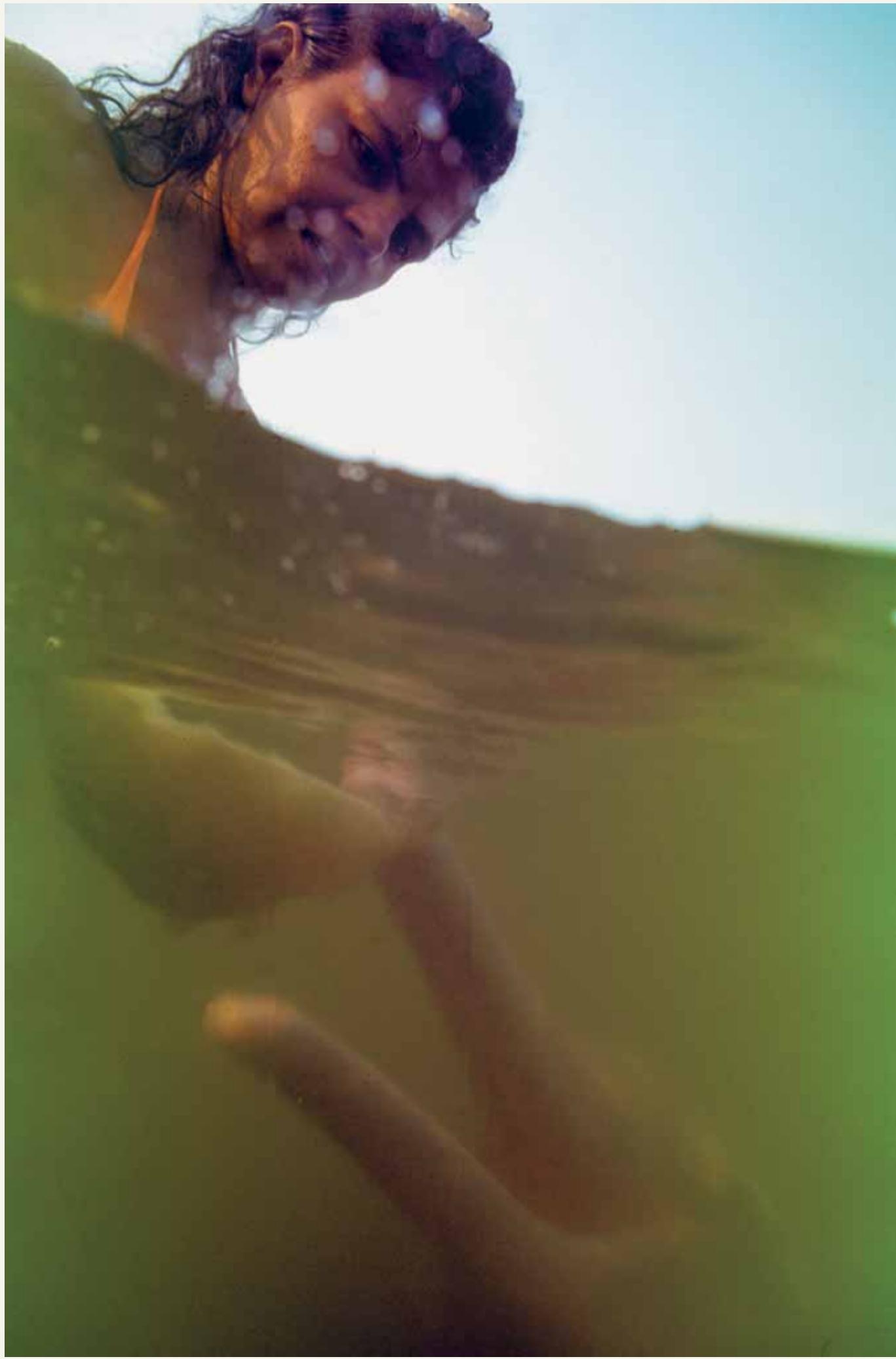
Entre las resoluciones de Rio 92, ¿hay algún ámbito en que no se hayan registrado avances? El reto de todos los procesos globales es mantener el impulso. Aunque a muchos les hubiera gustado que se hubieran emprendido más acciones de desarrollo sostenible durante los últimos veinte años, lo importante es centrarnos en los progresos obtenidos y en cómo podremos avanzar a partir de ellos. No obstante, la impaciencia se justifica en algunos ámbitos, especialmente en lo tocante al cambio climático, los niveles de nitrógeno y la biodiversidad.

¿Cuál debería ser el principal resultado de Rio+20? Yo creo que Rio+20 ofrece dos grandes oportunidades. En primer lugar, debemos comenzar un proceso para definir los objetivos de sostenibilidad para el período de 2015 a 2030. Tales objetivos deberían hacer las veces de los Objetivos de Desarrollo del Milenio, con la diferencia de que se aplicarían a todos los países y abarcarían tanto las cuestiones relativas a la pobreza como las ambientales. En segundo lugar, es extremadamente importante incluir a las empresas en esa agenda. Rio+20 debe reconocer la necesidad de una colaboración mucho mayor entre los gobiernos y el sector empresarial en relación con la sostenibilidad. Y un mayor número de empresas debe comprometerse más en favor del crecimiento sostenible. Es importante para el sector empresarial que los gobiernos promuevan los incentivos y recompensas

adecuados en las políticas públicas para que las empresas sigan por esa senda.

¿Qué opina sobre el texto de base de Rio+20? Ese texto supone un problema para los estados miembros de la ONU, pero yo estimularía a los gobiernos a que se comprometan con propuestas más detalladas que apoyen los objetivos de desarrollo sostenible, así como las exigencias de las empresas de políticas públicas que estimulen más aún el desarrollo sostenible. Estamos en el punto en que las acciones concretas serán más importantes que las palabras. Y creo que el sector empresarial está preparado para ello.

¿De qué forma pueden el sector empresarial y la sociedad civil contribuir de manera efectiva a la conservación del medio ambiente y al desarrollo sostenible? Los grupos de la sociedad civil y las empresas tienen mucho que



ganar si trabajan juntos. Es algo que hemos visto en Unilever: por ejemplo, trabajamos con socios como UNICEF para enseñar a los niños en edad escolar los beneficios de lavarse las manos con jabón, pues ayuda a prevenir la diarrea y las enfermedades respiratorias. Unilever también trabaja con Rainforest Alliance para garantizar que nuestro té y nuestro cacao procedan de fuentes sostenibles. La colaboración será muy beneficiosa si reconocemos mutuamente nuestro papel fundamental en la sociedad y en la protección del medio ambiente. Y simplemente no podremos hacerlo todo solos.

¿Cuál es el papel de las economías emergentes —como los BRICS— en el impacto ambiental y en las soluciones a los problemas ambientales? Más del 50 % de los negocios de Unilever está en los mercados emergentes y en desarrollo, una proporción que llegará al 70 % en el 2020. Ese crecimiento muestra la importancia de avanzar hacia un nuevo modelo de negocio sostenible. Ya consumimos los recursos de la Tierra más rápidamente que lo que la naturaleza consigue reponerlos, y si las clases medias de las economías emergentes comienzan a reproducir los patrones de consumo de Europa y Norteamérica, simplemente nos quedaremos sin recursos. Los BRICS y el sector empresarial son actores vitales en el desarrollo de las políticas públicas y las acciones empresariales necesarias para abordar cuestiones como la eficiencia hídrica y energética, los residuos, el reciclaje y las fuentes sostenibles.

¿En qué medida es viable la estructuración de la llamada «economía verde»? ¿Sería también importante una «economía azul»? Los conceptos de economía verde y azul son formas útiles para empezar a pensar en cómo reconocer que la escasez de recursos es un problema actualmente y que será cada vez más crítico para el crecimiento económico en el futuro. Es perfectamente posible alcanzar un crecimiento sostenible y equitativo. La propia experiencia de Unilever demuestra que

podemos hacer que nuestro negocio crezca a la vez que reducimos nuestra huella ambiental y garantizamos el uso de materiales sostenibles. Para ello se necesita un cambio de actitud y un nuevo modelo de negocio.

Desde la perspectiva del acceso de los ciudadanos a los alimentos, el agua y la energía, ¿cómo deben ver los gobiernos y la sociedad el medio ambiente? ¿Cuál es la solución de futuro para la Amazonía, para Brasil y para América Latina? Una idea que Rio+20 tendrá que fomentar es el desarrollo de una serie de Objetivos de Desarrollo Sostenible. Cuando expiren en 2015 los Objetivos de Desarrollo del Milenio, necesitaremos que el mundo siga atento a la pobreza y al hambre y, al mismo tiempo, garantizar la colaboración global para lidiar con las cuestiones ambientales críticas, como la deforestación, el cambio climático, la escasez de agua y la producción y el consumo sostenibles.

Para superar esos retos es fundamental que el sector privado participe en el debate. En Unilever, el crecimiento sostenible es la parte central de nuestro plan de negocios. Sin embargo, no podemos actuar solos, de manera aislada. Rio+20 ofrece una oportunidad para que los gobiernos y las empresas trabajen juntos en el diseño de un plan para un futuro sostenible. Más empresas deberán contribuir a la creación de una economía más sostenible y equitativa, pero los gobiernos también tendrán que hacer eso posible, promulgando políticas correctas que faciliten la actuación de las empresas. Se trata igualmente de asumir una responsabilidad personal. Ejemplo de ello es nuestro trabajo pionero en la presidencia del grupo de trabajo B20 Foodsecurity. Todos nosotros tenemos responsabilidades y un papel claro para garantizar la consecución de los objetivos originales de Rio 92: un futuro mejor para todos.



**PAUL
POLMAN**

Entrevista

Serie ¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?



**ODED
GRAJEW**

El periodo que separa a Rio 92 de Rio+20 vio el surgimiento de la cultura de la responsabilidad social empresarial, que abarca iniciativas de las empresas privadas que puedan beneficiar sus empleados y a la comunidad, en torno a valores y causas como la sostenibilidad de las actividades productivas y la preservación del medio ambiente.

En Brasil, uno de los personajes centrales para el desarrollo de ese concepto fue el ingeniero eléctrico Oded Grajew, que inició su vida empresarial en la década de los setenta, con una innovadora y pionera fábrica de juguetes y juegos inteligentes para niños y adultos. En

la década siguiente, la del regreso de la democracia a Brasil de Brasil, se dedicó al asociacionismo empresarial y a aproximar el mundo corporativo a los movimientos sociales al fundar y coordinar la organización que bautizó como Pensamento Nacional das Bases Empresariais (Pensamiento Nacional de las Bases Empresariales, PNBE).

En la actualidad se dedica, entre otras actividades, al Foro Social Mundial y al Consejo Asesor del Pacto Mundial, un programa desarrollado por el ex secretario general de la ONU, Kofi Annan, que busca movilizar a la comunidad empresarial internacional en la promoción de valores fundamentales en el ámbito de los derechos humanos, las relaciones laborales y el medio ambiente.

Con esos antecedentes y su trayectoria de militancia, Oded Grajew es consciente del papel central de la clase empresarial en favor de la conservación del medio ambiente y espera que Rio+20 ayudará a poner en las agendas brasileña e internacional «todas las cuestiones relacionadas con la sostenibilidad». Vea a continuación los principales pasajes de la entrevista que concedió a WWF.

¿Qué hacía usted cuando se celebró Rio 92? ¿Recuerda algún episodio especial que marcara aquella conferencia? En aquella época yo trabajaba en la fundación Abrinq (Asociación Brasileña de Fabricantes de Juguete), tenía el PNBE (Pensamiento Nacional de las

Bases Empresariales) y no participé en Rio 92. Dos cosas que recuerdo: que en aquella época yo era coordinador general del PNBE, y que fue la única organización empresarial que participó en el proceso de movilización a favor del proceso de destitución del entonces presidente de la República, Fernando Collor. El medio ambiente era algo muy nuevo en Brasil por aquella época, y todos los debates en Brasil se centraban en las cuestiones sociales, en la crisis económica y en la política.

Veinte años después, a las empresas ahora les preocupa la sostenibilidad, por lo menos en su discurso. ¿Se ha convertido la sostenibilidad en un valor? Sí. Antes no existía la expresión «responsabilidad social corporativa» y mucho menos su concepto y su cultura. Lo máximo que existía era una cultura de la filantropía en las empresas, en que destinaban algunos recursos a algún proyecto social. En la actualidad esa cultura ya es una realidad, y no existe ningún empresario mediano o grande que no tenga un discurso sobre la responsabilidad social y la sostenibilidad, pues ambas van de la mano. Una empresa socialmente responsable es una empresa que procura crecer de manera sostenible. Y sigue habiendo diversos grados de participación y compromiso de las empresas: hay quienes se quedan en el discurso, las que tienen algún proyecto más filantrópico social y las que están en la vanguardia, que incorporan la responsabilidad



● ● Una empresa socialmente responsable es una empresa que procura crecer de manera sostenible. ● ●

● ● Cuando uno se propone traducir el discurso en acciones concretas, hay que asumir compromisos con los cambios, establecer metas y valores. ● ●

social o la sostenibilidad en sus instrumentos de gestión. Existen diversos grados de compromiso.

¿Qué espera de la conferencia Rio+20? En primer lugar, en cuanto los gobiernos, a los acuerdos gubernamentales, espero muy poco, pues muchos gobiernos importantes, especialmente los de Europa y Estados Unidos, están mucho más preocupados por la crisis financiera y la crisis económica y les cuesta mostrar un compromiso hacia la sostenibilidad. En segundo lugar, algunos países importantes, como Alemania, Francia y Estados Unidos, acabarán de celebrar elecciones o estarán en pleno proceso electoral, con la consiguiente incertidumbre respecto a propuestas de cambios importantes en el modelo de desarrollo. Además, todo el proceso de acuerdos requiere unanimidad, por lo que todo suele acabar reduciéndose al mínimo denominador común. Así que, en cuanto los gobiernos, mis expectativas son muy bajas.

Sin embargo, la conferencia será importante, porque ayudará a introducir en las agendas brasileña e internacional las cuestiones relativas a la sostenibilidad, con lo que se avanzará hacia una mayor toma de conciencia, información y preocupación de la sociedad por esas cuestiones tanto en Brasil como en el resto del mundo, pues tendrán un amplio tratamiento en los medios de comunicación, y eso ayudará a avanzar hacia una mayor participación de la sociedad civil y las empresas. También será muy importante la visibilidad que se otorgará a los que ya hacen cosas o están a la vanguardia, aplicando la concepción más moderna de sostenibilidad.

¿Veremos en Rio+20 muchos ejemplos de empresas comprometidas de todo el mundo? Sí, sin duda. Algunas empresas lo usarán como marketing, y no tendrán gran cosa que mostrar; otras tendrán iniciativas interesantes que mostrar, con un compromiso más completo; habrá de todo. Las empre-

sas se han dado cuenta de que es importante mostrar qué están haciendo en términos de responsabilidad social, e intentar mostrar eso como forma de distinción, y surgirán muchas exigencias. Diversos movimientos sociales presionarán para que se avance más rápidamente, para que los gobiernos, la sociedad y las empresas se comprometan más para con la sostenibilidad.

¿Pueden considerarse esas experiencias empresariales de éxito un legado de Rio 92? Sí, ciertamente. Veinte años son muchos años y han pasado muchas cosas. Con los medios de comunicación actuales, la información circula mucho más rápidamente y la sociedad se informa y conoce mucho más sobre todo, también sobre las empresas. El sector empresarial es muy importante en la sociedad, tiene mucha visibilidad, muchos recursos financieros y económicos, y tiene mucho poder sobre los medios de comunicación, pues es un anunciantes muy importante y financia campañas electorales y a políticos. Así, la sociedad mirará cada vez más hacia las empresas y aumentarán las exigencias y expectativas respecto a ellas. Como este sector tiene mucho poder y muchos recursos, la sociedad demanda una gran responsabilidad y de la misma manera se moviliza en relación a las empresas, tanto para hacer presión sobre ellas como para rechazarlas o apoyarlas.

¿Qué opina sobre el texto de base de Rio+20? Lo que llama la atención es que hay una falta de sincronismo con la urgencia actual de repensar el modelo de desarrollo y el compromiso real, la visión de los gobiernos sobre lo que debe hacerse. Es un texto muy pobre en cuanto a lo que se espera que hagan los gobiernos y su visión respecto a lo que debe hacerse. No es un texto que ponga en cuestión fundamentalmente el modelo de desarrollo que nos ha conducido al estado actual del mundo. Y también se echan en falta compromisos concretos con el modelo de desarrollo sostenible.

¿En qué medida es viable la estructuración de la llamada «economía verde»? Cuando uno se propone traducir el discurso en acciones concretas, hay que asumir compromisos con los cambios, establecer metas y valores. Un ejemplo de compromiso con un cambio serio, aquí en Brasil, fue someter a votación en el Congreso la propuesta de enmienda constitucional 52/2011, que establece la obligatoriedad de que el presidente de la República, los gobernadores y los alcaldes establezcan metas para sus gestiones basadas en el desarrollo sostenible. Según dicha propuesta, noventa días después de asumir el cargo, tienen que presentar metas y cifras acerca de todos los ámbitos de la gestión pública y de todas las regiones que estén bajo su gobierno.



**ODED
GRAJEW**

Entrevista

Serie ¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?



JOSÉ GOLDEMBERG

José Goldemberg es un célebre físico brasileño, de 84 años de edad. Era el secretario de Medio Ambiente de la Presidencia de la República de Brasil cuando se celebró la conferencia de Rio 92. Se esforzó considerablemente para que la conferencia fuera un éxito y contara con la participación efectiva de los países cuya economía o dinámica de población tenía (y tiene) un fuerte impacto en las condiciones ambientales en todo el planeta.

En una entrevista por escrito, este científico señala como grandes legados de Rio 92 la adopción del Programa 21 y el inicio de las discusiones para la elaboración de la Convención sobre Cambio Climático y el Convenio sobre

Diversidad Biológica, y espera ver una profundización de las acciones tras Rio+20. A pesar de sus expectativas optimistas, Goldemberg es crítico con el texto de base de la nueva conferencia: «Simplemente reafirma las decisiones adoptadas por los países o las Naciones Unidas, que resultaron insuficientes para evitar los problemas ambientales a que nos enfrentamos», dice.

Además de secretario de Medio Ambiente, fue secretario de Ciencia y Tecnología y ministro de Educación, entre los diversos cargos públicos que desempeñó. En sus actividades académicas, ha dedicado su carrera a la investigación en física nuclear, energía, planificación energética y aprovechamiento de la biomasa. La actuación de José Goldemberg en diferentes áreas se ha visto reconocida con numerosos premios, como el Premio Planeta Azul, concedido por la Asahi Glass Foundation en 2008. Vea a continuación la entrevista completa.

¿Qué hacía usted cuando se celebró Rio 92? ¿Recuerda algún episodio especial que marcara aquella conferencia? Era secretario de Medio Ambiente de la Presidencia de la República, una secretaría que tenía las atribuciones actuales del Ministerio de Medio Ambiente, y a la vez ocupaba el cargo de secretario de Ciencia y Tecnología. Lo más notable de Rio 92, desde el punto de vista de Brasil, fue el compromiso

de la Presidencia de la República en los preparativos de la Conferencia. Una de las maneras en que eso se hizo fue la misión que me encomendó el Presidente de viajar a Estados Unidos, India y China para convencer a los jefes de Estado sobre la importancia de esa conferencia y de su presencia en Rio, y realmente acudieron.

¿Qué países tuvieron una participación más destacada en Rio 92? ¿Cómo fue la participación de los países de América Latina? Los países que participaron en los preparativos de la conferencia fueron los países de la Unión Europea y Japón. Estados Unidos tuvo un papel importante, pero no demasiado firme. La participación de los demás países latinoamericanos fue pequeña.

¿Cuál fue el principal legado de la conferencia de Rio 92? La aprobación de las Convenciones sobre Cambio Climático, Biodiversidad y la Agenda 21. Las convenciones posteriormente ratificadas por los países signatarios se convirtieron en leyes y fijaron obligaciones para esos países. En el caso de la Convención sobre Cambio Climático, que fue ratificada rápidamente y entró en vigor en 1997, tras la Conferencia de Kioto, que aprobó el Protocolo de Kioto, el cual estableció metas y plazos para reducir las emisiones de los principales gases responsables del calentamiento global. El Protocolo no fue ratificado por los Estados Unidos, pero aun así entró

Foto cedida pelo entrevistado



en vigor en 2005 y fue implementado por los países de Europa. El Mecanismo de Desarrollo Limpio, que beneficia a los países en desarrollo, como Brasil, también dio buenos resultados.

El Convenio sobre Diversidad Biológica tardó más tiempo en ser implementado y el primer protocolo derivado del mismo no fue adoptado hasta 2009. Estados Unidos no ratificó ese convenio.

La Agenda 21, pese a no ser una convención jurídicamente vinculante, tuvo una gran influencia porque miles de alcaldes de numerosos países del mundo lo adoptaron como guía para el desarrollo sostenible en el área de saneamiento, eliminación de residuos urbanos y mejora de la calidad del aire.

Entre las resoluciones de la conferencia, ¿hay algún ámbito en que no se hayan registrado avances? La Convención sobre Cambio Climático y el Protocolo de Kioto encontraron muchas

dificultades en su implementación, por lo que la reducción de emisiones de gases de efecto invernadero no fue según lo previsto. Estas siguen aumentando, y para 2050 habrán calentado el planeta hasta un nivel que provocará importantes cambios en el clima. Se necesitan acciones más fuertes en este ámbito, especialmente porque los países emergentes, como China, se han convertido en grandes emisores de gases de efecto invernadero desde 1992.

El Convenio sobre la Diversidad Biológica siguió siendo un documento retórico y no comenzó a ser verdaderamente implementado hasta después de 2009, con la aprobación del Protocolo de Nagoya.

¿Cuál debería ser el principal resultado de Rio+20? El principal resultado de Rio+20 debería ser el fortalecimiento de las acciones previamente acordadas en las convenciones sobre Cambio Climático y Biodiversidad. Esas acciones exigi-

rían más de los países industrializados, pero deberían contener también disposiciones para la participación efectiva de los países emergentes (anexo I de la Convención sobre Cambio Climático), a los que el protocolo de Kioto prácticamente no impuso ninguna obligación, lo cual no es realista si realmente queremos prevenir o mitigar el cambio climático en la medida de lo posible.

¿Qué opinión le merece el texto de base de Rio+20? El texto de base para Rio+20 (el llamado borrador cero) resulta totalmente insatisfactorio para lograr esos objetivos, pues en general se limita a reafirmar las decisiones anteriormente tomadas por los países o por Naciones Unidas, que demostraron ser claramente insuficientes para evitar los problemas que enfrentamos hoy en el ámbito del medio ambiente.

La única idea nueva de este texto de base es la de promover acciones hacia una «economía verde», propuesta por

● ● Satisfacer las necesidades inmediatas conlleva el grave riesgo de no garantizar un desarrollo sostenible, es decir, que sea duradero. Por ejemplo, talar una selva virgen y vender la madera puede parecer a corto plazo una buena idea para garantizar la alimentación para la familia. Lo que sucede es que, una vez que se tala, el bosque no puede volver a ser talado nuevamente y los medios de subsistencia desaparecen. ● ●

el PNUMA (Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente) y que se basa en el uso racional de los recursos naturales, la reducción del uso de combustibles fósiles y el uso creciente de fuentes de energía renovables. Aun así, lo que consta en ese «borrador cero» son simples exhortaciones, sin metas ni plazos para cumplirlas, ni un plan de trabajo para dividir esas acciones entre los países. Eso es lo que hizo el Protocolo de Kioto y es el ejemplo que deberá ser seguido. Creo que Rio+20 debería determinar la adopción de protocolos que dieran paso a la adopción de una «economía verde» en los diversos países.

¿De qué forma pueden el sector empresarial y la sociedad civil contribuir a la conservación del medio ambiente y al desarrollo sostenible? Una vez aprobadas las metas y calendarios para una transición hacia una economía verde, cada sector empresarial (por ejemplo, el sector siderúrgico, la construcción, la agricultura, etc.) habría de identificar cuáles deberían ser las acciones a seguir. Por ejemplo, el sector siderúrgico decidiría abandonar paulatinamente el uso del carbón mineral y pasaría usar carbón vegetal producido en las plantaciones forestales sostenibles.

En el caso del sector residencial o comercial, el camino a seguir pasaría por la recogida selectiva de residuos y su uso para producir calor y electricidad.

¿Cuál es el papel de las economías emergentes —como los BRICS— en el impacto y las soluciones a los problemas ambientales? Muy grande: el producto nacional bruto de los BRICS pasó del 21 a 31 % por ciento del PIB mundial en los últimos 30 años.

Las emisiones de CO₂ (el principal gas causante del efecto invernadero) aumentaron de 29 a 35 % durante el mismo período y superarán las emisiones de los países industrializados en los próximos 20 años.

¿En qué medida es viable la estructuración de la llamada «economía verde»? ¿Sería también importante una «economía azul»? No hay ninguna diferencia esencial entre la «economía

verde» de toda la economía y la «economía azul». Esta se centra más en la conservación de la naturaleza (agua, atmósfera y bosques). Una «economía verde» presupone claramente la existencia de una «economía azul».

Desde la perspectiva del acceso de los ciudadanos a los alimentos, el agua y la energía, ¿cómo deben ver los gobiernos y la sociedad el medio ambiente? ¿Cuál es la solución de futuro para la Amazonía, para Brasil y para América Latina? El problema que surge aquí es el conflicto entre la manera de satisfacer las necesidades urgentes e inmediatas de la población, como el acceso al agua, los alimentos y el transporte, y una visión a más largo plazo.

Satisfacer las necesidades inmediatas conlleva el grave riesgo de no garantizar un desarrollo sostenible, es decir, que sea duradero. Por ejemplo, talar una selva virgen y vender la madera puede parecer a corto plazo una buena idea para garantizar la alimentación para la familia. Lo que sucede es que, una vez que se tala, el bosque no puede volver a ser talado nuevamente y los medios de subsistencia desaparecen.

En una visión a medio y largo plazo lo que debe hacerse es preservar el bosque y usar sus productos de manera sostenible.

Lo mismo puede decirse de los recursos energéticos: por ejemplo, si usamos petróleo (y sus derivados) de manera irracional, las reservas restantes no durarán más de 30 a 40 años. Necesitamos aumentar la eficiencia con la que se usa el petróleo para prolongar la vida de las reservas restantes y poco a poco ir reemplazándolo por energías renovables, que no se agotarán mientras brille el sol.

La verdad es que no hay una contradicción insalvable entre desarrollo (entendido como crecimiento económico) y preservación del medio ambiente. Hacer que sean compatibles es lo que se entiende por desarrollo sostenible.



JOSÉ
GOLDEMBERG

Entrevista

Serie ¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?



THOMAS LOVEJOY

El ambientalista americano Thomas Lovejoy, profesor titular de Ciencia y Política Ambiental de la Universidad George Mason y presidente de Biodiversidad del Centro Heinz para la Ciencia, la Economía y el Medio Ambiente, estudia la Amazonía desde hace más de 40 años.

Lovejoy visitó la Amazonía por primera vez en 1965. La experiencia acumulada durante los años de estudio de este bioma lo llevó a concebir ideas como la de permitir que los países en desarrollo desarrollen actividades de conservación a cambio de la reducción de su deuda externa.

Es un entusiasta del sistema de pagos por servicios ambientales y de los mecanismos de compensación de

carbono, tales como la Reducción de Emisiones de Carbono causadas por la Deforestación y la Degradación de los Bosques (REDD) y se muestra preocupado por la destrucción de los biomas: llegar a la deforestación de un quinto de la Amazonía podría ser irreversible.

En Brasil, Lovejoy es miembro de la junta de la Fundación Brasileña para el Desarrollo Sostenible, de Rio De Janeiro, y ha sido galardonado con el título de la Orden de Rio Branco (1988), con la Gran Cruz de la Orden Nacional del Mérito Científico (1998) y con el premio João Pedro Cardoso de Medio Ambiente del estado de São Paulo (2011). Vea a continuación la entrevista que concedió por escrito a WWF.

¿Qué hacía usted cuando se celebró Rio 92? ¿Recuerda algún episodio especial que marcará aquella conferencia? Yo era miembro de la delegación de EE. UU. y una de las personas a quien el grupo Tolba había invitado a acudir a Nairobi para discutir cuál debía ser el contenido de un convenio de diversidad biológica. También participé en el Foro. Un aspecto negativo que recuerdo fue la filtración del memorándum Bill Reilly en Washington, que dio lugar a que el CDB no fuera firmado por los EE. UU. También me sorprendió el compromiso de Brasil para lograr que se llevaran a cabo cosas importantes. La mayoría de los países industrializados realizó importantes contribuciones.

En su opinión, ¿qué países tuvieron una participación más destacada en Rio 92? ¿Cómo fue la participación de los países de América Latina? Creo que la mayoría de los países más avanzados estaban comprometidos seriamente en hacer progresos sustanciales. Y hubo un acuerdo general acerca de cuáles eran los principales problemas ambientales.

¿Cuál fue el principal legado de la conferencia de Rio 92? Las dos convenciones, la Agenda 21 y el Fondo para el Medio Ambiente Mundial (FMAM) fueron un legado impresionante. Una decepción fue la escasa asistencia prestada en comparación con las cantidades previstas, y el fracaso general de la CMNUCC para lograr grandes progresos en la reducción de las emisiones de combustibles fósiles y sobre REDD y REDD+.

Entre las resoluciones de la conferencia, ¿hay algún ámbito en que no se hayan registrado avances? Sobre el cambio climático, la falta de progreso se ha estancado en torno a la cuestión de quién da el primer paso, cuando en realidad no hay tiempo que perder. Sobre la biodiversidad, había tanto revuelo en torno al acceso y a la participación en los beneficios que el avance en la conservación quedó relegado a un segundo lugar. Las crecientes tasas de extinción (véase la Tercera Perspectiva Mundial sobre Diversidad Biológica) son en buena parte una consecuencia del lento comienzo.

● ● Es muy factible estructurar una economía «verde», pero la transición requerirá de una gran cantidad de voluntad y ayuda política. ● ●

¿Cuál debería ser el principal resultado de Rio+20? Objetivos energéticos ambiciosos a la vez que alcanzables. Un enfoque claro en torno a la economía verde que los países puedan asumir con rapidez. Si no la gobernanza global, entonces una serie de medidas regionales y nacionales que contribuyan a un progreso significativo. Y yo añadiría un reconocimiento generalizado de que el planeta funciona como un sistema biofísico y que debe ser manejado como tal.

¿Qué opinión le merece el texto de base de Rio+20? Los objetivos energéticos mundiales son muy loables y factibles. El programa de la economía verde es muy importante. No está claro qué podrá pasar respecto a la gobernanza mundial. La biodiversidad está prácticamente ausente de forma directa. En general, las medidas propuestas siguen siendo modestas en comparación con la escala de los problemas.

¿De qué forma pueden el sector empresarial y la sociedad civil contribuir para la conservación del medio ambiente y al desarrollo sostenible? No tengo mucho que indicar específicamente, pero más allá de lo que las empresas pueden hacer en términos

de la sostenibilidad de sus propias operaciones, pueden colaborar con la sociedad civil, que básicamente tiene los conocimientos técnicos necesarios.

¿Cuál es el papel de las economías emergentes —como los BRICS— en el impacto y las soluciones a los problemas ambientales? Los cuatro países BRIC son muy diversos en sus trayectorias de desarrollo y, consecuentemente, en su visión de la sostenibilidad. Brasil se encuentra en una posición muy especial por su situación en general favorable en materia de energías renovables, por la gran importancia de su biodiversidad y la excelente situación de la ciencia brasileña. Cabe esperar que en Rio+20 Brasil tenga un papel energético y positivo, como lo hizo en la Cumbre de la Tierra.

¿En qué medida es viable la estructuración de la llamada «economía verde»? ¿Sería también importante una «economía azul»? Es muy factible estructurar una economía «verde», pero la transición requerirá de una gran cantidad de voluntad y ayuda política. La economía «azul» se refiere a que la actividad económica tenga un efecto positivo sobre el agua y la hidrología. Hay que recordar continuamente que el agua dulce no es simplemente

un líquido; también es muy importante como hábitat para la biodiversidad de agua dulce.

Desde la perspectiva del acceso de los ciudadanos a los alimentos, el agua y la energía, ¿cómo deben ver los gobiernos y la sociedad el medio ambiente? ¿Cuál es la solución de futuro para la Amazonía, para Brasil y para América Latina?

En general, se trata de respetar la naturaleza, definir una calidad de vida que sea buena para los pueblos y mucho mejor para el medio ambiente de lo que lo es el enfoque del consumo intensivo como se da en Estados Unidos. Este último es un modelo que simplemente no funciona. También es muy importante gestionar el medio ambiente y la actividad humana como un sistema y con planes integrados. Eso es válido para la Amazonía como un todo y para cada uno de los países que la componen. Y significaría revivir el Tratado de Cooperación Amazónica y fomentar otros enfoques regionales similares. La mejor medida de éxito será que parte de la biodiversidad de Brasil, de la Amazonía y de Sudamérica logre sobrevivir. Al final, como mejor se mide el impacto ambiental es a través de la diversidad biológica.

Entrevista

Serie ¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?



Roosevelt Pinheiro/ABr

CARLOS NOBRE

El investigador Carlos Nobre, actual secretario de Políticas y Programas de Investigación y Desarrollo del Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación de Brasil (MCTI), es una de las principales referencias internacionales en el ámbito del clima. Suya es la hipótesis, formulada hace 20 años, sobre la «sabanización» de la Amazonía debido a la deforestación.

Es ingeniero. Estudió en el Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e hizo su doctorado en el Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT). Forma parte del Instituto Nacional de Investigaciones Espaciales (INPE) y fue coautor del Cuarto Informe de Evaluación del Grupo

Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático (IPCC), que en 2007 fue galardonado con el Premio Nobel de la Paz.

Vea a continuación los principales pasajes de la entrevista telefónica que concedió a WWF. En ella traza un balance del debate ambiental en las dos últimas décadas, especialmente en lo tocante al clima, y nos cuenta sus expectativas respecto a Rio+20.

¿Qué hacía usted cuando se celebró Rio 92? ¿Le preocupaba ya la cuestión del cambio climático? Sí, me preocupaba, y de hecho en aquella época lideraba la parte brasileña de un experimento internacional llevado a cabo con Inglaterra para estudiar los impactos climáticos de las perturbaciones antropogénicas en la Amazonía, un estudio sobre perturbaciones y cambios climáticos derivados de la deforestación. En Rio 92 expusimos los resultados preliminares de aquel experimento, que había comenzado en 1990 y todavía estaba en curso. Allí participé en muchas actividades, algunas en la antigua Universidad de Brasil, organizadas por el profesor Luiz Pinguelli Rosa, que preparó una serie de debates antes de la conferencia.

¿Fue Rio 92 decisivo de cara a las medidas adoptadas respecto al cambio climático? Obviamente, fue un catalizador enorme. Los resultados más concretos de Rio 92 fueron los convenios internacionales. Se apro-

baron cuatro convenios, dos de ellos muy avanzados, en particular el de Biodiversidad y la Convención sobre el Cambio Climático; la Convención de Lucha contra la Desertificación no lo fue tanto, y menos aún la de Aguas Internacionales. Rio 92 fue un gran marco de debate sobre la convivencia entre desarrollo económico y preservación de la calidad ambiental del planeta como un todo, y supuso un hito en la toma de conciencia de la llamada agenda del desarrollo sostenible. Fue realmente un gran momento de las Naciones Unidas y ciertamente supuso un avance importante por lo que simbolizó.

Aunque sería de esperar que se tratara la cuestión del cambio climático en Rio+20, ese no es el propósito de esta conferencia.

No es el propósito principal de la conferencia, porque una vez que se creó la Convención sobre Cambio Climático y fue ratificada por la mayoría de los países —y tuvo una consecuencia muy importante, que fue el Protocolo de Kioto— no se retomará el mismo tema, entre otras cosas porque hay una Conferencia de las Partes de los países firmantes de la Convención sobre el Cambio Climático. Por ello, no tendría sentido hacer otra Cumbre de la Tierra, similar a la de 1992. Esta cumbre tiene que tener otro objetivo. Se habla de desarrollo sostenible, un tema muy recurrente también en aquella época, cuando faltaban ocho años para la llegada del nuevo milenio. Se hablaba

del Programa 21. Y ahora, veinte años después, tenemos que retomar el tema del desarrollo sostenible. Ahora ya no podemos separar totalmente los temas y algunas dimensiones, como por ejemplo los cambios ambientales globales, en que el cambio climático juega un papel clave. Transversalmente Rio+20 se ocupará de esos asuntos de forma mucho más integradora y no como si se tratara de una negociación de avances graduales en el tema de la Convención sobre el Cambio Climático, en que hay una serie de acciones en curso y una serie de propuestas en negociación. Rio+20 pretende ser semejante a Rio+92 en sentido simbólico e histórico. Se trata de un importante momento de reflexión sobre el rumbo del desarrollo del planeta, del desarrollo humano, y un intento de convergencia hacia el desarrollo sostenible.

¿Cómo participará en Rio+20? ¿Como miembro del gobierno o como académico? Actualmente trabajo en el Gobierno, y estaré en la delegación brasileña como parte del gobierno. Pero, evidentemente, mis ideas son las de un científico.

¿Cuál podría ser el principal legado de Rio+20? Creo que así como en Johannesburgo, en 2002, en la Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Sostenible, se definieron los principales objetivos de desarrollo social —los Objetivos del Milenio—, creo que sería muy importante llegar a un gran acuerdo global respecto a objetivos y metas de desarrollo sostenible. Eso sería un resultado básico: ponerse de acuerdo acerca de un pequeño número de objetivos globales y que todos los países allí presentes, así como hace diez años concertaron algunos objetivos de desarrollo humano y social, se pusieran ahora de acuerdo para definir algunos objetivos de desarrollo sostenible en un período de tiempo razonable, de 10 a 20 años. Y lo que hay que hacer es unir los objetivos económicos y los objetivos sociales. No hay que separar la dimensión ambiental de la social y la económica. Todos son objetivos entrelazados. Lo mínimo que espero

de Rio+20 es que defina objetivos e indicadores verificables y que todos los países pongan en práctica programas nacionales para implementar dichos objetivos. No se trataría de una decisión de implementar algo práctico; serían meramente objetivos. Tienen que ser amplios, contemplar varias dimensiones, vincular el uso sostenible de los recursos naturales con la erradicación de la pobreza, con la equidad en la distribución de la riqueza e buscar la mejora de los indicadores sociales.

Existe actualmente un debate muy intenso sobre si Rio+20 debería establecer la creación de una Organización Mundial del Medio Ambiente. La diplomacia brasileña ha abogado más bien por un Consejo para el Desarrollo Sostenible en la ONU, no por una organización como la Organización Mundial de la Salud, la del Trabajo o la del Comercio. Mi propuesta es más atrevida, aunque es una propuesta mía, no es algo que se haya discutido mucho. Yo creo que el PNUMA (Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente) y el PNUD (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo) deberían fundirse en un único programa. Y eso ni siquiera se está discutiendo, pero a mí me gustaría que esos dos programas se fusionaran y se convirtieran en una organización mundial del desarrollo sostenible.

¿Qué opina sobre el texto de base de Rio+20? El primer borrador recoge las posiciones de casi 200 países. No es una tarea sencilla tejer consensos entre más de 100 propuestas diferentes. Se trata de un trabajo que requiere una gran habilidad diplomática y de negociación. El borrador 1, que se presentará en breve —pues estamos casi en mayo y el plazo se está agotando—, es un poco más conciso, tiene tras de sí un enorme trabajo diplomático, y yo sigo siendo optimista y espero que ese texto conducirá a algunos grandes consensos: quizás a lograr un número determinado de objetivos de desarrollo sostenible e indicadores que puedan ser puestos en práctica a escala nacional, regional y mundial en los próximos 10 a 20 años, y tal vez hacia



● ● Un gran acuerdo global respecto a objetivos y metas de desarrollo sostenible sería muy importante. No hay que separar la dimensión ambiental de la social y la económica. Todos son objetivos entrelazados. ● ●

una convergencia sobre el mecanismo de gobernanza a nivel internacional, un consejo o un organismo. Aunque nada de eso estará concluido antes del 22 de junio.

¿Ha cambiado en el mundo científico el interés hacia los temas ambientales? El interés de la comunidad científica en torno a cuestiones amplias de desarrollo sostenible ha crecido considerablemente. La comunidad científica no se presenta dividida: no existe una comunidad científica del área ambiental y otra del área del desarrollo; está más allá de ese debate.

Si nos fijamos en el apoyo de la comunidad científica al debate en torno a la Ley Forestal, veremos que no ha habido una comunidad científica con un sesgo ambiental ni una comunidad científica con un sesgo agronómico, económico o desarrollista. Eso no sucedió. Lo que hubo fue un enorme apoyo de la comunidad científica —representada por sus organizaciones, la SBPC y la Academia Brasileña de Ciencias— a un modelo de desarrollo sostenible para la agricultura brasileña, con la preservación y la conservación de nuestros recursos naturales. Esa posición clara de la comunidad científica brasileña está a favor del desarrollo sostenible. Y el desarrollo sostenible es, en realidad, la búsqueda del equilibrio. Desde el principio, la comunidad científica ha adoptado el tema del desarrollo sostenible como algo cuyas bases deberían ser científicas.

En los 20 años que separan Rio 92 de Rio+20, ¿ha aumentado la fuerza de los científicos? Sí, sin duda. De hecho, todos los avances y propuestas de la Convención sobre el Cambio Climático se basan en la mejor ciencia. Ha mejorado el nivel de muchos aspectos, al menos de las propuestas de la Convención sobre el Cambio Climático y del Convenio sobre la Diversidad Biológica. Todas las convenciones sobre medio ambiente y desarrollo sostenible se basan en la mejor ciencia. A menudo, esa gran ciencia no se aplica; y a veces no se aprueba a nivel mundial, como

sucedió en Copenhague en 2009; o incluso a veces aunque se adopte a nivel mundial no tiene repercusiones a nivel local, como sucedió con el caso de que la mayor parte de los países aprobaran el Protocolo de Kioto en 1997, entre ellos Estados Unidos, pero que el Congreso estadounidense nunca lo ratificara. Es decir, que incluso si la política mundial va en la dirección que apunta la ciencia como política pública necesaria, en ocasiones un país o el Congreso de un país no avanzan en esa dirección.



CARLOS
NOBRE

Entrevista

Serie ¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?



Lucía Chayl

FLÁVIO PERRI

Brasil recibe la conferencia de Rio+20 con el estatus de «potencia de la biodiversidad». Obviamente, esa imagen está relacionada con su riqueza natural (distribuida en seis biomas) y la exuberancia de sus paisajes. Pero, más allá de lo que alberga su extenso territorio nacional, el título de «potencia» se refiere a su capacidad de preservar los recursos naturales.

Ese reconocimiento no ha caído del cielo, sino que se viene construyendo desde hace décadas, en parte debido al gran esfuerzo de la diplomacia brasileña para confirmar su soberanía y al mismo tiempo mostrar a los demás países que es una «potencia» porque conoce los bosques, dispone

de un amplio marco jurídico de protección y porque el Estado y la sociedad actúan a favor del uso sostenible del medio ambiente.

El embajador Flávio Miragaia Perri, actualmente jubilado, fue uno de los diplomáticos brasileños que trabajaron directamente en la hábil construcción de ese estatus. Para ello fue fundamental la celebración de Rio 92, en la que este diplomático se desempeñó como secretario ejecutivo del grupo de trabajo nacional que organizó la conferencia.

Además, Perri fue presidente del IBAMA (Instituto Brasileño de Medio Ambiente y de los Recursos Naturales) y secretario nacional de Medio Ambiente (inmediatamente después de Rio+92) y trabajó como secretario de Medio Ambiente del estado de Rio de Janeiro. En esta entrevista, realizada por escrito, el diplomático cuenta cómo fue la organización de aquella conferencia y valora las perspectivas respecto a Rio+20.

¿Qué hacía usted cuando se celebró Rio 92? ¿Recuerda algún episodio especial que marcara aquella conferencia? Viví la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo, de 1992, mucho antes de ser nombrado secretario ejecutivo del Grupo de Trabajo Nacional encargado de organizarla. Los años anteriores fui ministro plenipotenciario en la misión de Brasil ante las Naciones Unidas y el asunto de la

celebración de una conferencia de alto nivel estaba presente en el foro de la ONU desde la presentación del Informe Brundtland, de 1987. Brasil se encontró bajo el fuego cruzado de las campañas ambientalistas internacionales, que se centraban en la Amazonía y el estado de ese inmenso bosque, buena parte del cual es territorio brasileño. La convocatoria de la conferencia de Rio 92 —como se denominó posteriormente a esa histórica reunión de 107 jefes de Estado y delegados de todos los países miembros de las Naciones Unidas— me marcó profundamente, pues toda la disputa en las sesiones de la Asamblea General antes de la elección de Rio de Janeiro como sede, implicó un intenso trabajo diplomático por parte de nuestro equipo. Era secretario general de Relaciones Exteriores el embajador Paulo Tarso Flexa de Lima y jefe de misión ante la ONU el embajador Paulo Nogueira Batista, dos grandes nombres en el Ministerio de Relaciones Exteriores que guiaron nuestra actuación en este caso. La decisión de proponer a Rio de Janeiro como sede fue un gran momento para Brasil, pues se convirtió en el verdadero marco para una profunda revisión de políticas y de instituciones internas que se ocuparan del medio ambiente en nuestro país.

¿Qué países tuvieron una participación más destacada en Rio 92? ¿Cómo fue la participación de los países de América Latina? No participé en la delegación brasileña como negociador;

● ● **Todos los Estados y todas las personas deberán cooperar en la tarea esencial de erradicar la pobreza, como requisito indispensable del desarrollo sostenible, con el fin de reducir las disparidades en los niveles de vida y responder mejor a las necesidades de la mayoría de los pueblos del mundo.** ● ●

sin embargo, tuve acceso a las negociaciones porque estuve al mando de la infraestructura que dio apoyo a la delegación y, desde esa posición privilegiada, pude contemplar la evolución de los hechos desde dentro. Sin género de dudas, Brasil tuvo una actuación destacada, algo que queda patente al citar el nombre de algunos de los negociadores: Celso Lafer, Marcos Castrioto de Azambuja, Ronaldo Sardemberg, Bernardo Pericás, Rubens Ricúpero, Luiz Augusto de Araújo Castro y otros muchos, que fueron hábiles y creativos delegados de Brasil, tanto en la promoción como en la defensa de los intereses brasileños. Fueron importantes muchos países, pero no hay duda de que los países nórdicos vinieron bien preparados, aunque con una preocupación casi académica en sus posiciones, pero trajeron el bagaje de la Conferencia de Estocolmo de 1972. La función coordinadora de la OCDE tuvo una importancia singular, y entre sus miembros tuvo un papel destacado la delegación norteamerican-

cana, en parte por sus posiciones más conservadoras; y los países de Europa occidental, entre los que destacaban la Alemania recién unificada, Reino Unido y Francia. Entre los países latinoamericanos hay que recordar a los países amazónicos, reunidos bajo el Tratado de Cooperación Amazónica [Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Guyana, Perú, Surinam y Venezuela], que en aquel momento tenían intereses comunes que defender. Costa Rica, Chile y Argentina contaban con negociadores experimentados y diplomacia activa en las Naciones Unidas.

¿Cuál fue el principal legado de la conferencia de Rio 92? La Declaración de Rio es un documento excepcional en cuanto a la precisión de los conceptos. Sus 27 «principios» consolidaron el concepto de desarrollo sostenible. Entre ellos cabe destacar el principio más candente por la dimensión ética y económica que implica, el «Principio Cinco», que establecía que

«Todos los Estados y todas las personas deberán cooperar en la tarea

esencial de erradicar la pobreza, como requisito indispensable del desarrollo sostenible, con el fin de reducir las disparidades en los niveles de vida y responder mejor a las necesidades de la mayoría de los pueblos del mundo.»

De él se derivan la lucha contra el hambre y los esfuerzos de formular un «Derecho a la alimentación», como significativa evolución jurídico-política, años después. Brasil tiene una historia loable de avances en ese sentido y ha servido de parámetro para programas de muchos países en desarrollo, especialmente africanos y centroamericanos.

El Convenio sobre la Diversidad Biológica y la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático fueron pasos importantes en el camino de la protección ambiental. El Protocolo de Kioto, como subproducto de la Convención del Clima, no siguió una evolución satisfactoria debido a la no adhesión universal, con Estados Unidos encabezando la resistencia contra el protocolo y el control de las emisiones que preveía, los compromi-

sos para reducir las emisiones de gases que agravan el efecto invernadero, causa antropogénica del calentamiento global. La última conferencia de las partes no logró establecer la continuidad de los compromisos que vencerían en 2012, pero previó una reanudación de las negociaciones, con objetivos de reducción y control de emisiones obligatorias en el plazo oportuno.

El Programa 21 fue el documento más completo producido en Rio 92, y supuso un programa de acción y un método de trabajo para alcanzar el ideal del desarrollo sostenible. El programa 21 no se desarrolló ni aplicó universalmente, pero es sin duda el repositorio más completo de métodos de protección ambiental, justicia social y eficiencia económica en el contexto de la necesaria y consciente participación de la ciudadanía.

Su política económica y social abarca a la política internacional y las políticas nacionales para aplicar el nuevo concepto del desarrollo sostenible, especialmente en los países en desarrollo, con respecto a las estrategias para combatir la miseria, a tiempo que la participación de países desarrollados y en desarrollo conlleva cambios en los patrones de producción y consumo. Son significativas las sugerencias referentes a la salud pública y a la calidad de los asentamientos humanos. En mi opinión, un aspecto de espinosa actualidad son los límites del planeta que, aunque no se tratan en esos términos, sí que aparecen por ejemplo en las interrelaciones entre sostenibilidad y dinámica demográfica.

El equilibrio de intereses entre el planeta y el desarrollo, que busca el concepto de desarrollo sostenible, se aborda en el Programa 21 desde distintas perspectivas: protección de la atmósfera, transición energética, manejo del suelo, recursos marinos, gestión de los recursos hídricos, lucha contra la deforestación, desertificación, diversidad biológica, valor de la educación, etc.

El documento no pasa por alto las acciones propuestas, la importancia de los mecanismos financieros y la producción y oferta de tecnologías como

soportes esenciales para la gestión de la sostenibilidad; y el desarrollo de la ciencia, la educación y la cultura como elementos básicos en la construcción de una conciencia ambiental. También hace referencia, bajo el enfoque de las revisiones institucionales internacionales y nacionales necesarias para conseguir un desarrollo sostenible, a la capacitación de personal para una gestión eficiente y lo que hoy denominamos gobernabilidad.

Objeto de críticas por su baja operacionalidad, el Consejo para el Desarrollo Sostenible (CDS) fue un producto sensible del Programa 21, pero mal insertado en el sistema de las Naciones Unidas y sin los poderes de coordinación que se esperaban de él.

Por último, la diferencia más importante entre 1992 y 2012 es la participación cada vez más importante de la ciudadanía en ese debate, la conciencia de la importancia del diálogo, con internet al frente entre los medios de comunicación. En 1992, a pesar de la importancia de la participación de las organizaciones de la sociedad civil, reunidas en un encuentro paralelo a la reunión intergubernamental, no se sentía aún con precisión la firmeza del interés de los ciudadanos y de la sociedad. Hoy en día la sociedad civil tiene un papel relevante, digno de importancia y consideración. La Conferencia de Rio+20 se celebra en Rio de Janeiro, pero participará el mundo entero de manera virtual y simultánea.

Entre las resoluciones de la conferencia, ¿hay algún ámbito en que no se hayan registrado avances? No soy pesimista sobre los avances, pero creo que serán lentos a nivel internacional. Me cuesta más entenderlos en los planes nacionales, porque las palancas del poder están en manos de gobiernos como instrumentos de acción política, económica y social dentro de los estados.

Sin embargo, el proceso político no es lineal. La relación entre Estados sigue un ritual de respeto al principio de soberanía, lo cual exige tiempo. Los gobiernos representan la voluntad de los ciudadanos según los modelos jurídicos nacionales, los consensos democráticos donde se practica la democracia,

la identificación de intereses, etc. Ellos tienen el poder para determinar el marco jurídico-político interno y naturalmente pueden ser más eficaces.

En cuanto a que no se hayan hecho realidad muchas de las expectativas creadas en 1992, no podemos ignorar los intereses establecidos y su oposición a los cambios. Existen fuertes resistencias al cambio, tanto a nivel nacional como internacional, hay distintos niveles de desarrollo, muchos desequilibrios, arraigadas convicciones ideológicas y diferencias culturales que impiden la comprensión y el progreso.

Tenemos que romper la inercia. Y los momentos de crisis, como a la que asistimos hoy en día en el hemisferio norte, a ambos lados del Atlántico, ofrecen una oportunidad para el cambio. En ese sentido, la conferencia de Rio+20 puede ser propicia para la creación.

¿Cuál debería ser el principal resultado de Rio+20? La conciencia de la crisis planetaria del desarrollo, en el modelo que hemos venido adoptando, es la oportunidad que ofrece esta gran conferencia. Se trata de tener valor para constatar que todavía estamos a tiempo de revisar los paradigmas económicos, sociales y políticos que han orientado la acción humana sobre el planeta, cuyos límites son agotables.

Aplico aquí la máxima de la urgencia de «cambiar para conservar» del Gattopardi de Lampedusa. Tenemos que cambiar para que la economía y el planeta sean sostenibles, así como la humanidad que tiene en él su único ecosistema.

¿Qué opinión le merece el texto de base de Rio+20? El texto de base no es un documento que se deba criticar ni condonar. Se trata simplemente de un borrador preparado por la Secretaría a partir de más de 600 aportaciones de diversas fuentes. Corresponde a los Estados cambiarlo o incluso ignorarlo.

Como compilación, no alcanza el objetivo deseado, que sería su capacidad para influir, por falta de impacto. En cualquier caso, sí que diría que carece de foco. En realidad, repite temas y sugerencias que ya se trajeron de manera exhaustiva en documentos más

antiguos y de mayor calidad.Y creo que no necesitamos un texto que emule a otros textos y se presente con dos centenas de páginas, sin un eje central.

Para ese conjunto de reivindicaciones por sectores, que es como yo defino el texto de base, no sería necesario un nuevo documento, sino que bastaría con reforzar el valor del ya ampliamente estudiado y bien formulado Programa 21, que aborda todos los temas, se ocupa de todos los sectores, sugiere métodos de trabajo, apunta líneas de acción y ya existe.

Por otro lado, la Declaración de Rio, la Declaración del Milenio y sus ocho puntos centrales y sus valores y principios se han afirmado exhaustivamente, aunque no todos los han aplicado.

La Conferencia de Rio+20 tiene que ser visionaria.Es la oportunidad para reformular nuestra visión del mundo y del futuro.Esta en manos de los líderes mundiales que se darán cita en Rio en junio actuar como estadistas y señalar las equivocaciones y errores de los modelos actualmente adoptados de organización económica, de orden y de prioridades sociales, de cuidado con los bienes de la naturaleza, que son, por definición, finitos.

Es hora de reconocer los límites del planeta y la necesidad de una intervención rápida para cambiar el curso de la civilización.

Visionaria en su actitud y capaz de sentar las bases para el futuro, podría actuar para alejarse de los modos impropios e injustos de organización de la riqueza en el mundo actual.Su ambición debería pasar por un necesario cambio de paradigmas, respecto a los modos de apropiación y transformación de los bienes de la naturaleza, para garantizar la supervivencia estable del planeta en el tiempo y la dignidad de la vida humana.

La Conferencia puede y debe asumir la urgencia del cambio y definir su trayectoria, ofrecer el camino para que toda la humanidad, en todas sus expresiones y estamentos, asuma su deber para con su supervivencia.

Hay que evitar a toda costa que se desgaste el concepto de sostenibilidad. Con él, por vez primera, agregamos valor al concepto de desarrollo.

¿En qué medida es viable la estructuración de la llamada «economía verde»? ¿Sería también importante una «economía azul»? No parece oportuno introducir una frase hecha en la evolución del concepto de desarrollo sostenible.Lo que no se define bien puede dar lugar a malentendidos, separaciones y restricciones.La «economía verde» no es una categoría económica conocida y no veo de qué manera podría anunciarse como un elemento de un programa ambicioso para la conferencia de Rio+20 sin afectar a la aplicación progresiva y más eficiente del concepto de desarrollo sostenible.Por lo que se entiende de la expresión, la «economía verde» no sería en ningún caso un modelo de aplicación automática ni uniforme en todos los países.Las características de las sociedades y las instituciones difieren en cada país, y a ellas les correspondería considerar sus metas y métodos de trabajo en su proceso de desarrollo sostenible.Si tuviéramos que insertar esa expresión como elemento de este concepto, imagino que esa denominación podría significar algunas metas que formarían parte del camino.Lo importante no son los detalles, sino el conjunto que necesitamos para la supervivencia.

¿De qué forma pueden el sector empresarial y la sociedad civil contribuir a la conservación del medio ambiente y al desarrollo sostenible? No conozco ninguna receta mágica sobre los modos de participación de cada sector para lograr el desarrollo sostenible, pero no me cabe duda de que la participación de todos será esencial para el éxito de nuestra empresa global.Tampoco dudo en afirmar que, si seguimos a este paso y en el modelo que hemos adoptado hasta hoy, naufragaremos.El planeta no podrá soportar a esta humanidad que lo desafía en la tenaz obra de depredación que venimos practicando.

Cambio, valor para cambiar, nuevas rutas.



FLÁVIO
PERRI

Entrevista

Serie ¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?



José Cruz /ABr

IZABELLA TEIXEIRA

La bióloga Izabella Teixeira es la ministra de Medio Ambiente de Brasil desde hace dos años, tras haber sido secretaria ejecutiva entre 2008 y 2010 cuando era ministro Carlos Minc.

Es funcionaria de carrera del IBAMA (Instituto Brasileño de Medio Ambiente y de los Recursos Naturales) y doctora en Planificación Ambiental, y actuará como una de las anfitrionas de Rio+20 junto con los diplomáticos brasileños.

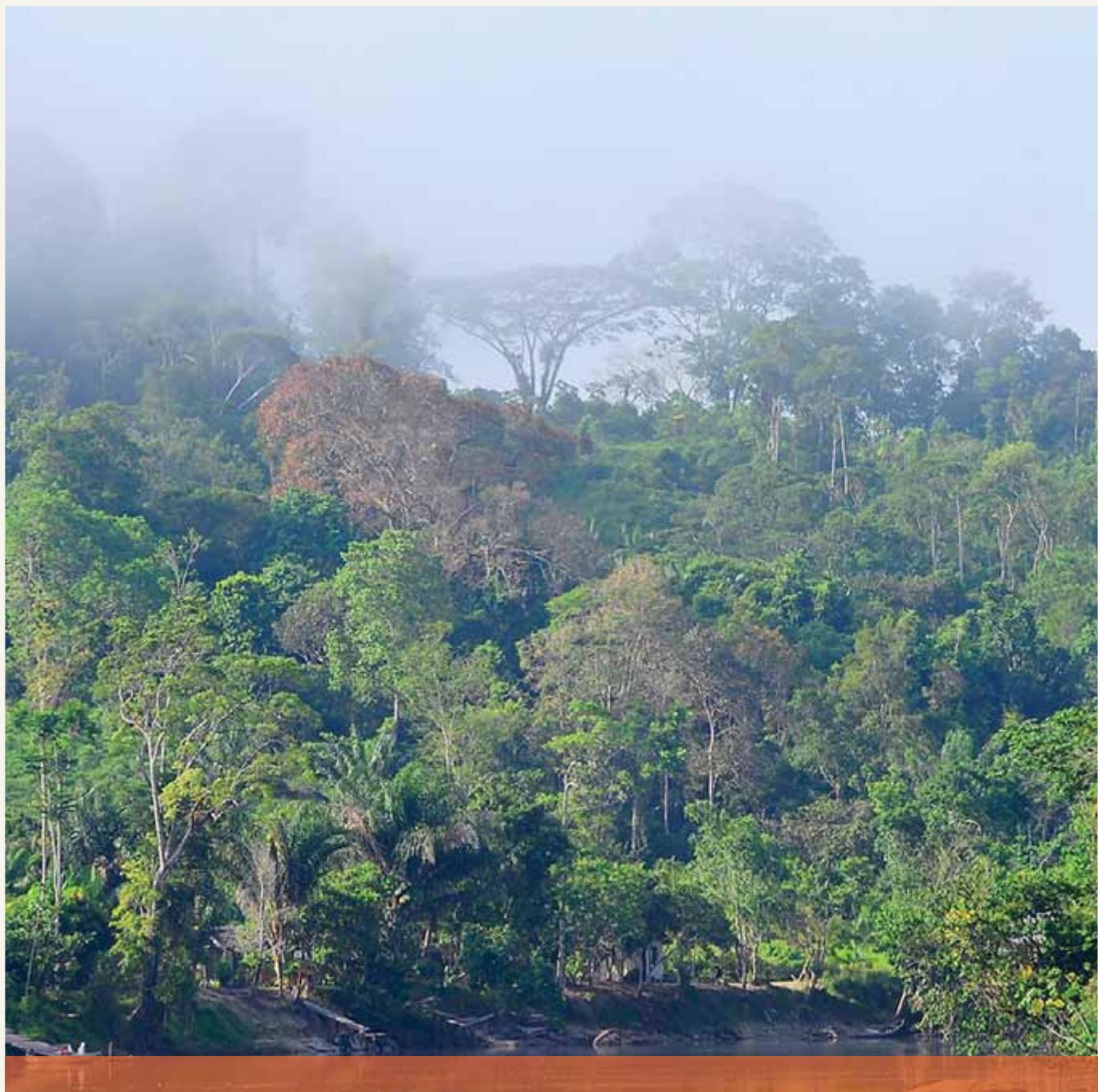
Entre sus expectativas para la conferencia se encuentra que la ONU construya unos Objetivos de Desarrollo Sostenible, «un conjunto de metas que deban alcanzar todos los países, considerando sus niveles de desarrollo y características sociales», en torno a

temas de este siglo XXI como la energía, los recursos hídricos, la seguridad alimentaria, la producción y consumo. Vea a continuación la entrevista concedida a WWF por escrito.

¿Qué hacía usted cuando se celebró Rio 92? ¿Recuerda algún episodio especial que marcara aquella conferencia? Participé como funcionaria pública. Soy del IBAMA y he pasado numerosos períodos en la administración pública en cuestiones de medio ambiente, tanto en Rio de Janeiro como en Brasilia, donde ahora soy ministra. En la conferencia de Rio 92 nos movilizaron a todos, pues, antes de que el desarrollo sostenible tuviera la adhesión que vemos hoy en todos los sectores, el medio ambiente prácticamente solo les interesaba a los ambientalistas, a los técnicos que actuaban en esa área y a algunos investigadores universitarios. Además de los inspiradores documentos que figuraban en la agenda, tuvimos un líder carismático y entusiasmado, que fue el secretario general de la conferencia, Maurice Strong. Lo que más me sorprendió en aquel momento fue la manifestación del llamado Foro Global Paralelo, que formaron las ONG en el Parque de Flamengo. Nunca se había visto algo así en Brasil. Participaron todas aquellas tribus de la sociedad civil mundial, que se dejaban ver en la primera conferencia mundial sobre medio ambiente. Me impresionó mucho cómo se organizaron e influyeron en el proceso, cambiando para siempre la forma de las conferencias de la ONU, que a partir de entonces pasaron a

incluir a los denominados major groups, segmentos destacados a quienes invitaron a participar en los debates y en los acuerdos. Así fue como cobró importancia el movimiento de defensa del bosque atlántico, así como el «Planeta Fêmea», el espacio en que se trató la cuestión del género en aquella conferencia. A pesar de la diversidad de ideas, propuestas e iniciativas, la participación de la sociedad civil se canalizó y orientó hacia objetivos, creencias y esperanzas comunes. Fue un momento de optimismo que marcó para siempre la actuación de los ambientalistas. Fue histórico.

¿Qué países tuvieron una participación más destacada en Rio 92? ¿Cómo fue la participación de los países de América Latina? Los resultados de Rio 92 fueron fruto del esfuerzo conjunto de los países participantes. Fue la conferencia de Naciones Unidas con mayor número de jefes de Estado de las realizadas fuera de la sede de la ONU en Nueva York de toda la historia. Eso pone de manifiesto la importancia global que los países atrajeron a los debates en curso. Por eso, resulta difícil destacar algunos países en particular; fue un momento de madurez global en torno a los objetivos que debían alcanzarse en aquella cumbre. Pero también apuntaron algunos sentimientos de «Norte y Sur» y, por ejemplo, los países de América Latina redactaron un documento titulado «Nuestra propia agenda», para señalar la resistencia de los países desarrollados que, en aquel momento, no querían hablar de pobreza,



● ● En Rio+20 el balón está en el tejado de la economía, la economía de la inclusión combinada con la protección del medio ambiente. ● ●

● ● Esperamos lograr consensos para definir los caminos que respondan a los desafíos que se plantean para todos nosotros, sin excepción, porque humanidad no hay más que una y no podemos ignorar el callejón sin salida a que nos enfrentamos a tan corto plazo. ● ●

solo de los bosques. Me gustaría subrayar que el papel de Brasil fue mucho más allá que el de un mero anfitrión, y destacó particularmente en la creación de consensos y en la mediación en los conflictos para la obtención de resultados. También es importante destacar que la configuración geopolítica actual es completamente diferente. Además de que se ha profundizado la globalización, los países emergentes, como Brasil, en aquella época eran países en desarrollo, y en muchos no había ministerios de medio ambiente o instancias similares. En relación a Estocolmo-72, Rio 92 consagró el concepto de desarrollo sostenible, y además de involucrar a la sociedad civil, movilizó también a la comunidad empresarial, con lo que se introdujo el debate económico, que no era central en las discusiones de aquella década.

¿Cuál fue el principal legado de la conferencia de Rio 92? Rio 92 nos dejó un rico legado, no solo en cuanto a sus deliberaciones, sino respecto a su proceso de construcción. En esa conferencia se establecieron tres de los principales marcos internacionales sobre desarrollo sostenible y medio ambiente: la

Convención Marco sobre el Cambio Climático, el Convenio sobre la Diversidad Biológica (CDB) y la Convención de las Naciones Unidas de Lucha contra la Desertificación en los Países Afectados por Sequía Grave o Desertificación.

Además de esas convenciones, el Programa 21 y la Declaración de Rio, ambos adoptados en esa conferencia, fueron esenciales para la consolidación del concepto de desarrollo sostenible y continúan siendo una referencia para las principales negociaciones internacionales. Ese fue el comienzo de una nueva era del orden multilateral para el desarrollo sostenible. En lo tocante a los procesos, Rio 92 mostró una gran comprensión internacional acerca de la importancia del sistema multilateral de las Naciones Unidas como un mecanismo para resolver los principales problemas mundiales, una importancia que hoy, 20 años después, parece haberse rebajado. Además, Rio 92 abrió espacios hacia una nueva forma de trabajar los asuntos internacionales a partir de un diálogo más intenso con los actores no gubernamentales. La participación de la sociedad civil en los debates se intensificó, y desde entonces

no ha dejado de crecer su influencia en la toma de decisiones.

Entre las resoluciones de la conferencia, ¿hay algún ámbito en que no se hayan registrado avances? En este momento se está evaluando en qué puntos avanzamos, en cuáles no y por qué razones. Es innegable que el gran compromiso político alcanzado con los resultados de Rio 92 no se tradujo en una voluntad política para su puesta en práctica y el concepto de desarrollo sostenible sigue enfrentándose a graves obstáculos para su implementación. Ese es también uno de los objetivos de Rio+20: entender los obstáculos para la aplicación de lo que se decidió y definir caminos para realizar los cambios necesarios hacia un desarrollo sostenible que respete el medio ambiente, permita la inclusión social y el crecimiento económico. En cada una de las conferencias de la «familia» de conferencias sobre medio ambiente y desarrollo se ha registrado algún avance. En 1972 se logró la institucionalización y la capacidad de los estados para regular; en 1992, logramos un concepto desafiante, la

movilización de la sociedad civil y fuimos testigos de la globalización del movimiento ecologista. Por ejemplo, ni Greenpeace ni WWF tenían aún una oficina en Brasil, y las abrieron después de Rio 92. En Rio+20 el balón está en el tejado de la economía, la economía de la inclusión combinada con la protección del medio ambiente.

¿Cuál debería ser el principal resultado de Rio+20? Espero que Rio+20 signifique una importante renovación del compromiso internacional hacia el desarrollo sostenible, pero espero también que no sea meramente la reafirmación de los principios y resultados de Rio 92. Espero decisiones concretas que supongan un fortalecimiento del sistema multilateral y un impulso para adoptar modelos de desarrollo sostenible en las próximas décadas. En particular, creo en la construcción de los Objetivos de Desarrollo Sostenible, un conjunto de metas que deban alcanzar todos los países, teniendo en cuenta sus niveles de desarrollo y características sociales, económicas y ambientales, en torno a temas esenciales del desarrollo sostenible, como la energía, los recursos hídricos, la seguridad alimentaria, la producción, el consumo, etc. También espero que se logre definir un órgano de gobernanza en el ámbito de las Naciones Unidas, que coordine y dé coherencia a las diversas acciones e iniciativas en torno al desarrollo sostenible, a través de un consejo o foro sobre desarrollo sostenible de Naciones Unidas. Por otra parte, es importante que Rio+20 decida fortalecer el Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA), con el fin de que se le otorgue la autonomía y la estructura política y financiera necesarias para enfrentar los grandes desafíos mundiales en la esfera medioambiental.

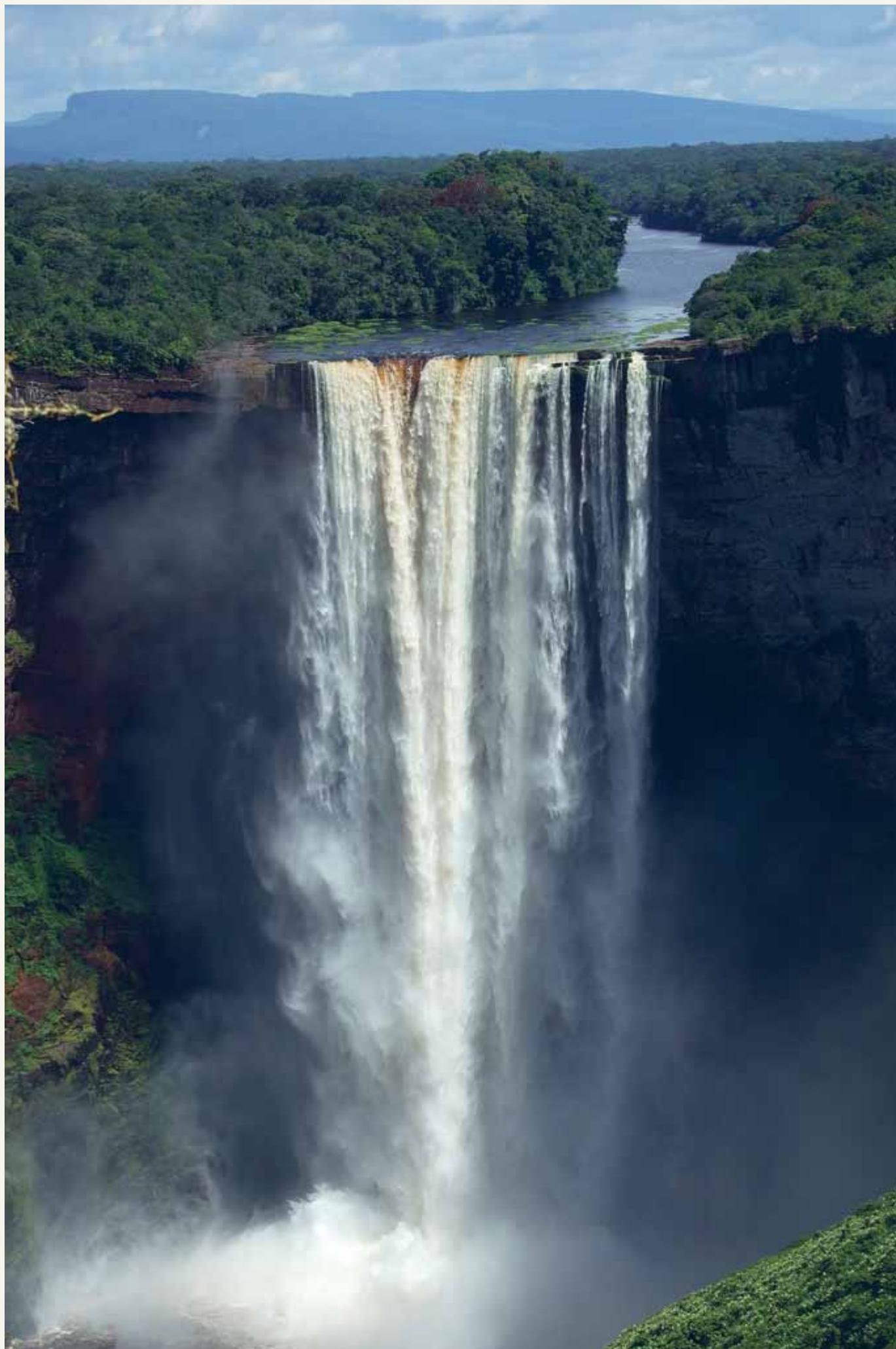
¿Qué opinión le merece el texto de base de Rio+20? El texto que está a debate refleja los intereses, necesidades, prioridades y deseos de los casi 200 países. Esa es la razón por la que se le ha acusado de falta de foco y de ambición. Sin embargo, existen importantes puntos de consenso que debemos intentar aprovechar y en eso

consiste la fase final del proceso, en que debemos centrarnos más en lo que nos une que en lo que nos separa. Antes era palpable que algunos países ni siquiera querían incluir algunos de los principales temas en la agenda de la negociación, pero ahora todos los países buscan un mayor consenso en torno a las cuestiones fundamentales de la conferencia. Hay que destacar el fortalecimiento de los debates y la propuesta en torno a la economía verde, de los objetivos del desarrollo sostenible y de cambios concretos en las estructuras de las Naciones Unidas para que estén en consonancia con el desarrollo sostenible. Los países tienen expectativas en torno a esos tres aspectos porque apuntan a una idea común internacional en torno a lo que queremos para el planeta para responder a los grandes desafíos mundiales.

¿De qué forma pueden el sector empresarial y la sociedad civil contribuir a la conservación del medio ambiente y al desarrollo sostenible? Un cambio importante en los últimos 20 años ha sido la forma en que la sociedad civil, y el sector empresarial, han comenzado a influir en cómo se mueve el planeta. Hoy en día es innegable el papel de la sociedad civil y del sector empresarial en la construcción de un nuevo modelo de desarrollo con inclusión social y el crecimiento económico, con un uso sostenible y la conservación de los recursos naturales. Debates como el de los cambios en los patrones de producción y consumo pasan precisamente por la revisión de los modelos de negocio y sus relaciones con los ecosistemas y los derechos humanos. Las empresas tienen además su experiencia específica para responder de manera innovadora e inmediata a los cambios del mercado, y esa experiencia es fundamental en el momento actual. La sociedad civil, a través de sus organizaciones y movimientos sociales, ha avanzado en los debates sobre los tres ejes del desarrollo sostenible, algo que no siempre pueden lograr los gobiernos, presos en lógicas inmediatistas de resultados políticos y de principios de soberanía. Todo ese bagaje es muy importante para influir en la toma de posición de los países en

los procesos intergubernamentales, los cuales, por desgracia, aún no incluyen adecuadamente el papel de los actores no gubernamentales. De hecho, ese es un objetivo que tenemos para Rio+20: poner de manifiesto los medios y formas más adecuados de participación de la sociedad civil en la toma de decisiones de los procesos multilaterales. Por otro lado, los cambios que queremos solo será posible si se lleva a cabo también en el campo de las decisiones individuales, por lo que es importante igualmente un gran proceso de toma de conciencia en torno a una ciudadanía planetaria. Otro punto que destacaría es la necesidad de establecer un diálogo con la sociedad de masas. Hemos aprendido en cierta medida a hablar con la sociedad civil organizada, pero no sabemos casi nada sobre cómo convencer a los consumidores de que, por ejemplo, necesitamos actitudes más cuidadosas para conservar nuestros recursos naturales, actitudes que en última instancia serán una condición fundamental para que podamos desarrollarnos y crecer en los próximos años. No existe un movimiento de masas en pro de la sostenibilidad. Yo destacaría ese reto.

¿Cuál es el papel de las economías emergentes —como los BRICS— en el impacto y las soluciones a los problemas ambientales? Las economías emergentes surgen en un entorno geopolítico y ambiental muy diferente de aquel en que se fortalecieron las grandes potencias actuales. Los caminos seguidos en aquella época no tuvieron en cuenta las consecuencias de las prácticas adoptadas para el desarrollo ni sus impactos ambientales y sociales. Hoy en día ya no es posible pensar en un crecimiento económico sin reducción de la pobreza ni conservación del medio ambiente. Brasil ha sido uno de los países que ha mostrado en los últimos años cómo se puede hacer eso. Somos actualmente la sexta economía mundial, a la vez que avanzamos en la lucha contra la pobreza y en la reducción de las emisiones de los gases de efecto invernadero, responsables del calentamiento global, y estamos creando muchas más áreas de conservación que en años anteriores. Los BRICS tienen el desafío de demo-



trar cómo es posible avanzar manteniendo ese equilibrio y al mismo tiempo tienen el papel esencial de promover el fortalecimiento del multilateralismo para la promoción del desarrollo sostenible en todo el mundo. Otra cuestión importante es la importancia económica de financiar un nuevo desarrollo. Actualmente los bancos de desarrollo de China, Rusia y Brasil (el BNDES) están estudiando cómo construir fondos y flujos financieros que puedan fortalecer una cooperación Sur-Sur.

¿En qué medida es viable la estructuración de la llamada «economía verde»? ¿Sería también importante una «economía azul»? El término «economía verde» es un concepto que se han disputado diversas fuerzas políticas, pero, francamente, el «color» no es lo que importa. Usted mismo ha hablado de «economía azul», imagino que para referirse a los océanos, al agua potable, así que en realidad la economía sostenible ha de verse desde diversos puntos de vista. Pero creo que el «verde» que se añadió es para hacer hincapié en la importancia del pilar medioambiental, es para que ciertos modelos de crecimiento no caigan en la tentación de producir un alto rendimiento social con un bajo desempeño ambiental. Creo que no debemos perder tanto tiempo con los conceptos, sino seguir adelante hacia una agenda pragmática. Brasil concibe la economía verde como un modelo económico que sea incluyente, con un vigoroso crecimiento económico que promueva la inclusión social en un escenario de bajas emisiones de carbono y de conservación de los recursos naturales. De esa forma, también incluye naturalmente la cuestión del agua y los océanos a que atañe la «economía azul». La economía verde es una idea que necesita herramientas, políticas robustas de exención de ciertas cadenas productivas y la retirada de incentivos para otras, por ejemplo. En Brasil se acaba de instaurar una política revolucionaria en sus métodos y objetivos: la Política Nacional de Residuos Sólidos. Esa política presupone la creación de una necesaria y fuerte economía del reciclado y la reutilización de materiales que antes se desecharan. está ahí, y eso

también es economía verde. En general, sabemos que una economía verde debe producir menos carbono y usar menos materias primas escasas, raras o no renovables, pero la discusión de esa idea debe vincularse a las características y necesidades de cada país, para que cada país construya su modelo de economía verde según sus intereses nacionales, sin recetas ni modelos únicos. De la misma manera, otra forma de hacer ese análisis es revisar cómo se mide el progreso, de manera que existan indicadores como el producto interior bruto (PIB) que tengan en cuenta asimismo aspectos relacionados con la inclusión social y la conservación del medio ambiente.

Desde la perspectiva del acceso de los ciudadanos a los alimentos, el agua y la energía, ¿cómo deben ver los gobiernos y la sociedad el medio ambiente? ¿Cuál es la solución de futuro para la Amazonía, para Brasil y para América Latina? La cuestión del «acceso» constituye uno de los grandes desafíos para el desarrollo sostenible. La producción de alimentos, el uso de los recursos hídricos y la generación de energía son las principales causas de los impactos ambientales, y uno de los grandes desafíos actuales es hacer posible que la población de todo el planeta tenga acceso a los alimentos, al agua y a la energía. Creo firmemente en la conciliación de esos objetivos, pero para ello se necesita una clara voluntad política y Brasil pretende, al respecto, ser protagonista de un modelo de desarrollo que promueva el crecimiento económico conciliándolo con la inclusión social y la conservación del medio ambiente. El futuro de nuestros bosques y de nuestra gente, de la Amazonía, de América Latina y de todo el planeta es el tema principal de Rio+20. Y Brasil es un actor relevante en ese juego de ajedrez. Esperamos lograr consensos para definir los caminos que respondan a los desafíos que se plantean para todos nosotros, sin excepción, porque humanidad no hay más que una y no podemos ignorar el callejón sin salida a que nos enfrentamos a tan corto plazo.



**IZABELLA
TEIXEIRA**

Entrevista

Serie ¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?



Elza Frizza /ABr

TIÃO VIANA

Sebastião Afonso Viana Macedo Neves, más conocido como Tião Viana, nació en Rio Branco (Acre). Estudió medicina y enfermedades tropicales e infecciosas, pero logró proyección nacional en la vida política. En 1998 fue elegido senador de la República por el estado de Acre. Fue reelegido en 2006, acumulando doce años de experiencia en el Poder Legislativo federal.

En 2010, fue elegido gobernador del estado de Acre, que posee un territorio con una cobertura forestal del 88 % y hace frontera con Perú y Bolivia y con los estados brasileños de Amazonas y Rondônia. Al frente del Ejecutivo del estado, Tião Viana ha puesto en práctica una política

consistente en la valorización del bosque y la consolidación de prácticas ambientales sostenibles. Lea a continuación la entrevista que Tião Viana le concedió por escrito a WWF.

¿Qué hacía usted cuando se celebró Rio 92? Yo estaba empezando mi vida profesional en Acre, que era el centro geopolítico de toda la agenda socioambiental brasileña, debido a la resistencia de los pueblos del bosque y al modelo de desarrollo vigente en aquel momento. En 1992 ya habían pasado más de tres años desde el asesinato de Chico Mendes: Acre había perdido a su héroe; el mundo, a un líder consciente de su papel en la fundación de una nueva civilización basada en la igualdad social, la protección del medio ambiente, la conservación de los bosques y la sostenibilidad del desarrollo en favor de las generaciones futuras. Nuestra generación fue la depositaria de ese sueño, en una lucha intensa contra la política tradicional de avance predatorio de la ganadería en la Amazonía. Buscábamos nuevos paradigmas, el desarrollo sostenible, alineados con los «Pueblos del bosque».

¿Cuál fue el principal legado de Rio 92? Fue una nueva forma de pensar sobre el desarrollo, la sostenibilidad, el respeto a la utilización de los recursos naturales, nuevas responsabilidades para las instituciones. La movilización de las universidades y las

organizaciones no gubernamentales. La preparación de nuevos pasos en los países, la mirada hacia Kioto. Y nuevas responsabilidades para los países desarrollados.

Entre las resoluciones de la conferencia, ¿hay algún ámbito en que no se hayan registrado avances? La participación de las empresas, en general, no estuvo a la altura de la enorme oportunidad de ejemplo y compromiso con la sociedad que se presentó. Por otra parte, las agendas gubernamentales han estado hasta ahora sometidas a factores económicos y empresariales, y a veces se han mostrado indiferentes a las intemperies climáticas o conniventes con la mala calidad de vida de las poblaciones. La sustitución de los hidrocarburos por otras fuentes de energía alternativas más limpias ha sido tímida o secundaria. Los programas educativos podrían haber sido más valientes y decididos.

¿Cuál debería ser el principal resultado de Rio+20? En este momento en que se va a celebrar Rio+20, la crisis europea y de los mercados tiende a ejercer una presión negativa sobre los avances. Por lo tanto, entre los resultados deberían constar una intensa agenda de las ONG, un pacto de los medios de comunicación, debates transparentes y plenos en la agenda educativa, ajustes en los marcos legales, como el que el Gobierno de la presidenta Dilma y sectores del Congreso hicieron en la Ley Forestal, un nuevo pacto de respeto a las políticas públicas

● ● Existe una urgente necesidad de saber más para usar mejor. Valorizar esta inmensa riqueza que tenemos para luchar definitivamente contra la pobreza persistente, debida a la mala distribución de la renta y la falta de estrategias nacionales definidas de manera participativa. ● ●

para la Amazonía y las comunidades que allí viven. Y también una política de desarrollo regional que tenga en cuenta la realidad específica de la Amazonía como unidad de planificación del desarrollo sostenible y la creación del Consejo de Desarrollo Sostenible de la Amazonía, entendiéndola de esa forma como Bosque Habitado, Productivo y Conservado.

¿Qué opina sobre el texto de base de Rio+20? La declaración muestra la necesidad de renovar los compromisos políticos y hace hincapié en que los esfuerzos para alcanzar los Objetivos de Desarrollo del Milenio serán ampliados, con la definición de la fecha 2015, para que sean logrados ampliamente. Este es un desafío fantástico que tendrá repercusiones directas en la mejora de la calidad de vida de las poblaciones más pobres del planeta. Además, el tema de la «economía verde» muestra que es posible aunar un desarrollo responsable y la erradicación de la pobreza y el compromiso con la seguridad alimentaria, la gestión del agua, el acceso a los servicios energéticos y la estructuración de las ciudades sostenibles. Creo que se trata de una utopía posible y justa.

¿De qué forma pueden el sector empresarial y la sociedad civil contribuir a la conservación del medio ambiente y al desarrollo sostenible? Con experiencias éticas, de buenos resultados, con la participación del sector público y privado, pactos de sostenibilidad, programas intensos y repetidos con

gran participación popular y democrática, y con diversos foros, convenciones, conferencias, etc. Las instituciones privadas deben tener su propia agenda con resultados pactados con el sector público.

¿Cuál es el papel de las economías emergentes —como los BRICS— en el impacto y las soluciones a los problemas ambientales? Los estados nacionales tienen que incentivar y apoyar las oportunidades y experiencias comunitarias a favor de la economía verde. Sus ministerios parecen mostrarse indiferentes a las regiones vulnerables, como la Amazonía, y a los distintos biomas y ecosistemas. Las matrices económica y energética de los BRICS son conservadoras, y no tienen una agenda de transformación de corto plazo digna de mención.

¿En qué medida es viable la estructuración de la llamada «economía verde»? ¿Sería también importante una «economía azul»? En realidad estamos hablando de un concepto antiguo transformado en un nuevo paradigma, puesto que la economía verde consiste en cuidar, en cuidar bien. Cuidar bien del planeta Tierra, con la participación de todos. De esta forma, es urgente que los gobiernos nacionales y supranacionales reconozcan la necesidad de acciones sostenibles, la valoración de los servicios ambientales globales prestados por los biomas y las poblaciones y que se ofrezcan realmente oportunidades de inversión y créditos

para quienes cuidan bien. Por lo tanto, la agenda verde tiene que incluir todos los biomas y ecosistemas, y así habrá de ser mucho más que verde, pues incluirá las aguas, la biodiversidad, a las poblaciones tradicionales, las ciudades y, en resumen, el planeta.

¿Cuál es la solución de futuro para la Amazonía, para Brasil y para América Latina? Existe una urgente necesidad de saber más para usar mejor. Valorizar esta inmensa riqueza que tenemos para luchar definitivamente contra la pobreza persistente, debida a la mala distribución de la renta y la falta de estrategias nacionales definidas de manera participativa. Se requiere tener en cuenta las áreas de conservación y las zonas más sensibles a los daños ambientales, revisar los modelos de toma de decisiones para la financiación pública, una mejor definición de las prioridades, control y transparencia, más democracia en la preparación de planes y un monitoreo más riguroso de los objetivos, plazos y resultados. Por citar dos ejemplos, la Amazonía suele recibir paquetes de medidas cerrados, de forma autoritaria, disociados de las buenas prácticas locales; y China se aleja de los valores éticos, ambientales y democráticos al buscar materias primas en África o al pactar con los mercados.

Entrevista

Serie ¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?

WWF-US



**CLÁUDIO
MARETTI**

Con el fin de discutir las repercusiones de Rio92 y conocer las expectativas respecto a Rio+20 de tres formuladores y ejecutores de las estrategias de WWF en América Latina, presentamos aquí una «mesa redonda virtual» con Cláudio Maretti, geógrafo y geólogo, líder de la Iniciativa Amazonia Viva; Roberto Troya, abogado y negociador internacional, vicepresidente y director regional para América Latina y el Caribe; y María Cecilia Wey de Brito, ingeniera agrónoma y secretaria general de WWF Brasil.

Los tres recibieron las mismas preguntas sobre las

WWF/LAI / Denise Oliveira



**ROBERTO
TROYA**

conferencias, a pesar de sus distintas experiencias y responsabilidades, sus consideraciones coinciden en algunos temas y resultan complementarias, ofreciendo una imagen completa sobre la cuestión ambiental a lo largo de las dos últimas décadas.

Durante este período, Maretti, Troya, y Wey de Brito desempeñaron un papel importante en WWF e hicieron de la búsqueda de alternativas para la preservación ambiental la razón de ser de sus trayectorias personales y profesionales. Presentamos a continuación sus principales ideas, en un diálogo sobre dónde fue a parar Rio 92 y hacia dónde va Rio+20.

Foto cedida pela entrevistada



**MARIA CECÍLIA
WEY DE BRITO**

¿Qué hacían cuando se celebró Rio 92?

Cláudio Maretti - Yo estaba en un proyecto de cooperación con Guinea-Bissau, con la participación de la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza, con financiación europea, especialmente suiza, y colaboración técnica brasileña y latinoamericana. Los debates para la preparación de Rio 92 y sus resultados sirvieron de inspiración para nuestra actuación internacional.

Roberto Troya - Yo participe en todo el proceso de Rio 92 desde sus reuniones de preparación como en la reunión misma. Quizás lo que más marco para mi esa reunión fue la importancia y participación que la sociedad civil tuvo tanto en las denominadas PREP-COMs

● ● La naturaleza es la que puede garantizar la sostenibilidad y equidad en la oferta y acceso de las poblaciones a la comida, el agua y la energía, es decir, a las bases de los intereses de un desarrollo que sea verdaderamente sostenible ● ●

Cláudio Maretti

como en Rio. La actual Presidenta Internacional de WWF Yolanda Kakabde se junto con el equipo liderado por el canadiense Maurice Strong, facilitaron que los representantes de ONGs, grupos indigenas y campesinos, actores sindicales y gremiales y demás actores, tuvieran un espacio tanto en la reunión oficial de Ministros y Presidentes en Riocentro, como en el Aterro Flamengo donde se protagonizó una verdadera fiesta por la conservación y el desarrollo sostenible.

Maria Cecilia Wey de Brito - Yo era asesora de Fabio Feldmann, que en aquella época era diputado federal y tuvo una participación muy activa y decisiva en la construcción de la agenda de la conferencia y de los convenios presentados, así como del Programa 21 y de la Carta de la Tierra. Yo me ocupaba del ámbito de la biodiversidad, y le apoyaba en los eventos paralelos que se celebraron durante Rio 92.

¿Cómo fue la participación de los países latinoamericanos?

Maretti - El impacto de Rio 92 fue fortísimo en Brasil, pero también en toda América Latina y en todo el mundo. Yo vivía en Guinea Bissau y sentí sus efectos en África, en Europa y en América Latina. Cuando volví a Brasil me di cuenta de que había habido un gran avance en las políticas, en la institucionalización y en la participación de la sociedad en los temas ambientales y de desarrollo sostenible. Consecuencias de esa evolución son, por ejemplo, la gran atención que la política brasileña

dedica a la Amazonia, que dio lugar a un impresionante crecimiento del área protegida y a una significativa reducción de la deforestación a partir de la mitad de la década de los noventa. Desgraciadamente, en lugar de asumir el liderazgo mundial de un nuevo modelo de desarrollo sostenible al finalizar la década pasada, Brasil se entusiasmó con las posibilidades de crecimiento económico y decidió centrarse totalmente en ese frente, junto con una relativa distribución de la renta, olvidando que eso puede representar un falso desarrollo y que, ciertamente, no cuidar de la naturaleza (los ecosistemas, con sus productos y servicios, el «capital natural») supondrá un costo para la sociedad brasileña que se pagará ahora y en el futuro.

Troya - America Latina tuvo una participación destacada en todos los ámbitos. Desde el rol jugado por Brazil como anfitrion al recibir a la reunión mas grande de Presidentes del mundo jamas registrada hasta la época, hasta por su rol en la conducción de multiples aspectos de la agenda. Recuerdo participaciones muy destacadas como la de Colombia, con un equipo multidisciplinario liderado por el Dr. Enrique Peñaloza. Equipos como el de Mexico con intervenciones magistrales como la del entonces Secretario de Desarrollo Social, Luis Donaldo Colosio. Recuerdo también el memorable discurso del entonces Presidente de México Carlos Salinas de Gortari quien a nombre del Grupo de Paises Latinoamericano y del Caribe se dirigió a la conferencia y dejó sentada la posición tan favorable de la región en torno de la Agenda 21 y su plan programático.

¿Cuál fue el principal legado de la conferencia de Rio 92?

Maretti - En Rio 92, por vez primera, el mundo, representado por las más altas autoridades gubernamentales, se reunió, debatió y decidió emprender la senda del desarrollo sostenible. El Programa 21 fue uno de los instrumentos que, en Rio 92 y a partir de entonces, más hicieron albergar esperanzas, porque tenía un enfoque holístico. Fue usado por la sociedad civil y por algunos gobiernos para promover la toma de conciencia respecto de los resultados de Rio 92 y su aplicación en distintos niveles, áreas y regiones. Otras dos decisiones tuvieron y siguen teniendo hasta hoy algunos resultados: el Convenio sobre la Diversidad Biológica y la Convención sobre Cambio Climático.

Troya - Yo creo que hay multiples legados de la Conferencia de Rio, quizás los mas palpables son aquellos que tienen que ver con los instrumentos aprobados, que siendo jurídicamente vinculantes para los países, se convirtieron en mucho mas que discursos. Las convenciones de Biodiversidad, Cambio Climatico, los Principios sobre Bosques, la Declaracion de Rio, la Agenda 21, el reporte Nuestro Futuro Comun encargado a la primera ministra Noruega Gro Harlem Brundtland, Cuidar la Tierra entre otros, son productos tangibles y reales que son

● ● Yo veo que existe una voluntad mayor de las empresas de definir su responsabilidad social y ambiental como parte integral del negocio. ● ●

Roberto Troya

producto de la Cumbre. Hubo muchos acuerdos que siendo importantes no fueron sólidos: por ejemplo el 0.7 % del Producto Interno de los países en recursos nuevos, es uno de los que se quedó muy corto. Si bien fue destacable que la Convención sobre Biodiversidad fue ratificada en un tiempo casi record, países como Estados Unidos y su Congreso no ratificaron dicha Convención porque fueron objeto de un lobbying impresionante de actores privados cuyos intereses se verían afectados.

Wey de Brito - Lo que más llamó la atención fueron los cuatro documentos resultantes de Rio 92 (los convenios de Diversidad Biológica y Cambio Climático, el Programa 21 y la Carta de la Tierra). Lo que cambió tras Rio 92 fue la expectativa sobre la posibilidad de avanzar de manera negociada en torno a cuestiones urgentes que sobrepasaban las fronteras de los países, de una manera negociada.

Entre las resoluciones de Rio 92, ¿hay algún ámbito en que no se hayan registrado avances?

Maretti - Tras un inicio esperanzador, especialmente en América Latina, el Convenio sobre la Diversidad Biológica (CDB) pasó a ser muy criticado. La Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático tuvo un comienzo lento, recibió apoyo en Europa y en los países desarrollados y después del Protocolo de Kioto no logró más decisiones concretas y aplicables. Quizá lo que más faltó después de Rio 92 fuera un cambio concreto en la economía. Está claro que los agentes del sector privado también tienen que comprometerse más firmemente para promover el cambio necesario, y la sociedad debe exigírselo.

Troya - Hay avances importantes pero retrocesos muy claros mas particularmente en las discusiones climáticas. Ciertamente la que trae más dudas en cuanto a su aplicación urgente es la de

Cambio Climático. Los fracasos en las negociaciones dejan ver que los países del mundo han privilegiado mantener los balances políticos y geopolíticos, a un verdadero plan mundial para reducir las emisiones y para adaptarnos a los efectos actuales y potenciales del cambio climático.

Wey de Brito - Hay que recordar las dificultades de la Convención sobre el Cambio Climático respecto al protocolo de Kioto, así como las dificultades para que la REDD entrara en la agenda de los países como un medio adicional para mitigar los gases de efecto invernadero. También es importante recordar que el Mecanismo de Desarrollo Limpio se volvió tan burocrático que hasta ahora casi no ha tenido resultados.

¿Cuál debería ser el principal resultado de Rio+20?

Maretti - Deberíamos conseguir que los diversos segmentos de la socie-

dad, los actores sociales, asumieran compromisos propios, en particular los agentes económicos y el sector privado. Para permitir que la sociedad pueda seguir el cumplimiento de los compromisos gubernamentales, del sector privado y otros, hay que establecer metas claras e ambiciosas, como los Objetivos de Desarrollo Sostenible, propuestos por Colombia y Guatemala y que gradualmente han ido contando con el apoyo de todo el mundo.

Troya - Creo que una ratificación de los postulados de Desarrollo Sostenible expresados en Rio 92 mediante una discusion fresca y activa sobre la Economía verde puede ser un resultado importante y esperado. Un análisis muy cuidadoso de la vigencia de los instrumentos jurídicos alrededor del desarrollo sostenible tanto a nivel internacional como nacional, debería ser parte de las discusiones y de los reportes que los gobiernos deben realizar a propósito de estos 20 años. Por otro lado hay que ver como fortalecer los procesos que permiten integrar Biodiversidad y Cambio Climático y no tratarlos como temas simplemente distintos.

Wey de Brito - El resultado debería ser la construcción de metas (cuantificables, medibles y reportables) para los cambios de los procesos, así como compromisos financieros para que puedan lograrse de verdad. La percepción de la urgencia de los temas relacionados con los tres pilares de la sostenibilidad no parece haber llamado a la puerta de los tomadores de decisiones ni de los diversos segmentos representados en estos eventos. Quien necesita protección es el ser humano. La Tierra seguirá ahí, pero no quedará espacio para los beneficios si la sociedad desaparece... Pero será difícil cambiar con ese pensamiento del crecimiento a través del consumo, con el apoyo del sistema financiero.

¿Qué opina sobre el texto de base de Rio+20?

Maretti - El texto recoge los principales temas, como la producción sostenible de alimentos, la gestión sostenible de las aguas y la producción de energía sostenible, la gobernanza marina y el uso sostenible y la conservación de los

bosques, los costos reales en los sectores y cadenas económicos, teniendo en cuenta lo que hoy se deja como externalidades y eliminando las subvenciones dañinas para la naturaleza y la sociedad, etc. Pero todavía no hay una formulación suficientemente ambiciosa. Siguen faltando cosas importantes, como el papel del sistema financiero como uno de los motores más importantes de la economía actual, y al que se le debería exigir el cumplimiento de sus funciones sociales y ambientales y una calidad sostenible.

Troya - Me llama la atención que no se haya partido de una línea de base: qué propuso la comunidad internacional en Rio 92, qué se ha cumplido, qué no etc. Me parece que sin este análisis de base es muy difícil sentir que existe un piso sólido para hacer las propuestas necesarias para enfrentar el futuro sin correr el riesgo de hacer las mismas declaraciones, obtener los mismos compromisos y direcciones que quizás ya se lograron y o se obtuvieron 20 años atrás.

¿De qué forma pueden el sector empresarial y la sociedad civil contribuir a la conservación del medio ambiente y al desarrollo sostenible?

Maretti - Se dice que el mejor camino para los cambios es el voto y la elección del consumidor. Aunque estoy de acuerdo con ello, no es admisible que los sectores y los líderes gubernamentales y empresariales se escuden en esa explicación para aplazar las acciones necesarias. Es fundamental que esos líderes formen parte del movimiento de cambios que conducen hacia la sostenibilidad. Las empresas no pueden concentrarse exclusivamente en controlar sus propias actividades, tienen que asegurarse de toda la cadena económica de los productos con que comercian. Y esos compromisos de las empresas tienen que ser claros, estar registrados y permitir que la sociedad pueda seguirlos. Es responsabilidad de la sociedad exigir el cumplimiento de los compromisos acordados con los gobiernos y las empresas.

Troya - Es muy evidente que el sector empresarial está mucho más comprometido que hace 20 años, yo veo que existe una voluntad mayor de las empresas de definir su responsabilidad

social y ambiental como parte integral del negocio. Pero aun falta mucho por hacer. Las fuerzas del mercado junto a las economías de algunos países siguen empujando prácticas que ponen en riesgo al planeta. El rol del sector empresarial y privado, si bien creciente, podría ser uno de los objetivos concretos para integrarlo como uno de los actores más importantes para el cambio.

Wey de Brito - En primer lugar, informándose y no estando a merced de lo que otros dicen. En segundo lugar, votando con responsabilidad y no dejándose llevar por bromas irresponsables, como votar a candidatos «rebeldes», «extravagantes», «jocosos», etc. En tercer lugar, adoptando acciones de ciudadanía en sentido amplio en el día a día, desde respetar a los peatones y ciclistas, por ejemplo, hasta no pagar «donativos» para que un proceso avance más rápidamente. Está claro que una mayor eficiencia de los negocios en términos de uso de los recursos naturales, la transparencia y la preocupación con sus cadenas de valor, son de gran valía y se adoptan cada vez de forma más habitual en la gestión de las empresas.

¿Cuál es el papel de las economías emergentes para las cuestiones ambientales?

Maretti - Desgraciadamente, los países emergentes a menudo intentan ponerse «al final de la fila» de los modelos de desarrollo que ya están en jaque. Algunos países emergentes, como China, aunque continúan con discursos y acciones ambiguas o contradictorias, han aumentado significativamente las medidas para reducir los impactos ambientales o para lograr una producción más sostenible. En parte también por intereses comerciales, China ha sido uno de los países que más ha invertido en tecnología y producción de paneles solares y en restauración forestal. Eso no la exime de la enorme responsabilidad de los impactos ambientales y sociales de sus compras y actividades, en lo que iguala o supera a países con mayor huella ecológica. Pero eso hace que mejore un tanto en la sostenibilidad, aunque, como decíamos, eso se deba a intereses comerciales o económicos. Desgraciadamente, Brasil,

● ● Es perfectamente viable, siempre y cuando se cambien algunos valores de la sociedad, lo que obviamente requiere tiempo. En el caso de Brasil, exige una fuerte inversión en educación. ● ●

Maria Cecilia Wey de Brito

que podía haberse convertido perfectamente en el campeón del modelo económico del siglo XXI, sigue buscando soluciones por el modelo económico de los siglos XIX o XVIII, mediante la disputa de las tierras, de la propiedad sin responsabilidad social, del desperdicio de recursos naturales, de la degradación de la naturaleza, etc.

Troya - Las economías emergentes juegan un rol fundamental en el contexto global del desarrollo sostenible ya que ellas están en posición de demostrar cómo sus políticas económicas, sociales y ambientales guardan un balance entre si. Esos países son también potencias políticas y generan liderazgos regionales como es el caso del Brazil en el entorno Amazónico. Las repercusiones regionales de la política brasileña en temas de inversión en infraestructura, energía, producción alimentaria etc., están teniendo un efecto directo en las economías de los países amazónicos vecinos. Es así que Perú con el tema de represas hidroeléctricas y Bolivia con el caso de producción de gas e infraestructura con capitales brasileños, están siendo objeto de procesos que tienen mayor incidencia en la biodiversidad Amazónica y en la vida de los pueblos más directamente afectados. No es secreto que el tema de seguridad alimentaria unido al tema de acceso a fuentes de agua en calidad y cantidad son los grandes propulsores del debate acerca de un modelo para desarrollo, al parecer ahora el modelo se centra

en explotar más, lo antes posible y se esgrimen a los "derechos económicos" de los pueblos como el gran escudo. **Wey de Brito** - Su papel es cambiar la forma de hacer las cosas. Y mostrar que se aprende de los errores del pasado, tanto de los propios como con los ajenos.

¿En qué medida es viable la estructuración de la llamada «economía verde»? ¿Sería también importante una «economía azul»?

Maretti - Hay diversas formas de comprender la llamada «economía verde». Ciertamente, este concepto incluye la importancia de una mayor eficiencia en el uso de los recursos naturales y la reducción del contenido de carbono. Pero debe ir mucho más allá de soluciones tecnológicas o de un debate sobre alternativas energéticas. Lo fundamental es considerar la integración de las fuerzas económicas en el camino del desarrollo sostenible. No se trata de crear una economía que solo esté relacionada con los bosques, pues es fundamental su vínculo —respeto, uso sostenible, conservación— con los ecosistemas en general, con los bosques, pero también con las sabanas y campos naturales, ríos, lagos y mares. La economía azul tiene el mismo sentido que la economía verde, es decir, considerar mejor los ecosistemas, llamar la atención adecuadamente para que no olvidemos los mares y las aguas.

Troya - La propuesta de la economía verde parte de una premisa funda-

mental que es buscar hacer prácticos sus postulados. El esfuerzo de encontrar propuestas viables y claros que permitan desarrollar las políticas necesarias bajo cualquier esquema político o ideológico es uno de los aportes importantes de la llamada Economía Verde, ya que la misma cabe en esquemas políticos que favorecen al mercado o a aquellos donde hay un control mayor del Estado. Lo que es absolutamente cierto es que la realidad prevista en Rio hace 20 años, está ahora vigente y muchos de los problemas anunciados entonces, ahora son realidad. En el marco de los tres ejes del desarrollo sostenible, se supone que han habido avances importantes en lo Social y en lo Ambiental, pero que lo Económico no ha sido suficientemente balanceado, es decir no ha actuado como un tercer eje.

Wey de Brito - Es perfectamente viable, siempre y cuando se cambien algunos valores de la sociedad, lo que obviamente requiere tiempo. En el caso de Brasil, exige una fuerte inversión en educación.

¿Cuál es la solución de futuro para la Amazonía, para Brasil y para América Latina?

Maretti - América Latina es la región del mundo con mayor biodiversidad y volumen de agua, además de riqueza de recursos naturales, y eso se debe en gran parte a la Amazonía. La Amazonía es un patrimonio brasileño, sudamericano y mundial que debe gestionarse en

beneficio de las comunidades locales, de la población de los países amazónicos y con la responsabilidad de su importancia global. América Latina es una región con una historia, diversidad social y riqueza considerables. Desgraciadamente, es también una de las regiones con mayor desigualdad social. El desarrollo sostenible no es posible sin equidad social, y la naturaleza es la que puede garantizar la sostenibilidad y equidad en la oferta y acceso de las poblaciones a la comida, el agua y la energía, es decir, a las bases de los intereses de un desarrollo que sea verdaderamente sostenible. Tenemos que avanzar para garantizar la sostenibilidad de la producción y oferta de alimentos, de manera que no perjudiquemos ni sus posibilidades de producción en el futuro, ni los servicios que interesan a otras necesidades de la sociedad, como la gestión sostenible de las aguas. Eso significa que la producción de alimentos no puede seguir basándose en la deforestación ni en otros tipos de degradación. De la misma manera, no puede seguir dándose prioridad a maximizar la producción hidroeléctrica en detrimento de otros usos y beneficios de las cuencas hidrográficas. Además, es esencial avanzar en la comprensión de la gestión integrada responsable de recursos naturales, cuencas hidrográficas

y ecosistemas compartidos por más de un país. Es importante reconocer que el mal uso de las tierras, bosques o ríos en la parte alta de las cuencas hidrográficas perjudica a quienes están aguas abajo (por ejemplo, con inundaciones, escasez, baja calidad del agua, etc.). Y ya se sabe que la deforestación de la parte oriental de la Amazonía puede perjudicar a la humedad de su parte occidental.

Troya - Si de acuerdo al Living Planet Index Report de WWF ya estamos consumiendo un planeta y medio; si la población ya rebasa los 7 billones de habitantes; si los estragos del cambio climático ya se sienten en todo el planeta afectando fuentes de agua, producción alimentaria; si las emisiones de carbón se mantienen e incrementan a niveles irreversibles, entonces estamos ya hablando de temas de seguridad planetaria. Seguridad que habla de acceso al agua dulce en cantidad y calidad, acceso a los alimentos para una vida digna, seguridad en el acceso y disponibilidad de fuentes suficientes de energía limpia. Son tres temas que actúan como un gran paraguas ya que dentro o alrededor de ellos existen y giran muchos más, pero ciertamente simbolizan aspectos claves para sostener la vida en el planeta.

Wey de Brito - El problema de la alimentación no es tanto una cuestión

de cantidad como de calidad y distribución. Brasil tiene que fijarse más en las consecuencias de las acciones que tomamos. La solución de futuro para la Amazonía es diseñar un plan de Estado. Es importante que las soluciones para los problemas actuales no se piensen con una perspectiva de corto plazo. Es posible invertir para desarrollar mercados diferentes, conocimientos científicos para nuevos productos y para conocer potencialidades y el funcionamiento de la región desde el punto de vista ambiental y social. Y se puede desarrollar la ciudadanía mediante diversos mecanismos, pero principalmente por la mejora de los servicios de los poderes públicos y su universalización en la región. Esas actividades podrían ser financiadas como contrapartida de inversiones que vayan a hacerse en la región, también y principalmente por los que se beneficiarán de esas inversiones directamente, como por ejemplo los exportadores de materias primas de la Amazonía y del Cerrado. En el caso de Brasil y de América Latina, parece que es más urgente que nunca realizar una inversión sistemática y de mayor alcance para ampliar la agenda de las exportaciones hacia una agenda que aumente la participación de los productos con mayor valor añadido.



**CLÁUDIO
MARETTI**



**ROBERTO
TROYA**



**MARIA CECÍLIA
WEY DE BRITO**

Artículo

Serie ¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?



Foto cedida pelo entrevistado

ALEJANDRO GORDILLO

Si se mantiene la tendencia actual de deforestación e incendios forestales y los efectos del cambio climático, la Amazonía perderá un tercio de su vegetación hasta el 2030. Si esa situación se prolonga, el mayor bioma del planeta llegará a 2080 con menos del 10 % del bosque original.

Eso indican las proyecciones de la tercera edición de la Perspectiva Mundial sobre la Diversidad Biológica, y es lo que nos recuerda el Secretario General de la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA), el embajador peruano Alejandro Gordillo.

Gordillo y sus interlocutores de los ocho países que forman parte

del bioma amazónico (Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Guyana, Perú, Venezuela y Surinam), además del territorio de ultramar de la Guayana Francesa, esperan que Rio+20 tenga en cuenta los elementos sociales en el debate ambiental y que los modelos de producción y de consumo de las mayores economías mundiales converjan hacia niveles más sostenibles. Vea a continuación el artículo escrito por el embajador para WWF.

La Amazonía contiene el más grande bosque tropical húmedo que representa el 6 % de la superficie de la Tierra y ocupa el 40 % del territorio de América Latina y el Caribe. Su extensión es de entre 5,1 y 8,1 millones de kilómetros cuadrados. Sus ríos aportan aproximadamente el 20 % del agua dulce del planeta a los océanos. La cuenca tiene 25 000 kilómetros de ríos navegables.

El río Amazonas tiene 6900 kilómetros de extensión, cuenta con más de mil afluentes y vierte alrededor de 220 000 metros cúbicos de agua por segundo.

Se han identificado alrededor de 20 000 especies de plantas en la Cuenca, de las cuales, 2000 han sido clasificadas por su utilidad como alimentos, medicinas y otros fines.

En la Amazonía viven 40 diferentes pueblos indígenas y tribales que hablan 86 lenguas y 650 dialectos. Los habitantes de la Cuenca llegan a los

38,7 millones que es el 11 % de la población de los ocho países amazónicos.

Si continúa la tendencia actual de la deforestación, de incendios forestales y del cambio climático, para el 2030 quedará el 30 % del bosque original y menos del 10 % hacia el 2080. Se puede producir una disminución del número de especies, pérdida del carbono almacenado y significativa reducción de lluvias (Tercera edición de la Perspectiva Mundial sobre la Diversidad Biológica).

Conscientes de la importancia de la Amazonía, los ocho países amazónicos decidieron aunar esfuerzos para, mediante un activo proceso de cooperación, lograr el desarrollo integral de sus respectivos territorios amazónicos e incorporarlos a las respectivas economías nacionales, a través del mantenimiento del equilibrio entre el desarrollo económico y la preservación del medio ambiente. Por tal motivo, en 1978 suscribieron el Tratado de Cooperación Amazónica, que ya tiene 32 años de vigencia.

Posteriormente, en 1998, con el fin de perfeccionar y fortalecer institucionalmente el proceso de cooperación, decidieron crear la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA) y establecer una Secretaría Permanente, con sede en Brasilia. La Secretaría Permanente se instaló en el año 2002.

Agenda Estratégica de Cooperación Amazónica

Los Presidentes de los Países miembros de la OTCA se reunieron en

Manaos, Brasil, y emitieron una Declaración sobre la Organización en la cual manifestaron haber decidido «dar a la OTCA un renovado y moderno papel, como foro de cooperación, intercambio, conocimiento y proyección conjunta». Asimismo, encargaron a los Cancilleres que prepararan una Agenda Estratégica de la OTCA, para lo cual, señalaron ciertas orientaciones. La Agenda Estratégica de Cooperación Amazónica (AECA) fue aprobada en la X Reunión de Ministros de Relaciones Exteriores, en Lima, en noviembre de 2010, coincidiendo con la conmemoración del trigésimo aniversario de la entrada en vigencia del Tratado de Cooperación Amazónica.

En Lima, los Cancilleres aprobaron una serie de resoluciones que tienen que ver con la marcha de la OTCA, y que se refieren a la reglamentación de sus órganos: Reunión de Ministros de Relaciones Exteriores, Consejo de Cooperación Amazónica (CCA), Comité de Coordinación del Consejo de Cooperación Amazónica (CCOOR) y Secretaría Permanente; a las fuentes de financiamiento; a las relaciones con la cooperación internacional. Además, sancionaron la Agenda Estratégica de Cooperación Amazónica (AECA) que es como la hoja de ruta de la organización.

La AECA contiene una «Visión de la Región Amazónica» y, para el caso de la OTCA, establece una «Visión del futuro», le encarga una «Misión» y le fija unos «Objetivos estratégicos». Está construida sobre la base de dos «ejes de abordaje transversal»: la conservación y uso sostenible de los recursos naturales renovables y el desarrollo sostenible sustentable.

Contiene acciones de corto, mediano y largo plazo sobre los temas que establece el TCA: conservación y uso sostenible/sustentable de los recursos naturales renovables; asuntos indígenas; gestión del conocimiento e intercambio de informaciones; gestión regional de salud; infraestructura y transporte; y turismo. Se le han agregado tres nuevos temas emergentes: cambio climático, desarrollo regional y energía.

La aplicación de la Agenda se inició el 1 de enero de 2011 y a lo largo de ese año se ha podido comprobar el interés

de los Países miembros de la OTCA por participar en ese proceso. Han estado representados en las reuniones técnicas por las autoridades que tienen a su cargo el tema de que se trate y la asistencia, en el 80% de los casos, ha sido completa. En las pocas oportunidades en que no ha habido lleno completo, solamente ha faltado un país.

De otro lado, a pesar que la reglamentación dispone que los Cancilleres se reúnan cada dos años, en noviembre del 2011, un año después de la cita en Lima, celebraron su XI Reunión en Manaos, en donde aprobaron el «Compromiso de Manaos» y han decidido volver a reunirse en noviembre de 2012 en Ecuador. Este documento contiene importantes acuerdos como, la implementación de un «Observatorio Amazónico», la creación de una Universidad Regional Amazónica, la incursión en temas de inclusión social, lucha contra la pobreza, erradicación de la pobreza y el desarrollo social en la Amazonía, entre otros importantes temas.

El Consejo de Cooperación Amazónica (CCA) sostuvo dos reuniones, precedidas de la de Puntos Focales, y el Comité de Coordinación del Consejo de Cooperación Amazónica (CCOOR) se reunió con la periodicidad que establece la reglamentación.

La OTCA y Río+20

Teniendo en cuenta que la OTCA, cuyo ámbito geográfico es importante para diversos aspectos de la temática de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo, posee un importante bagaje que mostrar, los Cancilleres de la Organización en la reunión de Manaos aprobaron una Declaración sobre dicho cónclave. Es conveniente resaltar que el TCA es prácticamente un instrumento internacional precursor del desarrollo sostenible sustentable, que, la OTCA es eminentemente una organización de cooperación horizontal, sur-sur, que posee una Agenda Estratégica aprobada unánimemente por los Países miembros, en la cual figura una «Visión de la Región Amazónica» compartida por dichos Estados.

Por su lado, los Ministros de Medio Ambiente de los Países miembros

de la OTCA, en su Segunda Reunión celebrada en Lima a fines de marzo de 2012, emitieron una «Declaración de Lima» en la cual se suman a la «Declaración» de los Cancilleres sobre Río+20.

La OTCA estará, además, presente en Río+20 mediante la organización de un «evento paralelo» y la presentación de un stand.

Brasilia, 18 de abril de 2012

Artículo

Serie ¿Adónde fue a parar Rio 92? ¿Adónde va Rio+20?



**PAULO
SOTERO**

El periodista Paulo Sotero Marques, antiguo corresponsal del diario Estado de S. Paulo en Estados Unidos y actual director del Brazil Institute del Woodrow Wilson International Center for Scholars en Washington (EE. UU.), escribe a continuación sobre qué significó la conferencia de Rio 92 —que cubrió para el citado diario Estado de S. Paulo— y examina las perspectivas de Rio+20.

El texto muestra el contexto de la política interna de Brasil (meses antes de la destitución del presidente Fernando Collor de Mello), los bastidores del poder en Estados Unidos que condujeron a que Washington no ratificara hasta hoy las

decisiones de aquella conferencia, y mediante un testimonio inédito, hace justicia a Warren Lindner, coordinador del Foro Global que, en paralelo a la conferencia oficial, reunió a organizaciones no gubernamentales en el Parque de Flamengo.

Más que la exposición de los recuerdos de un periodista con más de 40 años de experiencia, el siguiente texto pone de relieve las transformaciones en los últimos veinte años en la visión sobre el medioambiente, refleja los cambios en la relación entre el gobierno y el sector terciario y examina las perspectivas respecto a Rio+20.

Esos eran los objetivos de una serie de preguntas que WWF envió inicialmente a Paulo Sotero, que prefirió ofrecer sus respuestas a través del siguiente texto, que reproducimos integralmente.

En junio de 1992 yo era el corresponsal del periódico O Estado de S. Paulo en Washington. Me llamaron para acudir a Rio de Janeiro, donde junto con otros corresponsales y colaboradores del periódico en el extranjero, participe en la cobertura de la conferencia, para la que dicho periódico dedicó un cuaderno especial que se publicó todos los días durante la semana del evento.

Para Brasil, el significado político de ser la sede de Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente

y el Desarrollo trascendía los temas de la agenda. Hacía siete años que se había restaurado la democracia y en el poder estaba el primer presidente elegido por votación popular en casi treinta años. La conferencia era el mayor evento internacional celebrado en Brasil hasta aquel momento. Brasil, tradicionalmente insular, se abría al mundo para albergar y quizás para liderar un debate global sobre un tema respecto al cual se había mantenido a la defensiva hasta aquel momento, acusado de destruir la Amazonía y lo que quedaba de sus pueblos indígenas. Las organizaciones no gubernamentales, especialmente las que se ocupaban de cuestiones ambientales, se enfrentaban a una fuerte resistencia por parte de los medios oficiales y, especialmente, del Ministerio de Relaciones Exteriores, donde se las veía como instrumentos de intereses extranjeros. A pesar de ello, comenzaron a ganar terreno.

Joven e impulsivo, el entonces presidente Fernando Collor de Mello llegó al palacio presidencial con la promesa de luchar contra la corrupción, una práctica rápidamente democratizada por la clase política tras el fin de 21 años de dictadura. Prometió igualmente acabar con la inflación, una antigua maldición asociada a la corrupción que los tecnócratas del régimen militar habían convertido, a través de déficits crecientes y la indexación monetaria, en un esquema garantizado por el Estado para enriquecer a las élites a costa de la nación.

El 3 de junio, cuando Fernando Collor de Mello inauguró la conferencia de Rio 92, era evidente que había incumplido ambas promesas, que había perdido su base de apoyo en el Congreso y que estaba desacreditado. La inflación había vuelto con fuerza y aquel joven líder se convirtió en el personaje central del mayor escándalo de corrupción de la historia de Brasil.

Semanas antes de que diera inicio Rio 92, el hermano del presidente, Pedro Collor, dio una explosiva entrevista a la revista Veja para denunciar el esquema de tráfico de influencias y malversación de fondos públicos comandado por el empresario Paulo César Faria, socio de los negocios de la familia Collor en el ámbito de la comunicación en Maceió, exjefe de la campaña presidencial de Fernando Collor y una de las figuras más influyentes de la República. La atmósfera de inminente desastre político creada por la entrevista redujo el margen para que el gobierno y el país se beneficiaran plenamente de la iniciativa de organizar Rio 92, a pesar de los esfuerzos del entonces ministro de Exteriores, Celso Lafer, de Justicia, Célio Borja, y de Economía, Marcílio Marques Moreira, quienes a partir de entonces formaron una especie de comité informal de salvación nacional dentro del gobierno, que amenazaba desmoronarse.

La atmósfera de sospecha creada por el escándalo de Collor contribuyó en Rio 92 a uno de los episodios más lamentables de mal periodismo que he visto en mis 38 años de carrera. Días después del comienzo de la conferencia, William Waack y yo fuimos citados a una reunión por el coordinador del equipo. Uno de los colaboradores del periódico había obtenido una información asombrosa. Sería el titular del diario al día siguiente y haría estremecerse la conferencia. La noticia era que el abogado estadounidense Warren Lindner, coordinador del Foro Global, que reunía a las ONG en el Parque de Flamengo, había desaparecido con dos millones de dólares destinados a financiar la conferencia paralela de las organizaciones cívicas, las universidades y los activistas en general.

Insolvente, el Foro Global, cuya misión consolidaba la presencia de las organizaciones de la sociedad civil en los debates sobre los grandes temas mundiales, amenazaba con convertirse en un fiasco. William y yo pedimos detalles sobre el reportaje. Aunque no tuvimos acceso al texto, constatamos enseguida que esa gravísima acusación no se basaba en ninguna declaración oficial ni en documentos y que el autor de la supuesta primicia del reportaje no había hablado con Lindner, como aconseja el sentido común y hasta el más elemental manual de periodismo. Ante nuestra objeción para la publicación del artículo, nos informaron que la Policía Federal tenía un dossier sobre el tema. Pedimos ver dicho dossier y nos informaron que solo estaría disponible al día siguiente. Waack y yo decidimos entonces que deberíamos esperar hasta el día siguiente, examinar el dossier, escuchar a Lindner y, entonces sí, publicar el artículo, si es que aún se sostendía. Nos dijeron entonces que la dirección de la redacción ya había tomado la decisión y que ese sensacional reportaje se publicaría al día siguiente. El argumento a favor de la publicación era la fuente que, aunque era secreta, era oficial. Una vez más, Waack y yo insistimos en que, si la fuente de esa información era un funcionario del gobierno del presidente Collor, a quien su propio hermano acusaba de un delito de corrupción, eso era razón de más para no publicar el artículo y reforzar la comprobación de los hechos. Perdimos la batalla. Se nos dijo que, pese a los problemas que habíamos señalado en el artículo, el periódico corría un riesgo todavía mayor de que se filtrara la información a uno de sus competidores si se posponía su publicación 24 horas.

Al día siguiente, el sábado 6 de junio, el Estado de S. Paulo publicó en la portada de la sección especial, con una llamada en la primera página, un supuesto reportaje titulado: «Un dossier de la Policía Federal acusa a Lindner de uso irregular de dinero». Waack y yo preguntamos por el dossier de la Policía Federal nada más llegar a Riocentro, donde se celebraba la

conferencia. Nos dijeron, como nos temíamos, que la entrega del dossier se iba a retrasar. Rodrigo Mesquita, un accionista del periódico, ambientalista declarado y fundador de la ONG SOS Mata Atlántica, que participaría en el Foro Global liderado por Lindner, se presentó en Rio de Janeiro aquella misma mañana. Estaba perplejo por el artículo. Obviamente, Lindner y el presidente de Rio 92, el empresario y filántropo canadiense Maurice Strong, desmintieron aquella información calumniosa. El diario no tenía ninguna información que respaldara la noticia y se dejó manejar por un periodista sin escrúpulos. Nos volvieron a llamar a Waack y a mí. Querían saber qué tenía que hacer el periódico. Dijimos que, después de haber atropellado deliberadamente el código de ética del diario y del periodismo, por no hablar del más elemental sentido común, debería publicar al día siguiente un titular que desmintiera el titular del día anterior o, como mínimo, un texto que reconociera el error y pidiera disculpas a los acusados y a los lectores.

Por desgracia, no se hizo eso. El 9 de junio, el diario Estado de S. Paulo publicó una noticia según la cual el director de la Policía Federal, Romeu Tuma, negaba, a preguntas del entonces ministro de Justicia, Célio Borja, estar en posesión de un dossier sobre Lindner y haber llevado a cabo ningún tipo de investigación sobre las finanzas del Foro Global. Dos días después, el diario Jornal do Brasil, en una edición en inglés que publicó durante la conferencia, aclaró la historia. En una conferencia de prensa, Lindner, Strong, el científico Albert Sabin y el alcalde de Rio de Janeiro, Marcelo Alencar, anunciaron el pago de la deuda de dos millones de dólares que el Fondo Global había acumulado en la fase de preparación de la conferencia. El periódico informó que el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo había contribuido con 500 000 dólares estadounidenses. Los gobiernos de Alemania, Austria y Canadá habían participado con 400 000 dólares. El Banco Real hizo una contribución de 750 000 dólares que, sumada al dinero



donado por las ONG, completaron la cantidad de la deuda.

«Es una acusación estúpida», afirmó Maurice Strong, ante una audiencia de cientos de periodistas de todo el mundo, una parte del contingente de 2000 periodistas que cubrieron Rio 92. «Alguien ha querido lanzar nubarrones sobre el Foro Global. Ha sido repulsivo. El Foro Global es el alma de Rio 92.»

No me cabe duda de que Strong estaba en lo cierto sobre la motivación de los que crearon aquella noticia falsa. El autor del repugnante reportaje era un agregado político de José Sarney, el expresidente de la República y actual senador. En la delegación oficial de Brasil en Rio 92 había diplomáticos de alto rango que habían ascendido durante los gobiernos militares y la administración de Sarney. Todos ellos eran adversarios declarados de las ONG, las mismas que, algunos años después, un grupo de políticos inescrupulosos de diversos partidos adoptaron como instrumento para desviar dinero público para uso personal, financiación de campañas o pago de deudas políticas.

En 1994 fui enviado a cubrir la Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo en El Cairo, e intenté registrar en el periódico los bastidores del lamentable y totalmente evitable episodio que se había producido dos años antes. Nombrado ministro de Relaciones Exteriores por el presidente Itamar Franco, que sucedió a Collor, el senador Fernando Henrique Cardoso había iniciado la apertura del Ministerio de Relaciones Exteriores a la sociedad civil. Las ONG, antes vistas con horror por nuestros diplomáticos, comenzaron a ser incluidas en las delegaciones oficiales de Brasil en las conferencias mundiales que la ONU realizó sobre diversos temas a partir de Rio 92. Las delegaciones brasileñas mejoraron en calidad y representatividad. Ahora expresaban no solo la perspectiva del Estado, sino de la nación, que empezaba entonces a construir a duras penas la exitosa experiencia de democracia con estabilidad económica y progreso social del mundo en desarrollo que es hoy a pesar de lo mucho que aún queda por hacer.

Inspirado por la presencia de la profesora Elza Berquó y de la activista feminista Jacqueline Pitanguy en la delegación oficial de Brasil, escribí un artículo titulado «Cae el muro entre el Ministerio de Relaciones Exteriores y las ONG». Hacia la mitad del texto relaté el triste episodio de la falsa acusación contra Lindner que tuvo lugar en Rio 92, para ilustrar lo mucho que había cambiado en dos años la visión oficial del gobierno sobre el papel de las ONG. Sin embargo, la dirección de la redacción de entonces decidió que era mejor no remover el pasado.

Warren Lindner, que era portador del VIH, murió en el año 2000. Junto con algunos miembros del equipo de editorialistas del Estado de S. Paulo, quizás sea yo el único antiguo reportero que sigue unido al periódico, que dejé oficialmente en septiembre del 2006, pero para el que sigo realizando contribuciones eventuales en forma de análisis y artículos de opinión. La invitación de WWF para recordar Rio 92 me ofrece la oportunidad de recordar esta historia, sobre lo que está al corriente la dirección del diario.

El clima de crisis que se instaló en Brasil en el momento en que empezaba Rio 92 limitó la acción del gobierno en la conferencia. Recuerdo una conversación que mi colega William Waack, entonces corresponsal del periódico en Berlín, y yo tuvimos con el embajador Rubens Ricupero en los primeros días de la conferencia en uno de los pasillos de Riocentro. Ricupero, que dirigió las negociaciones del Tratado de la Amazonía en los años setenta y posteriormente fue embajador en Washington, ministro de Medio Ambiente y de Hacienda y director general de la UNCTAD, presidió el debate más importante de Rio 92, el del Comité de Finanzas de la conferencia, en que se discutiría el porcentaje del PIB que los países ricos, encabezados por los norteamericanos y por Holanda, se comprometerían a destinar a las naciones pobres, a título de «ayuda oficial al desarrollo».

«La diplomacia tiene mucho de teatro», afirmó Ricupero en nuestra conversación. «Como negociador del país anfitrión, a veces es necesario reclinarse en el escenario sin correr el riesgo de que se venga abajo, y eso es algo que yo no puedo hacer», nos confesó el diplomático, en referencia al escándalo que rondaba al gobierno y amenazaba la estabilidad de la República. El escenario creado por el escándalo de Collor estaba, de hecho, a punto de desmoronarse. En septiembre, el presidente sería destituido del poder por una ley del Congreso, que rechazó su solicitud de renuncia y suspendió sus derechos políticos por ocho años.

Si tenso era el clima político nacional en el que se llevó a cabo la conferencia, tampoco era mucho mejor el ambiente en Rio de Janeiro. Para garantizar la seguridad de los miles de visitantes extranjeros, el Gobierno federal había ordenado una nada discreta ocupación militar de los puntos clave de la ciudad, con la satisfacción, dicho sea de paso, de una parte importante de sus habitantes, cansados de la violencia que entonces imperaba.

Una escena que se me quedó grabada en la memoria fue la de un tanque del ejército situado justo detrás del Hotel Sheraton en el barrio de São Conra-

do, en el punto en que la favela Rocinha llega a la Avenida Niemeyer, con su enorme cañón apuntando a la favela. Al llegar a Riocentro, comenté con el embajador Bernardo Pericás, líder del comité de bosques, la vergüenza que sentí al ver aquel tanque del ejército que apuntaba hacia el pueblo en un Rio de Janeiro lleno de visitantes de todo el mundo que transitaban por allí a diario, de camino hacia Riocentro. «El comandante podría, al menos, poner el cañón apuntando al mar», sugerí. «El problema es que, si hace eso, la gente de la favela baja y toma el tanque», dijo el embajador, con sarcasmo.

Por una situación aún más bochornosa pasó William K. Reilly, un respetado ambientalista a quien el presidente H. W. Bush le había confiado el mando de la Agencia de Protección Ambiental de EE. UU. Reilly era el jefe de la delegación estadounidense en Rio 92 y negoció en los primeros días de la conferencia un texto que, según creía él, permitiría a su país adherirse al Convenio sobre la Diversidad Biológica, el fruto más importante que produjo aquella conferencia. Las grandes empresas estadounidenses y sus aliados conservadores del Partido Republicano se oponían a dicho convenio y estaban haciendo lobby para impedir la adhesión de Estados Unidos. En la administración de Bush no les faltaban aliados. Uno de ellos era el entonces vicepresidente Dan Quayle. Días después del comienzo de la conferencia en Rio, el texto del Convenio sobre la Diversidad Biológica que Reilly negoció a duras penas se filtró a la prensa de Washington y generó la reacción esperada entre los conservadores en el Congreso, en el Ejecutivo y en los grupos de presión del mundo corporativo. En un discurso pronunciado en Washington, Quayle le puso una zancadilla a Reilly y criticó públicamente la posición de la delegación estadounidense en la conferencia. Congresistas de la oposición demócrata que formaban parte de la delegación oficial de Estados Unidos en la conferencia, incluyendo a Al Gore, de Tennessee, Tim Wirth, de Colorado, y John Kerry, de Massachusetts, trataron de ayudar a Reilly y al

principal negociador de la delegación mexicana, Michael K. Young, a evitar el fiasco. Pero el daño ya estaba hecho. De regreso a Washington, Reilly envió un mensaje a los funcionarios de la EPA diciendo que había sido objeto de un acto de «sabotaje» político. «Para mí, personalmente, fue como un salto al vacío con una cuerda elástica. Te lanzas con la pierna bien atada a una cuerda... y a nadie le suele pasar que alguien le corte la cuerda». Pero fue exactamente eso lo que sucedió. Estados Unidos firmó el Convenio en junio de 1993, pero hasta ahora no lo ha ratificado. Dicho Convenio cuenta con 193 países miembros. Sudán del Sur, Andorra y la Santa Sede son, junto con Estados Unidos, los que permanecen fuera. En 1992, las objeciones americanas se debían a una preocupación con disposiciones del Convenio sobre la transferencia de tecnología para los países en desarrollo, algo que veían como una amenaza potencial a los derechos de propiedad intelectual de las empresas estadounidenses. Washington consideró excesivamente vagos los términos empleados en el Convenio sobre la obligación de proporcionar asistencia financiera. Ningún otro país desarrollado compartió ni comparte esa preocupación. Los esfuerzos iniciales de la administración de Obama en favor de la ratificación no fueron a ninguna parte y poco se espera de Estados Unidos, un país que, a pesar del impresionante número de universidades y centros de excelencia en investigación científica que posee, se convirtió a partir de 1992 en el centro de resistencia para la aplicación del conocimiento científico a las políticas públicas en cuestiones fundamentales de salud (células madre) y medioambiente (cambio climático). Por eso, el gobierno de EE. UU. llega a Rio+20 con poco espacio y credibilidad y una posición que impide el liderazgo que debería tener en la conferencia.

A pesar de que sigo los debates sobre temas ambientales desde 1992 y he organizado varias conferencias en el Wilson Center sobre distintos aspectos de ese debate, centradas en las políticas públicas relevantes

● ● Si Brasil logrará consolidar su posición de líder en diversos aspectos de este debate, y de qué forma lo logre, dependerá de las políticas que adoptemos en los próximos años para administrar la formidable riqueza natural y la biodiversidad que albergamos en nuestro territorio. Esas decisiones implican elecciones que requieren conocimiento, habilidad, dedicación y coraje. ● ●

para Brasil y las relaciones de Brasil con Estados Unidos y la comunidad internacional, no me considero un experto. Por ende, les dejo a otros, más conocedores y más involucrados en los debates que yo, las respuestas detalladas a la entrevista.

Me gustaría simplemente destacar algunos puntos. El primero es que en estos 20 años se ha avanzado mucho en Brasil hacia la inclusión de los temas de Rio 92 en la agenda nacional. Empresas brasileñas de diferentes tamaños cuentan ahora con departamentos de sostenibilidad. Las organizaciones de la sociedad civil centradas en las actividades que incorporan la dimensión ambiental se han multiplicado y se han especializado. Ese tema está actualmente en los noticiarios y en los debates de los grandes periódicos y la gente habla de ello. También parece claro que Brasil ha ganado importancia en el debate de los temas ambientales con repercusiones a escala mundial.

Si Brasil logrará consolidar su posición de líder en diversos aspectos de este debate, y de qué forma lo logre, dependerá de las políticas que adoptemos en los próximos años para admi-

nistrar la formidable riqueza natural y la biodiversidad que albergamos en nuestro territorio. Esas decisiones implican elecciones que requieren conocimiento, habilidad, dedicación y coraje. La discusión sobre la Ley Forestal es solo la primera de una serie de batallas sobre el tema. Hace unos años, Rubens Ricupero escribió que Brasil reúne todas las condiciones necesarias para convertirse en una potencia ambiental en un mundo en que el cambio climático, la demanda creciente de alimentos, energía y recursos naturales como el agua cobran importancia en la agenda de la economía mundial y de la paz y la seguridad internacionales. Se trata de una llamada a la reflexión y a la acción. En democracia, hemos avanzado mucho. En democracia, y solo en democracia, podemos avanzar mucho más.

No creo que sea necesario ser un experto para decir que la naturaleza de Rio+20 y la coyuntura internacional en que se celebra aconsejan mantener bajas las expectativas sobre las posibles repercusiones de Rio+20. Rio 92 fue la culminación de un proceso de negociación y produjo resultados, como el histórico Convenio sobre Diversidad Biológica y el Programa 21. Su tema

fue explícitamente ambiental. Rio+20 tiene un enfoque más ambicioso —el desarrollo sostenible— y marca el comienzo de un proceso de negociación. Parece claro que a los ojos del país anfitrión, así como de otros grandes países emergentes que hoy le dan dinamismo a la economía mundial, la conferencia es el momento de iniciar un debate en el que las políticas ambientales no estén subordinadas a las prioridades del crecimiento económico y haya una mejor distribución social de sus resultados dentro de los países y entre los diversos países.

El desafío consiste en elaborar un programa de desarrollo sostenible a escala mundial que sea sustancial y factible, en un mundo en que, pese a los progresos alcanzados en la concienciación de las personas sobre los impactos económicos y sociales de ignorar las cuestiones ambientales, faltan líderes y coraje político para alcanzar acuerdos básicos de reducción de emisiones de los gases que causan el calentamiento global.

De esta manera, no sorprende la evaluación negativa que se hace sobre los esfuerzos de Brasilia para producir ese programa. Si había espacio para

definir una agenda innovadora para Rio+20, parece claro que el gobierno brasileño no lo ha encontrado. El mundo, por su parte, no está para grandes atrevimientos.

Paralizados por una polarizadora crisis política interna, Estados Unidos está, como ya he apuntado, a la zaga del debate sobre las cuestiones ambientales. El candidato republicano a las elecciones presidenciales de noviembre de este año, Mitt Romney, quien como gobernador de Massachusetts tuvo posiciones alineadas con el mundo sobre el cambio climático, renegó de lo que afirmó en el pasado y abrazó la bandera de la ignorancia activa que impregna el debate en EE. UU. sobre el tema global más importante a que la humanidad se ha enfrentado nunca. Con la preocupación de no dar munición a los republicanos durante la campaña presidencial de este año, es probable que el presidente Barack Obama se mantenga lejos de Rio de Janeiro y sin aspiraciones en materia de política ambiental. A su vez, la crisis económica en Europa ha reducido igualmente la voluntad de buscar planes audaces en el Viejo Mundo. Los europeos, que incorporaron más rápidamente que otros pueblos las prácticas de sostenibilidad en su día a día desde Rio 92, también muestran signos de retroceso. El temor justificado a la energía nuclear, reavivado por la catástrofe de Fukushima, ha conducido a Alemania a prohibir gradualmente el uso de esa fuente de energía, lo cual aumentará inevitablemente las emisiones de carbono en la mayor economía europea. Por su parte, China se ha convertido ya en campeona mundial de emisiones de carbono y ha descubierto en la producción y comercialización de equipos y procesos para la economía verde una forma de luchar contra la contaminación en casa y ganar dinero en el extranjero. Eso y la moderación del crecimiento chino en los próximos años podrían representar una de las pocas buenas noticias disponibles en vísperas de Rio+20.

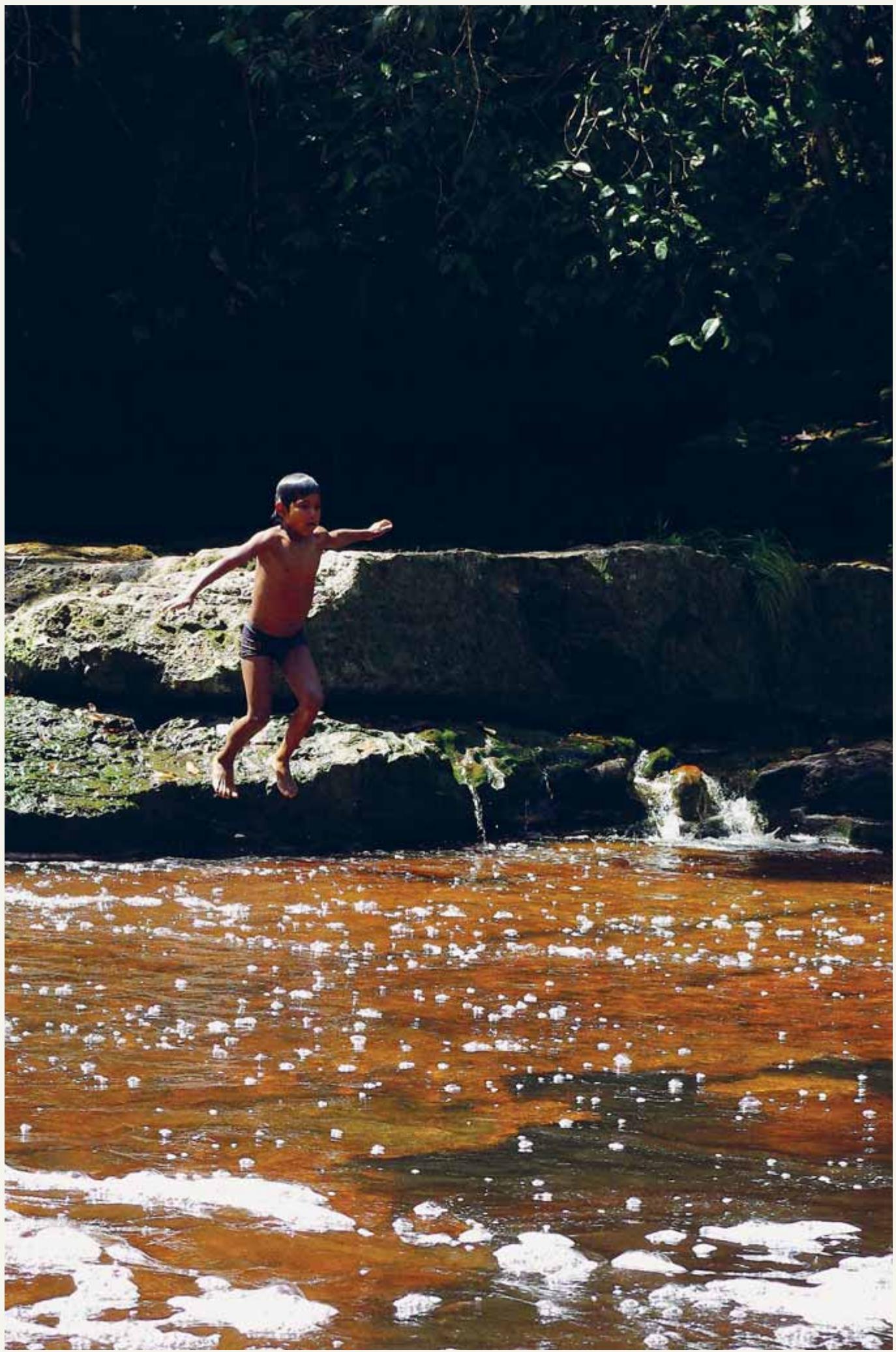
Para finalizar, hay que comentar el efecto que la pérdida de vitalidad del debate ambiental en Europa y Estados

Unidos produce sobre la acción de las ONG europeas y estadounidenses. Esenciales para dar vitalidad a las grandes conferencias temáticas de las Naciones Unidas, las ONG también llegan a Rio+20 de capa caída. Impedidas por la realidad política en que operan para avanzar en sus programas en casa, corren el riesgo creciente de parecer, más que nunca, empeñadas en obtener en otras latitudes los éxitos que no consiguen en casa. Eso, combinado con la mala fama que las ONG en general han adquirido recientemente en Brasil, debido a su uso indebido como vehículo de corrupción por partidos supuestamente «progresistas», representa un considerable desafío para su credibilidad. A ello hay que añadir los indicios de fracasos recientes. El celo misionero con que diversas ONG han abrazado el movimiento contra la construcción de presas hidroeléctricas en los ríos Madeira y Xingu ha resultado infructuoso hasta la fecha, a no ser como medio para sus campañas de recaudación de fondos.

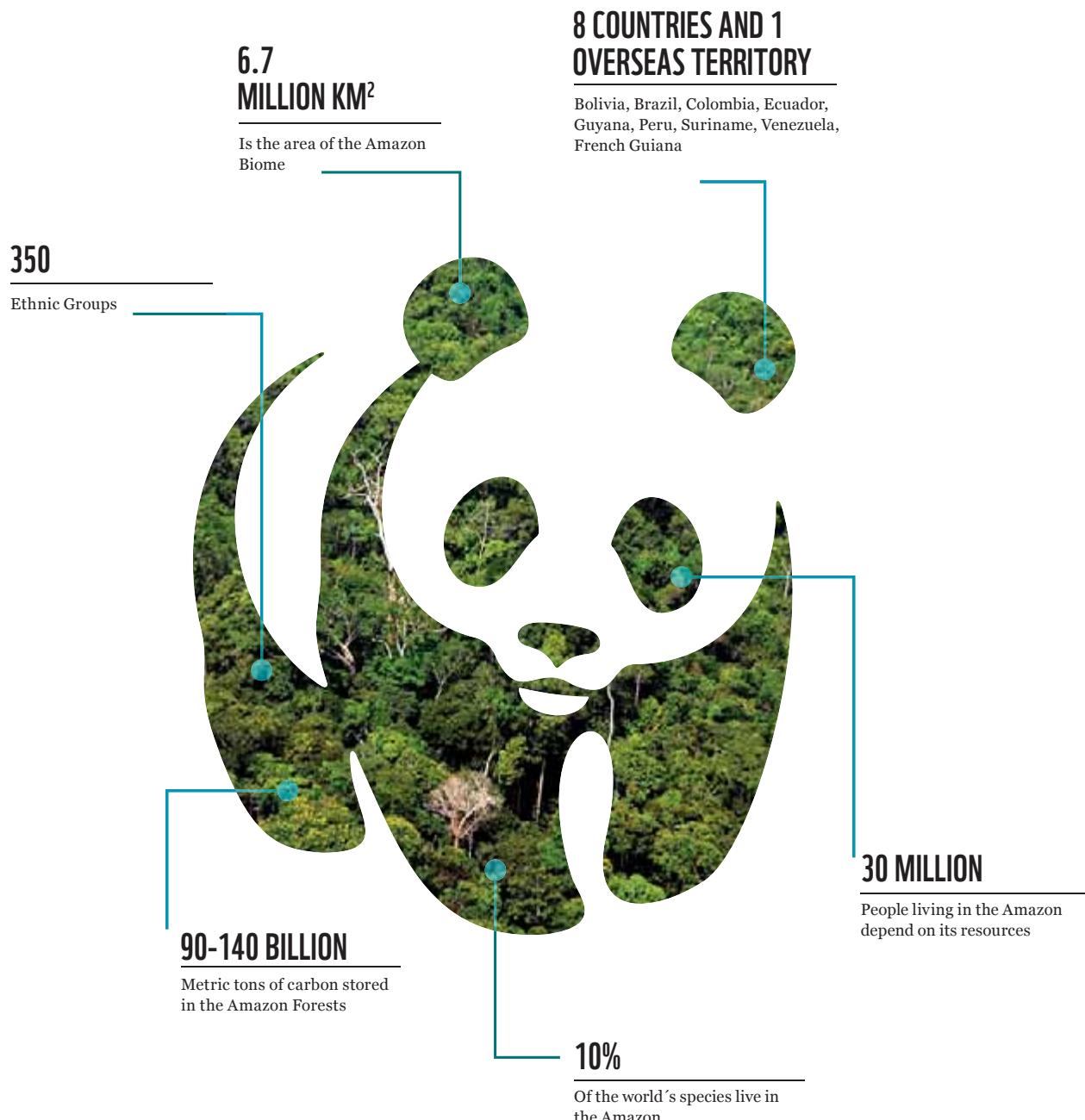
Como dije en un evento al que asistí el año pasado en la oficina de WWF en Washington, mostrar en Estados Unidos y otros países imágenes de familias indígenas afectadas por esos grandes proyectos energéticos puede ser beneficioso para la concienciación de los dirigentes y militantes de las ONG, en la medida en que alimentan el sentimiento de que defienden una buena causa. No obstante, esa estrategia ha tenido una escasa repercusión en la sociedad brasileña. La nueva clase media está interesada en la calidad de vida y las comodidades, que dependen de un mayor crecimiento económico y del aumento de la producción de energía. Conciliar la demanda de una mayor calidad de vida y un crecimiento económico sostenible, anclado en el uso racional de los recursos naturales y en procesos innovadores de producción y distribución de bienes materiales e inmateriales es el reto del siglo XXI que puede empezar a ser definido en Rio+20.



**PAULO
SOTERO**



AMAZON REGION



Why we are here

To stop the degradation of the planet's natural environment and to build a future in which humans live in harmony with nature

panda.org

© 1986 Panda symbol WWF – World Wide Fund For Nature (Formerly World Wildlife Fund)
© "WWF" is a WWF Registered Trademark. WWF, Avenue du Mont-Blanc, 1196 Gland,
Switzerland – Tel. +41 22 364 9111; Fax. +41 22 364 0332. For contact details and further
information, visit our international website at panda.org



MISTO
Papel produzido a partir
de fontes responsáveis
FSC® C104526